



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Monise Gomes Serpa

**ONDE ESTÃO AS “MENINAS”? TENSIONANDO O CONCEITO DE  
EXPLORAÇÃO SEXUAL A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE  
PEDOFILIZAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Porto Alegre

2016

Monise Gomes Serpa

**ONDE ESTÃO AS “MENINAS”? Tensionando o conceito de exploração sexual  
a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

*Orientadora: Jane Felipe de Souza*

Linha de pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Porto Alegre

2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Serpa, Monise Gomes

Onde estão as "meninas"? Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero / Monise Gomes Serpa. -- 2016.

249 f.

Orientador: Jane Felipe de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Exploração sexual. 2. Infâncias. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5. Pedofilização. I. Souza, Jane Felipe de, orient. II. Título.

Monise Gomes Serpa

**ONDE ESTÃO AS “MENINAS”? Tensionando o conceito de exploração sexual  
a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 16 de dezembro 2016.

---

Profa. Dra. Jane Felipe de Souza – Orientadora

---

Fernando Seffner – UFRGS

---

Fernando Altair Pocahy – UERJ

---

Liliane Madruga Prestes – IFRS

*“Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”*

Cora Coralina

*“Eu apenas queria que você soubesse  
Que aquela alegria ainda está comigo  
E que a minha ternura não ficou na estrada  
Não ficou no tempo presa na poeira*

*Eu apenas queria que você soubesse  
Que esta menina hoje é uma mulher  
E que esta mulher é uma menina  
Que colheu seu fruto flor do seu carinho*

*Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta  
Que hoje eu me gosto muito mais  
Porque me entendo muito mais também*

*E que a atitude de recomeçar é todo dia toda hora  
É se respeitar na sua força e fé  
E se olhar bem fundo até o dedão do pé*

*Eu apenas queria que você soubesse  
Que essa criança brinca nesta roda  
E não teme o corte das novas feridas  
Pois tem a saúde que aprendeu com a vida...”*

Gonzaguinha

## RESUMO

O presente estudo se propôs a discutir e tensionar o conceito de exploração sexual a partir do referencial teórico dos Estudos de Gênero, dos Estudos da Sexualidade e dos Estudos Culturais. A pesquisa buscou problematizar de que forma as redes de atendimento que deveriam se constituir como redes de proteção à infância e adolescência compreendem esse fenômeno e de que modo crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de exploração sexual vivenciam tal realidade. Para tanto, foram produzidos materiais de pesquisa a partir de três fontes. O *material 1* partiu de uma pesquisa documental realizada durante um período de 3 meses em uma delegacia especializada em violência contra crianças e adolescentes, sendo selecionados três inquéritos envolvendo casos de exploração sexual. O *material 2* consistiu de entrevistas realizadas com seis participantes profissionais atuantes tanto nas organizações de enfrentamento como nos serviços de atendimento, utilizando-se um roteiro semiestruturado. O *material 3* partiu do acompanhamento a três meninas/jovens, com idades entre 11 e 14 anos, identificadas em situação de exploração sexual e atendidas nos serviços de acolhimento na modalidade casa-lar e abrigo. Foram realizados encontros com grupos focais e entrevistas individuais seguindo-se um roteiro semiestruturado. Os resultados apontaram que, nos processos de erotização precoce, analisados aqui como processos de pedofilização e que dão sustentação à cultura do estupro, a/o violência/abuso sexual se fez presente na vida das meninas/jovens interlocutoras desta pesquisa. O forte investimento erótico no corpo jovem feminino, em suas pedagogias de gênero e de sexualidade vivenciadas nas relações afetivas familiares, perpassou desde as figuras masculinas mais próximas, como padrasto, padrinho, tio, avô e irmão, além das próprias mães, que, de alguma forma, reconheciam (ou atribuíam) esse poder em suas filhas pelo simples fato de serem jovens. Por parte dos homens, esse corpo jovem exerce um fascínio, despertado a partir de uma erotização das desigualdades, seja pela questão geracional ou ainda pelos atravessamentos de classe social, reafirmando, assim, uma masculinidade heteronormativa e perpetrando uma sexualidade vista como “desenfreada” e facilmente cedida aos “apelos” femininos juvenis. Tal perspectiva é legitimada pela figura materna, que, nas negociações de suas filhas com esses homens, colocam os corpos jovens de suas meninas como disponíveis, para também terem acesso ao poder econômico por eles exercido. Diante de toda a estimulação sexual impressa nessas meninas/jovens, a exploração sexual acaba por ser uma das possibilidades de expressão e exercício da sexualidade, sendo uma estratégia utilizada por elas para serem reconhecidas e apreciadas enquanto mulheres. O trabalho das instituições de proteção torna-se complexo e dificultoso, principalmente por chegarem até as meninas tardiamente, quando elas já encontraram suas formas próprias de lidar com a violência sexual sofrida. Ao se darem conta dessa dificuldade, as meninas constroem estratégias para burlar as regras cotidianas desse controle institucional, emergindo como insubordinadas, chegando mesmo a fugir dos abrigos ou casas-lares. Diante do quadro de insubordinação, elas passam a ser alvo de controle e normatização por parte do estado por meio da administração de um forte tratamento medicamentoso. Muito mais do que combater ou erradicar a exploração sexual – entendendo aqui que essa dimensão não pode ser abandonada – para que essa “proteção” possa cumprir os seus propósitos, as questões envolvidas nesses processos de erotização precoce necessitam ser reconhecidas, assim como os seus efeitos na vida dessas meninas/jovens.

Palavras-chave: **Exploração sexual. Infâncias. Gênero. Sexualidade. Pedofilização.**

## ABSTRACT

The present study proposed to discuss and stress the concept of sexual exploitation as a theme based on the theoretical framework of Gender Studies, Studies of Sexuality, and Cultural Studies. The research aimed to discuss how the Child and Teenager Protection Network understands this phenomenon and how female children and adolescents that experience sexual exploitation live this reality. To this end, research material from three different sources was produced. *Material 1* came from a documentary research conducted over a period of three months in a Police Station specialized in violence against children and adolescents. Three surveys that involved cases of sexual exploitation have been selected. *Material 2* consisted of interviews conducted with six professional participants working both in coping and in customers service organizations following a semi-structured guide. *Material 3* started from monitoring the three girls/young people aged between 11 and 14 identified in a situation of sexual exploitation assisted in childcare services in private-home and shelter. Meetings were held with focus groups and individual interviews following a semi-structured guide. The results indicated that, in cases of early eroticism analyzed here as processes of *pedophilização* lending support to the rape culture, violence/sexual abuse was present in the life of the surveyed girls/young women. The strong erotic investment in the young female body, in its pedagogies of gender and sexuality experienced in the family, affective relations ranged from the closest male figures such as stepfather, godfather, uncle, grandfather and brother besides the mothers themselves who somehow recognized (or attributed to) that power in their daughters simply because they were young. On the part of men, this young body exerts a fascination, awakened from an erotization of the inequalities, either by the generational question or by the crossings of social class, thus reaffirming a heteronormative masculinity and perpetrating a sexuality seen as “wild” and easily transferred to the young feminine “appeals”. Such a perspective is legitimized by the mother figure who in the negotiation of their daughters with these men, make their young bodies available, to have access, also, to the economic power they exercise. And in the face of all sexual stimulation printed in these girls/young women, sexual exploitation ends up being one of the possibilities of expression and exercise of sexuality. It is also a strategy used by girls to be recognized and appreciated as women. The work of the protection institutions becomes complex and difficult mainly because they arrive too late to young people when they have already found their own ways of dealing with their suffered sexual violence. And when they realize this difficulty, the girls construct strategies to circumvent the daily rules of this institutional control, emerging as insubordinate fleeing from the private-homes and shelters. In face of the insubordination they become the target of control and standardization on the part of the state through the administration of a strong drug treatment. Much more than combat or eradicate sexual exploitation - understand here that this dimension cannot be abandoned – so that this “protection” can fulfill its purposes, the issues involved in these processes of early erotization need to be recognized as well as its effects on the lives of these girls/young people.

**Keywords: Sexual Exploitation, Childhood. Gender. Sexuality and Pedofilização.**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PARA INICIAR A DISCUSSÃO</b> .....	8
1.1	O CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: ALGUNS TENSIONAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO .....	15
1.1.1	<b>Prostituição infantil à exploração sexual: ressignificando conceitos</b> .....	18
1.1.2	<b>Problematizando o conceito de crianças e adolescentes “vitimizadas”</b> .....	27
<b>2</b>	<b>O CORPO COMO PRODUÇÃO CULTURAL</b> .....	41
2.1	UMA MORAL DAS APARÊNCIAS .....	41
2.2	AS JOVENS E O PROCESSO DE EROTIZAÇÃO DE SEUS CORPOS .....	43
<b>3</b>	<b>TRAÇANDO METODOLOGIAS</b> .....	50
3.1	DELINEANDO A PERSPECTIVA METODOLÓGICA .....	50
3.2	A DIFÍCIL PROCURA PELAS MENINAS .....	52
3.3	ANÁLISE DOCUMENTAL E A REDE DE SERVIÇOS .....	60
3.3.1	<b>Material 1: Sobre a análise documental</b> .....	67
3.3.1.1	Descrição dos casos nos inquéritos .....	69
3.3.2	<b>Material 2: Entrevistas com profissionais da área de atendimento</b> .....	73
3.3.3	<b>Material 3: O dia a dia das meninas</b> .....	76
3.3.3.1	As meninas Pâmela, Laura e Jéssica .....	81
3.3.3.2	O encontro com Laura e Pâmela: os grupos focais .....	83
3.3.3.3	O reencontro com Laura .....	100
3.3.3.4	Apresentando o abrigo .....	103
3.3.3.5	O encontro com Jéssica .....	103
3.4	DESDOBRAMENTOS ÉTICOS NA PESQUISA .....	107
<b>4</b>	<b>A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS MENINAS: OS EFEITOS PERVERSOS DA PEDOFILIZAÇÃO</b> .....	110
4.1	O “LOBO MAU” RONDA A CASA: QUANDO A PROTEÇÃO VIRA EROTIZAÇÃO .....	110
4.2	“ELES NÃO PODEM VER GURIA NOVA”: O FASCÍNIO SOBRE O CORPO JOVEM E A EROTIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES .....	120
4.3	“MINHA MÃE ME VENDEU”: PROBLEMATIZANDO O MITO DO AMOR MATERNO NAS RELAÇÕES DE VIOLAÇÃO SEXUAL .....	132
4.4	OS EFEITOS DA EROTIZAÇÃO PRECOCE E OS OUTROS USOS DA SEXUALIDADE: TENSIONANDO O CONCEITO DE EXPLORAÇÃO NA PROSTITUIÇÃO .....	156
<b>5</b>	<b>EM BUSCA DE UM LUGAR: APROPRIAÇÕES E DIFERENTES USOS DA EXPERIÊNCIA COM O CORPO NA VIOLÊNCIA SEXUAL</b> .....	176
5.1	DA VIOLAÇÃO À INSUBORDINAÇÃO: PROBLEMATIZANDO AS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO .....	176
5.2	DA MEDICALIZAÇÃO AO AUMENTO DE PESO: AS ESTRATÉGIAS PARA UM CORPO “INSUBORDINADO” .....	191
<b>6</b>	<b>PARA ONDE PODEM IR AS MENINAS/JOVENS?</b> .....	215

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>222</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Concordância para a Instituição .....</b>	<b>237</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o/a responsável legal das crianças e adolescentes .....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICE C – Termo de Assentimento .....</b>	<b>242</b>
<b>APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as profissionais da instituição .....</b>	<b>243</b>
<b>APÊNDICE E – Roteiro para a entrevista semiestruturada com as/os profissionais .....</b>	<b>245</b>
<b>APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturada com as meninas .....</b>	<b>247</b>

## 1 PARA INICIAR A DISCUSSÃO

Em um ano de tanta turbulência política no cenário social brasileiro, com efeitos devastadores no campo da educação, saúde, cultura e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, não poderia deixar de referir o quanto uma parte considerável desta tese foi escrita nas possíveis brechas negociadas entre os processos de luta pela democracia, com a qual, muitas vezes, eu me senti convocada a estar e pela urgência em manter viva a produção da pesquisa que aqui apresento. As problematizações que trago são fruto de uma longa e significativa trajetória na minha vida profissional no trato com a exploração sexual.

Dessa forma, descrevo alguns pontos significativos na minha trajetória com o tema da exploração sexual, marcada tanto pelas minhas tentativas de ensaios e erros no acompanhamento a jovens em instituições de proteção a criança e adolescentes como no processo de teorização dessa realidade. Minha aproximação com o tema de pesquisa iniciou-se durante a graduação em Psicologia, realizada entre anos de 1994 a 1999, na Universidade Federal de Sergipe (UFS). O trabalho final de graduação, intitulado *Prostituta com P maiúsculo: um estudo sobre a realidade de mulheres trabalhadoras do sexo*, foi realizado em uma associação de prostitutas, presidida por uma mulher, prostituta aposentada, bastante conhecida na cidade por ter publicado um livro sobre sua história, o que gerou bastante polêmica na época. Utilizando o método etnográfico, acompanhei, durante três meses, duas prostitutas ligadas à associação que entregavam camisinhas, duas vezes por semana, nos principais prostíbulos e pontos da cidade. A experiência foi bastante marcante na minha vida, já que pude fazer uma imersão profunda sobre a vida dessas mulheres, pois vivendo o seu cotidiano, percebi o quanto esta era diversa, múltipla, heterogênea tanto pelo local onde escolhiam para trabalhar como pelas suas trajetórias de vida. A forma como constituíam suas famílias, as relações que estabeleciam com seus/suas companheiros/as, com as colegas de trabalho, com os clientes, com os demais trabalhadores, como garçons, vendedores, *motoboy*s que ficavam próximas a elas, assim como as formas como elas lidavam com o seu corpo e sexualidade, trouxeram elementos para que eu pudesse pensar e analisar a complexidade das relações que se estabelecem em torno da prostituição. Nessa imersão, muitas vezes, fui confundida e tratada como uma delas, o que me oportunizou, em alguma medida, vivenciar como é estar nesse lugar.

Enquanto psicóloga, já morando em outra cidade, trabalhei numa instituição de internação para adolescentes do gênero masculino em situação de conflito com a lei. Nesse trabalho, pude aprender como funcionam as leis, como atuar em equipe com profissionais

diferenciados, como lidar com instituições disciplinadoras e, principalmente, os limites de minha atuação profissional. Nesses limites, minha preocupação era encontrar possibilidades nas quais aqueles adolescentes pudessem ser ouvidos, que as suas histórias pudessem ser contadas não necessariamente pela via do delito. Para isso, não só atendia individualmente, assim como fazia grupos de encontro com aqueles que desejassem participar. Um ano e meio depois, fui transferida para a instituição feminina, que ficava ao lado da masculina e lá permaneci por mais um ano. Como o número de adolescentes do gênero feminino na instituição era muito menor em relação aos do masculino, pude me aproximar mais do grupo e de suas histórias e, com isso, percebi que os marcadores sociais para análise desse fenômeno “adolescentes em conflito com a lei” não eram somente de classe social e racial, mas também de gênero. Depois disso, fui trabalhar em um abrigo feminino para crianças e adolescentes durante, aproximadamente, oito meses.

Nesse contexto, pude perceber outra situação, a do sofrimento pela perda dos vínculos familiares e pela rejeição, porém, o discurso disciplinador institucional se mantinha, o que pouco permitia a expressão das adolescentes que ali estavam. Depois, tive a oportunidade de trabalhar numa das instituições<sup>1</sup> mais conhecidas da cidade pela sua atuação no enfrentamento à violência, principalmente a sexual, contra crianças e adolescentes do sexo<sup>2</sup> feminino. Nessa instituição, diferente das outras onde estava trabalhando, as crianças e os adolescentes passavam só um turno, inverso ao da escola. A estrutura do local era maior, com mais funcionários e mais atividades diversificadas, como oficina de dança, música, esporte e artesanato. O meu trabalho era voltado para atividades de grupos, atendimentos individuais, visitas domiciliares, reuniões técnicas e com demais instituições da rede, participação nas discussões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e nas campanhas envolvendo o tema.

Foi nos trabalhos de grupos com as crianças e as adolescentes que me aproximei da temática da exploração sexual, pois um desses grupos era constituído só por adolescentes do gênero feminino que se encontravam nessa situação. Até então, a maneira como identificávamos o envolvimento delas era por meio dos relatórios encaminhados pelo Conselho Tutelar-CT e não pelo próprio relato das crianças e das adolescentes. Tal fato mudou quando esse grupo de adolescentes envolvidas com exploração sexual foi inserido na instituição e, diferente das situações anteriores, relatavam suas experiências sexuais tanto para os/as profissionais como

---

<sup>1</sup> A presente instituição existe na cidade de Teresina há 18 anos e tem uma parceria entre a prefeitura e uma entidade filantrópica.

<sup>2</sup> Apesar da perspectiva dos estudos adotados como referência nesta pesquisa problematizar o conceito de sexo ao se referir ao feminino, nos documentos adotados pela instituição em questão, a referência dada na proposta de ações define o público atendido como do sexo feminino.

para as demais crianças e adolescentes atendidas. Esse fato transformou a maneira como a instituição as percebia e, conseqüentemente, de como passou a tratá-las. As falas da equipe de profissionais oscilavam entre a indignação e a necessidade de normatização/moralização dessas jovens, principalmente quando elas escancaravam, nos seus relatos e na forma como potencializavam os seus corpos por meio de vestimentas e maquiagem, que estavam saindo da instituição para a prática da prostituição. Isso me fazia pensar o quanto essa forma de expressão nos inquietava. Sentia como uma provocação, “um tapa na nossa cara”, mostrando-me o quanto estávamos despreparadas para lidar com essa situação. Dizer que o que elas faziam “era errado”, “que iria estragar o seu corpo”, “que elas estavam perdendo tempo da sua vida”, “que era uma violência e que estavam sendo exploradas” era uma narrativa que não fazia sentido para aquelas jovens. Um dos efeitos disso foi o “fechamento” delas para relatarem o modo como, de fato, se sentiam na prática da prostituição. Não havia espaço para um relato contrário à expectativa institucional e à própria lógica das políticas que lidam com isso. Percebi que tínhamos que utilizar uma estratégia diferente, mesmo sabendo que enveredar pelo caminho da não normatização e não moralização da prática da prostituição poderia causar um desconforto na equipe.

Mesmo sem ter muita noção de como esse trabalho seria realizado e da complexidade que envolve esse tema, decidi fazer um projeto voltado para questões sobre o corpo feminino, no qual seriam realizadas várias atividades envolvendo as/os profissionais da instituição, como os/as educadores/as da dança, do artesanato, da escrita e leitura, as psicólogas e assistentes sociais. Dessa proposta, foram realizadas apenas três etapas do que estava sendo proposto, a saber: análise de propagandas com imagens do corpo feminino feita pelas educadoras/es; expressão corporal por meio da dança e de exercícios físicos em parceria com o professor de dança; grupos vivenciais com dinâmicas nas quais elas podiam expressar seus sentimentos, suas percepções e ideias sobre o corpo. Foi um trabalho muito rico e me fez aprender bastante sobre as questões que envolvem um determinado modo de ser feminino.

Nas propagandas – de cerveja, móveis, carros, remédios ou refrigerantes –, foi possível perceber a quantidade excessiva do corpo feminino nas imagens representadas. Nas atividades com dança e expressão corporal, as crianças e as adolescentes puderam mostrar, por meio da arte, a dor e as dificuldades enfrentadas e sofridas nos contextos em que viviam. No decorrer da convivência nas atividades em grupos, os relatos sobre as experiências com a exploração sexual me confirmaram o quanto a nossa prática e as nossas narrativas estavam distantes da realidade dessas crianças e adolescentes. Tal fato me provocou um desconforto, pois, se o objetivo da

nossa instituição era “tirá-las” dessa situação, estávamos muito longe de alcançá-lo com as práticas que realizávamos. Se os/as profissionais pertencentes à rede de serviços de proteção a crianças e adolescentes viam a exploração sexual como o maior problema enfrentado por elas, nas falas que elas produziam, essa realidade era outra. Em suas narrativas, a situação de exploração sexual perdia força diante de outras dificuldades que lidavam no seu cotidiano, como problemas de relacionamento com a mãe, com o namorado e com as colegas de escola, não associados com as questões vividas na exploração sexual. Com o tempo, essas vivências pouco apareciam, a não ser quando tinham que pensar sobre os clientes, o preço do programa e as disputas entre elas sobre o território onde atuavam. Tal prática era menos mencionada pela via do sofrimento e mais pela logística que tal realidade exigia delas, como o preço de programa, os melhores pontos e os bons e maus clientes.

Diante disso, pensava como poderíamos trabalhar com essas crianças e adolescentes sustentando o discurso da prática da exploração sexual como uma das maiores violências sofridas quando elas mesmas reconheciam essa prática por outra via. O que as motivaria a sair dessa situação, conforme estava preconizado na nossa política de atendimento? Estávamos fadados/as ao fracasso enquanto instituição? Quais eram as concepções de feminino que estávamos sustentando nas nossas práticas? Que outras estratégias poderiam ser realizadas com essas crianças e adolescentes que de fato produzissem um efeito potencializador nas suas vidas?

Tais questionamentos gerados por essa situação me motivaram a aprofundar ainda mais esse tema, levando-me a fazer o mestrado no Instituto de Psicologia da UFRGS, entre os anos de 2007 e 2009. O tema da minha pesquisa foi *Exploração sexual e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes*. Realizei, então, dois estudos: um com adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, e outro com mulheres adultas prostitutas que iniciaram essa prática ainda na adolescência. O objetivo foi identificar os fatores de risco e proteção de adolescentes em situação de exploração sexual, analisando os contextos da família, da escola, das redes de proteção social, a atividade de exploração sexual e prostituição, lazer, infância, adolescência e sua afetividade, assim como as concepções sobre si mesmas, sobre seus corpos, bem como sobre tornar-se mulher.

Devido à necessidade de aprofundar como as adolescentes envolvidas com a exploração sexual lidavam com essa questão após tornarem-se adultas, foram também estudadas mulheres adultas em situação de prostituição. Dentre os vários resultados alcançados, pude analisar a maneira como as adolescentes se aproximavam dessa realidade, como se relacionavam com os clientes, com a família, colegas, namorados – pois todas descreveram experiências

heterossexuais – e “ficantes”. Foi significativo também ver como as mulheres adultas lidavam com essas mesmas questões enquanto adolescentes e, depois, enquanto adultas. Apesar de a ênfase teórica do Programa de Pós-Graduação ser sobre desenvolvimento humano, meus resultados demandaram uma análise maior sobre as questões de corpo, gênero e sexualidade. Tais temas, apesar de serem mencionados na maior parte dos estudos realizados, têm sido pouco discutidos em relação aos seus efeitos no enfrentamento da exploração sexual.

Dessa forma, para a constituição da tese de doutorado, busquei discutir e tensionar o conceito de exploração sexual como tema relevante e complexo a partir do referencial teórico dos Estudos de Gênero, dos Estudos da Sexualidade e dos Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista. Não só a presença de um número maior de meninas/jovens envolvidas nessa questão sinaliza a dimensão da importância do marcador de gênero nessas discussões, mas a forma como as crianças e as adolescentes são vistas e valorizadas no mercado do sexo ou mesmo pelas instituições que trabalham no enfrentamento dessa situação fornecem caminhos para se pensar os modos de ser e viver as feminilidades na nossa sociedade. Quais são as lógicas que favorecem o forte valor comercial atribuído ao corpo infanto-juvenil no mercado do sexo e quais os efeitos que isso produz na constituição das feminilidades das crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual foram algumas das perguntas norteadoras e motivadoras para a realização deste trabalho.

Informações precisas sobre o número de casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de exploração sexual no Brasil ainda são difíceis de serem alcançadas, pois ainda há uma subnotificação dessas situações, assim como ausência de sistemas integrados de registro e análise sobre essa realidade, além da dificuldade da sociedade em geral para lidar com essa questão (BRASIL, 2014). Tal situação sinaliza o quanto a realidade vivida por crianças e adolescentes nesse contexto é invisibilizada, dificultando a aproximação da rede de proteção a esse público. Essas meninas e esses meninos acabam por ter que buscar os seus próprios caminhos para lidar com a violência vivenciada, ficando à mercê, muitas vezes, de qualquer serviço que possa prestar atendimento de acordo com as suas necessidades. A minha própria demora em encontrá-las nesta pesquisa retrata esse “encobrimento” das meninas envolvidas no mercado do sexo, especificamente a prostituição.

Nesta pesquisa, a exploração sexual foi abordada como uma prática que envolve um modo de ser, uma forma de se colocar no mundo que transita pelas lógicas de mercado/consumo, de gênero, de classe social e econômica, sem se deter em apenas uma delas, mas nos deslocamentos provocados pela complexidade que a realidade da exploração sexual

evoca. Pensar dessa forma não é desconsiderar as situações de violência nas quais muitas dessas meninas se encontram. Contudo, ao dilatar essa discussão, pretendeu-se tensionar a dicotomia vitimização-culpabilização apresentada em muitos discursos voltados para essa questão por entendermos que ela engessa, na “figura individual do agressor” e “nos problemas da vítima”, toda a complexidade da exploração sexual, gerando, assim, um viés fatalista ou alarmista nessa discussão (DOS SANTOS, 2004, p. 136). Conforme discutirei nos capítulos subsequentes, em muitas situações, torna-se difícil delimitar essas posições, pois elas escapam, burlam, borram fronteiras, como pude vivenciar na minha experiência enquanto psicóloga e pesquisadora no atendimento a essas meninas e sua realidade.

Como será apresentado nessa pesquisa, o material produzido permitiu acessar esse complexo e longo caminho percorrido pelas meninas/jovens em situação de exploração sexual desde a denúncia, abertura de inquérito, inserção nas redes de proteção até sua permanência/impermanência nas casas- lares e abrigos disponíveis município e estado. Nas aproximações com as instituições envolvidas com essa questão, foi possível conhecer como as concepções de gênero transitam nas práticas institucionais presentes nas políticas de atendimento.

Na perspectiva teórica aqui adotada, é entendido que as instituições, ao exercerem suas práticas, produzem verdades sobre os modos de ser criança e adolescente. No caso da exploração sexual, como já mencionado, as concepções em torno desse fenômeno se baseiam, muitas vezes, pelo moralismo e fatalismo, o que apontou para a importância de se pôr em perspectiva como se deu esse procedimento, que vai desde os primeiros contatos com as crianças e adolescentes nos modos de aproximação, inclusão no serviço/atendimento, assim como o seu desligamento desse programa. Foram também analisadas como se deram as lógicas sobre corpo, gênero e sexualidade das jovens interlocutoras desta pesquisa, as quais estão em situação de exploração sexual em instituições voltadas para o atendimento a essas meninas e sua realidade.

Encontrar as meninas foi um dos grandes desafios. A possibilidade de não tê-las nesta pesquisa colocou o meu estudo em risco, pois, para a legitimação dos seus propósitos, era necessário conhecer essa realidade também a partir de quem a vivencia. Apesar dos longos trâmites para conseguir autorização das instâncias institucionais para chegar até as meninas, ao me aproximar delas, a negociação maior passou a ser em estabelecer uma relação que permitisse narrativas para além do já previsto nessa prática da exploração sexual, como da

vitimização/culpabilização. Eu almejava relatos espontâneos, genuínos, mais próximos aos seus sentimentos. Buscava aquela fala dita quando elas estão com outras colegas numa roda, em pleno estágio de confiança, sem aquelas reticências, pausas ou mudanças de linguagem para adequar a quem ouve. Esse se tornou um grande desafio, pois, para isso, necessitava do maior e mais importante “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE) que a minha pesquisa poderia ter: o voto de confiança delas. Essa relação de confiança foi tensionada, testada várias vezes pelo próprio percurso delas no serviço de atendimento, que, conforme será descrito, foi marcado por mudanças de duas delas de um espaço de abrigo para outro, exigindo novos deslocamentos e novas adaptações tanto minhas como delas. Estabelecer esses vínculos não foi um processo fácil, exigindo uma persistência, paciência e, muitas vezes, delicadeza em respeitar o tempo delas, tempo necessário para que elas decidissem quando, o quê e como iriam descrever as suas experiências, assim como lidar com o limiar entre esse tempo e o da minha pesquisa.

Cabe aqui considerar que o tempo das jovens nesta pesquisa não seguia a lógica cronológica, pois era um tempo subjetivo, que segue a linha dos sentimentos, das percepções e das ideias sem, muitas vezes, estar ligado ao tempo cronológico convencional. Com tudo isso, esperava me aproximar o máximo possível das experiências delas “a ponto de conceber isso como um problema indispensável de ser levado aos limites interpretativos” (CERES, 2013, p. 17).

Sendo assim, nesta pesquisa, serão descritas as histórias de três jovens com idades de 11, 14 e 17 anos, abrigadas por uma instituição de acolhimento localizada na zona sul de Porto Alegre. Essas histórias contaram também com a participação das técnicas, psicólogas e assistentes sociais que descreveram os casos antes da minha chegada às casas-lares e das mães sociais, que, por acompanharem as meninas no seu dia a dia, tinham recortes muito ricos sobre o cotidiano delas. Elas serão conhecidas por Jéssica (17 anos), Laura (14 anos) e Pâmela (11 anos). Todas elas se encontravam em instituições pertencentes à Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC), especificamente nas casas-lares.

Antes de conhecê-las, tive acesso ao seu histórico institucional relatado pelas técnicas responsáveis pelo acompanhamento delas no local. Essas informações me acompanharam e, ao longo das minhas inserções, elas foram revisitadas, ampliadas, aprofundadas e problematizadas. Intercruzando as histórias das jovens ouvidas neste trabalho, fiz uso das entrevistas com seis profissionais e de três casos selecionados dos inquéritos policiais.

Nesta pesquisa, foi problematizado como as redes de atendimento compreendem o

fenômeno da exploração sexual e os modos como crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de exploração sexual vivenciam tal realidade a partir das suas concepções sobre corpo, gênero e sexualidade. Para isso, valho-me dos conceitos de gênero, a partir da obra de Guacira Louro (2000, 2003, 2013), de erotização dos corpos femininos infantis e pedofilização com prática social contemporânea, conceitos amplamente discutidos por Jane Felipe e Bianca Guizzo (2003), Jane Felipe (2006, 2013), bem como na vasta produção sobre o tema da prostituição, desenvolvida por Adriana Piscitelli (2004, 2005) e Miguel Oliva (2007, 2012, 2013), além da análise de Tatiane Landini (2004, 2011) sobre pedofilia e mídia.

### 1.1 O CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: ALGUNS TENSIONAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A exploração sexual tem sido apontada como uma das maiores violações aos direitos da criança e do adolescente, considerada uma forma moderna de escravidão (FALEIROS, 2004). O conceito de exploração sexual é um termo recente, estabelecido no *I Congresso Mundial de Estocolmo*, ocorrido em 1996, em substituição ao termo “prostituição infanto-juvenil”. Nessa concepção, a exploração sexual é toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem ou proveito sexual, baseadas numa relação de poder e de exploração comercial (LEAL, 1999).

Como mostram as pesquisas sobre o tema, as maiores vítimas dessa violência são crianças e adolescentes do gênero feminino, em sua maioria negras e pobres (FALEIROS, 2004; DOS SANTOS, 2004). Dessa forma, as lógicas que permeiam a sua prática são multifacetadas, como questões de raça, gênero, sexualidade, classe, o que torna sua análise complexa. Além desses aspectos, os fatores intrafamiliares, como a violência doméstica, são fortemente considerados na explanação desse tema. Um dos aspectos salientes apontados como fatores de risco para a exploração sexual é a violência interpessoal, que, conforme Libório (2004), ocorre nas relações pessoais mais próximas, dentro ou fora da família, favorecendo a vulnerabilidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Na análise dessa concepção de violência, é necessário analisar a relação entre a violência estrutural e a interpessoal, pois, segundo Cecília Coimbra (2002), ao situar a violência contra crianças, adolescentes e mulheres no espaço doméstico, *locus* da privacidade e intimidade, é removido, dessa discussão, o caráter político e social dessa questão. Para a autora, nos últimos anos a “violência doméstica” ganhou visibilidade nos espaços midiáticos, assim

como a adesão de especialistas na área da saúde para trabalhar com esse tema. Tal fato, para Coimbra (2002, p. 83), reflete a forte demarcação, nas discussões sobre a violência, dos aspectos da “intimização, familiarismo e psicologização”, denotando, assim, o forte caráter individualizante no modo de entender a violência. Dessa forma, entender a violência contra crianças e adolescentes como uma violência estrutural mostra como uma sociedade violenta pode influenciar as formas de relacionamento entre as pessoas, assim como a interação dos membros de uma família. Segundo Leal (1999), a violência estrutural e social está fortemente relacionada com a violência intrafamiliar, pois a exclusão social e material, os altos índices de desemprego, a feminização da pobreza, a discriminação por cor, raça e gênero favorecem o aumento dos conflitos interpessoais e, conseqüentemente, enfraquecem os laços familiares.

Apesar de levar em consideração todos esses marcadores sociais no fenômeno da exploração sexual, grande parte dos estudos pontuam a pobreza e a exclusão como os fatores determinantes para a entrada de crianças e adolescentes na prática do sexo comercial (FALEIROS, 2004). Porém, alguns estudos já mostram o aumento da presença de adolescentes e jovens da classe média nas práticas sexuais comerciais (DOS SANTOS, 2004). Para o autor, as crianças e adolescentes mais pobres buscariam nessa prática a sua subsistência, diferente das de classe média, que almejavam o consumo, principalmente dos produtos que envolvem o embelezamento. Contudo, estudos e trabalhos sobre essa temática têm mostrado que, mesmo nas classes sociais mais baixas, a inserção no mercado do sexo tem se dado também pela necessidade de acesso a bens que, até então, não poderiam ser adquiridos, como roupas, acessórios e cosméticos (TRINDADE, 2010; SERPA, 2009; NUNES, 2009).

Assim, apesar da importância de se levar em consideração a classe social na análise do fenômeno da exploração sexual como um forte fator de vulnerabilização para a “entrada” da criança e da adolescente nessa realidade, a expansão dessa prática para as demais classes sociais tensiona o debate sobre “quem é a criança e adolescente que se prostitui”. Conforme aponta Santos (2004), essa relação pobreza e exploração sexual deve ser “desafiada” já que muitas crianças e adolescentes, mesmo vivendo em situação de pobreza, não se envolvem com a prática da prostituição.

Mesmo nas classes menos favorecidas economicamente, nem sempre a implicação com a exploração sexual se dá pela via da sobrevivência, entendida aqui como uma forma de “ganha pão”, ou seja, para suprir as necessidades consideradas básicas, como comida e bebida, moradia, saúde. A própria concepção de “necessidades básicas” é passível de questionamentos diante da constante valorização da inserção social por outras vias, como a aquisição de determinados bens,

como roupas, carros, cosméticos, que denotam certos estilos de “bem-estar” e “sucesso”, que, embora antes pudessem ser vistos como “supérfluos”, na atualidade, ganham outro grau de relevância.

Outro fenômeno interessante que vem tensionando o conceito de exploração sexual diz respeito à visibilidade que as práticas de prostituição vêm ganhando nas últimas décadas, principalmente no mundo virtual, com a internet, por meio de blogs. Um dos mais conhecidos e com grande visibilidade foi o da Bruna Surfistinha e o mais atual, da Lola Benvenuti, que se tornaram livros e ganharam repercussão nacional, trazendo uma realidade de jovens prostitutas de classe média, escolarizadas, que veem na prática da prostituição uma forma de empoderamento e não necessariamente um modo de vitimização das mulheres. Em uma das entrevistas concedida por Lola<sup>3</sup>, em resposta a uma das perguntas feita pelo repórter, ela afirma “*Para mim, ser prostituta é empoderamento*”.

Esse viés glamourizado da prostituição tem conquistado espaço nas grandes mídias, como apontado nesses dois casos citados, seja pela ampla divulgação dos seus livros, *Doce veneno do escorpião*, de Bruna Surfistinha, e no mais recente, *O prazer é todo nosso*, de Lola Benvenuti, como pelo acesso delas aos programas de TV de grande audiência. No caso de Bruna Surfistinha, além do filme sobre sua vida, lançado em 25 de fevereiro de 2011, a sua vida também foi contada em uma série para um canal da TV paga<sup>4</sup>.

Cabe também destacar a visibilidade da prostituição a partir de outro lugar, isto é, pelo engajamento e pela luta para seu reconhecimento enquanto trabalho, representada na figura de Gabriela Leite. Na década de 80, ela funda a primeira associação de prostitutas, chamada *Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde* e torna-se a primeira ativista desse movimento com visibilidade nacional e internacional (MORAES, 2011). Segundo a autora, a luta de Gabriela almejava, por meio da constituição de organizações, proteger as prostitutas de violências cometidas por clientes e profissionais, engajá-las na prevenção a AIDS e no reconhecimento do corpo da prostituta não apenas como um “instrumento da política pública e de prevenção da Aids” (ibid., p. 211).

A figura da prostituta como ativista, representada por Gabriela, distancia-se da imagem propagada por Bruna Surfistinha e Lola por estas demarcarem mais o lado “folclorizado das prostitutas”, como afirma Gabriela Leite ao mencionar especificamente sobre Bruna Surfistinha, ao “invés de politizar as suas conquistas enquanto profissional do sexo” (ibid., p. 209). Tais

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[html?utm\\_hp\\_ref=mostpopular](#)>. Acesso em: 3 ago. 2014.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.noticiasaoiminuto.com.br/fama/278760/serie-sobre-bruna-surfistinha-tem-estrela-confirmada-na-fox>>. Acesso em: 15 set. 2016.

discussões sobre o exercício da prostituta estão bem distantes quando entra em cena a questão das crianças e das adolescentes, já que, nesse caso, a prática da prostituição é vista como algo ruim e prejudicial ao seu desenvolvimento. Nessa compreensão, como aponta Moraes (2011), o marcador etário, dentro de uma realidade ampla de situações envolvendo o dia a dia das jovens, é um dos definidores principais para a identificação da violação sexual em casos de prostituição de jovens.

A condição etária não dá conta, muitas vezes, de abarcar a complexidade trazida nos conceitos criança e adolescente, pois as construções identitárias para defini-las não são apenas biológicas, mas sociais, culturais e históricas. Além dessas questões, a condição dada pela faixa etária sinaliza um período da vida em que a “incapacidade para discernir e arbitrar define essa condição de jovem” (MORAES, 2011, p. 220). Como será abordada nesta pesquisa, a experiência de violência/abuso sexual burla essas noções de infância e adolescência por propiciarem a essas meninas acesso a um mundo considerado adulto no trato com o corpo, gênero e sexualidade.

Nesta pesquisa, foi considerada como demarcadora para a seleção das jovens a definição legal dada pelo Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) sobre esse público em questão, que vai de 0 até 17 anos incompletos, por ser este o parâmetro utilizado pelas instituições aqui pesquisadas para intervirem e atenderem as crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Ao estarem nessas condições de sujeitos em “situação peculiar de desenvolvimento”, as discussões trazidas pelas organizações de prostitutas sobre a sua prática enquanto um trabalho e, portanto, um direito, passa a ser vista como uma violação quando praticada a crianças e adolescentes, por se enquadrar também no trabalho infantil, atividade não permitida no nosso país. Um aspecto importante a ser pensado nessa questão é como essas limitações da idade para a prática da prostituição são percebidas pelas jovens envolvidas e se essa experiência é significada por elas como violência.

### **1.1.1 Prostituição infantil à exploração sexual: ressignificando conceitos**

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo Heather Montgomery (1998), a “prostituição infantil” tem sido analisada como um problema dos “anos 90”, levando muitos países a criarem leis de proteção a crianças e adolescentes. Para um melhor entendimento dessa temática, esclareço que utilizarei aqui a nomenclatura criança (até 12 anos) e adolescente (13 até 18 incompletos), conforme

prevista no ECA. Segundo muitos/as autores/as do campo dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, o termo “jovem” é mais utilizado por entenderem que “adolescente” é uma palavra que designa uma fase da vida a partir de aspectos do desenvolvimento. Nos limites desse texto, utilizarei a palavra adolescente e criança para sinalizar que se trata de alguém na faixa etária demarcada pelo ECA e também por ser essa a linguagem mais utilizada pela literatura especializada sobre o tema. Entretanto, seguindo as discussões dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, nesta pesquisa, farei uso tanto do termo jovem para me referir a esse público como também da palavra “menina”. Sobre esta última, cabe ressaltar as restrições que o seu uso se impõe por representar uma concepção de infância vulnerável, demarcando um determinado período da vida em que se possui baixa capacidade para opinar e decidir, conforme aponta Moraes (2011).

Para a autora, ao se alocar nessa perspectiva de “menina” aqui mencionada, perde-se, desse processo, a capacidade de agência e de se acessar as múltiplas formas de se vivenciar as experiências em ser criança e adolescente com a exploração sexual. Dessa forma, nesta pesquisa, lancei mão do termo jovem ao sinalizar essa capacidade de agência e decisão demonstradas ao longo da pesquisa, assim como da expressão “menina” para retomar esse lugar de vulnerabilidade, também reconhecido neste estudo. Apesar dessa distinção aqui sinalizada, tais posições “menina-jovem” não serão consideradas como contrapostas nem fixas, pois elas coexistem nos processo de constituição das subjetividades das crianças e adolescentes envolvidas na presente pesquisa, ora se sobrepondo, ora se fortalecendo, ora necessitando uma da outra. Dessa forma, há uma intensa diversidade nas formas das jovens vivenciarem a exploração sexual e, por isso, o desafio maior no processo de uma pesquisa é dar vazão a essa complexidade, sem cair nas classificações hegemônicas e homogêneas sobre a realidade da exploração sexual.

No Brasil, a discussão sobre esse problema, incluído na categoria de violência sexual, também ocorreu na década de 90, quando o fenômeno da exploração sexual passou a ser alvo de debates entre autoridades e pessoas ligadas à área da infância e da adolescência. Tal fato aconteceu, principalmente, a partir de denúncias suscitadas por instâncias governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs) das Regiões Norte e Nordeste e por jornalistas<sup>5</sup>. Com base em um número crescente de registro de violências, as organizações envolvidas com a defesa dos direitos da criança e do adolescente se mobilizaram para o enfrentamento dessa

---

<sup>5</sup> Um dos trabalhos mais conhecidos é do jornalista Gilberto Dimenstein, que realizou uma ampla investigação da exploração sexual na Região Norte do País, resultando na produção do livro *Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*, publicado em 1992.

realidade (DOS SANTOS, 2004).

Em resposta a essa mobilização gerada pela ampla divulgação da realidade de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual no Brasil, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição, com o objetivo de apurar os responsáveis em diversas regiões brasileiras (DOS SANTOS, 2004; LIBÓRIO, 2004). De acordo com Leal (1999), houve, então, um avanço na compreensão sobre tal realidade, especialmente com a mudança da terminologia “prostituição infanto-juvenil”, para “exploração sexual”. De acordo com o que foi estabelecido no *I Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, realizado em Estocolmo em 1996, a exploração sexual é toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem ou proveito sexual, baseadas numa relação de poder e de exploração comercial (LEAL, 1999). A criança e o/a adolescente, ao estarem nessa situação, não estão se prostituindo autonomamente, mas sendo “vitimizadas/os” pela prática criminosa de adultos.

Outro resultado da instauração da CPI foi a mobilização de diversos segmentos da sociedade, como os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), Polícia Militar e artistas nacionais. Tal fato culminou na realização da campanha nacional *Pelo fim da exploração sexual, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes*, tendo como lema *Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Não Dá para Engolir* (DOS SANTOS, 2004).

Após a realização do *I Congresso Mundial*, em Estocolmo, o Brasil foi um dos primeiro países a elaborar o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil* (maio de 2000), seguindo as ações definidas na agenda, que foi, depois, descentralizado pela elaboração de planos estaduais e municipais (LIBÓRIO, 2004). Nesse período, o Brasil assumiu de forma mais expressiva as responsabilidades no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes com o surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CONANDA).

Em 2003, o governo brasileiro priorizou as ações para a erradicação da exploração sexual por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual (CEDECA, 2015). Essa comissão foi outorgada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva e é formada por 20 ministérios e 12 parceiros/as da sociedade civil, organizada e agências internacionais. Ainda nesse período, foi instituído o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes com o objetivo de articular e monitorar a constituição do Plano

Nacional, assim como a realização de várias campanhas de sensibilização para a realidade da violência sexual e a importante criação do Disque Denúncia Nacional Gratuito – Disque 100. Esse serviço está à disposição em todos os estados brasileiros, de forma gratuita e sigilosa, para que possam ser colhidas denúncias de violência e o encaminhamento imediato ao órgão responsável. Nos inquéritos policiais analisados nesta pesquisa, muitos casos de exploração sexual foram denunciados pelo Disque 100, mostrando, assim, a relevância desse serviço no enfrentamento dessa questão.

No *II Congresso Mundial*, ocorrido no ano de 2001, em Yokohoma, as ações traçadas no primeiro foram avaliadas, assim como também foi ratificada a definição das quatro modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes estipuladas pelo Instituto Interamericano Del Nino, a saber: prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico (LIBÓRIO, 2004). Pornografia, nesse contexto, é entendida como a exposição de atividades sexuais explícitas, sejam elas reais ou simuladas, com crianças e adolescentes, como também a exposição das partes de seu corpo ou de sua genitália, com objetivos sexuais. O seu conteúdo pode ser encontrado não só em materiais já considerados como pornográficos, como também em literatura, fotografia, publicidade ou cinema ao apresentar situações em que crianças ou adolescentes sejam expostos/as, desejados/as ou usados/as sexualmente por adultos. A pornografia infanto-juvenil na internet tem crescido pela sua grande capacidade de alcance e pela sua facilidade de acesso.

Esse fato tem mobilizado instâncias governamentais, não governamentais e agências internacionais para o enfrentamento da questão. Porém, por ser um *locus* virtual, que atinge todo o mundo, o seu controle torna-se bastante difícil tanto no âmbito operacional como legal (LANDINI, 2004). No entanto, cabe aqui estacar o quanto tais conceitos escorregam e não alcançam determinadas práticas veiculadas na contemporaneidade, quando muitas garotas, de seus computadores particulares, exibem-se nuas ou seminuas pela *webcam* ou pelos seus celulares como forma de diversão. Tal questão será retomada ao ser discutido o fenômeno do *sexting* como expressão e experimentação da sexualidade.

O turismo sexual envolve a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes em cidades turísticas, articulado por uma rede de agências, bares, boates, hotéis, restaurantes, taxistas, etc. Segundo Piscitelli (2003), com o aumento do turismo internacional no Nordeste brasileiro, a partir do crescimento no número de voos para essas regiões, a prática da prostituição tornou-se mais conhecida, tanto a adulta quanto a de adolescentes e crianças. De acordo com Faleiros (2004), o turismo sexual é a forma de exploração sexual que mais envolve

atividades econômicas e possibilita, com mais facilidade, o acesso da população jovem empobrecida ao consumo. Tendo em vista a Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2014 no Brasil, as preocupações sobre essa questão se intensificaram, principalmente, a partir dos levantamentos feitos das copas anteriores sobre o perfil específico dos turistas, o qual apontou ser, na sua maioria, composto por homens que viajam sozinhos e pertencentes à classe média e média alta, conforme mostra o relatório sobre as ações do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR) para a Copa do Mundo<sup>6</sup>.

Sem desconsiderar a relevância dessas ações, cabe questionar o fato de que as políticas para o enfrentamento da violência sexual nos últimos anos tenha se voltado para esse debate, que tem como pressuposto que o maior inimigo da exploração sexual é o “de fora”, “o gringo inimigo”. Piscitelli (2004), ao abordar essa questão em uma das cidades mais turísticas do litoral brasileiro, Fortaleza, mostrou, em estudos realizados sobre o turismo sexual nessa localidade, que, mesmo sendo estimável tanto o número de turistas brasileiros como de estrangeiros nessa prática, a somatória desses dois grupos ainda é inferior ao número dos usuários locais desse serviço.

O tráfico, segundo Faleiros (2004), foi definido pelas Nações Unidas como uma ação clandestina e ilegal de pessoas, entre países, com o objetivo de forçar crianças e adolescentes e mulheres adultas a participarem de atividades sexuais exploradoras ou opressoras, com fins lucrativos para aliciadores, traficantes e o crime organizado. De acordo com Leal (2004), o governo dos Estados Unidos calcula que a exploração sexual é a maior causa para o tráfico internacional. Nessa modalidade, as pessoas são envolvidas não só nas práticas sexuais, mas também no trabalho forçado e escravo, tráfico de órgãos e adoção. Tal prática se constitui, assim, como uma forma moderna de escravidão que exige estratégias de enfrentamento, envolvendo não só a responsabilização do agressor, mas também do estado e da sociedade.

Diante da complexidade desse fenômeno, pesquisadores sobre o tema sugerem que o tráfico para fins sexuais seja dissociado dos conceitos de prostituição e de imigração para que as pessoas vítimas dessa violência sejam tratadas como sujeitos de direitos e não por políticas repressivas (LEAL; PINHEIRO, 2007).

A partir da apresentação dessas quatro modalidades da exploração sexual, o corpo feminino infanto-juvenil ganha centralidade nas lógicas que permeiam as práticas envolvidas no mercado do sexo. De acordo com Leal (1999), o corpo infanto-juvenil é um produto do mercado

---

<sup>6</sup> Para um maior aprofundamento sobre essa questão, ver *site*: [www.crianca.df.gov.br](http://www.crianca.df.gov.br)

globalizado do sexo, o qual utiliza o *marketing* e a publicidade para divulgar uma lógica da hipererotização do corpo feminino, fortalecendo lógicas de submissão e desqualificação da mulher. Esse mercado envolve donos de boates, de motéis e bordéis, comerciantes de produtos e de drogas, que lucram com a mercantilização da fantasia dos adultos em relação ao corpo infanto-juvenil em uma relação de poder e exploração (FALEIROS, 2004; NUNES, 2009). O mercado do sexo tem envolvido, também, agências de modelos e de fotografia que aliciam adolescentes de classe média, utilizando *books* ou desfiles para clientes (DOS SANTOS, 2004; LOPES; STOLTZ, 2002).

O mercado do sexo é considerado um dos mais lucrativos e está incluído no chamado “mercado negro” por funcionar com regras próprias, não legalizadas, sem registro, pagamento de impostos ou emissão de notas fiscais (FALEIROS, 2004). O sexo comercial, como uma indústria, apresenta uma diversidade de possibilidades de trabalhos sexuais, além das já mencionadas, tais como boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual na internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo (PICITELLI, 2005). Percebe-se, então, a gama de possibilidades nas quais tanto mulheres adultas e jovens e também os homens, como mostram Pocahy (2011) e Nunes (2009), podem se inserir no “jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade” (PICITELLI, 2005, p. 7).

No caso de crianças e adolescentes, conforme já discutido, o corpo ganha outra dimensão, como o da sua valorização nesse mercado. As adolescentes percebem que seus corpos podem se constituir como uma grande possibilidade de serem bem remuneradas, diferente de outras atividades que podem desempenhar no contexto em que estão inseridas (FARINHA; BRUNS, 2006). Para as autoras, o mercado do sexo não demanda das crianças e adolescentes nenhum pré-requisito profissional para o seu exercício, a não ser o fato de serem jovens e sem experiência. Os clientes que buscam a prática sexual com crianças e adolescentes são estimulados pelo alto valor atribuído socialmente às práticas sexuais associadas à juventude.

Em um caso recente de grande repercussão no Brasil, uma jovem catarinense de 20 anos<sup>7</sup> leiloou a sua virgindade na internet como parte de um documentário que tem como tema a primeira relação sexual de uma e um jovem. Em uma das entrevistas dadas a um programa de televisão brasileira<sup>8</sup>, a jovem é descrita, inicialmente, com “jeito de menina, sensual”. Além

---

<sup>7</sup> Conforme noticiado na folha online de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/69432-jovem-que-participa-de-leilao-ja-tem-data-para-perder-a-virgindade.shtml>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

<sup>8</sup> Pode ser acessada no *Youtube*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=j-3qY9CS0os>>.

disso, na divulgação da Revista Playboy, voltada para o público masculino heterossexual, o diretor de arte da revista divulgou a foto da brasileira lendo o livro *Lolita*, de Vladimir Nabocov<sup>9</sup>. Tais fatos reiteram o já discutido apelo midiático para a associação entre infantilização e erotização das imagens femininas e o espaço que esse corpo ocupa no mercado do sexo. Cabe ressaltar que, no documentário mencionado, há também o leilão de um jovem do gênero masculino, porém, sem provocar a mesma repercussão alcançada pela jovem na mídia, com uma disparidade enorme nos valores atribuídos à virgindade de cada um no leilão.

Ainda sobre a entrevista mencionada, em uma das perguntas feitas à jovem, ela afirma que o leilão é um negócio para ela, e o repórter, ao indagá-la sobre isso, pergunta “Se isso é um negócio, você é o quê nesse negócio?”, ao que ela responde imediatamente: “A mercadoria”, seguida de uma gargalhada. O repórter continua perguntando se ela se incomoda em ser uma mercadoria, e ela responde: “O fato de por uma noite não, por que a pessoa tá pagando, entendeu? Com certeza, também me incomodaria ser uma mercadoria como mulher, como pessoa”, agora sem exibir o sorriso da resposta anterior. O que chama atenção na sua narrativa é a demonstração de uma possível convicção sobre o seu lugar e o valor que ocupa nesse processo, encontrando como estratégia para lidar com isso o fato de esse estado de mercadoria ser transitório, só por uma noite. Parece que repetir a experiência poderia levá-la a outra posição, a de prostituição, adentrando, assim, na complexidade que tal realidade carrega.

O fato é que, nos últimos anos, tem havido uma espécie de glamourização da prostituição de jovens, como já mencionado. Nessa perspectiva, a prostituição chamada de “alto luxo” é almejada como uma possibilidade de jovens conseguirem autonomia financeira perante os pais, com um forte apelo ao poder de consumo adquirido por essa prática. A notoriedade dessas personagens, Bruna Surfistinha, Lola e a jovem virgem, recentemente foi retomada quando esta colocou a sua virgindade em leilão novamente. Porém, cabe mencionar que tal episódio foi alvo de muita polêmica e críticas, já que, mesmo não assumindo ser uma prática declarada de prostituição, ao se aproximar dela, “mesmo que só por uma noite”, adentrou nesse território tão estigmatizante.

Como lidar com essa contradição havendo, por um lado, uma valorização tão demarcada desse corpo feminino no mercado do sexo e, por outro, uma associação às lógicas “desmoralizantes e degradantes”? Se na prostituição adulta isso já é um desafio, na exploração sexual, ela ganha outros contornos por estar situada no campo da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Como tal, a exploração é vista como um mal que dever ser erradicado

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10333-catarinense-leilao-virgindade>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

em todos os seus sentidos possíveis (MONTGOMERY, 1998). A situação vivenciada por crianças e adolescentes envolvidos/as na exploração sexual é considerada uma relação desigual, pois, além de não poderem trabalhar legalmente, estão realizando uma prática ilícita (FALEIROS, 2004).

No caso específico de crianças, a vulnerabilidade é aumentada por se tratar de “uma fase do desenvolvimento peculiar”, que apresenta alta dependência dos cuidados de adultos. Contudo, tal perspectiva desenvolvimentista, neste estudo, é colocada em questão por trabalhar o conceito de infância como uma fase universal, a ser passada por todas as pessoas para se alcançar a vida adulta. Essa concepção não dá conta da complexidade que tal condição impõe já que existem vários modos de se pensar a infância nos seus diferentes agrupamentos culturais e sociais.

Por outro lado, também é importante lembrar que aquilo que pode ser considerado violação em uma determinada cultura pode não ser na outra. No caso de crianças e adolescentes envolvidos/as com a exploração sexual, a imagem propagada nas mídias e pelas campanhas institucionais voltadas para essa questão é de passividade, de uma vítima que se encontra sem ajuda, a espera de um adulto “bom” que a resgate desse caminho. A autora Montgomery (1998) segue discutindo que, quando falamos em exploração sexual, não nos pautamos pela perspectiva de crianças e adolescentes que se encontram nessa situação. Nessa pauta, parece não caber uma discussão que amplie a dicotomia explorado(a)/explorador(a), inclusive sobre o trânsito que pode ocorrer nesses “papéis”, como nos casos estudados em minha dissertação, quando as participantes descrevem que, mesmo não fazendo o programa com os seus clientes, eles permanecem pagando alguma de suas contas ou lhes enviando dinheiro (SERPA, 2009). Assim, diante do fortalecimento do mercado do sexo e do aumento da inclusão de crianças e adolescentes como uma mercadoria cada vez mais rentável, é importante questionar esse lugar ocupado por crianças e adolescentes como o conceito de exploração sexual dá conta de tal realidade.

Além dessas questões levantadas, cabe analisar como as ações brasileiras para o enfrentamento dessa realidade foram se constituindo ao longo dos anos. Foi a partir da década de 90 que surgiram os estudos sobre o tema, fruto das mobilizações nacionais e internacionais, o que mostra o quanto ainda são recentes as estratégias voltadas para o combate desse fenômeno e para a proteção de crianças e adolescentes envolvidas. Segundo o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (EVESCA) (2008), houve um grande avanço com a criação do Serviço Nacional de Atendimento às Vítimas de Abuso e Exploração Sexual,

porém, ainda há uma precariedade no atendimento a crianças e adolescentes envolvidos/as na exploração sexual, seja pela baixa qualidade dos serviços ou pela forma como a lógica para o enfrentamento dessa realidade é vista dentro dos serviços. Para o EVESCA (2008), tal atendimento é ainda um desafio metodológico e político por ser complexo e singular, além de estar norteado por concepções moralistas e conservadoras sobre crianças e adolescentes envolvidos/as com tal realidade.

Para Dos Santos (2004), o enfrentamento da exploração sexual abarca uma diversidade de posicionamentos políticos-ideológicos, morais e religiosos que nem sempre são postos em discussão. Segundo o autor, alguns posicionamentos, como os que almejam, por um lado, a emancipação e, por outro, a abolição, direcionam as ações voltadas pelos serviços para crianças e adolescentes do gênero masculino e feminino envolvidos/as com a exploração sexual.

Na perspectiva da emancipação, há uma representação do movimento organizado de prostitutas que lutam pelo reconhecimento da prostituição como uma profissão e, assim, uma atividade laboral como outras passíveis de serem desempenhadas por adolescentes. Já na da abolição, mais perpetuada por ativistas e autoridades, o objetivo é eliminar a prática da prostituição, que, no caso de crianças e adolescentes, especificamente, é vista como “degradante” tanto em relação aos aspectos físicos quanto aos psicológicos. Para Dos Santos (2004), a ausência dessa discussão na exploração sexual tem feito com que as ações de enfrentamento tenham se baseado mais nas lógicas abolicionistas, não possibilitando aproximações com outras, como a da emancipação, que se aproxima da política de redução de danos. Para o autor, tal perspectiva pode gerar mais resultados no enfrentamento da violência – principalmente no que se refere aos riscos à saúde aos quais muitas das crianças e dos adolescentes estão submetidas/os – do que as estratégias “malsucedidas” para a eliminação da prostituição.

Minha experiência ao longo dos anos nos serviços de atendimento a essas crianças e adolescentes para o enfrentamento da realidade de exploração sexual mostrou o quanto a lógica abolicionista nos afastava da realidade vivenciada por elas e como isso nos tornava vigilantes das vidas delas pelo afã de garantir que alcançaríamos os resultados de nossas práticas. Elas tinham que, praticamente, prestar contas de suas ações para nós e, quando tínhamos conhecimento de que elas ainda permaneciam na exploração sexual, isso era motivo de tristeza e frustração. Aos poucos, fomos percebendo que tirá-las dessa prática “à força” – porque entendíamos que isso era uma violação aos seus direitos –, sem levar em consideração como as crianças e as adolescentes entendiam e vivenciavam tal realidade, também era uma violência,

mascarada pelo discurso da proteção.

### 1.1.2 Problematicando o conceito de crianças e adolescentes “vitimizadas”

Num dos estudos realizados sobre o tema, a prática da exploração sexual é vista como:

O estado do não exercício à saúde, liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer na qual meninas e meninos tem no mercado do sexo o seu corpo, sua sexualidade e sua dignidade vendidas como mercadoria. (VEGA, 2011, p. 15).

De acordo com outros estudos, as experiências sobre exploração sexual, a formação da autoimagem e da autoestima estão comprometidas devido à estigmatização, rejeição e exclusão sentidas por crianças e adolescentes (LIBÓRIO, 2004). Para a autora, esses elementos passam a incorporar sua autoimagem, vulnerabilizando-as emocionalmente, favorecendo o seu envolvimento e sua permanência na rede de exploração sexual.

A estigmatização da prostituição é formada pela sua associação às concepções de devassidão, desmoralização, desonra e desqualificação (FALEIROS, 2004). Apesar de ser considerada uma das “profissões” mais antigas do mundo, a prática da prostituição é vista como uma ameaça a um determinado ordenamento social. Tal fato é atribuído à prostituição por ela provocar ideias de transgressão e liberdade no comportamento sexual feminino, rompendo com a lógica de um modelo familiar centralizado numa figura de mulher voltada para o marido e prole (MORAES, 1998).

A imagem da prostituta é vista como oposta à imagem da mãe e da virgindade, imagens essas representantes da castidade, moralidade, ordem social e reprodução. Miguel Oliva (2012), ao trazer essa questão do estigma em torno da identidade da prostituta, mostra o quanto esse tema não é vivenciado com tranquilidade nos movimentos organizados das prostitutas. O estigma da “puta” buscou ser afastado na luta organizada pelos movimentos das prostitutas para serem reconhecidas enquanto trabalhadoras. A utilização do termo “profissionais do sexo”, amparado em uma “ética do trabalho e da família”, expressa bem esse movimento. Como sinaliza o autor, não é à toa que muitos movimentos de prostitutas fazem parcerias com outras organizações vinculadas à igreja católica, marcadas pelo discurso abolicionista da prostituição.

A abordagem da prostituição enquanto direito sexual das mulheres foi retomado por Gabriela Leite, uma das representantes que, em vida, lutou pela identidade das prostitutas enquanto putas, em uma tentativa de tensionar essa negação da sexualidade e da erotização da prostituição nas discussões estabelecidas no movimento (OLIVA, 2012). Ao citar o *IV Encontro*

da *Rede Brasileira de Prostitutas*, o autor mostra o quanto essa discussão ressurge nas falas de muitas mulheres ao reivindicarem, no reconhecimento de ser “puta”, a afirmação do prazer sexual e as possibilidades de alcançá-lo na prática da prostituição, além da autonomia, como já defendida pelo viés laboral. Ao abordar essa questão, o autor não nega a importância das conquistas feitas pelas organizações de prostitutas quando buscaram a dimensão laboral de suas práticas enquanto direito, pois “produzir prostitutas organicamente comprometidas com o Estado, com a família e com a produção foi a chave não só para dar fim à sequência de mortes e torturas, como também para legitimar culturalmente a própria experiência” (ibid., p. 101).

Ao problematizar essa questão, contudo, o autor (ibid.) mostra o quanto a prostituição enquanto direito trabalhista não garantiu às prostitutas estarem a salvo do estigma de “putas” e do seu entorno discriminatório e, portanto, da sua condição de marginalização. Para ele (ibid.), o “ser puta” transcende a prática exercida pelas mulheres prostitutas, já que se situa numa discussão marcada pela regulação e moralização da sexualidade feminina e, por isso, torna-se um estigma possível a qualquer mulher que burle as fronteiras do que é considerado aceito no que tange a sexualidade e gênero.

Sobre o processo de constituição da identidade brasileira, Margareth Rago (2006) discute a relevância dada à sexualidade na leitura feita nas obras de historiadores como Paulo Prado, Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda durante as décadas de 20 e 30. Apesar de a autora discutir essa questão dando ênfase à formação da identidade do povo brasileiro como um todo, é possível identificar, em suas análises o quanto, nas obras estudadas, a ênfase da sexualidade recai sobre as descrições das mulheres brasileiras, em especial, nas figuras das mulheres dos povos originários e das mulheres negras, vistas como sensuais, vulneráveis e disponíveis para o sexo, principalmente diante do homem branco europeu.

Foucault (1988), ao discutir sobre o dispositivo da sexualidade enquanto ferramenta de poder discursivo, mostra o quanto, desde o século XVIII, a nossa sociedade almejou uma verdade sobre o sexo, uma ciência da sexualidade. Nessa busca pela vontade de verdade sobre sexo, um dos seus maiores objetos de investigação foi o corpo e a sexualidade da mulher. Para o autor, houve um processo de histerização do corpo feminino, visto como impregnado de sexualidade e, por isso, alvo de controle sistemático do olhar médico sobre essa sexualidade na procura por indícios de patologia.

Na história brasileira, as marcas de um discurso misógino e racista, como denuncia Rago (2012), sobre a sexualidade repercutem no imaginário nacional e internacional sobre a figura do brasileiro, deixando como herança uma visão carregada de erotização e devassidão sobre as

brasileiras. Se o estigma em torno da sexualidade feminina, como mostra a autora, é algo constituído em nossa cultura desde os nossos primórdios, pensar outras maneiras de exercício de uma sexualidade que se assuma erótica, devassa, puta sem cair nas malhas da violência torna-se um desafio.

Com o propósito de “aquecer” ainda mais o debate, Olivar (2012) traz para a cena o desafio de pensar a prostituição enquanto direito sexual a ser partilhado lado a lado com as lutas pelos direitos fundamentais e trabalhistas. Para o autor, protagonizar a prostituição nesse campo é dar visibilidade à sexualidade, ao erotismo, ao prazer e, por isso, aproxima-a daquilo que tanto o movimento das prostitutas buscou não estar: no julgamento da devassidão, perversão, anomalia, o conhecido estigma de ser puta. Para Olivar (2007), é exatamente essa forma de pensar a sexualidade e o gênero feminino que precisa ser tensionada para dar, assim, brechas para a emergência de outras possibilidades de ser mulher, como um processo reivindicatório da apropriação dos diversos usos dos seus corpos, da sua genitália e das suas representações simbólicas e afetivas para obter dinheiro:

Decidir as razões pelas quais se tem ou não relações sexuais, assim como o resto de condições dessas práticas, é uma das aplicações básicas dos direitos sexuais... e um saber estratégico no universo da prostituição. Mas também a possibilidade de corporificar sexualidades marginais, feminilidades ostensivamente múltiplas, sem que isso signifique risco de morte ou tortura, nem uma culpabilização moral que mutile as possibilidades do prazer. O direito de ser puta. (OLIVAR, 2007, p. 134).

Seguindo essa percepção reivindicatória do sexo e do uso do corpo como um direito da mulher, aproximo-me das discussões feitas pelo feminismo “atual” a partir de um movimento de grande repercussão internacional, chamado, no Brasil, de a “Marcha das Vadias”. A sua articulação originária deu-se na cidade de Toronto, Canadá, em 2011, em resposta a uma declaração feita por um policial numa palestra sobre segurança pública na Faculdade de Direito *Osgode Hall*, na qual mencionou os estupros ocorridos na cidade contra as mulheres. Na sua fala, atribuiu ao modo de vestimenta das mulheres, nomeadas, por ele, *sluts* (vadias, putas, vagabundas, na tradução para o português) a causa para a violência sofrida por elas (MEDEIROS, 2014; TOMAZETTI; BRIGNOL, 2015). Insatisfeitas com essa declaração, mais de três mil estudantes se organizaram em um protesto na cidade, sendo alargado para vários países do mundo a partir da sua divulgação na internet.

Nas suas diversas manifestações ocorridas em todo o Brasil e no mundo, a Marcha das Vadias traz o corpo feminino como ferramenta política central de luta, tendo com uma das suas marcas as diversas performances corporais, como as pinturas de corpos de frases de ordem em

seus próprios, sendo uma das mais demonstrativas as realizadas nos seios, conhecida como “peitação” (MEDEIROS, 2014). Se o corpo feminino é uma prioridade na luta das mulheres ao demandarem seus direitos, como o de ocupar o espaço público, o controle da fertilidade, o enfretamento da violência sexual e a liberdade de se vestir como deseja, o movimento da Marcha das Vadias retoma essa luta, tendo o corpo como essa expressão de liberdade e propriedade feminina, como sinalizam as “palavras de ordem” do movimento: “meu corpo, minhas regras”; “meu corpo não é um convite”; “puta livre”; “útero laico” e “sem padrão”. O próprio uso da palavra “vadia” procura deslocar o estigma já discutido em torno da erotização feminina, associada a conceitos negativos, como devassidão e perdição para outro lugar, o do reconhecimento do desejo e da liberdade de manifestá-lo sem ser vítima de violência (ibid.).

Dessa forma, as articulações e manifestações propostas na marcha das vadias, por meio de suas intervenções artísticas e performáticas com o corpo, “debocham”, em tons de paródia, dessas visões que tornam o corpo feminino alvo de violência. Se o corpo é reconhecido como objeto de agressão e opressão, na Marcha das Vadias, o corpo se assume como instrumento de enfrentamento para essa violência. Assim, nessa Marcha, as mulheres, como ato de protesto, maximizam a sensualidade, fazem uso da nudez como ícone da liberdade e questionam os padrões hegemônicos de beleza feminina, abrindo possibilidades para se pensar outras concepções de gênero e sexualidade hegemônicas femininas (GOMES; SORJ, 2014).

Esse feminismo mais atual acaba por deixar expostas algumas questões nem sempre bem resolvidas dentro do próprio Movimento, como a ideia de vadia, a pornografia e a transexualidade. Tais práticas escancaram relações mais “diretas com as políticas de liberdade e radicalidade do corpo”.. (TOMAZETTI; BRIGNOL, 2015, p. 35).

De acordo com a discussão de Olivar (2007), para se pensar essa liberdade para a sexualidade e a erotização feminina, faz-se necessário problematizar as representações simbólicas sobre a relação corpo e trabalho. Para o autor, em nossa sociedade, há uma maior relevância para algumas atividades exercidas por esse corpo em detrimento de outras. Isso faz pensar o quanto determinados trabalhos com o corpo são mais valorizados e aceitos em nossa sociedade, como a Fisioterapia, massoterapia e a Terapia Ocupacional, profissões estas nas quais o corpo tanto da/o profissional quando da/o paciente estão envolvidos e em contato próximo. Parece-nos que o dilema está em relacionar corpo, sexo, erotização e dinheiro, transitando, assim, na perspectiva moralizante sobre a sexualidade, como já discutido.

Em um estudo realizado com casais heterossexuais praticantes de *swing*, as mulheres, ao transitar nas casas destinadas a essa prática, investem numa roupagem específica que enfatize o

seu corpo e lhe possibilite visibilidade, como roupas curtas, salto alto, transmitindo sensualidade e erotização, conforme aponta Weid (2010). Tais práticas, segundo a pesquisadora, estão imbuídas do forte fetiche exercido pela figura da prostituta, demarcado tanto nas falas das mulheres como dos homens, sendo essa uma “fantasia” a ser realizada a partir dessa performance erótica e sensual praticada pelas mulheres, principalmente pela exposição do corpo. Nessas experiências, o fetiche está em agir enquanto uma prostituta pelos usos da erotização por meio das roupas e danças, como pelo número variado de parceiros sexuais no *swing*, aproximando-se do que Piscitelli (2005) descreve como autonomia e poder femininos pelo sexo e o exercício livre da sexualidade. Para essas mulheres e seus companheiros, essa prática é permitida por ser uma fantasia, sendo essa similaridade com a prostituição uma coisa prazerosa, almejada e “sadia”, como disse um dos entrevistados na pesquisa de Weid (2010). Assim, nessa situação apresentada, a figura da “puta” é aceita pela potência produzida nos desejos das pessoas envolvidas. Nesse caso, as trocas sexuais ocorrem sem o envolvimento do dinheiro ou de forma tarifada, sendo este, talvez, o limite entre a fantasia e a realidade. Os tensionamentos ocorrem quando há uma relação direta do sexo como uma prática comercial.

Além dessa questão, Oliva (2007) e Piscitelli (2005) problematizam, em suas discussões, a perspectiva da prostituição enquanto uma prática de submissão e exploração das mulheres pelo patriarcado. Para Piscitelli (2005), na prostituição, a mulher se apropria de uma das suas maiores fonte de poder, o sexo, e, como prostituta, alcança a autonomia sobre o seu copo e sobre sua sexualidade, sendo isso uma ameaça à dominação masculina. Oliva (2007) sinaliza, nas diversas transações realizadas entre as prostitutas e os clientes, a riqueza dos agenciamentos femininos, muitas vezes, subversivos às lógicas de submissão e passividade já pressupostas a todas as mulheres que se encontram nessa situação.

Porém, mesmo com todas essas proposições acerca do gênero e da sexualidade feminina, representadas na figura da prostituta dentro do Movimento Feminista, a resolução consensual sobre essa questão ainda está longe de ser alcançada e ainda é motivo mobilizador de discussões (GOMES; SORJ, 2015). As autoras, ao citar a marcha mundial das mulheres, sinalizam tal questão:

Para esta organização, não há autonomia possível nas carreiras das prostitutas, apenas exploração patriarcal e capitalista, que nenhuma regulamentação jurídica poderá anular. O uso político da nudez e do termo “vadia” é considerado por essas outras matrizes feministas contraprodutivo enquanto estratégia política, pois além de corroborar a opção “individualista” pelo corpo, será sempre lido de maneira sexista pelos observadores e acaba aprofundando a dominação que pretende combater. (Ibid., 2015, p. 440).

Se tal discussão produz encontros e desencontros nos modos de pensar a prática da

prostituição de adultas, ela ganha outros contornos quando envolve crianças e adolescentes por se tratar de uma atividade criminosa. No caso do Brasil, em maio de 2015, foi sancionada uma lei que transformou a exploração sexual ou o favorecimento à prostituição de crianças um crime hediondo, tornado, assim, a punição para esses casos mais severa<sup>10</sup>. Tal fato foi comemorado como uma grande conquista pelos movimentos de defesa da garantia de direitos da criança e do/a adolescente ao dar destaque a tal questão como algo a ser coibido pelos órgãos da justiça e dos direitos humanos. Porém, cabe destacar as dificuldades já trazidas pelas CPI da Exploração Sexual, de punir as 37 pessoas indiciadas nos casos apurados e da ainda preponderante culpabilização maior para crianças e adolescentes envolvidos/as<sup>11</sup>. No relatório final da CPI (BRASIL, 2004), em vários depoimentos das crianças e dos/das adolescentes ouvidos/as pela comissão, ficou destacado o medo da denúncia tanto pelo poder exercido na cidade pelo agressor (promotores, políticos, policiais, empresários) como pela insegurança quanto à capacidade das instituições em protegê-las. Dessa forma, a comemoração inicial pela mudança da lei acaba sufocada diante dos grandes dilemas apontados para se combater o fenômeno da exploração sexual.

A prostituição infanto-juvenil é identificada como uma “perdição de si e de oportunidades”, porque crianças e adolescentes estão realizando uma atividade não reconhecida como trabalho (FALEIROS, 2004). Nessa perspectiva, é desconsiderada a prática da prostituição enquanto trabalho para as mulheres adultas, sendo a sua maior ênfase dada aos efeitos degradantes da inteireza humana de quem a prática. No caso das mulheres adultas, o seu movimento organizado permite a sua articulação para serem ouvidas e reivindicarem os seus direitos. No caso de crianças e adolescentes envolvidos/as, são as organizações de proteção, em sua grande parte formada por adultos, que assumem esse lugar. Segundo Moraes (2011), as narrativas construídas a partir da perspectiva dos órgãos de proteção sobre os corpos das jovens envolvidas na prostituição intentam para uma lógica do adoecimento e da anormalidade, distanciando-as de outras juventudes possíveis, principalmente no que tange a aspectos como maturidade, capacidade de decidir e escolher, criatividade, prazer e liberdade.

Outras representações sociais sobre as mulheres envolvidas na prostituição, como discutido, apresentam, da mesma maneira, concepções polarizadas entre a vitimização e a acusação e tanto em uma como na outra são identificadas lógicas violentas, já que as prostitutas

---

<sup>10</sup> Informação retirada do site da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/maio/sancionada-lei-que-torna-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-crime-hediondo>>. Acesso em: 9 out. 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1394-chegou-ao-fim-a-cpi-da-exploracao-sexual-contracriancas-e-adolescentes.html>>. Acesso em: 9 out. 2016.

são tratadas como pessoas diferentes e sem vontade própria (MORAES, 1998). No caso de crianças e adolescentes envolvidas na exploração sexual, mesmo com o enquadramento dessa prática na violência sexual, muitas delas são retiradas das ruas e presas como infratoras e muitos dos casos continuam sem a punição dos exploradores envolvidos (FALEIROS, 2004). Em estudo realizado por Libório, Camargo, Dos Santos e Santos (2007), com professores de rede estadual e municipal em Presidente Prudente-SP, ficou evidenciado que o discurso da culpabilização/responsabilização das adolescentes envolvidas na exploração sexual está baseado em uma lógica machista, que autoriza a manifestação da sexualidade masculina, mas, por outro lado, impõe opressão à sexualidade feminina. Segundo esse estudo, quando as crianças e as adolescentes não cumprem a expectativa de serem “recatadas”, são associadas à imagem de provocadoras e até “demoníacas”. Dessa forma, mais uma vez, nós nos deparamos com os estigmas da prostituição, mesmo quando quem está em questão são meninas vítimas de violência sexual.

Assim, faz-se necessário abordar a posição dicotômica de vítima e acusada que crianças e adolescentes assumem socialmente quando se envolvem com a exploração sexual. Tal dicotomia vem sendo discutida na perspectiva de que, ao colocar crianças e adolescentes na condição de vítima de uma violência gerada por um outrem, a responsabilidade é do adulto que a comete (LIBÓRIO, 2004). Assim, esse público sai da condição de acusação e passa para a de proteção. No entanto, ao serem analisados/as, nessa perspectiva, como já discutido, a participação e o envolvimento das jovens nesse processo não são levados em consideração.

No *III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, um dos pontos discutidos foi o quanto a perspectiva de analisar a criança como agente ativo de sua vida tem provocado mudanças na visão tradicional sobre o envolvimento da criança na exploração sexual como vítima passiva (ENNEW, 2008). Nessa discussão, foram utilizados os termos “prostituição forçada” e “prostituição voluntária”. Para a primeira, foram analisados os fatores já conhecidos, como desigualdade econômica, violência intra e extrafamiliar, violência de gênero, etc. Porém, com relação ao termo “voluntária”, as discussões foram mais polemizadas ao se questionar em que circunstâncias crianças e adolescentes podem consentir em uma relação sexual com um adulto.

Segundo Ennew (2008), as crianças têm decisões ativas, mas elas não estão embasadas de informações completas a respeito das consequências e alternativas que essas decisões podem gerar. Porém, a autora não aponta como essas questões podem ser analisadas com relação às adolescentes. Uma pesquisa realizada por Moraes (1998) mostrou que algumas adolescentes

relataram que estavam na exploração sexual porque queriam e que ninguém as obrigava a isso. A questão do desejo e da autonomia como um direito, inclusive sexual, complexifica-se quando está em jogo a adolescência por ela ser entendida como uma “fase” na qual a pessoa ainda é incapaz de se responsabilizar por si (TONELLI, 2004). No caso da exploração sexual, conceber a prostituição como não forçada é romper com uma tradição nos estudos sobre o tema. Para Libório (2004), de alguma maneira, o consentimento de crianças e adolescentes para a exploração sexual pode ser induzido com diversas estratégias de sedução que oferecem ganhos e probabilidades de mudanças na sua vida. Para a autora, as meninas, ao adentrarem na prostituição, encontram-se em situação de vulnerabilidade pelas “privações, fragilidade e inexistência de opções” (ibid., p. 40).

A relação estabelecida entre cliente/prostituta é vista, na exploração sexual, como uma relação desigual, pois traz benefícios comerciais por meio de um serviço que é imposto socialmente pelas condições desfavoráveis em que se encontra esse público (FALEIROS, 2004). Cabe acrescentar que, nessas condições desfavoráveis, são incluídos tanto os marcadores sociais, como as questões de classe socioeconômica, gênero e étnico-racial. Porém, como já apontado, tal forma de conceber essa relação não problematiza as formas como adolescentes e crianças passam a ser alvo privilegiado no mercado do sexo.

Na minha pesquisa de mestrado (2009), com as participantes adultas, constatei que as mulheres, ainda na infância e adolescência, recebiam o que Moraes (1998) define como convites sexuais. Nesses convites, homens mais velhos expressavam abertamente o seu desejo sexual por meio de “cantadas”, expressões de desejo e propriamente o convite para o sexo. Em alguns desses “convites”, foi mencionada a vontade desses homens em obter sexo em troca de bens materiais que eles poderiam proporcionar.

Segundo Felipe (2006), é importante refletir como os corpos femininos são percebidos pelos homens na nossa sociedade e de que forma isso contribui para a formação da identidade de crianças e adolescentes. No meu estudo (2009), as adolescentes pesquisadas relataram os efeitos que esses olhares masculinos produziram em seus corpos. O reconhecimento que o seu corpo “deixava os homens loucos” era descrito com algo prazeroso e que possibilitava o reconhecimento da sua feminilidade pela via da sensualidade e erotização. Por outro lado, esses homens, ao se apresentarem como possuidores de maior poder aquisitivo, também produziam nelas algum fascínio. Muitos deles exercitavam o que Pochay (2011) chamou de sexo tarifado, que consiste na prática de oferecimento de presentes, mas que não implica, necessariamente, um pagamento de programa.

No estudo realizado por Olivar (2013), sobre prostitutas em Porto Alegre, essa

fascinação pode ser vista na relação estabelecida entre as suas participantes e os seus “cafetões”. Muitas delas se aproximavam desses homens pelo encantamento gerado pela forma como eles se apresentavam: bem vestidos, perfumados, com carro, dinheiro e com certa narrativa romântica.

Na minha dissertação (2009), nas relações com os seus clientes tanto as adolescentes com as mulheres adultas demonstravam o quanto o poder aquisitivo e a sua demonstração por meio de presentes e ajuda financeira exerciam um forte atrativo para elas. Essas relações também foram permeadas por outras formas de vinculação, como o de enamoramento, assim como apontado por Olivar (2010) em sua pesquisa ou como mostra Pochay (2011) nos episódios de romance entre garotos de programas e homens idosos. As participantes que pesquisei (2009) sabiam como transitar nessa relação com os clientes para que pudessem garantir a ajuda financeira a longo prazo, nem sempre utilizando o sexo para isso. Dessa forma, cabe questionar como se dão essas relações de poder nessas trocas estabelecidas na prostituição que nem sempre cumprem o *script* já traçado, conforme vem sendo abordado na presente pesquisa.

Portanto, ao pensar tal problemática nas crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de exploração sexual, cabe retomar as contradições da nossa sociedade referentes às lógicas sobre o corpo infanto-juvenil, discutidas por Felipe (2006), a partir do conceito de pedofilização. O corpo, que, ao mesmo tempo, deve ser protegido das violências sexuais, é também reconhecido e valorizado pela via da sedução e erotização precoce. Na exploração sexual, quando capturadas pelas lógicas do mercado do sexo, as adolescentes vivenciam essa polaridade entre empoderamento-vitimização-estigmatização. Assim, faz-se necessário refletir qual é o lugar que crianças e adolescentes em situação de exploração sexual ocupam nas discussões e práticas desenvolvidas sobre esse tema.

Faleiros (2004) aponta os sentimentos de ambiguidade que essa prática produz em crianças e adolescentes envolvidos/as, que, por um lado, vivenciam a desqualificação por estarem realizando uma prática considerada criminosa e degradante para uma vida considerada “honesta” e, por outro, têm acesso a espaços e bens de consumo até então não possibilitados por outras vias. Segundo o autor (ibid., p. 53), essa contradição é marcada por um determinado “esforço” tantos de crianças e adolescentes participantes dessa realidade ao “aceitar[em] uma condição de perda de dignidade de seu corpo em troca da sobrevivência”. Cabe ressaltar, nessas narrativas acima referidas, os efeitos do já discutido “estigma” envolvendo a prática do sexo comercial quando as meninas sentem esse conflito partindo dessa perspectiva da “prática criminosa e degradante para uma vida honesta”.

A discussão sobre o que seria uma vida honesta para as meninas envolvidas torna-se primordial, já que tal valor pode estar fortemente impregnado de questões de gênero e

sexualidade quando envolve a prática da prostituição. Não se tensionaram, no entorno dessa questão, as concepções moralizantes que inundam as análises de quem realiza pesquisas com esse tema e o quanto essa condição pode barrar outras narrativas para além da associação sexo/troca/dinheiro e os seus efeitos. Tal associação é vista, por vezes, de forma engessada, a saber, a perda da “dignidade”. A exploração sexual também é vista, na perspectiva do trabalho infanto-juvenil, como uma alternativa para crianças e adolescentes “pobres, excluídos, abusados e explorados”, “excluídos das políticas sociais” (ibid., 2004, p. 94). Definir a exploração sexual como algo degradante ao corpo e à “honra” feminina, buscada apenas por crianças e adolescentes pobres como sua única possibilidade de sobrevivência, não dá conta de toda a complexidade e diversidade que tal realidade propõe. Traçar um caminho numa pesquisa que possa sustentar tal discussão não é uma tarefa fácil.

Landini (2011), ao problematizar os modos de se fazer pesquisa sobre essa questão, mostra a dificuldade de se estudar temas como a exploração sexual por despertar posições valorativas e moralistas sobre a sexualidade feminina infanto-juvenil. Por isso, ela menciona a importância do/a pesquisador/a pôr em questão os seus valores morais para que possa acessar os das pessoas pesquisadas. De outro lado, há algumas expectativas das políticas de proteção, que, segundo Moraes (2011), estão calcadas em um “horizonte moral de proteção, de defesa e cuidado” por partirem do princípio de que o corpo na prostituição está na imanência do “flagelo”, em constante risco de se adquirir doenças sexualmente transmissíveis (DTS) ou gravidez. Para a autora, valores como “amadurecimento, capacidade de decisão e escolha” (p. 16) são suprimidos dos discursos institucionais voltados para o enfrentamento da exploração sexual.

Moraes (2011) já aponta em seus estudos os limites que o termo “exploração sexual” abarca, pois, nessa expressão, a dicotomia estabelecida na relação vítima/explorador não deixa clara a multiplicidade de aspectos envolvidos na questão, tais como: “Quem são os exploradores?” “São mulheres, homens, família, amigos/as, pessoas conhecidas, uma rede criminosa?” “Crianças e adolescentes, ao estarem na condição de vítimas, devem ser vistas como figuras frágeis?” Eles/elas nem sempre podem ser consideradas vítimas? Como é possível considerar a autonomia e o desejo delas nesse processo?

No caminhar dessa discussão, Tatiana Savoia Landini (2011) aponta que a expressão *exploração sexual* acaba por ocultar o outro lado da questão, que é a diversidade pelas quais crianças e adolescentes se envolvem com a atividade do sexo por dinheiro. Oliva (2012), ao discutir os limites e as amplitudes do termo “exploração sexual”, questiona o significado do termo e o que ele abarcaria nas relações de prostituição, até mesmo se tal definição só se

aplicaria para as práticas de prostituição ou poderia ser percebida em outras situações para além dela. “E por que não a exploração do trabalho sexual? (ibid., p.115)”, indaga-se o autor, ao deslocar as condições de opressão e submissão para o contexto do trabalho e de como ele é praticado, e não do exercício da prostituição em si.

Para se pensar os lugares ocupados pelas mulheres nas práticas de prostituição e como elas se apropriam do seu corpo, da sua sexualidade e do erotismo como ferramenta de poder e autonomia, lanço mão do conceito de empoderamento. O termo “empoderamento” surgiu nos Estados Unidos nos anos 70 por meio das ações de enfrentamento ao racismo pelo Movimento Negro Norte-Americano com forma de afirmação da raça e de alcance da cidadania (ANTUNES, 2002).

Na mesma década, passou a fazer parte também do Movimento Feminista, como processo para se alcançar a autonomia, a liberdade de opressão de gênero e de questionamento do sistema patriarcal. Para algumas autoras e alguns autores, o empoderamento é considerado uma teoria recente nos estudos de gênero e abarca diversas posições sobre os efeitos dos processos de fortalecimento das mulheres e da importância da redistribuição de poder entre os gêneros (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008).

Nessa perspectiva, o empoderamento feminino manifesta a ideia de as mulheres terem o poder de decisão sobre si mesmas, seja em espaços públicos ou privados, assim como de exercê-lo nos espaços de decisão política e demais esferas que afetam as suas vidas. Tal ideia é também compartilhada por Sardenberg (2006), ao tratar o empoderamento como “conquista da autonomia”, “da autodeterminação”, desestabilizando o sistema patriarcal opressor do gênero feminino, no qual as mulheres tomam para si o controle sobre o seu corpo, a sua sexualidade, a sua vida. Assim, a ideia de poder e controle são fundamentais no processo de empoderamento. Entendo que a noção de poder contém vários sentidos, como citados por Mosedale (2005), que podem envolver relações de dominação para de uma pessoa para com a outra. Outra concepção mostrada por Mosedale (2005) é o poder de dentro, voltado para si mesmo, como os conceitos de autoestima e autoconfiança.

Há ainda o poder para, que envolve as capacidades e habilidades das pessoas em desenvolver algo, e poder com, que trata da ação solidária e compartilhada no coletivo. Pensando tal discussão para a realidade da prostituição, podemos destacar, no discurso já citado da garota de programa Lola, que a ideia de empoderamento aparece justamente quando ela sinaliza que tem autonomia sobre o seu corpo e a sua sexualidade e, por isso, pode decidir o que fazer com tais questões. Além disso, demarca o empoderamento pela valorização do seu corpo pelos homens da forma como eles a desejam. Isso, inclusive, seria para ela um motivo de fetiche

de muitas mulheres em se sentirem prostitutas.

Como será discutido no capítulo seguinte, o corpo feminino, na nossa sociedade, ganha um espaço de visibilidade significativo, sendo, assim, um elemento fundamental na concepção da autoestima feminina, aspecto já mencionado como pertencente ao processo de empoderamento. Na minha pesquisa (2009), uma das participantes adultas relatou a sua tristeza e o seu saudosismo do tempo em que entrava na boate que trabalhava e era alvo de todas as atenções masculinas do local e o quanto isso a fazia se sentir “poderosa”. Tal potência do corpo, aqui ressaltada, configura-se na imagem das jovens, como o da Lola e da Bruna Surfistinha, sendo essa outra realidade para as mulheres mais velhas, como retrata Moraes (2011), ao citar sua entrevista com Gabriela Leite sobre os efeitos do processo de envelhecimento no corpo das mulheres prostitutas, incluindo também o tempo de exercício desse trabalho.

De acordo com a análise da autora, as prostitutas vão buscar mais o engajamento nos movimentos organizados da prostituição quando permanecem nessa prática ao longo do tempo, sendo o envelhecimento um grande motivador para isso. Se o corpo jovem pode possibilitar o empoderamento na prostituição, como já discutido na citação de Lola, no processo de envelhecimento, as mulheres prostitutas buscam outras formas para se empoderar, como a capacidade de acolher, aconselhar e cuidar do cliente, que são adquiridas ao longo da sua experiência e vistas como importantes para o exercício de sua prática.

Além do empoderamento como ferramenta de análise dentro do feminismo, cabe ressaltar o conceito de interseccionalidade, surgido nos Estados Unidos a partir do movimento das mulheres negras como forma de contrapor a hegemonia branca e elitista no feminismo (POCAHY, 2011). Nessa contraposição, as feministas negras sinalizavam as violências sofridas decorrentes das suas sua condição étnica-racial e socioeconômica. Na interseccionalidade, são consideradas as especificidades de cada grupo, como a raça/etnia, gênero, classe social, geração e os processos de desigualdade e subalternidade advindas desses marcadores.

Para Pocahy (2011), esse conceito possibilitou identificar outras maneiras de se lidar com os processos de dominação e desigualdade, advindos do que ele nomeia “saber-poder” por incorporar, nessa relação, os aspectos políticos, sociais e culturais. Nas discussões sobre a prostituição, esse conceito ganha relevância por sinalizar as diferenças vivenciadas nessa prática a partir da idade, gênero, etnia-racial e classe social. Nos casos Lola e Bruna Surfistinha, já falados, ambas são brancas, de classe média e jovens, e isso lhes permitem outro acesso a essa prática, diferente de jovens negras, pobres e de periferia.

Nos estudos realizados por Piscitelli (2004), sobre o turismo sexual em Fortaleza, é possível destacar, na fala das mulheres pesquisadas, negras, pobres e de periferia, a valorização

que muitas delas sentiam por parte dos seus clientes estrangeiros quando eram consideradas bonitas, diferente do que ocorria nas relações que estabeleciam com os homens da sua cidade. A beleza, aspecto considerado importante na constituição da feminilidade brasileira, como aborda Goldenberg (2010), está fortemente atrelada aos aspectos de subjugação e dominação, apontados na interseccionalidade, quando é fortemente atrelada a corpos jovens, brancos e magros, invisibilizando as mulheres negras, pobres e periféricas. Conforme mostrado nos estudos de Piscitelli (2004), a prostituição permite às mulheres um poder aquisitivo tanto em mulheres de classe baixa como de classe média, dando-lhes a capacidade de autossustento e, com isso, a possibilidade de ter autonomia, aspectos também importantes no processo de empoderamento.

Como pensar tais questões quando se referem à prática do sexo pago/tarifado com crianças e adolescentes? Elas também não estariam desenvolvendo o seu empoderamento, sua autonomia ou capacidade de agência? Como já mencionados, tais questões não são fáceis de serem respondidas e muito menos sustentadas nos espaços voltados para essa discussão. Como já discutido, na própria prostituição adulta, não há um consenso até mesmo nas discussões feministas, conforme mostram as autoras Nickie Roberts (1992) e Adriana Picitelli (2005). As referidas autoras mostram que, para uma parcela dos movimentos feministas, como já discutido, a prostituição é vista como uma subordinação da mulher, por meio do sexo, ao poder masculino.

Para pensar essas questões, cabe mencionar outra ferramenta conceitual utilizada nos estudos feministas: o conceito de agência. Ele é entendido como a capacidade da pessoa em subverter e ressignificar as normas hegemônicas, neste caso, as masculinas (MAHMOOD, 2006). Nessa perspectiva, a ênfase está na autonomia e capacidades individuais em resistir a um modo dominante de poder e, com isso, estabelecer outras relações diante disso. No estudo feito por Picitelli (2005), o qual já foi referido, nas relações das prostitutas com seus clientes estrangeiros, elas buscavam formas de resistir às desqualificações sofridas em sua cidade por serem mulheres, negras, pobres e periféricas.

Retomando essa discussão sobre a submissão das mulheres na prostituição, o conceito de agência permite analisar, para além da dicotomia opressão-submissão, como essas mulheres constroem, dentro das possibilidades surgidas na prática da prostituição, estratégias para lidar com as desigualdades já mencionadas. Na pesquisa do autor (ibid.), as mulheres, na sua relação com os estrangeiros, descobriam outras formas de se sentirem valorizadas e, a partir disso, conseguiam obter melhores condições financeiras para si e sua família.

O conceito de agência, portanto, contribui para deslocar a compreensão hegemônica sobre o lugar da mulher na prostituição, seja ela de vítima, algoz e submissa, para outros

lugares, muitas vezes, desconhecidos, invisibilizados. No processo de pesquisa, são nesses “mistérios” que encontramos as molas propulsoras para nos lançarmos nessa leitura, muitas vezes, desacomodante, sobre o universo subjetivo de mulheres e suas amplas relações com corpo, gênero e sexualidade.

Seguindo a linha desse desafio, o que se pretendeu considerar na prática do sexo pago/tarifado, nessa pesquisa, é algo já proposto por Olivar (2013, p. 35), em seu estudo sobre o tema, quando mostra que tal prática deve ser entendida como um “espaço privilegiado de existência” de mulheres, “como ideia cultural, nome, corpo e espaço de prática e experiência”. Dessa forma, partindo dessa premissa e da proposta feita por Landini (2011) e Moraes (2001), a presente pesquisa buscou tensionar as concepções de exploração sexual, ampliando a discussão para além da dicotomia vitimização-culpabilização, assim como problematizando até que ponto é possível continuar utilizando a expressão “exploração” diante de todas as nuances que envolvem o sexo nessas práticas.

## 2 O CORPO COMO PRODUÇÃO CULTURAL

O corpo, enquanto elemento que se constitui no social, está em permanente aprendizado nas relações que estabelece, seja no contexto familiar, escolar, no trabalho, nas redes sociais virtuais, nos livros, bem como no contexto midiático (ANDRADE, 2013). Nessas relações, são ensinadas formas de o sujeito pensar, agir e sentir em relação a si e ao outro. Tal concepção, segundo Goellner (2003), rompe com a noção naturalista sobre o corpo ao demarcá-lo como histórico, e, por isso, transitório, modificável.

O corpo também é cultural, é o seu “entorno”, ou seja, aquilo que produzimos sobre ele, tais como roupas, acessórios, alterações cirúrgicas (plásticas) ou técnicas de modificação (*body modification*). O corpo também é linguagem, ou seja, é o que se diz sobre ele, os sentidos que passam a fazer parte dele em determinado momento histórico e determinada cultura.

Nesse sentido, a autora segue afirmando que conceber o corpo dessa forma não é negar a sua “materialidade”, ou seja, a sua dimensão biológica, mas é problematizar sua centralidade nas discussões e explicações sobre os diferentes modos de ser e atuar no mundo (GOELLNER, 2003). O corpo passa a ser concebido como algo construído, em processo constante, no encontro do que trazemos no nosso código genético e o que aprendemos numa determinada cultura (MEYER; SOARES, 2008).

### 2.1 UMA MORAL DAS APARÊNCIAS

Foi no final do século XVIII e durante o XIX que o corpo ganhou importância nas interações estabelecidas entre as pessoas, constituindo-se uma “moral das aparências”, ou seja, o que mostramos passa a demarcar aquilo que de fato somos (GOELLNER, 2003). Segundo a autora, com o desenvolvimento da ciência, o corpo passou a ser alvo de constantes investigações e, como resultado disso, o seu conhecimento tornou-se fundamental para classificar, nomear as pessoas e dar um lugar social para elas.

Durante muito tempo, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres serviram de justificativa para legitimar a “superioridade masculina” no que tange à força física, assim como o tamanho do crânio serviu para que os negros fossem classificados como uma raça inferior diante das demais. Atualmente, o corpo almejado é o exercitado, jovem, produtivo, belo e, por isso, o obeso, flácido, sinaliza descuido de si, falta de vontade ou controle, algo a ser combatido cotidianamente (GOELLNER, 2003; MEYER; SOARES, 2008). O discurso científico passou a

ser um regulador desses corpos, ditando quais estratégias devemos utilizar para obter esse corpo “perfeito” por meio do controle de si. Dessa forma, tal lógica favoreceria o que Goellner (2003) chamou de “individualização das aparências”, em que caberia a cada pessoa ser responsável pela manutenção do seu corpo, da sua beleza e saúde. No corpo, concretizaria-se a sua identidade, a sua visibilidade. Com isso, o corpo tornou-se um projeto pessoal, um “corpo-projeto”, como apontam Meyer e Soares (2008) e Couto (2009), sendo possível alterar, modificar, a partir das lógicas que buscam na aparência, a demonstração não só de saúde, mas, atrelada a ela, à beleza, que, na sociedade atual, é entendida como um corpo magro, jovem, “turbinado”. Para esse “corpo-projeto”, são disponibilizadas tecnologias avançadas dispostas a promover o que Couto (2013) menciona de *design corporal*, que, como as indústrias especializadas, prometem a todo o momento verdadeiros milagres. Por meio delas, podemos alcançar a imagem corporal desejada, assim como potencializar cada vez mais o funcionamento do nosso corpo. Aquilo que não funciona, que é obsoleto, pode ser substituído, recodificado. São inúmeros os investimentos e rituais do auto-*upgrade* dessa indústria para que busquemos cotidianamente repaginar nossa aparência. Tal economia da estética ressalta que somente esse corpo ritualizado por meio das tecnologias da modificação é alvo de valorização (COUTO, 2009, 2013).

Segundo Goldenberg (2011), na nossa sociedade, o corpo almejado e produtor de desejo é um “corpo-moeda”, que, ao mesmo tempo, é produto de compra e venda, um corpo investido de uma economia da sexualidade, gerando, nas mulheres o desejo de investir no seu corpo, principalmente na sua aparência, por meio de tecnologias de embelezamento tais como cirurgias plásticas, exercícios físicos e cosméticos. O corpo tornou-se o espaço privilegiado no processo de embelezamento, que, na nossa sociedade, está atrelado ao conceito de saúde e felicidade (SANT’ANA, 1995). Para Couto (2009), o discurso sobre o corpo alcançou um patamar de destaque no meio científico e cultural, nas mídias e no nosso cotidiano como nunca ocorrido antes. O corpo como espetáculo torna-se uma mercadoria, que, nas suas diversas formas de existência, podem ser patenteadas e comercializadas no mercado global.

Para Goldenberg (2010), no Brasil, o corpo magro, jovem, sarado e *sexy* é considerado “uma riqueza”, veículo de ascensão social no mercado do trabalho, do casamento e do sexo. Os espaços midiáticos têm sido um grande canal de veiculação dessas lógicas, como podemos ver em propagandas, revistas, novelas, clipes, músicas, nos quais são exibidos os corpos desejados, sempre atrelados às ideias de felicidade, desejo, sucesso. Para Jane Felipe e Bianca Guizzo (2003), a mídia tem sido uma grande veiculadora de um modelo específico no processo de constituição dos corpos, principalmente dos infanto-juvenis. Portanto, torna-se relevante

problematizar os efeitos das pedagogias culturais contemporâneas nos modos de ser feminino e masculino, principalmente em crianças e adolescentes, e as suas implicações nas situações de exploração sexual.

## 2.2 AS JOVENS E O PROCESSO DE EROTIZAÇÃO DE SEUS CORPOS

O conceito de infância passou por um longo processo de construção e elaboração, partindo de inúmeras teorias dos diferentes campos do conhecimento. Várias concepções foram se delineando na área médica, psicológica, jurídica, pedagógica, antropológica e sociológica, de maneira que, atualmente, não podemos classificar o conceito de infância como estável, “natural” e homogêneo. Dessa forma, podemos falar que existem inúmeras infâncias em constantes processos de ressignificação e transformação, que variam conforme o tempo, a classe social, o gênero e a cultura em que as crianças estão inseridas (FELIPE, GUIZZO, 2003). Assim, percebe-se a infância na sua pluralidade, não existindo uma concepção única e imutável, mas “infâncias”, que variam conforme os modos de atuações das crianças na sociedade, em diversos contextos (HAMMAN, 2002).

Na cultura pós-moderna, a infância tem ganhado espaço, visibilidade, o que tem feito com que o mercado direcione a essa clientela infantil uma gama de produtos específicos, tais como roupas, acessórios, músicas, comida, com isso, desenvolvendo uma tecnologia aprimorada para estimular esse comportamento consumidor por meio de propagandas, novelas, filmes e demais dispositivos midiáticos (GUIZZO, 2011). Tais dispositivos, como artefatos culturais, têm contribuído no processo de constituição de novas formas de ser criança na atualidade.

Os artefatos culturais instigam-nos a pensar sobre o que está sendo produzido para a infância na atualidade, bem como o modo pelo qual as crianças se apropriam de tais produtos. Desde muito cedo, até mesmo antes de nascermos, somos investidos de diversas expectativas, em função de nosso gênero e da nossa condição social (GUIZZO; FELIPE, 2003). Diversas pesquisas têm mostrado como os contos de fadas, os jogos eletrônicos, os livros didáticos e paradidáticos, brinquedos e a internet marcam e constituem modos de ser criança na contemporaneidade (ABREU, 2010; AMARAL, 2010; GUIZZO, 2005; VIDAL, 2008).

No estudo realizado por Guizzo (2005), a partir da década de 60, as crianças passaram a ocupar a grade televisiva não mais como expectadoras, mas como apresentadoras de programas voltados para o público infantil. Na década de 80, houve uma proliferação desses programas nos quais as crianças eram convocadas a consumir os produtos neles veiculados. Tais produtos vão

desde brinquedos, roupas, cosméticos a produtos tecnológicos. Cabe aqui destacar que, nessas propagandas, para a autora, há um marcador significativo de gênero, no qual é possível destacar a diferença entre as propagandas direcionadas às e aos jovens (GUIZZO, 2005). As imagens para os jovens abarcam cenas de ação, aventura e movimentação física e, para as jovens, cenas de beleza e maternidade, associadas também ao mundo doméstico. Tais perspectivas marcadas por divisões de gênero estão presentes nos jogos *online* voltados para o público infantil, como mostram as pesquisas de Cristiane Flores (2013) e Liliane Prestes (2014). Para Felipe e Guizzo (2003), a maneira como percebemos e significamos o corpo feminino e masculino não tem se dado de forma igualitária, havendo uma tendência a hierarquizá-los.

Com relação ao gênero, existe um processo permanente de construção das identidades vinculadas a “mecanismos de conduta socialmente adequados”, e a identidade não é formada de uma só vez, sendo necessário um processo de repetição contínua, que vai ensinando modos de ser jovem (SABAT, 2008, p. 98). Os artefatos culturais produzem certo tipo de discurso que se pretende hegemônico, veiculando aquilo que se considera ideal para um e outro gênero desde a mais tenra idade. Tais perspectivas englobam ainda conceitos de sexualidade que integram uma rede de meios educativos constituídos por várias pedagogias da sexualidade e de gênero (LOURO, 2000).

Atrelados à questão do corpo, estão os conceitos de gênero e de sexualidade, que não se constituem como uma diferença universal entre as pessoas, conforme traz Colling (2004). Para o autor, analisar tais conceitos permite entender a construção e a organização social das diferenças sexuais. Louro (2013) explica que o conceito de gênero, originado das teorias feministas anglo-saxãs, busca dimensionar as discussões sobre o ser homem e mulher no processo social e cultural, afastando-se dos essencialismos biológicos. Dessa forma, segundo a autora, as explicações para as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres não estariam nas diferenças biológicas, mas nas relações sociais, no processo histórico, na acessibilidade aos recursos disponíveis na sociedade em questão.

Na nossa sociedade, são definidas características específicas para cada gênero, o que dará a cada um dos sujeitos um lugar social, um espaço de pertencimento a um determinado grupo, formando, assim, a sua identidade de gênero. A escola, a família e as pedagogias culturais teriam esse papel constante de afirmar, constituir, controlar essas identidades de gênero a partir daquelas consideradas referência naquela cultura, naquele grupo social (FELIPE; GUIZZO, 2003). Tal discussão torna-se fundamental quando se trata de instituições voltadas para a proteção de crianças e adolescentes e, no caso desta pesquisa, pertencentes aos serviços de proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS). Esses serviços se voltam para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, como violência física, psicológica e/ou sexual e que estejam sem referencial familiar ou que esta esteja impossibilitada de exercer cuidado e proteção (GULASSA, 2010). Cabe ao serviço oferecer proteção integral, como moradia, alimentação, higiene e trabalho, assim como “privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual.” (BRASIL, 2007, p. 43). Dessa forma, nesses casos, crianças e adolescentes, ao serem afastados/as da família e da comunidade onde estavam inseridas, passam a ser tuteladas pelo estado de forma mais direta e integral.

Entende-se que as representações veiculadas pela mídia sobre sexualidade, corpo e gênero têm subjetivado não somente os adultos, homens ou mulheres, mas também trabalhado minuciosamente para a formação das identidades infantis e juvenis (FELIPE; GUIZZO, 2003). Em geral, a sociedade nem percebe o quanto ela própria está produzindo novas identidades sexuais e de gênero a partir da objetificação dos corpos (FELIPE, 2006). Segundo Louro (2013), qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura, e determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e fundamentais em determinada sociedade, sem, no entanto, haver esses mesmos atributos em outra.

Um dos efeitos desses processos de subjetivação têm sido as apropriações que adolescentes vêm fazendo das tecnologias de informação e comunicação mais atuais, como os celulares e suas câmeras, para registros e compartilhamentos dos seus corpos e sexualidade. Se as imagens femininas corporais erotizadas passam a ocupar um lugar de destaque nas grandes mídias, como já apontado, em posse de um canal de acesso a elas, como o celular, os/as adolescentes, como forma de experimentação de sua sexualidade, passam a registrar parte dos seus corpos ou de atos sexuais e a publicá-los nas redes sociais virtuais. Esse fenômeno vem sendo chamado de *sexting*, uma junção de suas palavras em inglês, *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagens), que consiste no ato do envio de materiais com conteúdos sexuais registrados em fotos, vídeos ou textos (WANZINACK; SCREMIN, 2014).

Essas novas modalidades virtuais como forma de expressão da erotização do corpo feminino, por outro lado, têm colocado as mulheres em uma “vitrine” para outras manifestações de violência, quando essas imagens são divulgadas para além das pessoas envolvidas no envio realizado pelas próprias meninas, gerando o fenômeno conhecido como *ciberbullying*. Os casos registrados dessa violência vêm chamando a atenção por conta dos prejuízos gerados por essa situação, agravando-se para a morte, como nos casos de suicídio cometido por meninas que tiveram suas imagens divulgadas, como o ocorrido no Piauí e no Rio Grande do Sul. Por conta

dessa publicização, as adolescentes passaram a receber mensagens de ofensas e desqualificação nas redes sociais virtuais. Um dado relevante dessas situações foi que, diante das manifestações negativas sobre as imagens divulgadas, nas próprias redes virtuais, antes de se matarem narraram as suas despedidas em tom de desculpas, culpabilizando-se pelo ocorrido, assim como demarcando as suas dificuldades em “suportar” os efeitos gerados por essa situação<sup>12</sup>. Dessa forma, como será discutido ainda nesta seção, essas meninas, ao terem o seu corpo hipererotizado pelas pedagogias de gênero e sexualidade amplamente reiteradas nas grandes mídias, vivem essa ambiguidade de, por um lado, ter todo esse estímulo para expressarem, no seu corpo, a erotização, mas, por outro, de serem fortemente punidas quando assim se manifestam nos espaços onde transitam.

A identidade feminina “central” na sociedade atual tem privilegiado imagens no espaço midiático de jovens-mulheres como exemplo de beleza e sensualidade, que passam a ser “modelos” de feminilidade e de vivência da sexualidade para esse gênero, como aponta Felipe (1999). A autora ainda lembra que na exposição constante dos corpos femininos é produzido ou reproduzido conhecimento, especialmente no que diz respeito à sexualidade. Ao se constituírem como mulheres atraentes e sedutoras, constroem ou veiculam um modo de ser feminino no qual as relações de poder parecem se estabelecer mais a partir do erotismo e da sedução.

Em estudo já citado, realizado com casais heterossexuais praticantes de *swing* na cidade do Rio de Janeiro, foi possível constatar que nos anúncios realizados pelos casais em seus blogs na internet são os corpos femininos que ficam expostos como chamariz para atrair o outro casal (WEID, 2012). Nesse processo, são os corpos jovens, magros e investidos de erotismo os mais bem sucedidos e mais assediados nos jogos de prazer e sensualidade praticados pelos casais participantes do *swing*. Portanto, cabe analisar como esses processos repercutem em crianças e adolescentes e, mais ainda, como o corpo jovem passa a ser objeto de todo um investimento erótico por parte do mundo adulto.

Os meios de comunicação de massa têm sido um importante veículo para demonstrar às pessoas a sua carência de ter saúde e beleza, favorecendo o consumo de mercadorias e serviços relacionados a essa necessidade (FONTES, 2009; GOELLNER; 2013). Um dos grandes alvos dessa lógica mercadológica tem sido o corpo feminino, que é estimulado a ser jovem, belo, esbelto e bem vestido, como pontuado anteriormente (FONTES, 2009). A preocupação com o corpo e a sua aparência tem se refletido no modo de ser não só de mulheres adultas, mas também de crianças e adolescentes que, precocemente, já mostram o seu investimento em um

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/intimidade-na-internet-casos-de-sexting-aumentam-e-congresso-discute-quatro-projetosnbsp-27112013>>. Acesso em: 6 out. 2016.

“corpo-projeto” ao se interessarem por ingressar em academias, fazer regimes e cirurgias plásticas. Segundo o levantamento da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica<sup>13</sup>, o número de cirurgias plásticas entre adolescentes de 14 e 18 anos teve um aumento de 141% nos últimos quatro anos. Num dos *links* apresentados nessa matéria, é mostrado o caso de uma adolescente que aos 16 anos pediu aos seus pais, como presente de aniversário, um implante de silicone. Após a cirurgia, a reportagem mostra como tal procedimento mudou a vida da adolescente, que se sentia excluída por não ter o “corpo perfeito”. Para Felipe e Guizzo (2003), as propagandas dirigidas a esse público não só reiteram essa lógica como também estimulam um consumo “desenfreado” de produtos que possam reafirmar a sua beleza e vaidade. Tal lógica é também fomentada por uma cultura hedonista, que favorece uma imagem do corpo cosmetizada e fetichizada, repleta de conotações eróticas, sedutoras, sexuais, sensoriais e sensuais (FONTES, 2009).

Segundo Felipe e Guizzo (2003), os meios de comunicação de massa, tais como televisão, cinema, música, jornal, internet, videoclipes, têm propagado com frequência a imagem de corpos erotizados, em especial, das crianças e adolescentes do gênero feminino e jovens mulheres, possibilitando a vivência de outras formas de exploração dos corpos e da sexualidade. Tais formas, calcadas, em sua maioria, pelas lógicas do consumo, têm incorporado o sexo como espetáculo e *performance* na qual a criança, em algumas dessas concepções, tem sido vista como objeto de desejo sexual do adulto (FELIPE, 2006). Dessa forma, faz-se necessário problematizar como, na nossa sociedade, tal desejo se constitui. Nessa perspectiva, a referida autora, ao discutir a questão da pornografia infantil e da erotização dos corpos, introduz o conceito de “pedofilização”. Tal conceito sinaliza as práticas contraditórias na nossa sociedade, que, ao mesmo tempo em que cria leis e políticas de proteção em favor de crianças e adolescentes, promove uma erotização dos corpos infanto-juvenis em diversos contextos, em especial nos contextos midiáticos.

Para Felipe (ibid.), por meio do desenvolvimento do ciberespaço, a pedofilia ganhou um território fértil para seu exercício e divulgação. Segundo a autora, o Brasil ocupa o 3º lugar no *ranking* de material com conteúdo pornográfico na internet, sendo um mercado bastante lucrativo. Com as novas tecnologias, é possível alterar e criar imagens, como de corpos adultos para infantis, fazer animações, inclusive em 3D (QUAYLE; LOOF; PALMER, 2008). No Japão, por exemplo, um tipo de mangá chamado de *lolicon* (jargão japonês para nomear o que chamam de complexo de Lolita, em referência ao personagem de Vladimir Nabokov), foi criado

---

<sup>13</sup> Mostrado no jornal *online* Estadão de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,numero-de-cirurgias-plasticas-entre-adolescentes-aumenta-141-em-4-anos-,1048786,0.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2013

para burlar as infrações penais naquele país. Nesse material, são comuns as imagens de crianças com roupas de escola e mulheres adultas com imagens infantis sendo estupradas ou em cenas sadomasoquistas.

De acordo com Felipe (2006), outra grande expressão da erotização no Brasil tem sido a música, tanto nas letras como nas danças, como mostra o estilo *funk*. Para a autora, nesse estilo, o conteúdo das músicas tem um forte cunho sexual, no qual há uma grande exposição dos corpos femininos. Outro exemplo de música citada pela autora é a composição feita por um grupo de *rock* gaúcho, chamada *Por que não?*<sup>14</sup>, na qual é enaltecido o desejo de um adulto por uma menina que, segundo a letra, sugere ter uma ligação consanguínea e também afetiva, conforme citado: “Teu sangue é igual ao meu, teu nome fui eu quem deu, te conheço desde que nasceu!” e com isso questiona: “Por que não?, pergunta que leva o título da música.

Ainda nessa temática, outra música que obteve bastante sucesso foi a do grupo de *rock* Raimundos, chamada *Me lambe*<sup>15</sup>. Nessa música, é possível visualizar como uma determinada imagem de corpo infantil pode despertar desejo sexual em homens adultos. Mesmo quando a personagem é descrita fazendo uso de boneca, é também sinalizada a sua capacidade de erotizar, pois “já sabe rebolar e hoje em dia quem não sabe?”, mostrando assim o quanto tal modo de exercer o feminino faz parte de nossa cultura.

Apesar do personagem masculino, nessa música, ter sido punido, chama atenção o discurso do policial ao mencionar, no ato da apreensão, que, apesar de ter consciência de estar exercendo a lei, diz que, se estivesse no lugar do apreendido “faria tudo igual”, reiterando, assim, um determinado tipo de masculinidade. Felipe (2006), ao discutir o conceito de pedofilização, problematiza a representação da sexualidade masculina heterossexual, caracterizada como “descontrolada”, em permanente estado de vigília ao seu desejo sexual, o que, no contexto da violência sexual contra a mulher, costuma ser usada como justificativa para o comportamento agressor masculino.

Assim, nessa relação estabelecida entre corpo, gênero e sexualidade, mulheres e homens têm aprendido que é o corpo feminino jovem, infantilizado, que deve ser alcançado, desejado. Dessa forma, a partir do século XVIII, a imagem propagada da infância como sinônimo de

<sup>14</sup> Trechos da primeira versão da música: “E Por Que Não? Eu estou amando, a minha menina. E como eu adoro suas pernas fininhas. Eu estou cantando, pra minha menina. Pra ver se eu convenço ela a entrar na minha. E por que não? Teu sangue é igual ao meu, teu nome fui eu quem deu, te conheço desde que nasceu! E por que não?”. Disponível em: <<http://letras.mus.br/bide-ou-balde/860174/>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

<sup>15</sup> Alguns trechos: “O quê? O que que essa criança tá fazendo aí toda mocinha? / Vêem, já sabe rebolar, e hoje em dia quem não sabe? [...] / Como a vista é linda da roda gigante é... Tão grande, Acho que ela viajou que eu era um picolé, Me lambe, No parque de diversões foi que ela virou mulher, das forte Menina pega a boneca e bota ela de pé. / Sinto, amigo, lhe dizer, mas ela é "de menor". Isso é crime Seu guarda, se não fosse eu podia ser pior. Imagine. O homem de cacete disse, quando me algemou Que ela só Tinha dezessete, que o pai dela era doutor. E que se fosse eu ainda faria igual. Se fosse no ano que vem ia ser normal.” Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/raimundos/me-lambe-2.html#ixzz2xhAcT5pb>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

pureza e inocência, que necessitava da proteção do adulto, foi contrastada com a situação de muitas crianças que têm os seus corpos não só como mão de obra barata, mas também para a satisfação sexual do adulto (FELIPE, 2006). Portanto, cabe questionar a complexidade que envolve a produção de significados sobre o corpo infanto-juvenil na nossa sociedade e os efeitos que isso tem produzido nas crianças e adolescentes do gênero feminino que, desde muito cedo, passam a entender que o seu corpo tem um valor social e cultural diretamente vinculado ao erotismo e à sedução.

### 3 TRAÇANDO METODOLOGIAS

#### 3.1 DELINEANDO A PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Partindo de uma perspectiva metodológica pós-crítica em Educação na qual se entende o método como uma “produção de informação” e de criação de “estratégias de descrição e análise”, neste processo de pesquisa, movimentei-me de variadas formas, indo e vindo, entrando e saindo, atenta para não cair no *status quo*, no já definido, rígido, pronto daquilo que se observa, sente e vivencia no campo da pesquisa. Para Dagmar Meyer e Marlucy Paraíso (2012, p. 16), o estar em movimento na pesquisa possibilita a não estagnação do conhecimento que produzimos para que possibilitar a emergência de múltiplas formas se ver os fenômenos estudados. A força dessa metodologia está na “alegria de ziguezaguear”, justamente para “estranhar, questionar, desconfiar” (ibid., 2012, p. 17). Assim, exerci o “ziguezaguear” no campo de pesquisa, indo da pesquisa documental à entrevista com as profissionais e ao difícil e rico caminho na busca pelas meninas em situação de exploração sexual. Nesse processo, busquei estar atenta e sensível para todas as oportunidades surgidas da aproximação, do contato e do diálogo.

Com as meninas, dei prioridade à formação do vínculo devido às peculiaridades que envolvem a realidade da exploração sexual, tais como a violação dos direitos das crianças e dos/as adolescentes e a marginalização de sua prática. A atenção cuidadosa para estabelecer relações “face a face” com as participantes ocorreu para que esse vínculo propiciasse narrativas mais espontâneas sobre o seu cotidiano. Devido às dificuldades em reportar a experiência com a exploração sexual, fiz uso da “bricolagem”, estratégia proposta por Paraíso (2012), na qual as fronteiras entre diversas disciplinas, saberes e conhecimentos são borradas para que se chegue a um caminho e às possibilidades necessárias para a emergência de algo novo. Por isso, segundo a autora, lançamos mão de estratégias metodológicas de inspiração etnográfica, da netnografia, dos grupos focais, de entrevistas, narrativas, como também de materiais produzidos especialmente para os encontros com as meninas, tais como escritas, desenhos, fotos, cartazes, figuras. Muitas dessas, utilizei como forma de acessar o universo das interlocutoras desta pesquisa e a realidade da exploração sexual, de acordo com as possibilidades surgidas no campo de pesquisa.

Recorri a um olhar etnográfico por considerá-lo um modo produtivo, que me permitiria analisar a forma como as pessoas vivenciam o seu cotidiano a partir da sua própria perspectiva.

Segundo Angrosino (2009), a observação etnográfica se utiliza dos cinco sentidos de quem pesquisa para acessar as informações de todas as fontes possíveis. Por isso, a minha sensibilidade precisou estar aguçada para que chegassem todas as informações necessárias para a produção do material de pesquisa, a saber, inquéritos policiais, entrevistas com as meninas por meio de grupos focais, entrevistas com profissionais que estiveram envolvidos nas instâncias para o enfrentamento da exploração sexual em Porto Alegre – RS, assim como relatos da equipe técnica, composta por psicólogas e assistentes sociais e dos pais sociais.

Para a análise do material documental dos inquéritos policiais, uma observação cautelosa foi necessária para que o conteúdo escrito pudesse ser visto em seus diversos ângulos, oportunizando alcançar a dinâmica dos serviços atuantes quando a denúncia é realizada e o inquérito aberto. Os documentos construídos sobre as meninas sinalizam como essas redes produzem verdades sobre elas, apontando, assim, alguns modos de atuação desses serviços em sua vida. Ter também acesso aos depoimentos das famílias e dos acusados possibilitou ter as narrativas desses personagens tão importantes nos casos de violência e nem sempre fáceis de ser encontrados e incluídos enquanto participantes desta pesquisa.

Já as entrevistas possibilitaram o acesso a conteúdos relevantes para o estudo por meio do diálogo, da interação e do aprofundamento do material produzido ao consultar e explorar os sentidos expressos e nem sempre claros sobre uma situação. Com os grupos focais, foi possível, como aponta Flick (2004), chegar às informações da maneira como elas são formadas, divulgadas e dialogadas no cotidiano das meninas. Nos grupos, utilizei diversos dispositivos, como músicas, imagens, jogos, danças, brincadeiras e demais possibilidades inventivas e criativas às quais precisei recorrer no momento para interagir com elas, como subir em árvore para pegar frutas ou fazer caminhadas até a parada do ônibus, expandindo, assim, a expressão do que desejava conhecer.

Para o registro do material, utilizei o gravador com o consentimento das participantes envolvidas, assim como o registro detalhado e aprofundado sobre as minhas impressões num diário de campo. As produções narrativas feitas pelas meninas, por exemplo, desenhos e cartas, também foram considerados, assim como as conversas com as pessoas próximas a elas, como as mães sociais.

Para a análise do material construído, na perspectiva metodológica aqui defendida, foram tomados como fundamentais alguns posicionamentos e posturas discutidos por Meyer (2012), tais como: colocar em questão a produção de verdades absolutas, homogêneas, naturalizadas, binárias, de causa e efeito para que, assim, insurjam as dúvidas, a relativização do

saber, a desnaturalização dos fatos. Para a autora, na produção de conhecimento almejada em tal proposta, a preocupação está em problematizar e descrever como se constituem os sentidos e saberes nas relações estabelecidas entre os grupos estudados, interrogando, também, como se dão os jogos de poder na formação das pessoas envolvidas. Segundo Paraíso (2012, p. 39):

Analisamos as manobras, as táticas e os fundamentos das posições estratégicas que dão efeito de conjunto a determinadas relações de poder em um discurso. Analisamos também os investimentos, os pequenos combates, aquilo que se afirma em um discurso, mais do que aquilo que se profbe.

Tal procedimento de análise foi fundamental para problematizar as relações institucionais e os seus efeitos na vida das meninas atendidas, em especial, sobre as relações de gênero e de sexualidade vigentes. Assim, foram consideradas as múltiplas vozes, a pluralidade da experiência e dos sentidos, atravessadas pelas questões de gênero, étnico-racial e de classe do contexto estudado. Nesse processo, o conhecimento produzido é provisório, contraditório, passível de questionamento, em constante construção e desconstrução (LOURO, 2003). Por isso, a importância das leituras constantes, “demoradas”, “concomitantes”, que desmontem, desterritorializem as nossas certezas para que possamos dar vazão ao diferente, ao novo (PARAÍSO, 2012, p. 36-37).

Portanto, a seguir, descrevo os caminhos percorridos para alcançar o material da pesquisa, começando pela busca incessante para encontrar as meninas atendidas em instituições de proteção a crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre. Essa busca me levou ao material documental e as/os profissionais, chegando, por fim, aos locais onde as meninas estavam. Retomo, também, algumas informações das participantes com o intuito de contribuir para a compreensão da análise e discussão dos resultados.

### 3.2 A DIFÍCIL PROCURA PELAS MENINAS

Nesta seção, apresentarei o meu processo na busca pelas meninas a partir das minhas aproximações com as instituições e profissionais envolvidos/as na temática da exploração sexual. Tais pessoas e instituições foram indicando possíveis caminhos, muitas vezes, difíceis de serem traçados. Tal fato foi apontando as peculiaridades e complexidades envolvidas na realidade da exploração sexual em Porto Alegre – RS. A resistência e persistência mostraram-se minhas companheiras indispensáveis em todo esse percurso de construção desta pesquisa, principalmente, por não deixar sucumbir a minha vontade de conhecer essa temática a partir de quem a vivencia.

Quando iniciei minha pesquisa de mestrado em 2008, tinha sido publicada, no ano de 2007, uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Polícia Rodoviária Federal, na qual se mapeou a situação da exploração sexual nas estradas brasileiras. Na ocasião, o Rio Grande do Sul foi apontado como o segundo maior foco da exploração sexual no país, perdendo apenas para Minas Gerais (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2007). Porém, para a realização da minha pesquisa, encontrei dificuldades consideráveis para localizar crianças e adolescentes em situação de exploração sexual que estivessem vinculadas a uma instituição voltada para essa realidade (SERPA, 2009). Dois anos depois, no intuito de retomar minha participação nas discussões sobre esse tema nos espaços políticos de articulação da rede municipal de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, tomei conhecimento, por meio da minha orientadora, da existência do EVESCA. O presente comitê foi constituído por meio do Decreto nº 16.912, no ano de 2011, com o objetivo de monitorar, avaliar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em Porto Alegre.

Num dos eventos promovidos por esse Comitê, foi apresentada uma pesquisa realizada pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) sobre a atuação de governos municipais no enfrentamento da violência e da exploração sexuais de crianças e adolescentes em quatro capitais do País (DESLANDES, 2013). Segundo a pesquisa, o Rio Grande do Sul foi apontado como 4ª maior estado do país em número de denúncias de exploração sexual, por meio do Disque 100, durante os anos de 2005 a 2010. No entanto, se o Rio Grande do Sul é citado em destaque como um foco relevante para a exploração sexual, a que se deve essa dificuldade em encontrá-las?

Um dos pontos a serem destacados nessa questão é a recorrência, em alguns discursos de profissionais, de certa “blindagem” do Rio Grande do Sul para esse problema, sendo o fenômeno da exploração sexual mais presente em outros estados do País, como mostram duas falas reportadas por duas profissionais ligadas à prefeitura de Porto Alegre em material produzido pelo Childhood Brasil (2012) para o evento da Copa Mundial de Futebol no Brasil: “Não estamos muito preocupados, porque a exploração sexual comercial das crianças e dos adolescentes ocorre no Nordeste, e essa não é a nossa realidade” (ibid., p. 302). “Esse problema acontece mais em outros Estados e não é uma característica de Porto Alegre, então não estamos muito preocupados” (ibid., p. 303). Tal percepção sobre a exploração sexual no Rio Grande do Sul foi mencionada pelos/as parlamentares da CPI instaurada para apurar os casos de exploração sexual no Brasil, ao se depararam, para surpresa deles/as, com os casos envolvendo

tal situação no estado (SOUSA, 2004). Para os/as parlamentares, até então, esse fenômeno estava mais relacionado às regiões mais pobres do país, não englobando, assim, a Região Sul. Porém, como mostra o relatório final da CPI (BRASIL, 2004), na descrição dos casos mais emblemáticos envolvendo a exploração sexual no Brasil, o Rio Grande do Sul foi um dos destaques da Região Sul pela complexidade dos casos, não só por envolver uma rede organizada de prostituição, mas também pelo requinte de crueldade para com crianças e adolescentes envolvidos/as.

Para além de questionar as razões para tal “crença” sobre a existência escassa da exploração sexual no Rio Grande do Sul, cabe destacar o seu contraste com a realidade apontada pelo alto número de denúncias no estado e o quanto isso pode dificultar o acesso por parte das instituições responsáveis pela proteção ao público envolvido por não “estarem preocupados com isso”. Outra questão a ser feita é: se há um alto número de denúncias, o que acontece depois das delas? Para onde elas vão?

Outro ponto importante nessa temática se deu por ocasião da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, principalmente nas cidades sedes, como Porto Alegre, pois as discussões sobre a exploração sexual no país se intensificaram. Organizações governamentais e não governamentais foram convocadas a delimitar e organizar ações voltadas para a situação da exploração sexual durante a realização da Copa.

Pude participar dos eventos preparatórios, das ações realizadas durante o evento e das reuniões pós-jogos, nos quais foi possível perceber um número significativo de profissionais e instituições empenhadas em “não permitir que crianças e adolescentes fossem exploradas sexualmente” durante a Copa. As ações consistiam em panfletagens aos arredores e dentro do evento que fazia parte da Copa, chamado de *Fun Fest*, no acampamento Farroupilha, evento tradicional realizado em Porto Alegre para comemorar o dia da Revolução Farroupilha, e no caminho do gol, trecho feito pela FIFA para facilitar o acesso de torcedoras/res ao estádio onde ser realizariam os jogos. Porém, o evento mais preocupante para a equipe do EVESCA era o *Fun Fest*, por ser um evento festivo e envolver bebidas alcoólicas. Era um grande espaço na orla da cidade, com telões, som e *shows* durante os intervalos e após as transmissões dos jogos. Dentro do espaço, tinha praça de alimentação e exposição de produtos dos patrocinadores, sendo um deles uma grande empresa de cerveja.

Por concentrar grande número de pessoas de diversos locais do país e do mundo, os grupos se dividiam em pequenas equipes que transitavam nos espaços, como a fila de entrada, dentro do evento e nos espaços com acesso apenas a quem era credenciado. Eram feitas as

entregas do material informativo sobre o EVESCA, sobre a questão da violência sexual e um, especificamente, sobre a exploração sexual feito para o evento, no qual contava com a imagem de jogadores de futebol famosos do Brasil. Os cartazes também eram pregados nos bares e carrinhos de cerveja. Depois, os/as profissionais se reuniam numa escola municipal próxima ao evento da *Fun Fest*.

As reuniões contavam com a participação de uma e de um representante do Governo Federal, responsáveis por monitorar e relatar as atividades realizadas pelo grupo local, que também teve a participação de profissionais e jovens do MERCOSUL, formando o grupo GAME – Grupo de Apoio a Megaeventos. O acompanhamento também foi feito em abrigos provisórios reservados para crianças e adolescentes, caso houvesse alguma violação durante o período da Copa. Ao final do evento, segundo a avaliação da UNICEF, da Fundação Nacional de Proteção, e Secretaria de Direitos Humanos, Porto Alegre apresentou os melhores índices de proteção nas ações realizadas durante a Copa<sup>16</sup>. Isso fez com que a rede de atendimento a crianças e adolescentes fosse reconhecida como um serviço eficiente, reiterado, nos discursos dos/as profissionais participantes como referência nacional e internacional.

Durante essa efervescência produzida pela Copa, procurei me aproximar do único serviço voltado especificamente para a exploração sexual tanto do gênero feminino como masculino nas idades de 16 a 21 anos, o ViraVida. Tal ação faz parte de uma proposta nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), que, na cidade, desenvolve atividades de reforço escolar e capacitação profissional nas áreas de administração, gastronomia e mecânica automotiva. Esse espaço é localizado numa região chamada de Porto Seco, apontada pelo EVESCA como o maior ponto de exploração sexual de Porto Alegre. Dessa forma, busquei tal instituição como local para a minha pesquisa, participando de um evento realizado por suas representantes, no qual foram apresentados os resultados de suas ações durante o ano.

Ao estar no evento, reconheci uma antiga colega que estava palestrando e, ao conversar com ela, tive a informação que estava atualmente coordenando o EVESCA. Informei sobre o meu projeto de doutorado e, em seguida, fui apresentada às profissionais responsáveis pelo projeto ViraVida. Procurei mostrar o meu interesse em pesquisar no local, assim como de agendar um encontro para que as propostas da pesquisa fossem apresentadas. Contudo, a aparente abertura demonstrada no primeiro contato transformou-se em diversas tentativas por *e-mail* e visitas sucessivas sem êxito para a realização da pesquisa. Dei-me conta de que apenas estava sendo deslocada de um setor para o outro, sem nunca acessar a pessoa responsável pelo

---

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/default.php?p\\_noticia=175965](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=175965)>. Acesso em: 28 fev. 2015.

projeto, a qual chegou a agendar um encontro, porém, não compareceu. Sem vislumbrar nenhum tipo de avanço ou abertura para a pesquisa, fui vencida pelo desgaste e pela urgência em definir o meu campo de estudos e, por isso, decidi buscar outro espaço.

Esses fatos acabaram por me remeter ao processo passado por mim na pesquisa anterior, o que me causou certo desconforto, pois tive receio de ter que, novamente, fazer “uma perseguição” metodológica de campo pesquisa. Entretanto, dessa vez, eu tinha um espaço instituído, o EVESCA, para anunciar as minhas dificuldades e minha urgência em definir um espaço possível de pesquisa, além de usufruir do momento oportuno produzido pela Copa Mundial de Futebol. Assim, fui procurada por uma das profissionais pertencentes ao EVESCA, a qual sinalizou a presença de meninas em situação de exploração sexual no seu local de trabalho.

Visitei o local por duas vezes para apresentar com maiores detalhes a proposta da minha pesquisa e também para ouvir a experiência da profissional com as meninas no intuito de vislumbrar algumas possibilidades metodológicas de pesquisa. Depois da autorização da coordenadora responsável pela instituição, passei a frequentar o local durante três meses, três vezes por semana, no período da tarde, em uma das turmas na qual havia se identificado a presença de meninas envolvidas com a exploração sexual.

Nos primeiros contatos, busquei conversar com todas/os as/os profissionais do local a respeito da minha pesquisa, na busca também de saber se essas/es profissionais tinham conhecimento sobre o tema. A instituição abarcava vários projetos e ações envolvendo atividades socioeducativas, com atividades profissionalizantes, artísticas e esportivas, assim como um programa do governo voltado para as famílias da comunidade, o Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NASF). Como é comum acontecer na minha experiência nesse processo, os/as profissionais passaram a falar do abuso sexual. Quando especificava que o meu tema era a exploração sexual, todas/os eram unânimes em afirmar o seu desconhecimento de casos assim naquela instituição. Essas informações me faziam voltar à profissional que havia me convidado a estar ali para que fossem confirmados os indícios da exploração sexual nas adolescentes indicadas. Para essa profissional, a exploração estava se dando com meninas em namoros com homens mais velhos e na manifestação exacerbada, para ela, da sexualidade de algumas adolescentes. Isso me fez ficar durante três meses realizando uma inserção nas atividades tanto pedagógicas como esportivas no intuito de ouvir relatos espontâneos sobre o cotidiano delas.

Nesse processo, apenas uma menina, ao me apresentar a instituição a pedido do coordenador, mencionou, sem mesmo eu ter dito o tema da minha pesquisa, que, ao estar ali na

instituição, seguiu uma alternativa diferente de outras meninas da sua comunidade, as quais estavam num “mau caminho” no centro da cidade. Ao questioná-la sobre esse caminho, disse-me que são meninas que se prostituem no centro. Achei interessante ela mencionar essa questão logo no início da nossa conversa, mostrando, assim, o seu conhecimento sobre um tema que até então ninguém, além da profissional que havia me convidado a estar ali, tinha referido. Contudo, essa menina logo foi desligada do programa para trabalhar como jovem aprendiz em uma loja.

Procurei, então, aproximar-me das demais meninas, buscando sempre interagir com os temas por elas trazidos. Além disso, observei a frequência das meninas na instituição e, por meio das profissionais, na escola. Busquei também ouvir as profissionais mais vinculadas às meninas quanto à existência de algum indicativo. Alguns desafios surgiram nesse processo, pois as adolescentes ficavam bem dispersas nas atividades, muito mais atentas às coisas que aconteciam na rua, vistas pela janela de onde ficávamos. Nas atividades livres, como o local tem uma grande extensão, elas se separavam em subgrupos, o que me impedia de estar com todas. Sentia que elas preferiam ficar só entre elas em alguns momentos, o que me fazia recuar e esperar a oportunidade de me aproximar novamente. Esse aparente comportamento arredo foi se justificando pela constante mudança dos/as profissionais ao longo da minha permanência ali, os/as quais saíam para outros empregos. Foi possível ver o sentimento de raiva e insatisfação do grupo com essa situação, mencionado por uma das adolescentes mais antigas dali: “Isso aqui tá a bangu”.

Ao longo dessa inserção, fiquei atenta a qualquer manifestação que sinalizasse uma aproximação com a realidade da exploração sexual, porém, quanto mais próxima ficava das meninas, percebia que o grande assunto em questão eram os conflitos entre gangues rivais no tráfico de drogas, conhecidos na região e constantemente publicizados nas mídias locais. Algumas meninas tinham membros da família envolvidos, presos ou mortos. Além disso, o temor de que, a qualquer momento, poderia haver um tiroteio, fazia com que muitos pais e responsáveis buscassem seus/suas filhas mais cedo na instituição.

Diante disso, decidi conversar abertamente com uma das meninas, a mais antiga e próxima de mim, se ela conhecia casos de prostituição ali na comunidade. Resolvi usar a expressão prostituição, pois o termo exploração sexual nem sempre é utilizado pelas meninas, dificultando a sua identificação. Ela me respondeu que não conhecia, mas sabia de apenas um caso de abuso sexual na escola, sofrido por uma menina que não estaria mais frequentando. Assim, retornei à profissional que havia me convidado para conversar sobre o conteúdo que

tinha até então e, juntas, compreendemos que, no momento, não haveria meninas nessa situação. Com isso, desliguei-me do local, agradecendo a todas/os pelo apoio durante os meses que permaneci na instituição. Apesar de não ter encontrado as participantes para a minha pesquisa, estar nessa instituição me fez ficar próxima da realidade de meninas e meninos que lidam diretamente com os conflitos do tráfico das drogas e do universo das músicas do *funk*, principalmente do estilo preferido por elas/eles, conhecido como “proibidão”, pelo teor pornográfico de suas letras. Na figura do traficante, no fascínio que ele exerce em algumas meninas e na figura da “novinha” do *funk* e o seu poder de sedução, ecoam muitas lógicas de gênero e sexualidade que sinalizam as feminilidades e masculinidades que transitam por ali.

O aparente insucesso da busca pelas participantes fez-me voltar a pedir, nas reuniões mensais do EVESCA, informações sobre meninas em situação de exploração sexual e das minhas dificuldades em encontrá-las. Uma conselheira tutelar mencionou um caso encaminhado para uma casa abrigo e a dificuldade em encontrá-las. Uma das representantes, ali presente, informou da existência de meninas no projeto que trabalhava e dessa indicação em seu prontuário, porém, a minha entrada na instituição para pesquisa só seria permitida com a autorização da juíza da 2ª Vara da Infância e da Adolescência, o que foi confirmado pelas demais profissionais membros do comitê. Segundo a profissional, por se tratar de um serviço de alta complexidade, essa seria uma medida para garantir a proteção das meninas. Essa notícia causou-me um estranhamento, até mesmo um desconforto, pois não esperava essa exigência e nem sabia como cumpri-la. Isso, de início, fez-me parecer uma solicitação que me afastaria ainda mais do meu objetivo traçado, propiciando, por vezes, o desejo de não satisfazê-la, de buscar meios alternativos de alcançá-lo. Contudo, como, até esse momento, ninguém tinha me apresentado alguma menina que pudesse fazer parte da pesquisa, voltei para a ideia da solicitação e do que seria necessário para a sua realização. Desse modo, pensei que “não teria nada a perder” e que, no mínimo, a juíza tomaria conhecimento do meu estudo. Além disso, protocolando o pedido, a sua resposta tornaria um documento “oficial” de análise para a minha pesquisa. Assim, eu e a minha orientadora fizemos a carta, que protocolei no juizado, gerando, assim, um processo.

Por não ser um processo comum, não foi me dado nenhum número de acompanhamento, exigindo que, a cada semana, nas ligações, eu explicasse todas as vezes os propósitos da minha solicitação até que, nesse percurso de ligações, a atendente passou a reconhecer-me e localizar o meu processo mais rapidamente. Em uma dessas ligações, a atendente informou sobre a ida do processo para o Ministério Público para que a Promotoria da Infância e da Adolescência

tomasse “vistas” da situação. Com mais algumas semanas de espera, por ligação, a atendente informou-me que a juíza tinha se posicionado, sendo necessária a minha presença para que assinasse, afirmando que estava ciente das solicitações exigidas. No juizado, informei-me da necessidade de providenciar o meu currículo Lattes e o da minha orientadora, a cópia do projeto, o termo de aceite do Comitê de Pesquisa e a Metodologia, esclarecendo, em detalhes, os cuidados éticos. Em um curto espaço de tempo, busquei juntar toda a documentação, pois o juizado estabelece prazos para que sejam cumpridas as solicitações e o processo não seja arquivado. Além disso, na UFRGS, havia indicativo de greve, o que atrasaria e muito as cópias dos documentos dos quais necessitava. A secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS e da Comissão de Pesquisa – COMPESQ/EDU me auxiliaram nesse processo, propiciando, assim, que os documentos chegassem a tempo no prazo estipulado pelo juizado. Dessa forma, sabia que teria mais um tempo de espera, e a urgência para a realização da minha pesquisa “batia à minha porta”.

Continuei participando das reuniões do EVESCA, e uma das participantes me convidou a conhecer a Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes (DECA). Lá, foi possível conversar com policiais participantes das equipes que realizavam diligências para apurar as situações de violência sexual, denunciadas no Disque 100 ou no próprio telefone do DECA. Nesse encontro informal com um dos policiais, foi possível conhecer como a exploração sexual vai se situando diante das práticas repressivas, sinalizando, com isso, ela não se extingue, mas vai ganhando outras formas de existir que “fogem”, escapam aos olhos da lei. Desse encontro, surgiu a ideia de participar dessas diligências, o que, segundo uma das policiais, não costumava ser uma atuação que gerasse resistência do acusado e, por isso, não teria grandes riscos, como costuma acontecer em outras apreensões. Fui conhecendo outras equipes atuantes no DECA, as quais iam conversando sobre as atuações que realizariam para prevenir a venda de drogas a crianças e adolescentes em bares, assim como as suas percepções sobre a realidade desse público na capital. Fui apresentada à delegada responsável e, diante da minha explanação, ela solicitou que fizesse um requerimento, especificando os meus objetivos e procedimentos metodológicos. Fiz o requerimento, seguindo o modelo utilizado para o Juizado da Infância e da Adolescência.

Algumas semanas depois, a secretária responsável informou da impossibilidade de acessar as meninas suspeitas de exploração sexual pelos riscos de a minha presença atrapalhar o inquérito policial no que tange à apuração de provas. Compreendi a preocupação apresentada e, assim, perguntei sobre a possibilidade de acessar algum documento que informasse sobre a

realidade da exploração sexual já atendida ali. Diante disso, a secretária mencionou a sua preocupação em relação à divulgação dos dados, pois as famílias envolvidas poderiam se sentir prejudicadas, processando o DECA por algum dano gerado nisso, principalmente, nos casos ainda em julgamento. Aproveitei a oportunidade para retomar os objetivos da minha pesquisa, os cuidados éticos que a regem, assim como a minha trajetória sobre esse tema. Senti que precisava dizer da minha implicação enquanto profissional e enquanto pesquisadora nessa questão.

De alguma forma, isso teve efeito na decisão tomada, e a secretária informou que solicitaria à delegada a permissão para o meu acesso a inquéritos já concluídos pela polícia. O pedido foi aceito e fui direcionada à escritã, que, num período aproximado de uma semana, localizou, no sistema, 17 inquéritos, entre os anos de 2013 a 2015, com a situação de exploração sexual. Como aponta esse resultado, os casos notificados de exploração sexual na cidade ainda estão muito abaixo das estimativas estipuladas de casos para esse fenômeno no estado, como mostram os dados registrados no sistema de matriz intersetorial (DESLANDES, 2013). De acordo com esses dados, o Rio Grande do Sul, com 972 denúncias de exploração sexual, junto com Bahia e Minas Gerais, ocupa o segundo lugar na quantidade de municípios com maior número de denúncias de casos de exploração sexual. Em Porto Alegre – RS, foram registradas, nos anos entre 2013 e 2010, 449 notificações de exploração sexual no Disque 100.

### 3.3 ANÁLISE DOCUMENTAL E A REDE DE SERVIÇOS

Durante três meses, permaneci no DECA lendo e relendo os inquéritos, fazendo o registro do seu conteúdo, assim como convivendo com a dinâmica do local, que, cotidianamente, depara-se com os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes. Inicialmente, não estava prevista, nesta pesquisa, a análise documental, mas essa oportunidade inesperada me possibilitou o acesso a informações preciosas sobre a realidade da exploração sexual, como o caminho seguido por meninas na rede de serviços de atendimento a essa situação em Porto Alegre quando há a formalização da denúncia.

Aos poucos, fui me dando conta de que, enquanto pesquisadora, fui seguindo esse caminho, frequentando, depois, os locais que, no processo, estavam descritos como instituições envolvidas no atendimento às meninas. A descrição mais detalhada sobre a minha permanência no DECA e de como o material de pesquisa foi construído será detalhado na seção *Material 1: análise documental*.

Ainda no processo de espera pela decisão da juíza, fui realizando as entrevistas com profissionais que participam das políticas municipais e estaduais de enfrentamento da exploração sexual em Porto Alegre. Nesse período, foram realizadas três entrevistas de um encontro cada. Depois, já mais apropriada dos espaços institucionais e do conhecimento de mais profissionais com experiência no atendimento a meninas exploradas sexualmente, fiz mais três entrevistas de um encontro cada. O detalhamento e a descrição dessa etapa será feita na seção *Material 2: Entrevistas com as/os profissionais*.

Em uma das minhas ligações semanais ao Juizado da Infância e da Adolescência, recebi a informação da decisão da juíza, porém, ela não poderia ser repassada por telefone, sendo necessária a minha ida ao local. No mesmo momento, desloquei-me ao Juizado e, para intensificar a ansiedade pela resposta, a fila nesse dia estava maior do que o esperado. O espaço era pequeno, o que fazia com que ficássemos muito próximas, sendo inevitável não saber os motivos de cada uma ao estar ali. Aproveitei para perceber a demanda manifestada, e grande parte envolvia os processos de adoção. Muitas mulheres estavam interessadas em saber o protocolo para entrar com o pedido, o que foi explicado como longo devido tanto aos procedimentos exigidos como à grande demanda de pedidos. Somente depois, dei-me conta de que aquele “ir e vir” já fazia parte da minha aproximação com a realidade dos locais que iria, a seguir, frequentar: crianças e adolescentes em processo de adoção.

Finalmente, foi possível chegar até a decisão da juíza, amparada, também, pela deliberação favorável da Promotoria da Infância e da Adolescência, que permitiu a minha ida às instituições de acolhimento e abrigo de crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre, “mediante autorização da direção da casa, observadas as regras de funcionamento do local”, conforme o documento expedido pela juíza. A atendente me informou que essa autorização seria encaminhada aos dois órgãos responsáveis por essas instituições: A Fundação de Assistência Social (FASC), do município, e a Fundação de Proteção Especial (FPE) do estado. Resolvi, assim, dar entrada com o pedido da minha pesquisa, apresentando-me e informando os objetivos do estudo, com anexo de uma cópia da autorização da juíza. Segundo o atendente, esse procedimento levaria uma semana, aproximadamente, informando-me que ligasse para o local após esse tempo estipulado. Nesse período, informei à profissional pertencente ao EVESCA e representante de um dos abrigos sobre a autorização da juíza. Foi-me repassado o seu *e-mail* para que enviasse os propósitos da pesquisa e a autorização da juíza.

Retornando à FASC, fui informada da necessidade de a autorização da juíza estar assinada, o que, até então, não tinha percebido, pois o documento me foi entregue em mãos pelo

próprio Juizado. Além disso, o meu projeto de pesquisa deveria ser também anexado. Voltei ao juizado e informei dessa minha necessidade, assim como do desconhecimento do local sobre essa autorização. A atendente me garantiu que essa autorização seria dada, por ofício e por *e-mail*, aos responsáveis naquele dia, mas retomou a autonomia dos locais em permitir ou não a minha presença nos espaços da instituição para a realização da minha pesquisa com as meninas. Retornei à FASC com uma cópia da autorização assinada pela juíza e do meu projeto, sendo ambos anexados ao meu processo.

Aguardei mais uma semana, quando recebi o contato de uma das técnicas responsáveis pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC), e agendamos um encontro no local para maiores esclarecimentos sobre o meu estudo. Dirigi-me ao local e realizamos a nossa conversa no próprio espaço de trabalho da profissional. De início, ela demonstrou ter lido o meu projeto, pontuando o que havia entendido e, principalmente, a sua identificação com a minha trajetória trazida na introdução. Isso fez com que, de alguma forma, os nossos discursos se aproximassem, deixando-a à vontade para também falar de sua trajetória profissional, marcada por uma luta pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por muitos questionamentos sobre a maneira como temos lidado, enquanto política pública, com a criança e o/a adolescente no estado do Rio Grande do Sul. Sensibilizada pela minha necessidade para a realização da pesquisa, ficou de me informar sobre os registros de casos de exploração sexual de meninas nos serviços tanto da alta complexidade como da média, repassando por *e-mail* essa solicitação.

Para mim, era importante, naquele momento, ter o registro de onde estavam as meninas exploradas sexualmente notificadas no serviço. Ver os nomes delas seria, no mínimo, a possibilidade de materializar suas existências, muitas vezes faladas, mas, para mim, ainda não visualizadas. “Ver para crer” mostrou-me ser uma urgência para a sustentação da minha pesquisa, e parecia que eu estava mais próxima de responder à pergunta que tanto me angustiou nesse processo e que demarcava a invisibilidade sobre essa situação: “Onde estão as meninas?”

Na média complexidade, não tinha obtido resposta ainda, até quando participei de uma reunião organizada pela Promotora da Infância e Adolescência no Ministério Público com toda a rede de atendimento a crianças e adolescentes, de acordo com cada uma das 10 microrregiões em Porto Alegre, divididas por atuações do Conselho Tutelar, sendo, naquela data, a região 3, a leste. Tive conhecimento sobre essa ação da Promotoria tanto por uma das participantes entrevistadas como nas reuniões do EVESCA e pela escritã e delegada do DECA. Estas últimas me incentivaram a ir ao Ministério Público e falar com a sua assessora, e foi o que fiz,

solicitando, ao atendente, via protocolo, um agendamento para falar com a promotora. Aguardei mais alguns dias e recebi a ligação de um dos atendentes do Ministério Público, pedindo mais informações sobre o assunto do atendimento. Aproveitei para explicar os objetivos da minha pesquisa e ele ficou de retornar a ligação, avisando dia e horário, porém, isso não ocorreu. Voltei ao Ministério Público e solicitei, mais uma vez, o agendamento, mas, para minha surpresa, a promotora estava e autorizou que eu subisse para falar com ela. Foi um encontro muito produtivo e, nessa conversa informal, pude entender a questão da exploração sexual sob o olhar da Justiça. A promotora mostrou-se muito disponível em me ajudar, convidando-me a participar das reuniões realizadas lá com a rede de atendimento a crianças e adolescentes. Essa reunião faz parte de um projeto, com duração de um ano, que tem como objetivo dar mais resolutividade aos processos envolvendo exploração sexual, não só oportunizando mais agilidade, como também maior articulação entre as instituições pertencentes à rede de serviços.

O projeto estava próximo do seu encerramento e, com isso, seria feito um relatório final, avaliando os resultados dessa ação. Assim, participei da reunião da região leste, conhecida como microrregião 3. Estavam presentes representantes do Conselho Tutelar, Secretaria da Saúde, da Educação, DECA e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e FASC. Assim que cheguei, a representante da FASC reconheceu-me e logo se prontificou a repassar a lista de crianças e adolescentes envolvidas na exploração sexual na média complexidade; assim, agendamos um encontro na FASC.

Nessa reunião, foram discutidos cinco casos de adolescentes envolvidos ou com suspeitas de exploração sexual, sendo dois meninos e três meninas. A promotora apresentava o caso, pedindo que as instituições se posicionassem e informando as ações feitas por cada uma delas. Participava, também, a assessora da promotora, a qual ia registrando as informações no processo. Fui fazendo anotações sobre o conteúdo discutido para, depois, registrá-lo no meu diário de campo. Busquei ouvir como as instituições realizavam suas ações e como iam se dando as discussões sobre o caso, analisando o posicionamento dos profissionais. Em apenas um dos casos intervi, pois se discutia se, nessa situação, confirmava-se a suspeita de um dos adolescentes estar envolvido com a exploração sexual. Segundo a representante da Secretaria de Educação, os colegas diziam que o menino estava fazendo programa.

Diante disso, comentei a importância de se ouvir o professor e conversar com ele sobre essa questão já que o adolescente tem vínculo mais com escola do que com os demais serviços. Terminada a discussão dos casos, a assessora leu a ata da reunião e ficou assim encerrado o encontro.

Continuando a minha proposta de conhecer a rede de serviços na cidade e identificar as meninas em situação de exploração sexual, fui até a FPE conhecer a equipe responsável pelos abrigos, porém, a profissional responsável estava em capacitação, sendo o encontro possível duas semanas depois. A instituição tinha conhecimento da minha pesquisa devido ao ofício enviado pela juíza, facilitando o agendamento para esse encontro. A profissional, por telefone, solicitou que enviasse um resumo do meu projeto no intuito de saber os objetivos e procedimentos metodológicos. O projeto foi enviado e, assim, foi agendado um encontro na FPE. Depois, na reunião, a profissional confirmou essa informação, explicando que, até aquele momento, havia apenas uma menina identificada em um dos abrigos, mas, devido às características peculiares de um serviço de alta complexidade e à situação “de crise” pela qual o estado estava passando naquele momento, a minha pesquisa ficaria inviável. Dessa forma, voltei as minhas atenções para a FASC.

Para a minha, alegria recebi, por *e-mail*, a lista de meninas notificadas pela FASC na alta complexidade na situação da exploração sexual, sendo 34 meninas espalhadas pelos diversos abrigos e casas-lares pertencentes à rede de atendimento de alta complexidade em Porto Alegre. Finalmente, pude materializar a presença dessas meninas, assim como a sua localização. Dessa forma, entrei em contato novamente com a assistente social da equipe de PSEAC para conversarmos sobre a lista e como acessar as instituições. Aproveitei para agendar com a profissional da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC). Paralelo a isso, retomei o contato com a profissional representante de um dos abrigos que pude conhecer para saber da possibilidade de realização da minha pesquisa. Pela lista, quatro meninas identificadas na exploração sexual estavam localizadas lá, o que aumentou ainda mais o interesse pelo local.

O aceite para a pesquisa estava ainda sendo avaliado pela direção. Então, desloquei-me até a FASC para conversar com as profissionais, sendo uma visita muito produtiva. Consegui ver o registro de meninas em situação de exploração sexual na média complexidade, porém, a lista ficou de ser repassada posteriormente por *e-mail*, a pedido da profissional. Os casos notificados eram de meninas e meninos, alguns com suspeitas de exploração e outros já confirmados.

Com a lista recebida, duas semanas depois, observei que, dos 21 casos acompanhados, quatro eram confirmados de exploração sexual, sendo duas meninas e dois meninos. Uma delas estava em situação de rua e a outra “em busca em apreensão” pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) por seu envolvimento com o tráfico. Essas especificidades dificultariam

o meu acesso a elas, por isso, decidi me focar nas quatro meninas identificadas na alta complexidade.

Retomei a conversa com a profissional da alta complexidade, a qual me explicou o funcionamento da rede de serviços nesse setor, contando um pouco a história desse serviço em Porto Alegre e as histórias de algumas meninas conhecidas por ela, os desafios no atendimento a essa situação, assim como os limites do atendimento. Da mesma forma, informou-se sobre os abrigos e as casas-lares existentes, como funcionam, os nomes e telefones de contato dos/as profissionais responsáveis para que eu pudesse contatá-los.

Para facilitar o meu acesso a esses espaços, solicitou-me um resumo do projeto do doutorado para enviá-lo aos/às coordenadores/as dos abrigos por *e-mail* para que, assim, tivessem conhecimento da minha pesquisa. Com os contatos em mãos, saí desse encontro com a sensação de que o percurso para chegar até as meninas estava, finalmente, aproximando-se do seu destino. Cabia-me, naquele momento, aguardar a resposta do pedido já feito para um dos abrigos, o que ocorreu uma semana depois. Com a resposta positiva, logo tratei de agendar a minha primeira visita ao local para os primeiros contatos com os/as responsáveis, assim como para conversar com as/os técnicas que atendiam os casos das meninas.

O encontro ainda demorou a ocorrer, levando algumas semanas. Quando agendado, pude conversar com três das quatro equipes responsáveis pelo atendimento psicológico e do serviço social, pois uma das equipes estava ocupada, discutindo um caso urgente. Naquele momento, a casa atendia três meninas identificadas em situação de exploração sexual, estando duas delas em uma das casas e a terceira em outra. Busquei me informar como era a rotina das meninas e qual seria a maneira mais interessante de me inserir naquele local. A primeira informação foi de que as meninas frequentavam a escola e, no turno inverso, participavam de atividades socioeducativas em programas do município. Dessa forma, as meninas chegavam ao abrigo por volta das 17h, às 19h era servida a janta e todas/os tinham até às 22h para realizar alguma atividade na casa, caso desejassem, e dormir.

Foi-me sugerido, então, por uma das equipes, que eu participasse da festa mensal de aniversário nas casas para que pudesse conhecer as meninas. Aceitei a sugestão e marquei com o coordenador essa visita que ocorreria em uma semana. Além disso, a equipe alertou-me na descrição de dois dos casos nos quais as meninas apresentavam algumas dificuldades cognitivas, podendo atrapalhar a minha comunicação com elas. Ainda nessa visita, com uma das equipes, a conversa alongou-se mais e nela pude ter conhecimento de algumas histórias de meninas já atendidas tanto pelo abrigo como por outros programas em que as técnicas já

trabalharam. Além disso, naquele momento, uma das técnicas trabalhava em outro abrigo onde se atendiam três casos de meninas em situação de exploração sexual. Solicitei o telefone da pessoa responsável, assim como da possibilidade da profissional informá-la de que eu realizaria essa aproximação. Esse contato foi fundamental para que facilitasse o meu próximo movimento, que foi visitar esse segundo abrigo.

Ainda sobre o primeiro abrigo, realizei minha segunda visita para conhecer a equipe que restava, o que ocorreu com a presença da assistente social e da psicóloga. Nessa casa, também não havia algum caso identificado, mas, ao longo da nossa conversa sobre a minha pesquisa e das nossas experiências sobre a temática estudada, um caso surgiu como suspeita pela forma como a mãe lidava com a filha, assim como o aparecimento de dinheiro com a menina sem que fosse identificado o/a seu/sua “doador/a” na família ou pessoa próxima autorizada pelo abrigo a fazer isso. A equipe ficou de avisar caso houvesse alguma confirmação dessa situação.

A minha terceira visita foi para participar de uma festa em comemoração aos aniversariantes do mês, a ser realizada no período da noite, quando as meninas e os meninos voltavam das suas atividades. Essa festa ocorria nas quatro casas, sendo que escolhi a que tinha duas das meninas em situação de exploração sexual sendo atendidas naquele momento. Nessa visita, foi possível conhecer a casa, os/as educadores/as responsáveis e as meninas atendidas: uma delas identificada em situação de exploração sexual, sendo que outra estava participando de um passeio promovido pela instituição. Esse encontro me desafiou a pensar como iria me inserir em um espaço que, naquele momento, representava a casa delas, o lar, sua intimidade, num horário em que elas já chegavam de atividades institucionais realizadas nos dois turnos, onde elas teriam a oportunidade de realizar atividades mais livres ou até mesmo ter o seu descanso.

Além disso, o contato com a menina me despertou a vontade de conversar mais uma vez com a assistente social e a psicóloga para saber mais detalhes de sua história, assim como o seu envolvimento com a exploração sexual. Tal vontade foi despertada ao saber um pouco mais sobre a adolescente a partir do relato do coordenador, que estava presente na festa. A menina estava ali há três anos, sem nenhuma história de fuga, sem envolvimento afetivo com meninos ou meninas nem a identificação da presença de dinheiro ou objetos nas suas saídas do abrigo, dados comuns relatados nos casos conhecidos nesse meu percurso tanto pelas histórias ouvidas na pesquisa como na literatura sobre o tema (TEIXEIRA, 2003; VERARDO; REIS; VIEIRA, 199; SERPA, 2009). Por conta disso, agendei um encontro com a equipe para aprofundar mais as informações sobre o caso. A equipe só poderia me receber duas semanas depois.

Nessa visita, a psicóloga leu o histórico da menina, registrado em sua pasta, no qual havia informações sobre a violência sexual pelo abuso, perpetrado por seu padrasto, porém, sem relato da exploração sexual. Apesar do meu questionamento, a equipe não soube me informar os motivos de a menina estar identificada na situação de exploração sexual. Restavam-me as duas outras meninas, porém, fui informada de que uma delas evadiu-se e a outra estava para ser desligada por causa da idade, já que ia completar 18 anos. Sendo assim, voltei-me para o segundo abrigo, onde tinham sido identificadas três meninas. Fiz contato com a coordenadora do local e agendei um encontro, que foi realizado na semana seguinte com a equipe, formada por assistente social e psicóloga. Desse encontro, foram estabelecidas as minhas idas às casas-lares, onde pude acompanhar duas meninas identificadas na situação de exploração sexual. Esse processo será descrito nesta seção *Material 3: Encontrando as meninas*. Tê-las encontrado não significou que o desafio da procura se encerrou. Ao estar com elas, iniciou-se a busca pela vinculação, tão necessária para a construção do meu material de pesquisa, mas tão complexa diante das suas histórias recorrentes de vínculos desfeitos e refeitos pelas dificuldades enfrentadas em suas vidas.

### **3.3.1 Material 1: Sobre a análise documental**

Os materiais analisados nesta seção foram os inquéritos policiais de casos notificados de exploração sexual durante os anos de 2011 e 2013, já encerrados pela polícia. Foram entregues, pela escritã responsável, 16 inquéritos para serem lidos no próprio local institucional. A leitura dos processos deu-se durante três meses, realizado três vezes por semana no turno da manhã e da tarde. Na primeira leitura, realizei as anotações em um caderno sobre as informações registradas em relação às meninas envolvidas.

Diante das inúmeras informações e do grande volume de folhas, foi feita uma segunda leitura e o registro do conteúdo de forma literal em meu *notebook*, a partir dos seguintes pontos, em formato de tabela no *Word*: origem do encaminhamento, identificação da denúncia, instituições envolvidas, vítimas, motivos, agressores/as e ações desenvolvidas. Esses itens foram criados por estarem mais próximos da descrição padrão dos inquéritos lidos e, com isso, facilitou o mapeamento dos casos e sua seleção para análise. Finalizada essa segunda etapa, foi feita uma terceira leitura para acompanhar se todas as informações necessárias tinham sido registradas. Após essa última leitura, dei por encerrada a pesquisa no local, agradecendo à

escrivã pela disponibilidade e colocando-me à disposição para algum esclarecimento e para apresentar o material da pesquisa quando concluído.

Sobre a origem das denúncias, dos 16 casos, seis foram de denúncias no Disque 100, disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal; cinco, no próprio DECA, no serviço de atendimento ao público; três, na promotoria da infância e da adolescência; e dois, na ouvidoria do Ministério Público de Porto Alegre. As instituições envolvidas foram DECA, Ministério Público, Promotoria da Infância e da Adolescência, Conselho Tutelar, FASC, abrigos e demais redes de serviços.

O procedimento padrão observado nos inquéritos, após a denúncia, segue de diligências feitas por uma equipe de policiais aos locais identificados como os espaços de prostituição infanto-juvenil para possível flagrante, entrega de intimação, convocando as/os envolvidos/as (vítimas, família das vítimas, acusados/as, profissionais de instituições que atendem ou já atenderam as vítimas) para depoimento no DECA, solicitação de parecer médico e psicológico das vítimas, como “Exames de atentado ao pudor, conjunção carnal, lesão corporal e avaliação psiquiátrica” ao setor responsável por esse serviço, conclusão dos fatos e envio para o Ministério Público. Dos 16 casos, apenas três obtiveram a confirmação da exploração sexual, sendo eles, assim, descritos com maiores detalhes a seguir.

## 3.3.1.1 Descrição dos Casos nos inquéritos

**CASO 1**

Origem do encaminhamento	Identificação da denúncia	Instituições envolvidas no atendimento	Vítima	Motivo	Agressor
•Promotoria da Justiça.	•O DECA recebeu denúncia do companheiro da adolescente.  •O Conselho Tutelar enviou relatório para a promotoria da justiça sobre o caso da adolescente.	•Ministério Público.  •Conselho Tutelar.  •DECA.  •Promotoria da Infância e da Juventude.  •FASC: ação rua.	•Ana, de 17 anos, no ano de 2011, período da denúncia.  •Composição familiar: mãe (ausente há mais de cinco anos), pai, três irmãs, um irmão e um sobrinho.	•Ana estava se prostituindo numa praça em Porto Alegre e fazendo uso de substâncias químicas.	•Não há uma descrição específica de agressores/as.  •Segundo o pai de Ana, ela tinha um “caso” com o seu padrasto.

Nesse caso, foi utilizado o registro de dois relatórios feitos pelo Conselho Tutelar sobre a situação da adolescente e outro feito pela equipe técnica, composta por psicólogas e assistente social de um dos abrigos que a acompanhou.

## CASO 2

Origem do encaminhamento	Identificação da denúncia	Instituições envolvidas no atendimento	Vítima	Motivo	Agressor
•11 <sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude.	•Várias denúncias anônimas no Disque 100.	•Promotoria da Justiça e da Infância. •DECA. •Conselho tutelar. •Serviços de acolhimento.	•Paula, 11 anos.  •Filha de pais separados há cinco anos.  •Sandra, 18 anos.	•Abuso sexual; •negligência; •tráfico de drogas; •exploração sexual. •Crianças e adolescente frequentavam a casa do agressor, com o consentimento das mães.  •O agressor estimulava as crianças e adolescentes ao sexo e, em troca, oferecia dinheiro e bens tanto para elas quanto para as suas mães.  •Segundo os depoimentos, a casa tinha, constantemente, a presença de crianças e adolescentes devido à oferta de dinheiro e drogas por	•Carlos, 60 anos;  •Tem dupla cidadania.  •Vive no Brasil com do dinheiro mandado por seus familiares.

parte do acusado.
----------------------

Esse caso tinha um volume muito grande de páginas (cerca de 274), contendo depoimento de vizinhos/as, do acusado, das vítimas e de seus familiares, assim como material colhido na busca e apreensão realizada pela polícia na residência do acusado, como cartas de uma das mães que frequentavam a sua casa. Devido às suspeitas do envolvimento do agressor com tráfico, outras instâncias foram envolvidas no processo, como a Vara Criminal e a Delegacia de Investigação de Narcotráfico.

Apesar da instigante descrição detalhada do procedimento policial e da Justiça para o recolhimento de provas para a confirmação das várias denúncias feitas ao agressor, conforme a combinação feita com a delegada responsável pelo setor no período da pesquisa e pelos próprios propósitos da pesquisa, esse conteúdo não fez parte do estudo. Apesar de, nesse inquérito, haver a descrição da presença de meninos na casa do acusado, a partir de denúncias do Disque 100, os relatos de violência sexual se restringiram as meninas. No material utilizado para análise referiu-se à descrição, nos depoimentos, sobre as vítimas, sua família, as formas como a exploração sexual se manifestou e a descrição sobre o agressor.

## CASO 3

Origem do encaminhamento	Identificação da denúncia	Instituições envolvidas no atendimento	Vítima	Motivo	Agressores
•Ministério Público.	•Notificação em tese do delito de exploração sexual em casas noturnas localizadas no centro.	•DECA. •Ministério Público. •11 <sup>a</sup> Promotoria de Justiça e da Infância e da Juventude.  •Uma instituição de abrigo localizado em uma cidade próxima a Porto Alegre.  •Conselho Nacional de Justiça.  •Juizado da Infância e da Adolescência localizado na Grande Porto Alegre.	•Ângela, 17 anos.	•Abuso sexual pelo pai.  •Exploração sexual.  •Fuga do abrigo onde estava.  •Dependência química.	•O pai da adolescente, de 45 anos.  •Um senhor, possível aliciador, identificado nas falas de Ângela.

Nesse caso, foram analisados os depoimentos da psicóloga do abrigo, da monitora de uma clínica de internação a dependentes químicos a qual a menina frequentou, do pai e do tio da adolescente, três relatórios do coordenador de um abrigo, dois relatórios desse mesmo abrigo, feito pela equipe técnica, e um relatório da visita dessa equipe ao Conselho Tutelar de outro estado onde a adolescente residiu. Além disso, foram analisadas a investigação de processos judiciais contra a adolescente nesse estado, dois registros de ocorrência policial contra a mãe da adolescente e uma carta feita pela adolescente quando estava abrigada, intitulada *rota de fuga*, para uma das suas colegas do abrigo.

### **3.3.2 Material 2: Entrevistas com profissionais da área de atendimento**

Para as entrevistas com as/os profissionais, foram previstas, inicialmente, três pessoas já conhecidas por mim nas minhas participações em eventos, encontros e reuniões sobre a temática da exploração sexual, as quais demonstraram engajamento e envolvimento no enfrentamento dessa questão no Rio Grande do Sul desde o início da implantação dos serviços e setores responsáveis em lidar com a questão da violência sexual de crianças e adolescentes no estado. As demais entrevistas com as quatro participantes ocorreram no meu processo de inserção nos espaços institucionais de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência, o qual me possibilitou conhecer a longa experiência dessas/desses profissionais no atendimento a vários casos de exploração sexual em Porto Alegre.

O conhecimento prévio das três primeiras participantes facilitou o meu processo de aproximação com estas para a realização das entrevistas, assim como para o acesso a outros espaços possíveis para a minha pesquisa. Para preservar o sigilo das/o participantes, algumas informações pessoais para além do nome foram suprimidas devido à possibilidade de sua identificação diante dos demais que atuam no campo da violação dos direitos da criança e adolescente. Tal procedimento foi tomado tendo em vista que, em alguns casos, apenas omitir ou mudar o nome da pessoa não é suficiente para garantir o sigilo dos/as participantes.

Por se tratar de um grupo restrito, na cidade, que atua nessa questão, aspectos como identificação profissional e idade podem facilitar o seu reconhecimento pelos demais, comprometendo o seu sigilo. Isso exigiu uma leitura cuidadosa dos dados das/o participantes para que evitar informar algo que fornecesse “pistas” para o seu reconhecimento. A cada participante, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), lido, assinado e entregue uma cópia para cada uma/um. Coloquei-me à disposição para a devolução das informações obtidas quando concluído o processo de análise e discussão.

### Participante 1

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•28 anos.	•Feminino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem experiência no Conselho Tutelar e na organização de encontros no Estado sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes.</li> <li>• A sua larga experiência na temática contribuiu para que relatasse casos significativos de exploração sexual na cidade e como a rede de serviços vem trabalhando com isso ao longo dos anos.</li> </ul>	•Foi realizado um encontro de duas horas, em sua própria residência, a pedido da própria participante.

### Participante 2

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•10 anos de atuação.	•Feminino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Realizou atendimento como assistente social.</li> <li>•Participou como uma das organizadoras das mobilizações ao enfrentamento da exploração sexual.</li> </ul>	•Foi realizado um encontro de 40 minutos em um local público escolhido pela participante.

### Participante 3

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•21 anos.	•Feminino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Trabalhou na prevenção e no acolhimento em denúncias e ocorrências realizadas na Polícia Especializada à Infância e Adolescência.</li> <li>•Participou das campanhas de combate à exploração sexual junto aos demais órgãos de proteção à criança à/ao adolescente no estado.</li> </ul>	•Foi realizado um encontro de 40 minutos em seu local de trabalho.

### Participante 4

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•18 anos.	•Feminino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Atuação no pronto-atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual identificadas e encaminhadas pela rede de serviço.</li> <li>•Especialização na temática da violência contra crianças e adolescentes.</li> </ul>	•Um encontro de 40 minutos no seu local de trabalho.

### Participante 5

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•8 anos.	•Masculino.	•Atuação em um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no acolhimento, como educador, a médio e longo prazo a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	•Um encontro de uma hora no seu local de trabalho.

### Participante 6

Tempo de atuação na temática da violência contra a criança	Gênero	Atividades realizadas no enfrentamento à violência sexual	Encontros realizados para a pesquisa
•13 anos.	•Feminino.	•Atuação como psicóloga em um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no atendimento a médio e longo prazo a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	•Um encontro de uma hora no seu local de trabalho.

### 3.3.3 Material 3: O dia a dia das meninas

Nesta pesquisa, as jovens estavam sendo atendidas pelos serviços de PSEAC, que fazem parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e das normas operacionais do SUAS. Esses serviços são divididos em proteção social básica e proteção social especial. A primeira consiste em um serviço que visa prevenir situações consideradas de risco em famílias em

vulnerabilidade social produzida pelas condições de pobreza, privação de suas necessidades básicas ou do acesso aos serviços que garantam essas necessidades (saúde, educação, moradia) e rupturas dos vínculos sociais provocadas com alguma condição de desigualdade social, como discriminações pautadas na etnia-raça, gênero ou deficiências. Na proteção social básica, o serviço disponibilizado é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que tem o objetivo de acolher as pessoas e as famílias, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários a partir da situação de vulnerabilidade vivenciada por cada uma. Já a proteção especial ocorre quando a família não consegue oferecer aos seus membros as condições mínimas para a sua sobrevivência, podendo estar instaurada uma situação de violação aos seus direitos mínimos. Ela pode estar enquadrada na média ou alta complexidade, sendo a média quando os vínculos familiares e comunitários estão preservados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Para a média complexidade, existe o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), sendo um serviço voltado para as pessoas e famílias que tenham tido os seus direitos violados por “negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, abuso e exploração sexual, violações físicas e psíquicas, situação de trabalho infantil, situação de rua e a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, por cometimento de ato infracional” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, p. 20).

Para os casos da alta complexidade, estão incluídos os de acolhimento institucional e familiar para crianças e adolescentes e as medidas socioeducativas em meio fechado, sendo o primeiro estudado nesta pesquisa. Para esse acolhimento, existem as modalidades de casa de passagem, abrigo institucional, casa-lar e república, sendo pesquisadas, aqui, o abrigo institucional e a casa-lar. O abrigo institucional será descrito em seguida, quando trato da transferência de Laura para um deles.

A casa-lar é um tipo de acolhimento semelhante à modalidade do abrigo institucional, sendo que nesta os(as) educadores(as) residem com crianças e adolescentes em um número máximo de 10, em um espaço domiciliar. Esse serviço busca criar um ambiente mais próximo de um contexto familiar, desenvolvendo, em crianças e adolescentes, uma autonomia e a convivência comunitária. Apesar da casa-lar proporcionar um vínculo mais constante ao público atendido por ter um(a) educador(a) ou casal permanente e, assim, parecer mais favorável para um serviço de acolhimento, acaba por demandar desse casal responsável um maior preparo emocional e pedagógico para lidar com as complexas realidades trazidas por crianças e adolescentes (GULASSA, 2010). Apesar de esta tese não ter como foco uma análise

mais profunda sobre a conjuntura desse serviço, por conta das minhas inserções nesse espaço, pude acessar essa realidade, seja pela convivência em algumas rotinas, pelos relatos das jovens e pelos relatos dos casais sociais.

A nomenclatura “casa-lar” traz uma dimensão importante para pensarmos os propósitos pretendidos por esses espaços de acolhimento. O que se almeja com essa modalidade de serviço é oferecer as/os jovens atendidas/os um ambiente mais próximo do que se entende por ambiente familiar. De acordo com as orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2008), a estrutura física deve se aproximar de uma “residência unifamiliar”, semelhante às demais pertencentes à comunidade onde estão inseridos/as, sem material indicativo sobre o tipo de serviço prestado pela instituição, como placas, para que se mantenha essa perspectiva de “residência”. Agregar o termo “lar” parece ser uma tentativa de reforçar ainda mais, nesse contexto, a ideia de ambiente familiar, não apenas calcada na estrutura física, como evocada no termo “casa”, mas na convivência entre as pessoas que ali residem, tendo, assim, um número de crianças e adolescente reduzido e a figura do/a educadora/a mais próxima e permanente.

O desafio maior é pensar como esse espaço, mesmo com os seus “ares” de “lar”, pode alcançar tal pretensão prevista nos seus objetivos originários, sem cair nos dilemas já conhecidos de instituições tradicionais voltadas para esse público. O que cada menina e menino ali atendidos compreende como o seu espaço de referência mais próximo – o seu “lar” –, pode ser algo tão diverso e amplo e até mesmo distante do apresentado nas casas-lares, que se torna complexo analisar esse processo de inserção e permanência delas/es ali. Tal condição pode se complexibilizar ainda mais quando, como nos casos acompanhados, esse ambiente familiar foi marcado pela violência. Até que ponto reproduzir esse espaço seria interessante para eles/elas?

No que se refere à estrutura física, as normas instrutivas recomendam desde o tamanho dos quartos, a quantidade de pessoas em cada um deles, a cozinha, a sala de estar, a de jantar, o ambiente de estudo, cozinha, a área de serviço e a externa, tendo como um dos parâmetros fundamentais garantir a privacidade de crianças e adolescentes e a convivência comunitária (BRASIL, 2008). Tal estrutura costuma divergir das condições originárias das meninas acompanhadas, pois, segundo o relato das psicólogas e assistentes sociais do local, Laura, Jéssica e Pâmela vinham de uma família com poucos recursos financeiros. Suas casas estavam localizadas em regiões mais pobres da cidade e, no caso específico de Laura, a descrição de sua casa era de poucos cômodos e muitas pessoas da família residindo nela.

Além dessa questão, com a figura de um/a educador/a permanente, pretende-se fortalecer os vínculos com crianças e adolescentes e, com isso, ser uma referência afetiva para elas, aproximando-se, dessa forma, do contexto familiar. Porém, de acordo com as orientações técnicas para esses serviços (BRASIL, 2009), a casa-lar não deve tomar o lugar das famílias de origem das crianças e dos(as) adolescente, sendo esta fortalecida pelo acompanhamento das/os profissionais ou, na impossibilidade disso, ser encaminhados(as) para uma família substituta. Por isso, nessas orientações, é sugerida a mudança do termo “mãe/pai social” por “cuidador/educador residente” para se “evitar” a associação direta entre as famílias de origem e a casa-lar. Apesar dessa orientação, nesta pesquisa, a expressão utilizada foi “mãe/pai social” por ser esse termo utilizado pelas profissionais ouvidas. Com as meninas interlocutoras desta pesquisa, tal referência ora oscilava entre “mãe/pai”, “tia/tio” e o nome próprio de cada uma/um dos pais sociais. Tal “confusão” pode ser mais intensificada nos casos em que os vínculos familiares foram rompidos, tornando a casa-lar uma das maiores referências afetivas dessas/desses crianças e adolescentes, como no caso de Jéssica e Pâmela.

Ao se pretender ser referência afetiva mais próxima do contexto familiar das/dos jovens acolhidos/as, mas, ao mesmo tempo, sem substituí-la, cabe pensar qual seria o limiar desse processo, tendo em vista as complexidades trazidas por esse público não só pela violência sofrida no próprio contexto familiar, mas do que se entende por família. No caso das instituições acompanhadas, os casais eram formados por um homem e uma mulher, casados, tendo como substituta do seu trabalho uma educadora chamada de “folguista”, o que já sinaliza certa concepção de família e de cuidado, nem sempre condizente com a realidade trazida pelas crianças e pelos/as adolescentes.

A casa-lar onde se realizou a pesquisa faz parte de um dos serviços prestados por uma instituição filantrópica pertencente a uma congregação religiosa. A instituição atende um público diverso, como adultos, jovens, crianças e velhos/as com atividades socioeducativas, cursos profissionalizantes e espaço de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A instituição possui seis casas-lares, cada uma com um público de até 10 pessoas, tanto feminino como masculino. A casa-lar na qual Laura e Pâmela se encontravam tinha um casal social, seus dois filhos e mais 7 pessoas, sendo duas meninas e cinco meninos. O casal estava nesse serviço há três anos e acabou encerrando as suas atividades ao longo da pesquisa. A sua idade estava por volta dos 40 a 45 anos, sendo essa a sua primeira experiência com um serviço voltado para o público infanto-juvenil. Eles administravam seu próprio negócio

antes de se inserirem no serviço de “pais sociais”, quando ficaram sabendo desse trabalho por uma pessoa próxima que já trabalhava nesse ramo.

A casa ficava muito distante das avenidas principais e apenas um ônibus fazia aquele trajeto. Precisei aprender a chegar lá, assim como me aproximar das meninas naquele contexto. A casa ficava em uma esquina, ao lado de outra, também atendida pela instituição. Era uma casa de construção antiga, bastante espaçosa, com grandes cômodos. Durante os quatro meses que estive na casa, houve três transferências, sendo uma delas a de Laura, para outra casa-lar, devido a conflitos existentes na casa.

A casa-lar de Jéssica fica na mesma região da de Laura e Pâmela, mas mais próxima à instituição mantenedora. No período da pesquisa, a casa tinha uma criança e oito adolescentes, sendo cinco meninas e três meninos. Inicialmente, estabeleci contato com os pais sociais substitutos do casal oficial da casa, o qual estava de férias. Desse público atendido no local, já conhecia três deles/as, da outra casa-lar, quando visitei Laura. Com a volta do casal social oficial, duas das crianças saíram com ela, vindo dois adolescentes, irmãos, substituindo esses lugares, também já conhecidos por mim da casa-lar de Pâmela e Laura.

O casal social oficial estava nesse trabalho há um ano, com experiências anteriores em abrigos voltados para esse mesmo público. É um casal jovem, com idades entre 26 e 28 anos e, nesse período, a mãe social estava grávida do seu/sua primeiro filho/a. Ambos estavam cursando ensino superior e pretendem continuar exercendo esse trabalho. A mãe social, de quem mais estive próxima na pesquisa, em vários momentos, mostrou o seu interesse e prazer em exercer a sua função. Ficaram sabendo desse trabalho por meio da mãe do pai social, a qual também exerce essa função em outro abrigo. Assim como na outra casa-lar, os pais sociais foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa, pois precisei construir uma parceria tanto para as combinações das minhas idas como para o meu acompanhamento de como as meninas estavam ou ficavam com os procedimentos da pesquisa. Como já mencionado, as suas vivências com as meninas foram muito significativas para o estudo.

As técnicas acompanharam todo o processo de transferência e auxiliaram na condução dos pais sociais com as crianças e os/as adolescentes quando precisavam. Segundo a mãe social, eles recebem capacitação quinzenal na instituição mantenedora e, na casa, as crianças e os/as adolescentes recebem mensalmente, nas quintas-feiras, formação religiosa por um dos responsáveis da instituição.

Durante a minha permanência, pude perceber a rede de apoio oferecida por alguns vizinhos/as que faziam questão de parar para cumprimentá-los/as ao passarem pela porta da

casa, assim como a oferta de ajuda como: cortar os cabelos das crianças e dos/das adolescentes, doar roupas e até levar a grupos de orações católicos na própria comunidade. A casa também é bem assistida de alimentos pela instituição, com refeições para café, almoço, lanche e janta. Cada criança e adolescente tem a sua cama, seu guarda roupa com roupas e produtos para sua higiene, como sabonete, xampu e condicionador. As crianças e os/as adolescentes são acompanhados/as pelos(as) especialistas em saúde nos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, em alguns casos, o acompanhamento é semanal, como a fonoaudiologia e mensais como a psiquiatria. Muitos/as passaram a fazer tratamento ortodôntico, com o uso de aparelho.

As meninas, quando adolescentes, vão ao ginecologista, e algumas delas passam a usar anticoncepcional injetado para evitar a gravidez. No turno inverso, o grupo participa das atividades do Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE) ou do serviço de convivência em uma das instituições parceiras. Nessas atividades, participam de cursos de artesanato, esporte e lazer.

Nos finais de semana, quem pode ter contato familiar realiza visitas ou passeios com padrinhos e madrinhas conhecidos/as por um programa parceiro da instituição. O grupo também recebe o cartão de passagens para o transporte público para se deslocarem à escola e aos demais serviços. Alguns/Algumas também são liberados/as, dependendo do seu comportamento na casa, para passear em lugares públicos, como praças e *shoppings*.

#### 3.3.3.1 As meninas Pâmela, Laura e Jéssica

Nesta seção, após descrever o meu processo de encontro e reencontro com as meninas, retomo outras informações importantes para, assim, contribuir para o acompanhamento das análises de suas histórias.

### Pâmela

Idade	Nível Escolar	Etnia-Raça	Composição familiar	Motivo do acolhimento
•12 anos.	•4ª série do ensino fundamental.	• Negra.	•Tem sete irmãos, sendo cinco homens e duas mulheres. Três deles estão abrigados, sendo dois meninos, que moram com ela na mesma casa-lar, e Jéssica, que está em outra casa. Está no abrigo desde os nove anos e, estava sem nenhum contato com os seus outros familiares.	• Ela e seus irmãos e irmã foram abrigados por negligência e violência sexual. Nesse caso, a negligência se interliga com a violência sexual, pois a mãe permitia e incentivava os abusos sexuais com suas filhas e filhos. No caso de Pâmela, os abusos iniciaram aos seis anos com o seu padrinho, marido de sua tia, irmã de sua mãe. A sua aproximação da exploração sexual passou a acontecer quando começou a negociar a prática sexual com o seu padrinho por dinheiro.

### Laura

Idade	Nível Escolar	Etnia-Raça	Composição familiar	Motivo do acolhimento
•14 anos.	•4ª série do ensino fundamental.	• Branca.	• Tem seis irmãos: duas mulheres e quatro homens. Ela é a mais nova e está abrigada desde 2013, quando tinha 12 anos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O abuso sexual foi cometido por um dos seus irmãos e por estar em situação de exploração sexual nas ruas.</li> <li>• Estava num abrigo lar só para meninas e tem recebido visitas semanais de sua mãe e alguns familiares.</li> <li>• Deseja voltar para casa, mas a condição do juiz tem sido o irmão não residir mais com a mãe, o que ainda não ocorreu.</li> </ul>

## Jéssica

Idade	Nível Escolar	Etnia-Raça	Composição familiar	Motivo do acolhimento
•17 anos.	•4ª série do ensino fundamental.	• Negra.	•Tem sete irmãos, sendo cinco homens e duas mulheres. Três deles estão abrigados, sendo dois meninos que moram com ela na mesma casa-lar e Jéssica, que está em outra casa. Estava no abrigo desde os 14 anos e, no período da pesquisa, estava sem nenhum contato com os seus outros familiares.	• Estava no abrigo desde os 14 anos, pelos motivos já apresentados no caso de Pâmela. Porém, nos episódios com Jéssica, a violência sexual ocorre com diferentes homens, incluindo estupro coletivo negociado pela mãe com os abusadores/exploradores por dinheiro. Estava abrigada numa casa-lar e aguarda por uma decisão sobre o seu paradeiro quando completar 18 anos.

### 3.3.3.2 O encontro com Laura e Pâmela: os grupos focais

#### **O primeiro encontro**

O meu primeiro encontro com Laura e Pâmela ocorreu numa sexta-feira, às 18h30, em sua casa-lar. Nesse dia, fui acompanhada de uma das psicólogas que compõe a equipe técnica da instituição da qual a casa-lar faz parte. Nunca havia, até então, conhecido alguma casa-lar, e isso aumentava a minha curiosidade e expectativas. Para esse dia, pretendia me apresentar e conhecer o local, as meninas e ver as possibilidades que o lugar oferecia para poder conversar

com elas. Conhecer as vias de acesso ao local, para a minha aproximação com as meninas, era fundamental, pois desejava saber do cotidiano delas e, de alguma forma, inserir-me nele, no que já acontece, sem mudar muito a rotina delas. Para isso, pensava em participar das atividades que elas desenvolvem lá, não sendo a minha presença o foco do encontro para que, assim, as meninas não precisassem parar o que estavam fazendo. Havia conversado com as técnicas sobre isso, pois as meninas, no turno inverso da escola, participavam de atividades socioeducativas em serviços parceiros na rede de atendimento a esse público na cidade. Porém, para isso, era necessária a autorização dessas outras instituições que não atendem apenas crianças e adolescentes com as especificidades deste estudo, o que poderia demandar mais tempo, já bastante comprometido pelos motivos já expostos, e ampliar muito as minhas estratégias de pesquisa devido ao grande número do público atendido.

Assim, no caminho até a casa-lar, fui observando o trajeto e recebendo orientações da psicóloga de como chegar lá. Ela me explicava que Pâmela estava de castigo por ter “quase colocado fogo na casa” no último final de semana. Ao ouvir isso, pensei na intensidade das emoções vividas por Pâmela e o que isso poderia estar sinalizando do seu momento naquele lugar.

Logo que chegamos, as crianças mais novas, dois meninos, aproximaram-se da psicóloga para abraçá-la. Fui acompanhando ela e, aos poucos, sendo apresentada como uma estudante a realizar uma pesquisa com as meninas ali. As crianças e os/as adolescente estavam eufóricas/os com a presença da psicóloga e fiquei mais num segundo plano, permitindo-me observá-los/las, ouvi-los/las atentamente. Os diálogos das crianças e dos/das adolescentes se voltavam para a psicóloga no intuito de saber sua situação institucional diante das famílias, se iriam sair para visitá-las ou ir com os padrinhos. Pelo que pude entender depois, alguns/algumas deles/as podem visitar as famílias no final de semana. Já outros/as não, devido a alguma situação de risco dessa família identificada pelas profissionais.

Os pais sociais estavam presentes, junto com seu filho e as crianças e os/as adolescentes atendidas/os, totalizando 11 pessoas na casa. A psicóloga me apresentou Laura, já conhecida por mim por fotos mostradas por uma das assistentes sociais. Na apresentação, a sua expressão ficou em um sorriso, sem nenhuma palavra. Ela não quis ficar muito próxima a nós, voltando a fazer a atividade que estava fazendo, jogando no computador. Fomos conhecer o andar de cima, e a psicóloga pediu que Laura nos acompanhasse. Nesse andar, ficavam os quartos da casa e, em um deles, estava Pâmela, de castigo. Ela estava sentada, cortando papel. Quando entramos, ela nos olhou de cara “fechada”, não disse uma palavra e continuou cortando o seu papel.

Assim, não houve “clima” para estarmos ali, sendo que quis respeitá-la, saindo do quarto. Voltamos para a sala e, nesse ínterim, Laura se aproximou de mim e pediu que a ajudasse a concertar uma pulseira. Foi a única aproximação espontânea dela naquele dia. A psicóloga precisou sair e fiquei mais um tempo ali. Nesse momento, conversei com a mãe social sobre os horários das meninas e os melhores dias para estar ali. Laura ficou pouco tempo próximo a nós e voltou para o computador.

Devido ao horário, decidi ir embora e a mãe social me explicou que poderia ficar na porta da casa, por segurança, até a chegada do ônibus próximo dali. Nesse momento, tive a oportunidade de conversar com ela sobre a minha pesquisa e sobre as meninas. Ela me explicou sobre a situação de Pâmela, sobre o episódio do fogo. A menina estava com o gás ligado e riscando o fósforo, podendo, assim, incendiar a casa. Para ela, isso tinha ocorrido por seus irmãos e demais meninas terem saído para passear com seus padrinhos e ela ter ficado em casa por ainda não ter padrinho. A menina estava triste, e essa sua tristeza se manifestou, culminando com a tentativa de colocar fogo na casa. Ficou de castigo para entender os riscos de sua atitude.

Sobre essa questão do apadrinhamento, pude entender depois, em outra conversa com a mãe social, que ele ocorre num evento promovido por uma ONG em parceria com as instituições de abrigo para promover o encontro de padrinhos cadastrados por ela com crianças e adolescentes abrigadas/os para se conhecerem e serem escolhidas pelos casais. Nesse encontro, Pâmela não tinha sido bem sucedida, ficando sem o apadrinhamento. Nesse apadrinhamento, as crianças e os/as adolescentes podem passar o final de semana, viajar pelo estado, receber presentes e visitas agendadas com os pais sociais. Assim, nesse dia, já pude acessar esse momento tão peculiar e intenso de meninas e meninos abrigados/as e os efeitos disso quando não são bem sucedidas/os.

Ainda na espera pelo ônibus, pude ouvir a mãe social falando de suas reações quando passou a conhecer a história das meninas abrigadas. Muitas vezes, chorou ao saber do abuso sexual sofrido e as suas dificuldades delas em lidar com a família e consigo mesmas por conta disso. Ao longo da pesquisa, a espera pelo ônibus junto à mãe social foi uma oportunidade para conversarmos sobre as histórias das meninas e suas impressões sobre o cotidiano delas. Em outros momentos, essa espera se deu junto às meninas, sendo uma chance de ouvi-las fora do contexto institucional.

Assim, tendo conhecimento de como chegar até a casa-lar, passei a ir lá duas vezes por semana e, em algumas, três, quando conseguia ir aos sábados. Em algumas vezes, conseguia ir no mesmo ônibus com elas, o que me permitia outro momento quando estavam interagindo com

as demais crianças e adolescentes pertencentes tanto da casa-lar delas como a da casa-lar vizinha. Nesses momentos iniciais, o meu intuito era me tornar “familiar” ao espaço e a elas e, por isso, não fiz uso do roteiro semiestruturado, pois poderia tornar a relação mais formal, dificultando a expressão dos relatos espontâneos.

### **Segundo encontro**

Nesse encontro, fui sem nada pré-estabelecido para que eu conhecesse como era o funcionamento do local, a dinâmica das meninas e como elas iriam reagir a minha presença. Fui pelo horário da manhã por ser feriado nesse dia e, por conta disso, a casa estava mais vazia, pois alguns estavam fora, com a família ou com os padrinhos. Fui recebida pela Laura e, depois, pela Pâmela. A mãe social estava em atividade na casa e orientou as meninas a conversarem comigo. Elas me convidaram a ir ao quarto delas e as duas sentaram-se juntas em uma das camas; puxei um banco que estava por perto e fiquei próxima a elas. Na cama, tinham alguns presentes dados pelos seus padrinhos pelo dia da criança e elas estavam interagindo com um brinquedo de miçangas para fazer pulseiras e colares. O dia da criança foi o meu mote para iniciar uma conversa e, logo depois, elas passaram a contar, muitas vezes, ao mesmo tempo, sobre as violências sofridas, a situação familiar, as suas experiências nas instituições pertencentes à rede de atendimento a crianças e adolescentes, suas expectativas para o futuro e seus atuais paqueras.

Com relação à violência sexual, chamou-me a atenção que esse tema surgiu como um dos primeiros assuntos na conversa, e fiquei atenta a como elas iam nomeando essa experiência, percebendo que essa maneira de abordar os motivos que as levaram a estar ali tinha um tom “protocolar”, pois parecia seguir um roteiro já utilizado quando elas estão diante de uma/um adulto/a que as visita ali pela primeira vez.

Diante disso, minhas questões ficaram em torno das expectativas delas ao contarem de imediato essas experiências para mim. Além disso, foi importante atentar para essa expressão inicial e como ela ia reaparecer ao longo de nossos encontros. No ínterim dessa conversa, Pâmela perguntou se tinha trazido alguma coisa para fazer com elas e aproveitei a oportunidade para perguntar o que elas gostariam de fazer ali. A resposta de imediato foi: “desenhar”. Aproveitei para explicar o meu objetivo de estar ali, como conhecer a história delas, que o meu estudo tratava de meninas que passaram por alguma experiência de violência sexual, assim como as suas vivências consigo mesmo, com os outros, com os meninos e demais meninas. Esse era um aspecto muito delicado para mim porque não sabia como elas entenderiam esse

objetivo, se isso faria diferença na minha permanência ali ou se isso as afastaria. Como elas passam a compreender a ida de pessoas ali para conhecê-las, estudá-las durante um determinado tempo? Quais eram os efeitos dessa presença ali? Essas eram questões inquietantes desse início de inserção naquele espaço.

Percebi que elas gostariam de encerrar a conversa quando levantaram da cama onde estavam. Descemos, e a mãe social me convidou para almoçar ali. Acabei aceitando por ser uma boa oportunidade de me aproximar mais das meninas e do seu contexto. Após o almoço, fui até a parada de ônibus, acompanhada da mãe social e, no caminho, ela me perguntou sobre Pâmela, se ela havia me contado sobre a violência sexual sofrida, explicando a sua percepção sobre isso e da necessidade dela contar a sua história para diferentes pessoas. Diante disso, surgiram algumas questões sobre qual seria o sentido, para a menina, em contar a sua experiência sobre a violência sexual. O que ela esperava provocar com a sua história? Saí dali com esses questionamentos e pensando como seria a minha abordagem no próximo encontro.

### **Terceiro encontro**

Como elas mencionaram o gosto pelo desenho, para esse encontro, programei-me para levar papel, lápis de cor e giz de cera. Esse dia foi um sábado, e os pais sociais estavam de folga; para substituí-los, havia uma folguista, que trabalha há três anos na instituição. Talvez, pelo dia, ao chegar pela manhã, elas estavam ainda sonolentas. Esperei elas se arrumarem na garagem da casa e fiquei interagindo com uma das crianças da casa.

As meninas apareceram e decidiram fazer a atividade na mesa da garagem. Estar ali foi um chamativo para as outras crianças que, logo, quiseram participar. Uma delas, a de cinco anos, sentou no meu colo e pediu papel. A folguista também foi chamada algumas vezes por Pâmela para opinar no desenho e ajudá-la. Isso fez com que não fosse possível conversar sobre os temas da pesquisa. Pâmela se incomodou muito com a presença de uma das crianças e do seu irmão mais novo, também acolhido naquela casa. Mesmo assim, não fizeram menção em sair dali.

Fiquei percebendo, também, como elas iam interagindo com as demais crianças e com a folguista. Pâmela se mostrava mais interativa, e Laura permanecia mais em silêncio com seu desenho. Terminado o desenho, esperei o movimento delas, para onde desejassem ir, para que compartilhasse da rotina delas naquele dia. Quiseram ir para a sala, assistir à televisão.

Compartilhei daquele momento com o grupo e, após algum tempo, fiquei até o último horário do ônibus, bem limitado aos sábados.

#### **Quarto encontro**

Nesse dia de ida ao local, tive uma surpresa no meio do caminho, quando a Laura subiu junto com as outras no ônibus, numa parada próxima à instituição da qual ela participa de atividade socioeducativa. Quando me viu, sem mencionar nenhuma palavra, aproximou-se de mim, sorriu e deu um beijo no meu rosto. Sentou-se junto a sua colega e, enquanto os outros conversavam, na viagem, ela permanecia em silêncio, sorrindo quando a outra menina se dirigia a ela. Na descida para o nosso destino, ela permaneceu assim, em silêncio, comunicando-se com o sorriso.

Ao chegar a casa, quando Pâmela me viu, gritou o meu nome e correu para pegar a chave do portão. Ela me abraçou e me levou pelo braço até os pais sociais. O pai social estava na cozinha fazendo a janta do dia e, ao quando eu perguntei se estava tudo bem, a sua expressão mudou; parecia estar chateado. Começou a me dizer que Pâmela e Laura estavam de castigo por terem brigado e batido na folguista, fazendo com que ela desistisse de trabalhar ali. A sua decepção com as meninas estava aparente e elas, ao meu lado, ouviam junto comigo as reclamações do pai social sobre o episódio. Ele sinalizava a importância delas terem limites e elas, em silêncio, escutavam, até que a mãe social me convidou para lanche. O momento do lanche se repetiu em quase todas as vezes que estive ali.

O grupo chega das suas atividades socioeducativas fora da casa-lar e jantam juntos. Eles/as tinham uma rotina de arrumação e organização da casa, com divisão de responsabilidades. Nesse momento, as crianças e os/as adolescentes contam a sua rotina um dos outros/as, interagem entre si, conversam sobre as suas obrigações e, dentre elas, as não cumpridas dentro da casa e na escola.

Naquele dia, a conversa foi sobre brigas e ameaças entre os meninos e os colegas da escola e suspeitas de namoro entre os meninos com as meninas de lá. As conversas circulavam também sobre o final de semana, quem sairia, se os padrinhos ou as madrinhas haviam ligado. Pâmela falou sobre uma atividade sobre sexualidade que participa no serviço de convivência pertencente a uma das instituições parceiras. A mãe social se interessou e perguntou mais sobre essa atividade, e Pâmela foi, prontamente, explicando-lhe. Laura permanecia comendo em silêncio. O “ritual do café” acabou sendo uma etapa importante na pesquisa, pois ali eu

conseguia participar junto com todo o grupo e, de alguma forma, do cotidiano deles/as. Eu buscava ouvir e prestar atenção no grupo, observando como as duas jovens, participantes da pesquisa, reagiriam à minha presença e como me convidariam a estar com elas. A mãe social, então, liberou-as para conversar comigo. Elas subiram, e Pamela foi segurando o meu braço até o quarto.

Para aquele dia, tinha resolvido fazer uso das estratégias lúdicas pelo fato de elas favorecerem uma atmosfera mais propícia para comportamentos e narrativas espontâneas, propiciando uma maior aproximação comigo. Esperava uma familiarização com a minha presença, ao mesmo tempo em que ela não fosse o foco central desse encontro. Para isso, levei pastas feitas de papel, de cor amarela para cada uma delas, lápis de cor, giz de cera, hidrocor, papel em branco e *glitter* colorido. Com isso, propus-lhes a confecção da capa da pasta, de forma que ficassem identificadas ao gosto e à maneira de cada uma. O objetivo foi a produção de material focado nas características pessoais de cada uma delas para que pudesse conhecê-las, assim como ter um objeto que guardasse o que fosse produzido ao longo dos nossos encontros. As pastas e o material foram colocados à disposição, e expliquei o objetivo da minha proposta.

Elas foram explorando o material, escolhendo as cores e discutindo como iriam confeccioná-las. Com isso, foi possível observar as dificuldades para escrever de Pâmela, e as dúvidas de Laura em decidir como fazer a sua capa e se conseguiria realizá-la. Nesses espaços, fui solicitada a ajudá-las, o que contribuiu para um maior contato entre mim e elas, como desejava. Após essa etapa, pedi que desenhassem as suas famílias, pois gostaria de conhecê-las, e o desenho, além do registro, contribuiria para ver como elas representavam as pessoas, como se percebiam na família e na relação com os seus membros. A ideia também era, a partir disso, conversar sobre a infância e as construções de feminilidade e masculinidade ocorridas nesse período, conforme previsto no roteiro semiestruturado.

As duas escolheram desenhar, primeiro, as pessoas da casa-lar, e apenas Pâmela, depois de muito se questionar, fez a sua família de origem. Com os desenhos prontos, fui perguntando sobre eles, as pessoas ali presentes, as relações delas, os sentimentos. Nessa experiência, pude perceber as dificuldades de elas relataram situações em sua infância com as pessoas de sua família, parecendo “faltar” memórias desse período. As maiores informações foram sobre “a família atual”, a da casa-lar. Como Laura se relacionou com os meninos ali, “ficando” com eles, isso veio à tona por Pâmela, com a confirmação dela e, a partir disso, foi possível acessar informações sobre questões de gênero e sexualidade, como namoro, desejos, percepções sobre o masculino, sexo e, mais uma vez, retomada a situação de violência sexual, especificamente o

abuso ocorrido na família de origem. Pâmela, por ser mais falante, já mostrava interesse em falar de sexo e, principalmente, de mostrar o seu conhecimento sobre esse assunto, sendo que, às vezes, usava as experiências de Laura para também trazer esse tema em questão.

Em alguns momentos, fomos interrompidas pelas outras meninas da casa, as quais entravam no quarto para deixar roupas e, principalmente, observar o que estávamos fazendo ali. A princípio, Pâmela queria incluí-las, o que me deixou numa “saia justa”, pois não tinha levado material para todas. Combinei, então, que, na próxima oportunidade, faríamos uma atividade todas juntas. Tinha que pensar, depois, como fazer isso, sem prejudicar as etapas já iniciadas com elas. Laura quis falar sobre o ocorrido com a folguista, sendo o motivo do desentendimento o fato da folguista ter lhe negado uma bolacha, gerando uma grande irritação a ponto de batê-la. Diante disso, quis saber mais sobre essa sua irritação, mas ela logo silenciou quando fiz a pergunta. Assim, entendi que não queria mais falar disso.

Para encerrar o nosso encontro, entreguei-lhes um caderno e uma caneta no intuito de que escrevessem, durante a semana, o que elas gostavam. Mesmo com a dificuldade de escrita de Pâmela, esperava, com isso, criar outra forma de comunicação e, assim, acessar outros conteúdos com elas. Elas pareceram gostar da ideia e guardaram seus cadernos em seus armários. Encerrada a atividade, fomos até a sala. Fui me despedir dos pais sociais, e a mãe veio me acompanhando, junto com Pâmela e Laura, para aguardarmos o ônibus. Pâmela tratou de contar as atividades feitas, como da pasta e do caderno, e Laura permanecia em silêncio. Logo, ela se distanciou e foi para a sala. Pâmela permaneceu, e ficamos conversando sobre a situação da folguista. Ao ver se aproximar o ônibus, fui correndo para não perdê-lo. As duas ficavam “me cuidando” até entrar no ônibus, e isso também se tornou um ritual. A região, por ser isolada e localizada perto de algumas vilas, é vista por elas, ali, como violenta. Inclusive, na parada de ônibus, já ocorreram alguns assaltos e como ali era o “fim da linha”, eu ficava na parte de dentro da casa até ele retornar em direção ao centro.

Nesses momentos, a mãe social aproveitava para conversar sobre as meninas e as suas histórias na casa, fornecendo-me informações valiosas para aprofundar com elas depois. Nessas conversas, também fui me aproximando da história de Jéssica, irmã de Pâmela, que já fora atendida pela casa por um tempo. A sua vida, de fato, marca quem a conhece e a ouve. Com a mãe social, não foi diferente. De alguma forma, isso já tinha ocorrido comigo quando tive conhecimento dela. Ali, já ia me preparando para esse momento: conhecer Jéssica, o que veio ocorrer três meses depois.

### **Quinto encontro**

Para esse encontro, pensei em ver com elas o caderno que havia entregado no encontro anterior e fazer um jogo com perguntas feitas por nós, algo próximo ao famoso jogo “verdade ou consequência”, tão praticado por alguns/algumas jovens, porém, sem a parte da consequência. Essa era minha ideia inicial, mas estava aberta às sugestões delas caso não gostassem dessa proposta. Dessa vez, nenhuma delas pegou o mesmo ônibus e ao, chegar ao local, sozinha, fui recepcionada por algumas das crianças da casa-lar. Logo, a mãe social apareceu e me convidou para tomar café junto ao grupo. Laura se aproximou de mim e disse que chamaria Pâmela. Disse apenas isso e saiu.

Enquanto tomava café, Laura se aproximou de mim e me convidou para subir até quarto. Estava sorridente, e a sua iniciativa de começarmos o nosso encontro foi muito válida para mim, pois eu estava na fase inicial de aceitação por parte delas e todos os seus passos de aproximação a mim eram visto como pequenas conquistas. Se Laura estava disposta, Pâmela parecia o oposto. Estava deitada e parecia indiferente aos chamados de Laura para começarmos o nosso encontro. Acabou expressando que não iria “se levantar”, e percebi que poderia ter ocorrido algo com ela. Laura me olhava e fez menção em me contar algo, em linguagem labial; diante da dificuldade em fazer isso ali, pareceu dizer que me contaria depois. Resolvi, então, começar e pedi que Laura sentasse ao meu lado.

Falei à Pâmela que estaríamos ali, esperando quando quisesse participar. Não demorou muito, e ela se levantou e se sentou conosco. Perguntei sobre os cadernos e pedi para vê-los, caso elas desejassem. Laura tinha copiado uma poesia com conteúdo romântico e perguntei se era para alguém em especial, ao que respondeu que sim. Era para um menino, mas não quis mencionar quem. Pâmela havia feito declarações de amor para sua família, amigos e para mim. Dessa forma, o conteúdo apresentado tinha um teor afetivo, significativo para ser explorado na pesquisa.

Após a apresentação dos cadernos, contei para elas a minha ideia para aquele dia e esperei para ver a opinião delas. O jogo parecido como “verdade ou consequência” foi bem aceito e passamos a fazer as perguntas a serem colocadas numa caixa colorida. A sugestão dada para os assuntos é que fossem temas voltados para o nosso universo feminino. Foi dado um tempo para cada uma fazer num papel, recortar e colocá-lo na caixa. Eu aproveitei para incluir perguntas já pensadas do roteiro semiestruturado, como: Você gosta de ser menina? Qual a coisa mais difícil em ser menina? Qual a diferença entre menino e menina? O que você sentiu

no seu primeiro beijo? Como os homens olham para o seu corpo? Como as mulheres olham o seu corpo? Como os meninos fazem para conquistar você? O que mais chama atenção nos homens? Como os homens mais velhos tratam as meninas mais novas? O que você acha do corpo dos meninos? O que você pensa sobre beijar mais de um menino num dia? Você acha que tem idade certa para ter a primeira relação sexual? As perguntas feitas pelas meninas foram: Você gosta de verão, primavera ou inverno? Você brinca de quê? Quem é a sua melhor amiga entre as meninas? Tu fica triste? Todas as mulheres têm corrimento? Todas as meninas menstruam? O que é uma pessoa da casa que fica com um menino? Tu escuta música? Surgiu, também a afirmação: “Uma pessoa da casa-lar é muito legal e é uma menina”.

Seguimos algumas rodadas com essas perguntas como disparadoras para a nossa conversa e, após terem sido esgotadas todas elas, as meninas perguntaram o que iríamos fazer. O horário já estava próximo de eu ir embora, e isso determinava, de alguma forma, o encerramento da conversa. Eu chegava às 18h e saía às 21h30 por conta do horário do ônibus. Assim, perguntei o que elas sugeriam para o próximo encontro, e elas, principalmente Laura, foram escrevendo em meu caderno várias sugestões como: brincadeira “pé na bola”, esconde-esconde, “sardinha”, vôlei, ovo podre, telefone sem fio, pega-pega, verdade ou consequência e corda.

A ideia das brincadeiras surgiu porque a minha próxima ida lá seria no final de semana, durante o dia, o que possibilitaria esse tipo de atividade. Descemos do quarto para a sala, onde estavam os/as demais sentados/as, assistindo à TV. A mãe social e Pâmela me acompanharam até a parada de ônibus e, no caminho Pâmela, continuou conversando sobre os assuntos abordados no nosso encontro, como a relação dos homens com as meninas mais novas. Por conta da chegada do ônibus, encerramos a conversa.

### **Sexto encontro**

Para o sexto encontro, como seria pelo turno da manhã, levei cordas e bola para realizar as brincadeiras sugeridas. Mesmo que o tema em questão não fosse diretamente ligado ao conteúdo discutido na pesquisa, fazer atividades corporais interativas poderia um ser um caminho de aproximação e vinculação com elas, necessária para os encontros mais voltados para a nossa temática. De alguma forma, atender a demanda delas é também fazer essa relação de troca pesquisadora/participante, tão importante num processo de pesquisa. Cheguei a casa num domingo pela manhã, e apenas Laura, Pâmela e os pais/mães sociais estavam acordados/as.

As duas estavam assistindo à TV e, ao me verem, convidaram-me para ir ao quarto delas. Lá, perguntaram-me sobre o que havia trazido para a atividade; falei da bola e das cordas. Laura e Pâmela alegaram que o dia estava muito frio para ficar lá fora no quintal e preferiram ficar no quarto.

A sugestão delas foi desenhar e, assim, providenciamos as folhas, algumas minhas e outras com a mãe social. Com as folhas, Laura pediu para fazer um coração. Esse era o sétimo a ser colado em sua pasta. Perguntei qual era o significado desse coração, e ela respondeu: “Amor”. Quis saber um pouco mais de como seria esse amor, mas ela ainda não respondia às minhas perguntas sempre, e isso me fazia ficar mais atenta como ela ia se sentindo mais à vontade para responder e qual seria o melhor momento para perguntar. Assim, elas foram fazendo os seus desenhos, colocando diversas cores, pedaços de papel crepom coloridos e *glitter*.

As duas acabaram se desentendendo por conta do *glitter*, e Pâmela, chateada, já perguntava quando teríamos atividades sozinhas. Com os desenhos prontos, Laura deu a ideia de fazermos um mural com eles. Pâmela foi pedir cartolina para a mãe social. Terminado isso, Laura deu a ideia de irmos para o quintal brincar de corda, então, fomos. Nessa atividade, as outras crianças também participaram. Fomos brincando de pular corda individualmente e, depois, no coletivo. Fui propondo desafios de pularem juntos, passarem a corda em duplas, e Laura foi ajudando as crianças que tinham dificuldade em pular. Em outras vezes, Pâmela buscava coordenar a atividade. Esse foi um momento de bastante descontração e entrosamento entre elas/eles. O sorriso, principalmente de Laura, foi uma reação marcante dessa atividade. Laura disse que estava cansada e sentamos todas para descansar.

Por conta da hora, resolvi me despedir. Pâmela me lembrou de pegar as pastas deixadas no quarto e, por isso, acabei perdendo o ônibus daquele turno. Precisaria, assim, caminhar até a avenida para pegar outro ônibus. A mãe social sugeriu que as meninas me acompanhassem até lá. Pâmela se ofereceu, juntamente com outra menina, Sandra, uma adolescente de 16 anos, para me levar até lá.

Nesse ínterim, um padrinho chegou para visitar um dos afilhados, o irmão de Pâmela, e trouxe para todos *cupcakes*, em especial, um para seu afilhado, feito com a imagem de um jogador de futebol. Seguimos o caminho e, por ser longo, tive uma boa oportunidade para ouvir suas histórias em outro contexto, além do que muitas coisas sobre o cotidiano delas foram surgindo, como seus paqueras, as suas reações diante dos homens mais velhos, que passam e “mexem” com elas, as suas percepções sobre Laura e sobre o corpo delas. Os temas surgiram a

partir delas e, com isso, fui apenas solicitando, com perguntas, maiores esclarecimentos ou aprofundamento sobre o que iam dizendo. A conversa foi encerrada quando o ônibus chegou e, assim, eu me despedi.

### **Sétimo encontro**

No sétimo encontro, eu me propus a focar mais o tema do corpo e, para isso, levei um longo papel pardo para que cada uma fizesse o desenho de seu próprio corpo. Esse desenho seria feito com cada uma deitada no papel, sendo torneado por nós com caneta hidrocor para que cada uma, depois, desenhasse o que desejasse nesse corpo contornado. Antes, coloquei uma música de um grupo musical chamado Barbatuque, de São Paulo, que faz o seu trabalho com sons do próprio do corpo, intercalado com alguns instrumentos.

Minha ideia era chamar a atenção para o corpo e as suas diversas possibilidades, como a produção de música. Laura se interessou bastante pela música e quis ouvir um pouco de cada faixa. À medida que ia perguntando sobre como aquele grupo fazia a sua música, ela foi mencionado: “as mãos, os pés, a boca”, e tentamos fazer algum som parecido com o nosso próprio corpo; já Pâmela acompanhava Laura em suas respostas. Depois, propus fazermos alongamento do corpo, como esticar os braços como estivéssemos nos espreguiçando ao acordar e, após isso, um exercício utilizado em técnicas teatrais.

O exercício consistia em puxar o ar, acompanhado da suspensão dos braços acima da cabeça até ficarem totalmente esticados e, depois, soltá-los, junto com a expiração do ar em direção ao chão, alongando a coluna. Então, junto com a expiração do ar foi, sugerido a inclusão de algum som, a critério delas. Fiz uma demonstração que, para Pâmela, não foi um simples som. Ela se voltou para Laura, fazendo menção que ia falar baixo, aproximando-se do ouvido de Laura e disse em “alto e bom som”: “*Parece aquele som quando a mulher está fazendo aquilo*”. Como o intuito dela era aparentemente ter dito isso “em segredo”, não fiz perguntas a respeito. Aos poucos, Pâmela ia trazendo um conteúdo mais sexualizado para o grupo, e o intuito das atividades era mesmo de deixá-las mais à vontade para falar desses e outro assuntos que desejassem.

Em seguida, chegamos à brincadeira do chão mágico, a qual consiste em imaginarmos um piso mutante que se altera de acordo com algumas sugestões como: “imagina que estamos caminhando na beira da praia, entre pedras, em carvão, em plumas de algodão, em um abismo que precisamos atravessar de um lado para outro...”. Foi um momento bem divertido, no qual

elas participaram e interagiram bastante entre si e comigo, solicitando que repetíssemos algumas vezes essa atividade, principalmente a “passagem pelo abismo”. Com o corpo aquecido, introduzi a minha ideia para aquele dia, que éramos falar sobre o nosso corpo, como a gente o sentia e percebia. Entreguei o papel pardo e a caneta hidrocor. Cada uma foi deitando no papel, e fomos torneando o corpo de cada uma. Isso também foi uma atividade divertida. Depois, tivemos um tempo para incluir no contorno o que desejássemos. Laura, em vários momentos, solicitou a minha ajuda, alegando não saber desenhar e, aos poucos, fui incentivando-a a fazer sozinha. Isso exigia dela uma concentração maior e paciência quando não gostava do desenho que fazia. Pâmela ia conversando comigo sobre como desenhar as partes de seu corpo, sendo o cabelo uma das suas maiores dúvidas. Essa questão, só fui entender depois, quando ela, em outra atividade, expressou a sua insatisfação com o seu cabelo, por ser crespo, e a sua negação em ser negra. Elas optaram por fazer um corpo nu e colocaram todas as partes marcantes da feminilidade, como seios, vagina, vulva, sendo essa uma das últimas.

Pâmela terminou mais rápido e pediu para sair e mostrar o desenho para a sua mãe social; isso parecia lhe deixar feliz. Já Laura estava mais preocupada em terminar a sua atividade, sempre temendo não conseguir, exigindo de mim incentivo sempre que solicitava a minha ajuda para fazer. Completado o desenho, passamos a conversar sobre esse corpo, as percepções delas, o que gostam e o que não gostam nele, o que sentem, as diferenças entre esse corpo e outros.

Terminada a conversa e chegada a hora do meu ônibus, fiz o meu ritual de despedida das meninas e das/dos demais do grupo, e a mãe social me acompanhou até a parada de ônibus. Nesse dia, ela conversou sobre a suas percepções diante da necessidade de Pâmela em contar sobre a sua história de violência para as pessoas, muitas delas desconhecidas, e o que ela esperava das pessoas ao dizer isso. Já sobre Laura, o foco foi o seu comportamento sexual na casa, sua atitude com os meninos, seu “apetite sexual”. Laura tinha se envolvido com um dos meninos e, nessa questão, chamou a atenção da mãe social a forma como o menino havia se aproximado e como ela reagiu a isso.

O nosso tema naquele dia tinha sido o corpo; aos poucos, o meu conhecimento sobre ele ia se ampliando e o que ouvia delas foi se somando com as percepções da mãe social, dando-me possibilidades de aprofundar mais alguns pontos nos meus encontros com elas.

### **Oitavo encontro**

Partindo do momento em que já me encontrava na pesquisa, sentia a necessidade de explorar mais as questões da sexualidade, pois esse era um tema recorrente nos encontros, muito trazido por Pâmela, para que, assim, abrissem alguns caminhos para acessar as histórias sobre a exploração sexual. Esse estava sendo um dos maiores desafios, pois as meninas tinham mais “facilidade” em tocar no assunto do abuso sexual do que da exploração sexual. Isso tonou um ponto importante a ser analisado, pois apontava para a forma como as meninas iam se apropriando dos significados dados pelos/as adultos a respeito da violência sofrida, principalmente quando passaram a serem atendidas pelas instâncias de proteção a essa violência, como o abrigo.

O mais próximo que havíamos chegado, até então, da prática da prostituição foi a nomeação de “puta” para meninas que ousavam ficar com mais de um menino, sem ainda mencionar a possibilidade de trocas e ganhos materiais e simbólicos com o sexo. Como discutido na introdução desta pesquisa, a exploração sexual não é uma prática fácil de ser nomeada pelas/os envolvidas/os, devido aos aspectos moralizantes pertencentes a essa modalidade de violência sexual. Esse fato exige maior habilidade de quem pesquisa para não só construir um vínculo pesquisadora-participante significativo para relatos espontâneos, como para perceber como essa prática vai sendo nomeada por elas/eles.

A minha sensação era de que esse tema não surgiria provocado diretamente por mim por meio de perguntas propostas no meu roteiro semiestruturado. Isso me fez buscar alguma estratégia lúdica, interativa, já que as duas demonstravam ter bastante intimidade e afinidade entre si, sendo a minha presença o possível elemento estranho e inibidor para sua expressão sobre o tema. Portanto, busquei, na biblioteca de brinquedos do Programa de Extensão Universitária *Quem quer brincar*, da UFRGS, localizada no primeiro andar da Faculdade de Educação, inspiração para fazer a atividade com as meninas.

A biblioteca tem uma infinidade de brinquedos tanto industrializados como produzidos pelo grupo responsável, e isso fez com que levasse tempo para achar algo específico. Comecei procurando pelos jogos com tema sobre o corpo e, neles, o aspecto mais explorado era sobre a dimensão mais biológica, como questões sobre maturação física do organismo e atividades com esqueleto humano. Resolvi procurar jogos voltados para a juventude e acabei encontrando um jogo chamado *Jogo Capricho: abra seus diários secreto para todas as suas amigas*, da Grow-Grow, em alusão à Revista Capricho, muito conhecida por ser voltada para o público

“adolescente”. O jogo funcionava com cartões de perguntas sobre assuntos de matérias publicadas na revista e, caso a resposta não fosse correta, a jogadora teria, em uma roleta, tarefas a serem feitas, tais como: “Fique fazendo poses para um fotografo imaginário”, “Cante uma música”. Como opção ao jogo, podia surgir a carta do “diário secreto”, com temas como: “O que acha da virgindade”, “O que fiz para conquistar um menino tímido”, “Eu comecei a gostar do namorado de uma amiga”.

Fiz algumas adaptações do jogo para as meninas, pois havia percebido que as perguntas para decidir se o/a jogadora/o seguiria jogando no tabuleiro ou “pagar a prenda” da roleta eram bastante difíceis. Parecia-me não contemplar a realidade delas, com temas muito específicos sobre artistas e filmes norte-americanos, e não pretendia causar algum constrangimento. Substitui por perguntas sobre artistas brasileiros, temas possíveis da escola, como nomes de cidades e pequenas contas de matemática. Além disso, a roleta para a “prenda” já vinha com uma fita adesiva cobrindo uma delas, que era “dançar na boca da garrafa”. Resolvi manter e tirar mais uma que era: “tirar um peça de roupa”. Decidi assim por ter receios dos efeitos disso na casa, que é gerida por uma instituição religiosa e por ainda estar iniciando o meu processo ali, pois meus passos exigiam mais cautela para conhecer as possíveis brechas para falar desse tema. Devido a toda a complexidade para acessar as meninas, não queria, de forma alguma, queimar etapas e atrapalhar o processo.

Assim, ao apresentar o jogo, as meninas logo queriam saber as regras e iniciar o processo. Tanto as tarefas da “roleta” como as questões do diário permitiram relatos espontâneos sobre aspectos da sexualidade, como o fato de não serem mais virgens, as sensações sobre o seu corpo, suas percepções em estar abrigada e os modos como lidam com o masculino.

Durante os seus relatos, parecia que queriam falar sem interferências. As minhas perguntas eram respondidas rapidamente, parecendo ser uma vontade de saber o que viria depois nas cartas e nas tarefas da roleta. Busquei ficar atenta aos jeitos delas relatarem, às palavras utilizadas e ao que chamava mais atenção. A minha presença ficava em segundo plano, o foco era o jogo e a interação entre elas. Nesse lugar, tinha uma posição interessante para vê-las e ouvi-las, como antes havia desejado: “numa conversa entre amigas.” Terminado o encontro, elas me pediram para levar o jogo novamente no próximo e, assim, ficamos combinadas.

### **Nono encontro**

Nesse encontro, como acertado com elas, levei o jogo, mas fui surpreendida pela notícia de que Laura havia sido transferida para outra casa-lar. Segundo os pais sociais, Laura estava agressiva no final de semana, ameaçou bater na mãe social. Isso fez com que as técnicas fossem lá para analisar a situação e, assim, decidiram transferir Laura para outro local.

O episódio fez com que os pais sociais decidissem encerrar as suas atividades no abrigo, anunciando à direção da instituição o desejo de desligamento, depois de três anos trabalhando na casa-lar. Para eles, não teriam mais a contribuir para o trabalho com a casa e relataram sobre o desgaste dessa tarefa em cuidar desse público com tantas demandas, dentre elas, o acompanhamento em consultas de especialistas da saúde. Para ela, a casa passou por grandes transformações com a vinda de Laura e outro menino adolescente pela dificuldade de ambos em respeitar as regras da casa.

Algumas das crianças estavam tristes com a notícia e outras aparentemente indiferentes. Fui ao encontro de Pâmela para conversar com ela, buscando dar continuidade ao trabalho, mas observando como essas mudanças estavam a afetando. Estar sozinha com ela na pesquisa naquele momento veio de forma mais imposta do que um caminho espontaneamente escolhido por ela para conversar. Assim, ela queria a participação das outras meninas no grupo, o que foi aceito nesse dia em diante. Minha alternativa foi continuar com os temas envolvendo a pesquisa, incluindo as demais meninas a pedido de Pâmela.

### **Construindo um novo grupo**

Assim, fiz mais quatro encontros com esse novo grupo, intercalando conversas individuais com Pâmela quando havia oportunidade. Os encontros tiveram como tema as questões de gênero e da sexualidade, utilizando o jogo da *Revista Capricho* mais de uma vez, a pedido das meninas, e uma colagem com figuras de revista para que as meninas identificassem o que elas consideravam coisas de menino e coisas de meninas. Para as figuras, busquei, ao máximo, imagens que contemplassem a diversidade de gênero e sexualidade, assim como de etnia. Nesse dia, as questões sobre negritude e o racismo vieram à tona, assim como o episódio envolvendo Laura e sua “expulsão” daquela casa-lar, conforme já mencionado no início deste parágrafo. Se para os pais sociais, a agressão foi o maior destaque dado ao episódio, para as demais meninas, foi a sua sexualidade. A sexualidade de Laura virou o foco do grupo e as

meninas puderam expressar suas opiniões e também os seus julgamentos. Pâmela assumiu a condução da discussão, pois estava no quarto quando isso ocorreu e, assim, teve o seu espaço garantido para descrever o fato e como isso lhe impactou. Ao final, todas deram uma “sentença” à Laura, sem ouvi-la, pois todas falam a partir das suas impressões, sem nenhuma ter conversado com ela sobre isso, nem mesmo Pâmela, sua companheira de quarto e a única a presenciar a cena. A medida já havia sido decidida pela instituição com a sua transferência, e um possível encontro de Laura com elas ali não viria mais a ocorrer.

Nos dois últimos encontros, convidei Pâmela para conversar sozinha e foi quando detalhamos mais sobre os assuntos surgidos no grupo. Esse novo grupo formado permitiu observar mais a questão da/do violência/abuso sexual, situação vivenciada por todas ali presentes. Mesmo que o tema do encontro não tenha sido sobre isso, uma das meninas resolveu trazer as suas dúvidas, dores e os seus sentimentos de revolta. Pâmela ficou mais ouvindo as outras do que se pronunciando. Já nas atividades voltadas para o feminino e masculino, Pâmela foi mais participativa, mostrando as suas concepções sobre gênero e sexualidade.

Esses encontros ocorreram até o penúltimo dia de dissolução temporária desse abrigo devido à demissão dos pais sociais. Nesse dia, havia uma folguista responsável pela casa até o remanejamento do grupo para outras casas-lares coordenadas pela instituição. Esse foi meu último encontro com aquele grupo, e as próprias meninas aproveitaram para fazer uma despedida dali. O clima estava de “adeus”. Uma das meninas estava em grande sofrimento e ficou na casa-lar ao lado; as demais lamentavam a saída dos pais sociais e aproveitaram para falar da importância deles ali. Relembrou alguns episódios, principalmente com a mãe social, quando esta demonstrava preocupação com elas.

No final do grupo, o clima ficou mais tenso ainda, principalmente com Pâmela. As meninas estavam agitadas e agressivas, o que gerou alguns desentendimentos entre elas. Pedi para ficar a sós com Pâmela e aproveitei para saber as suas percepções sobre o ocorrido. Nessa conversa, Pâmela rememorou alguns episódios de sua história, permitindo, assim, acessar informações sobre a questão da exploração sexual na sua vida. Esse acabou sendo o nosso último encontro naquela casa-lar, pois ela foi transferida para outra, localizando em outra região da cidade.

A distância das outras casas-lares e as dificuldades de acesso ao local pelos conflitos constantes do tráfico me fizeram não acompanhá-la nessa sua nova casa-lar. O último encontro tinha me mostrando o quanto Pâmela ainda tinha a falar sobre a sua história, e isso me fez ver outras possibilidades de encontrá-la. Depois, fui informada, pela mãe social de Jéssica, irmã de

Pâmela, que ela e os/as demais seriam transferidos/as para a nova casa-lar, construída na mesma rua de Jéssica, o que facilitaria o meu reencontro. Este foi ocorrer ao final da pesquisa, já com a mudança feita. Ao me encontrar com Pâmela, logo percebi as mudanças na sua aparência, mais crescida, mais magra e muito sorridente.

Conversamos por um bom tempo, sendo grande parte dele destinado às suas memórias sobre todo o processo da pesquisa, o que me surpreendeu pela riqueza de detalhes das suas lembranças. Ao ouvi-la, fui compartilhando com elas as minhas lembranças também sobre os nossos encontros, sinalizando como eles foram importantes para a pesquisa. Expliquei para ela que todo aquele material me permitiu escrever sobre a história dela e mostrei meu interesse em conversar com ela sobre o que havia registrado a respeito disso. Ela me pediu para retomar a etapa dos jogos, demarcando quais deles havia mais gostado para jogarmos novamente. Dessa forma, percebi, nesse pedido, uma oportunidade de dar-lhe a devolução sobre a pesquisa de uma forma prazerosa e lúdica.

### 3.3.3.3 O reencontro com Laura

Paralelo a esses encontros com esse grupo, busquei contato com a casa-lar na qual Laura estava. Tive permissão para ir visitá-la somente depois de uma semana após o ocorrido na casa-lar onde estava anteriormente. Ao vê-la, após esse episódio, foi possível perceber que ali se iniciaria um novo processo. Ela parecia distante, não falava nem respondia às minhas perguntas. Busquei resgatar o vínculo, apresentando o material que havia produzido anteriormente nos nossos encontros na outra casa-lar. O seu movimento foi de rasgar a capa anterior, cheia de corações e cores, para uma nova capa, com apenas seu nome escrito de preto. A sua pasta já estava bem desgastada por ter rasgado a sua capa outras vezes, sempre que lhe apresentava nos encontros. Assim, quis encerrar o nosso encontro, sendo que fomos até a cozinha, onde estava sendo feita a comemoração dos/as aniversariantes do mês.

Ela passou o tempo todo que estive ali em silêncio, comendo. Só parou de comer quando fui embora. Aquele foi o primeiro e o último encontro que pude ter com ela naquela casa. Semanas depois, foi transferida para um abrigo, saindo das casas-lares e ficando sob a responsabilidade de outra instituição, também religiosa. Essa informação foi me passada pela mãe social, mas sem ainda me apresentar os motivos. Busquei conversar com a psicóloga responsável, sendo possível saber os motivos para essa mudança. Laura, mais uma vez, havia transado com um dos meninos da casa, violando, assim, as regras institucionais. A instituição

entendeu ser melhor transferi-la para um abrigo específico para meninas, retirando, da sua convivência proximal, a presença de meninos, pois Laura tinha como sua orientação sexual, até o presente momento, a heterossexualidade.

Assim, a assistente social repassou os contatos com essa nova instituição e informou a equipe técnica de lá sobre a minha pesquisa. Entrei em contato com essa nova instituição para apresentar os propósitos da minha pesquisa. Nesse encontro, foi possível retomar novas informações sobre a história de vida de Laura por meio da história de uma das suas primas, já acompanhada por essa instituição. Agendei as minhas visitas ao final da tarde e, na primeira semana, fui todos os dias lá. A minha decisão em fazer isso consistia em retomar o vínculo estabelecido nos primeiros encontros no outro abrigo. Isso não foi um processo fácil, pois ela estava se adaptando ao local, assim como eu, ao seu novo momento.

Além disso, havia o seu amoldamento à medicação psiquiátrica, que a fazia ficar indisposta, sonolenta e cansada. Tudo isso foi se manifestando nos nossos encontros, que, por mais tentativas feitas por mim para interagir com atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, desenhos, grande parte de suas respostas eram: “Não sei”, “Tô cansada”, “Deu, Monise”, “Você disse que não viria hoje.”, “Tô com sono”... acompanhadas de bocejos e expressões de insatisfação. Precisei passar com ela por todo esse processo até chegar o momento quando começou a ter mais iniciativa e disposição, passando a expressar: “Vamos fazer um piquenique?”, “Vamos jogar vôlei?”, “Por que você não veio na segunda, Monise?”, ou um “Deu, Monise”, mas acompanhado de uma explicação: “Hoje não tenho muito o que falar”, “Vem no sábado para fazer piquenique”. As suas lembranças das nossas atividades com Pâmela passaram a surgir em seus relatos, compartilhando, assim, um pouco da nossa convivência passada, que, de alguma forma, estava se restabelecendo ali.

Com a biblioteca de brinquedos da UFRGS em recesso, precisei improvisar alguns jogos até quando não precisei mais utilizá-los, deixando Laura à vontade para fazer o que desejasse naquele espaço disponibilizado. Eu aproveitava todas as brechas e oportunidades em seu jeito silencioso: “Não gosto muito de falar de mim”. De fato, conforme todas as pessoas que a conheciam, Laura é de poucas palavras. Presenciei queixas de monitoras sobre esse seu silêncio tanto ali como nas consultas com o psiquiatra.

Segundo a primeira mãe que conheci, ela chegava a usar o capuz do casaco em seu rosto ao entrar na consulta com o psiquiatra. Em minhas observações tanto ali como nas casas-lares, como também nos trajetos de ônibus com as outras meninas, a sua postura era mais de ouvir do que falar. Laura era mais da ação, o seu corpo seguia o seu desejo, a sua vontade e as narrativas

sobre as suas práticas vinham mais de quem as presenciava do que dela mesma. Por isso, cada frase dita era vista por mim como uma conquista. Várias vezes, fui ao seu encontro para ouvi-la proferir três ou quatro frases, mas que passaram a valer muito nesse processo, pois precisava, na pesquisa, acessar também as narrativas elaboradas por ela sobre a sua experiência vivida, mesmo que alguns conteúdos ficassem na ordem do subentendido, já que ela tinha os seus próprios códigos e eu precisava entendê-los. Então, fui percebendo os usos e sentidos da sua frase, quase automática, do “Não sei”, como o seu jeito de dizer sobre a sua indisposição em falar sobre o assunto em questão naquele momento, assim como os seus diversos tipos de sorrisos, direcionados para temas diferentes, como lembrança da mãe, de algumas pessoas conhecidas na casa-lar e de meninos.

Em alguns encontros, Laura conseguiu aprofundar determinados episódios de suas brigas e conflitos na escola e na casa-lar, mas nunca sobre a questão da sua prática sexual. Isso ficava a cargo das outras pessoas descreverem. Laura ocultava a sua narrativa, mas não a sua prática. Foi possível acessar depoimentos das meninas e da mãe social sobre diferentes modos de Laura dar visibilidade ao seu desejo sexual, assim como de exercê-lo. Com ela, conversei também sobre o seu processo de inserção nas casas-lares e nos abrigos, como as instituições atuaram nesse caminho e outras violências sofridas nesse percurso. A violência sexual do abuso foi retomada e revista, inclusive quando era criança, informação esta ainda não conhecida.

A exploração sexual em si, praticada por ela durante três anos, não foi mencionada. Isso já dizia das complexidades em retratar a violência sexual pela via da exploração sexual, diferentemente do abuso sexual. A expectativa, então, passou a ser acompanhá-la até o final da pesquisa, deixando portas abertas para conhecê-la a partir do que ela gostaria de me mostrar, aproveitando cada detalhe surgido.

Esse conteúdo foi se somando, aprofundando e interligando ao material em andamento para a análise da pesquisa, tornado, de certa maneira, um material orgânico durante todo o procedimento de leitura dos resultados. Além disso, o desafio estava também em descobrir a melhor maneira de fazer essa devolução da pesquisa para Laura. O que ela gostaria de saber depois de um ano acompanhando o seu processo? Importava a ela o que eu havia percebido e aprendido com a sua experiência? Mais uma vez, busquei encontrar as perguntas dela, aproveitando cada troca oportunizada para expressar as minhas percepções construídas sobre o campo de pesquisa com ela e, principalmente, a impressão dela sobre isso.

#### 3.3.3.4 Apresentando o abrigo

O abrigo é considerado o serviço mais utilizado na alta complexidade, sendo um dos critérios para a sua escolha a aproximação do local com a família das crianças e dos/das adolescentes para facilitar o trabalho da equipe com a família, da escola e dos serviços próximos à sua comunidade de origem, conforme aponta Gulassa (2010). Para a autora, os abrigos têm um caráter de provisoriedade, partindo da premissa que a situação familiar geradora do acolhimento aos seus filhos e filhas seria transitória, portanto, o trabalho focaria o retorno a esse convívio e, diante da impossibilidade dessa volta, o encaminhamento para uma família substituta. Tal serviço deve oferecer atendimento individualizado e em grupos, propiciar a convivência familiar e deve estar situado em espaços com redes de serviços próximos onde está inserido.

O abrigo onde realizei a pesquisa faz parte de uma instituição filantrópica, de cunho religioso cristão, que acolhe até 15 adolescentes do gênero feminino, em situação de vulnerabilidade. Além do acolhimento, desenvolve serviços na educação infantil e no SASE. Faz parte do corpo técnico de profissionais uma psicóloga, uma assistente social, uma coordenadora e monitoras/monitores, duas/dois destes por cada turno.

#### 3.3.3.5 O encontro com Jéssica

Jéssica foi a última menina a ser conhecida na pesquisa, não só pela distância da sua casa-lar da outras, mas pelas especificidades da sua situação. Ela estava em “internação domiciliar” pelas suas fugas da escola e pelas tentativas de suicídio. Esse quadro de fragilidade me fazia repensar as suas possibilidades de participar da pesquisa, pois a minha inserção e presença na vida dela pelos motivos específicos do meu estudo poderiam não ser favoráveis a ela.

Isso me fez retomar as conversas com a equipe técnica responsável pelo seu acompanhamento para avaliarmos as condições da menina no momento para a sua participação na pesquisa. Assim, combinamos a minha apresentação inicial à adolescente em sua casa-lar. Para a psicóloga, não haveria problemas, pois Jéssica gostava de conversar e estava com a sua situação estável. Dessa forma, fui até o local, apresentei a proposta da pesquisa e o meu intuito de estar ali. Ela concordou em participar da pesquisa e, assim, combinamos as minhas idas até

lá. Os pais sociais ali presentes estavam substituindo os pais sociais oficiais em suas férias, a serem encerradas em duas semanas.

Passei a frequentar a sua casa-lar por vários dias, seguindo, inicialmente, o mesmo procedimento com as demais meninas, com a utilização de material lúdico, como desenhos, jogos e a confecção da pasta para guardar o material para facilitar o vínculo e, conseqüentemente, a sua expressão espontânea. Após a minha ida ao local, entrava em contato com a mãe social para saber como estava a menina e os possíveis efeitos da minha presença, avaliando se isso estava causando algum desconforto em Jéssica.

Nesse processo inicial com ela, deparei-me com narrativas curtas, quase raras, muito mais manifestadas por silêncios, boquejos, aparente sonolência e cochilos diante da minha presença. Ela conseguiu, de forma muito curta, anunciar a sua violência sofrida, a participação de sua mãe nesse processo e alguns dos seus sentimentos sobre isso. Ao longo das minhas idas, a sua fala verbal foi ficando inexistente, e o seu modo de manifestar pela linguagem corporal “sonolenta” tornou-se repetida.

Isso fez me questionar, muitas vezes, como proceder diante disso sem desrespeitar o seu movimento e o seu tempo, mas buscando dar sentido para a minha permanência em ir lá. Mesmo com as minhas perguntas simples sobre como ela estava se sentindo com as minhas idas, o silêncio era a sua maior resposta. A sua fala vinha quando eu ia embora, e ela me questionava: “Você já vai embora? E você vem amanhã? Almoce aqui!”, e, muitas vezes, na caminhada até a porta ou quando estava me despedindo da mãe social, ela se aproximava de mim e segurava a minha mão. Busquei, assim, interagir mais com a sua rotina na casa, sem propor atividades e, com isso, acompanhar as suas movimentações, buscando brechas possíveis de diálogo. Porém, o seu movimento maior era de pedir para dormir. Numa dessas suas idas para o quarto, aproveitei para conversar com a mãe social sobre a rotina da menina na casa. Segundo a mãe social, o sono parecia ser recorrente em Jéssica, fazendo com que ela e o pai social buscassem estimulá-la, dando atividades para realizar na casa. Para o pai social, esse seu sono vem da medicação tomada três vezes por dia e que, recentemente, foi aumentada devido a algumas respostas agressivas de Jéssica para com um dos meninos da casa.

Os pais sociais retornaram das férias e logo pude conhecê-los. Nesse dia, sentamos Jéssica, os pais sociais, um adolescente e eu no sofá da sala para conversarmos. Nessa conversa, as pessoas ali contavam o que sabiam de Jéssica, sendo possível observar as suas diversas reações diante disso, como: “É verdade!”, legitimando, assim, o conteúdo expresso, como vários risos quando descreviam o seu jeito de ser. Fiquei com a sensação de que ela estava

gostando desse momento, talvez, por ser ela a razão e o centro do assunto. O seu sono e o silêncio havia desaparecidos. Os pais sociais e o adolescente saíram da sala e ficamos eu e ela. Aos poucos, foi retomando algumas situações sobre a sua violência sofrida. A sala, sendo um espaço mais coletivo, diferente do quarto, mais privativo, parecia ser mais favorecedora de sua expressão. As pessoas circulavam por ali, de alguma forma nos olhavam e participavam daquele processo, e isso favorecia a narrativa de Jéssica. Se isso não a incomodava, ao contrário, acabava por estimulá-la a falar, senti a necessidade de um espaço mais silencioso para gravar a sua fala, mas não queria tirar aquele momento dela. Por isso, em conjunto com ela e a mãe social, sugeri que fizéssemos a conversa entre nós três, num espaço mais silencioso para as gravações, e ambas concordaram.

Após essa combinação, já na saída com a mãe social, expliquei como seria o procedimento, deixando Jéssica à vontade para falar o que desejasse e a partir disso, eu iria fazendo perguntas. Desse modo, assim fizemos no próximo encontro, sendo que Jéssica, no início, pediu para o pai social também participar, o que não foi possível, pois era necessário alguém ficar com as/os demais crianças e adolescentes da casa. Foi possível, pela primeira vez, ouvir o seu relato, sem interrupções, sobre a sua história, fornecendo mais detalhes sobre as suas percepções sobre os fatos, suas dificuldades em lidar com isso, sua relação com a família, suas fugas da casa-lar, suas internações, suas tentativas de suicídio, suas amizades, seus namoros.

Apesar de aqueles fatos serem mais inaugurais para mim, em muitos momentos, a mãe social foi surpreendida por alguns relatos, sendo o seu ápice quando a menina menciona, em uma das suas fugas, um/a possível violência/abuso sexual com o ex-marido de sua madrinha. Nesse momento, a narrativa de Jéssica passa a confundir a mãe social sobre o “seu consentimento” nesse processo. Jéssica não consegue explicar como se deu a sua aproximação com esse abusador na noite quando ocorreu o fato. Isso a deixou nervosa, sem palavras. Nesse silêncio, roía as unhas, o que me fez olhar para a mãe social e sinalizar a necessidade de encerrarmos a conversa diante das reações dela. Fiquei mais algum tempo para acompanhá-la e observá-la, avaliando como ela estava.

Nos dias posteriores, entrei em contato com a mãe social para saber como Jéssica estava. As informações obtidas me passavam a ideia que ela estava bem, e fui a um novo encontro, dessa vez sem a presença da mãe social por compromissos seus fora da casa-lar. Mais uma vez, Jéssica voltava ao seu estado de silêncio e sonolência, fazendo-me encerrar a nossa conversa. Decidi que voltaria mais uma vez para analisar como daria andamento à pesquisa a partir dali.

Nessa volta, com a presença da mãe social, fiquei sabendo, por ela, do desconforto de Jéssica em relatar a sua história, levando-a a não desejar mais a participar da pesquisa. Perguntei para ela o que estava lhe incomodando, o que foi respondido: “Tenho vergonha de falar as minhas coisas”. Retomei os princípios éticos da pesquisa, afirmando que ela poderia desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo e que ela não precisava falar sobre o que não desejasse. Aproveitei para explicar o cronograma da pesquisa, mostrando que esse ano seria o período conclusão do trabalho, o que gerou uma preocupação nela, questionando se eu pararia de vê-la a partir daquele dia. Naquela ocasião, veio-me como fundamental garantir a ela uma devolução do estudo, que não se daria apenas pela troca dos conteúdos aprendidos com ela ali, mas também pela minha presença nas visitas.

Assim, resolvi expor-lhe o meu intuito em acompanhá-la até o final do trabalho, ouvindo-a sempre que desejar. Ela sorriu e seguiu falando da sua volta à escola, assim, o assunto se voltou para esse tema. Ao sair dali, fiquei pensando sobre os sentidos daquela “vergonha” de Jéssica. Tanto a mãe social como as técnicas relatavam o seu hábito em contar a sua história para todas as pessoas, não sendo isso um problema para ela, ao contrário, o problema seria ela contar a sua vida para as pessoas indiscriminadamente. Dessa forma, isso abriu portas para um campo interpretativo interessante, dando a oportunidade de entender o lugar dessa vergonha para ela, o meu lugar e o da pesquisa naquela questão. Além disso, retomando o encontro disparador do seu desconforto na pesquisa, foi possível problematizar a questão do “consentimento” trazido pela mãe social em relação à Jéssica na sua conduta no último abuso sofrido. Tensionar o lugar da “passividade” já tradicionalmente trazido por Jéssica em seus discursos anteriores demarca um possível deslocamento desse lugar para outro mais ativo. Isso pode ter tido um custo alto para ela, como também para a pesquisa. Se, por um lado, isso fez mudar todo o procedimento do estudo, por outro, acabou sendo um dos materiais mais ricos de análise para a dicotomia vitimização-culpabilização.

Assim, a pesquisa seguiu com as minhas visitas. Para além do conteúdo obtido e aprendido com e a partir dela, percebi que a minha relação ali não poderia cair no “utilitarismo”, encerrando com ela o processo quando conseguisse o que queria. Isso me soava como outra violência, próxima ao que ela havia sofrido em toda a sua vida. O último ano da pesquisa foi, coincidentemente, o último ano de Jéssica como adolescente, já que completaria 18 anos. Muitas expectativas, dúvidas, ansiedade e preocupação acompanharam esse momento. Para onde ir a partir dali? Qual seria o melhor caminho a ser seguido? Era possível seguir sozinha, sem o apoio institucional? Perguntas difíceis, complexas que passaram a ser uma

tônica na vida de Jéssica, da equipe técnica que a acompanhava, da mãe social e desta pesquisa também. Dessa forma, a devolução do estudo, para Jéssica, seria planejada em conjunto com ela a partir das suas demandas para que o conteúdo da pesquisa fizesse sentido. Antes de fazê-la para Jéssica propriamente dita, ao estar na instituição para dar retorno da pesquisa às profissionais responsáveis por seu acompanhamento, Jéssica foi até a instituição e, assim como Pâmela, rememorou os nossos encontros e as atividades desenvolvidas. Na sua presença, foi sugerido, pela assistente social, que a devolução fosse feita com ela e Pâmela juntas, o que foi bem aceito por Jéssica. Como as irmãs não são próximas, tal fato se tornou um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de aprofundar o conteúdo da pesquisa, como conhecer mais a dinâmica familiar a partir do diálogo e interação das duas.

### 3.4 DESDOBRAMENTOS ÉTICOS NA PESQUISA

Ao traçar o percurso feito nessa pesquisa para chegar às meninas, além da questão discutida sobre as dificuldades de encontrá-las nas redes de proteção, muitas das exigências dos abrigos e da Promotoria da Infância e da Adolescência estiveram ancoradas nas questões éticas, tendo em vista a responsabilidade desses órgãos em “protegê-las” da situação de violência vivida. Os riscos iminentes desta pesquisa de gerar outras formas de vitimização com esse público era algo a se considerar, tendo em vista a complexidade vivida pelas meninas. Quais seriam os efeitos, na vida delas, do meu percurso enquanto interlocutora de suas histórias durante o processo da pesquisa tornou-se um dos pontos mais relevantes enquanto estive nesse lugar. Quais seriam os limites das minhas perguntas sobre as suas experiências sexuais vividas na infância? Rememorar tais fatos as levariam a outro cenário de violência?

No processo de aproximação às meninas, um dos cuidados tomados foi de o tema violência sexual ser evocado enquanto pergunta de pesquisa apenas quando surgido pelas próprias interlocutoras, considerando, assim, a sua vontade de abordar essa questão. No caso de Pâmela, relatar esses fatos se tornou corriqueiro, inclusive para estranhos, como trazido nos encontros que tive com ela, sendo necessária a intervenção das profissionais para que ela interrompesse esse processo. Jéssica também relatava a sua situação na escola. Laura, apesar de não ter tido esses episódios, apresentou-se para mim, no primeiro encontro, como alguém vítima de abuso sexual. Tal fato se repetiu com as demais nos primeiros encontros, talvez, por essa questão ser o motivo para elas estarem ali abrigadas, parecendo ser o seu “cartão de visitas”. Diante disso, percebi que eu seria mais uma a ouvir as suas histórias, e esse foi um dos maiores cuidados que busquei ter,

pois, se relatar a sua violência era algo já conhecido para elas, a minha escuta necessitava exercer outro lugar enquanto pesquisadora. Para tanto, apesar de esta pesquisa ter tido como foco a violência sexual, especificamente a exploração sexual, o meu interesse se estendeu a outros aspectos da vida das jovens, assim como permaneci visitando-as mesmo após o fechamento do material de estudo. Estabelecer a confiança e o vínculo com as jovens foi fundamental para a produção do material, e foram nesses elementos que investi grande parte do tempo da pesquisa, correndo o risco, inclusive, desse processo não ocorrer. Com Jéssica, a mais afetada pela gravidade da violência sofrida, os cuidados se redobram, o que não evitou alguns desconfortos sentidos por ela quando revelou algo ainda desconhecido pela mãe social, como o seu envolvimento sexual com o marido de sua madrinha. Isso exigiu que eu fosse mais vezes na casa-lar avaliar a sua situação, sendo percebido, nos encontros, o seu desconforto como algo temporário, e outros temas passaram a ter mais ênfase em suas narrativas, como a volta à escola e a saída da casa-lar ao completar 18 anos. Jéssica, ao pedir para narrar as suas histórias na presença dos pais sociais e de um dos jovens da casa, trouxe uma vontade maior nela em falar, mas por outro, acarretou um limite para a pesquisa, quando ela não encontrou o acolhimento necessário, por parte da mãe social, para o que foi dito.

As devoluções com as meninas e as profissionais envolvidas foram decisivas para avaliar os efeitos da pesquisa. Com as profissionais, as informações trocadas nos nossos encontros possibilitaram outras discussões sobre os casos a partir das leituras feitas com o referencial teórico sobre gênero e cultura utilizado nesta pesquisa. As perguntas feitas ao longo da devolução demonstraram o interesse e a relevância de se considerarem as relações de gênero nas práticas educativas realizadas nos abrigos, ficando acordados outros encontros entre mim e abrigo para se discutir essa questão. Com as meninas, busquei retomar todo o percurso da pesquisa, enquanto procedimento, e o material analisado a partir desses encontros. Laura, nesse procedimento, interagiu confirmando as informações e as atualizando quando algumas delas haviam mudado, como a sua situação de saída do abrigo. Com Pâmela, ela mesma retomou todo o procedimento realizado, em detalhes, pedindo que fosse realizado novamente. Já com Jéssica, busquei retomar os aspectos mais atuais de sua vida para que o material sobre o seu passado não lhe gerasse algum desconforto.

Retomar e avaliar os procedimentos na pesquisa foi algo importante e construtivo, pois, mesmo com todos os cuidados tomados, imprevistos, quando ocorridos, exigiram, na pesquisa, “jogo de cintura”, lançando mão de outros recursos ainda não pensados. Além disso, entender os limites da participação de uma pesquisa nesses locais e, principalmente, na vida das jovens faz-se

necessário para que o processo acadêmico não se torne outro episódio de vitimização para essas meninas.

## **4 A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS MENINAS: OS EFEITOS PERVERSOS DA PEDOFILIZAÇÃO**

### **4.1 O “LOBO MAU” RONDA A CASA: QUANDO A PROTEÇÃO VIRA EROTIZAÇÃO**

Nesta seção, pretendo discutir, a partir das problematizações feitas por Felipe e Guizzo (2003), ao introduzir o conceito de pedofilização na temática da violência sexual, as lógicas que norteiam as estratégias utilizadas por adultos nos processos de erotização com crianças, colocando-as como alvo de forte investimento afetivo-sexual e financeiro. Serão analisadas as violações sexuais cometidas por figuras masculinas próximas às meninas e à sua família e que ocupam um lugar de destaque em suas vidas não só pela agressão cometida, mas pelas relações de poder estabelecidas tanto com as meninas como com os demais membros de sua família. Para tanto, serão consideradas as concepções de gênero e sexualidade envolvidas nas relações sexuais mantidas entre homens adultos e meninas. Quais aspectos compõem essa trama envolvendo o desejo sexual de homens adultos para com crianças e adolescentes? Nesse lugar, hiperinvestido de erotização, quais seriam os seus efeitos na construção socioafetiva dessas crianças sobre o seu corpo, sua feminilidade e sobre a masculinidade?

A partir de tais considerações, pretendo analisar os “cruzamentos” entre os marcadores de classe, gênero, étnico-raciais e sexualidade nas negociações estabelecidas nas práticas de exploração sexual, muitas vezes, demarcada por relações desiguais de poder. Em todas as participantes estudadas nesta pesquisa, as estimulações sexuais iniciaram ainda na infância, praticadas por adultos ou pessoas mais velhas, próximas do convívio das adolescentes na época. Mesmo com as meninas/jovens com quem tive convivência nas casas-lares, mas que não participaram diretamente do material produzido neste estudo, os relatos de violência/abuso sexual foram recorrentes como causa para o seu afastamento familiar. São notórios, nas suas narrativas, os efeitos dessa vivência em suas vidas, não só pela violação em si, como pelos seus desdobramentos. Isso exigiu, como comentado na metodologia, um cuidado maior para que as suas falas fossem espontâneas e não gerassem algum constrangimento ou sofrimento por rememorar a violência sofrida.

Começarei a descrever as narrativas de Pâmela por ela ter sido a mais falante das participantes da pesquisa, inclusive sobre a violência sexual sofrida. Isso acabou sendo um aspecto importante a ser analisado neste estudo ao pensar quais os sentidos que essa fala recorrente sobre essa sua vivência fazia para ela, assim como os jeitos de dizê-la e para quem se dirigia. Jéssica, a última a ser encontrada nesta pesquisa, necessitou, da minha parte, cuidados

especiais no processo metodológico devido às especificidades da violência sofrida e aos efeitos negativos gerados em sua vida. Se, com Pâmela, a/o violência/abuso sexual perpassou por estímulos sexuais, com práticas de sedução e negociação de dinheiro diretamente com ela, com Jéssica, a sua experiência foi permeada de violência física, muitas vezes, brutal e, nas negociações com o dinheiro, não tinha participação no processo. Já com Laura, as descrições das suas experiências se limitaram a poucas palavras, mas de fortes significados, principalmente quando relacionada com as suas atitudes e manifestações de sua afetividade e erotização na casa-lar durante a realização da pesquisa.

Um dos primeiros relatos a respeito da violação sexual contra Pâmela foi narrado pela mãe social sobre um dos contatos sexuais do seu padrinho quando ele a levava para vê-lo transar com prostitutas para que ela aprendesse a fazer “igual” a elas. Em outras situações, Pâmela descreveu para a mãe social suas experiências de sexo oral com ele, sendo que nela o ato, de tão intenso, deixava a sua genitália machucada. Em uma das suas brincadeiras na casa-lar, ela encenava com as bonecas situações do contexto de prostituição, mostrando, assim, a sua proximidade com tal realidade.

Nos dos meus últimos contatos com Pâmela, ela descreveu uma das cenas nas quais sofreu o abuso sexual cometido por seu padrasto:

Quando a gente foi pra praia. [...] Quando eu fui pra praia aí que daí eu, nesse dia, eu dormi... ele veio bem assim: “essa noite eu vou... ele bem assim... eu já te falei... num sei se tu se lembra... ele bem assim: “Ai, Pâmela, se é o X você deixava ele te estuprar”. Eu falei que não, aí ele, ele dormia sempre de cueca, ele dormiu comigo. Sabe aquele trilixe, aqueles trilixe, que tem três camas? Aí quando e veio ele pegou o tico dele e botou na minha perereca e na minha bunda e começou a transar comigo, aí eu chorei e contei para a minha mãe, aí ela me batia daí. (Pâmela, 11 anos).<sup>17</sup>

Na sua descrição e no relato da mãe social acima citado, é possível identificar o forte investimento erótico por parte do seu padrasto e padrinho para com ela, homem adulto e próximo afetivamente de sua família. No primeiro relato da mãe social, esse investimento se deu inclusive com ensinamentos a Pâmela com a presença das prostitutas adultas, para aprender, desde cedo, a fazer como uma delas. Nas suas estratégias de sedução, buscou responsabilizar Pâmela pela violência sofrida ao enfatizar a sua permissividade com outro agressor quando afirma para ela: “Você deixava ele te estuprar”. Além disso, instaura, por esse discurso, certa banalização ao ato cometido já que, mesmo nomeando como estupro, busca trazê-lo como uma prática cotidiana de ambos, como algo que acontece não só com ele, mas com outro na vida dela

---

<sup>17</sup> Este procedimento relativo à formatação das transcrições dos/das participantes foi utilizado para diferenciar de citação bibliográfica.

e, por isso, passível de ocorrer com ele. Tal contexto passou a fazer parte da realidade de Pâmela, como visualizado nas suas brincadeiras. O desejo sexual de seu padrinho se perpetuava pelos estímulos ao seu corpo, inclusive marcados pelo excesso, como notado nas dores geradas após os atos. Esse padrinho, além dos abusos cometidos à Pâmela, anteriormente, abusara de Jéssica, sua irmã mais velha e de seu irmão mais novo. Segundo os relatos das profissionais que acompanhavam o seu caso, esse padrinho de Pâmela havia abusado sexualmente de sua mãe, de sua avó, do filho dele e de outras crianças do bairro. Para elas, ele exercia um poder na família, sendo, alguns dos seus recursos, a violência e a imposição do medo, além do dinheiro despendido quando obtinha o sexo. Ele tinha um acesso facilitado e potencializado pela mãe de Jéssica e Pâmela, exercendo forte poder na sua família. A participação da mãe no processo e sua relação com o padrinho dos seus filhos será analisada na seção seguinte. Aqui, cabe analisar o lugar ocupado por ele na família, como padrinho, lugar escolhido pelos pais para ser alguém que ofereça proteção aos seus filhos, estendendo, assim, as práticas de cuidado familiares.

O abuso sexual é descrito como uma forma de contato e troca sexual de um adulto e uma criança ou adolescente, sendo esse adulto uma figura de autoridade para a criança, e por isso, faz uso desse lugar para obter gratificação sexual para si ou para outros (DOS SANTOS; IPPOLITO, 2011). Cabe ressaltar que, apesar de grande parte da literatura sobre o tema utilizar a expressão abuso sexual, faz-se necessário abordar a problematização feita por Felipe (2006) sobre essa questão, quando prefere usar o termo *violência* agregado ao termo abuso por entender que a expressão *abuso* possibilita algumas “brechas” na compreensão de que alguma prática sexual com crianças possa ser permitida, sendo proibida apenas quando se excede. A ideia da autora, portanto, é demarcar que todo abuso é uma violência.

Para Benedito dos Santos e Rita Ippolito (2011, p. 64), a criança e a/o adolescente estão “em processo de construção e de descoberta de sua sexualidade” e, por isso, o abusador se prevalece dessa desigualdade “para manipular os desejos” das vítimas envolvidas. Na descrição de Pâmela, é possível reconhecer esse processo quando o abusador tem acesso fácil a ela por não só morar na mesma casa, como dormir na mesma cama. A linguagem de Pâmela na descrição do ato aponta a sua inserção precoce na prática sexual e as sensações provocadas em seu corpo, que passam a fazer parte da sua experiência.

Nessa entrevista, perguntei a ela sobre o que ela sentia nessa experiência descrita, e ela respondeu-me prontamente: “Um calor em todo o corpo”. Em outro momento, anterior a esse, nas atividades de grupo, quando ela e Laura falavam sobre os meninos em geral, perguntei sobre as suas sensações ao estarem diante de um menino considerado por elas como bonito, e a

resposta veio em conjunto, mesmo quando as duas estavam, no momento, fazendo atividades em separado: “Fico loca”. Diante dessa resposta, dada de forma muito espontânea pelas duas, resolvi perguntar o que significava isso para elas, e Pâmela responde: “Tesão”. Insisti mais uma vez para que ela descrevesse essa sensação, e ela respondeu: “Um calor que sinto no corpo”. Pâmela nomeou e descreveu tal experiência de desejo sexual despertado no seu corpo de modo sensorial, o que remonta às explicações sobre essas experiências em crianças, enquanto pequenas, quando não conseguem ainda entender ou nomear a tal prática.

Crianças e adolescentes são descritas/os como imaturas e dependentes tanto do ponto de vista cognitivo quanto afetivo, e, por isso, não são capazes de consentir nem compreender a prática sexual (AZAMBUJA, 2006). Nessa questão, ressalta-se que a capacidade de compreensão da criança e do/a adolescente, numa visão desenvolvimentista, costuma colocá-las nessa condição de imaturidade e dependência devido à sua “condição peculiar” de desenvolvimento. Para isso, espera-se que a experiência do sexo venha a ocorrer quando estiver “apto/a” no seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e sexual e, principalmente, quando tenha a possibilidade de escolher e decidir. Nos casos de violência/abuso sexual, essa “ordem” é subvertida, ocorrendo muito antes que todo esse “alicerce” se estabeleça. Cabe ressaltar que, na perspectiva dos estudos culturais, aqui adotada, o conceito de criança sofre alterações a partir das mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais e, por isso, não é algo naturalizado, permanente.

Desse modo, não há uma concepção única, homogênea sobre a infância, sendo, portanto, considerada a palavra no plural, “infâncias”, pelas diversidades de experiências que essa concepção traduz (GUERRA, 2005). Com essa explanação, não se pretende deslegitimar o discurso da proteção a crianças e adolescentes e da necessidade de se atentar as especificidades desse período, mas chamar atenção para a importância de se levar em consideração os diferentes modos de ser criança e adolescente diante da diversidade na qual vivemos a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e de classe social. Segundo Guerra (2005, p. 77), os significados sobre a infância são construídos permanentemente por meio de “lutas e negociações entre diferentes discursos”. Nesse processo, cabe destacar a importância das grandes mídias para a inclusão da infância como consumidora e objeto de consumo e propagação constante de imagens femininas erotizadas, principalmente de crianças e adolescentes (GUIZZO, 2011; FELIPE; GUIZZO, 2003).

Com isso, a vivência da sexualidade de crianças e adolescentes, na atualidade, passa a ser também mediada por essa realidade retratada nas mídias. Liliane Prestes (2014), em sua

pesquisa sobre o material exposto em *sites* de jogos voltados para o público infanto-juvenil, especialmente meninas, observou, nas imagens de mulheres, um apelo à sensualidade e erotização, apontando essa característica como um atributo da feminilidade. Além disso, nos *sites* desses jogos, constatou-se também a possibilidade de acesso a material pornográfico e jogos eróticos, mostrando, dessa forma, o quanto essas tecnologias ensinam modos de feminilidade e masculinidade, reiterando modelos de gênero hegemônicos, como também vulnerabilizam esse público à violência sexual, como a pedofilia na internet. Essas discussões sinalizam a importância de se levar em consideração tais aspectos na constituição da sexualidade das meninas, como mencionado, atendendo também, como aborda Felipe (2008), o entendimento da sexualidade como um espaço de experimentação, inclusive da criança, de sensações e prazer.

No estudo de Judite Guerra (2005) com crianças escolares, a autora mostra como elas vão buscando, de forma lúdica e engraçada em suas brincadeiras, conhecer o seu corpo e o do outro, e o quanto isso é fonte de excitação, curiosidade e prazer. Tal prática, apesar de vigiada pela escola para que não ocorra, não deixou de acontecer, mostrando o interesse desse público em realizar tal experimentação. Na sua pesquisa, o conhecimento dessas crianças sobre o sexo também foi constatado e, em uma de suas análises, a referida autora retoma a discussão sobre a “ampla divulgação da erotização dos corpos em nossa sociedade” (GUERRA, 2005, p. 86). Contudo, nessa pesquisa, cabe ressaltar que as crianças brincavam entre si, com seus pares, numa relação considerada mais igualitária, o que não ocorre em situações de violência/abuso sexual entre crianças e adultos, como aqui descrito.

Nesses casos, a experimentação da sexualidade de Pâmela não partiu dela mesma, mas do desejo de um adulto, que ocupava um lugar de proteção para com ela. Caberia a ele, como adulto e nesse lugar afetivo de padrinho, estimular o desenvolvimento da menina de forma “saudável”, usando como parâmetro as práticas de cuidado e proteção. Como a/o violência/abuso sexual é mais cometida/o por pessoas com quem crianças e adolescentes convivem, como pai, avós, padrasto/madrasta, tio/tia, irmão/ã (DOS SANTOS; IPPOLITO, 2011), tais pessoas assumem um lugar importante na vida de crianças e adolescentes e, por isso, quando estes não tomam o lugar de proteção, e sim de “agressão”, isso acarreta um efeito maior para a vida das vítimas envolvidas.

A fronteira entre carícias necessárias ao desenvolvimento afetivo e protetivo da criança enquanto cuidado emocional e as que prejudicam esse processo são borradas nas experiências de violência/abuso sexual. Tal situação é descrita como um fator gerador de muita angústia e

ansiedade em crianças e adolescentes vítimas, pois, ao mesmo tempo em que as experiências de violência/abuso sexual podem proporcionar a elas, em alguns momentos, sensações de prazer e descobertas em seus corpos, desencadeiam também dores físicas e psíquicas, sendo estas últimas motivadas por vergonha e sensações de desamparo por não conseguirem impedir a violência sofrida (FURNISS, 1994). As sensações de prazer podem ser potencializadas quando são percebidas pelas vítimas como uma espécie de reconhecimento de sua existência por parte do agressor, já que, muitas vezes, crianças e adolescentes são negligenciadas/os pelos membros de sua família, como foi possível presenciar no caso das irmãs Jéssica e Pâmela. Esse é mais um dos efeitos perversos da erotização precoce na infância, potencializada por meio da/do violência/abuso sexual.

A experiência da violação sexual em crianças e adolescentes é complexa pelas dimensões já mencionadas, pois as vítimas experimentam, muitas vezes, essas sensações em silêncio, “em segredo”, como descrevem os/as especialistas, sem conseguirem obter a proteção necessária para que essa violação se interrompa. No caso aqui apresentado, a complexidade se intensifica pelo apoio e pela convivência familiar por parte da mãe. Diante das limitações afetivas sentidas pelas meninas aqui estudadas, a experimentação sexual surge como uma possibilidade para acessar essa afetividade, tanto acomodada como desacomodada em seu repertório emocional, para que possa fazer-lhes algum sentido. Se contar a sua experiência, como no caso de Pâmela, pode lhe conferir reconhecimento e algum lugar de importância, por outro, pode reduzi-la a esse lugar. Além disso, contar a violência pode vulnerabilizá-la por abrir possibilidade de ações por parte de quem a ouve, pois nem sempre ela irá se deparar com pessoas preocupadas com sua proteção e dignidade.

A preocupação da mãe social se justificava quando Pâmela revelava sua história de violações a estranhos em locais públicos. O mesmo acabou ocorrendo com Jéssica, quando ela decidiu contar isso aos seus pais na escola, sendo alvo de *bullying*. Seus colegas, por conta disso, proferiam frases do tipo: “Bem feito”. O percurso afetivo dessas meninas carregam as marcas pelas experiências sexuais vivenciadas, acompanhada das sensações de desamparo com a sua mãe e família, por não conseguirem impedir a violência sofrida e não oferecerem a proteção necessária. No caso de Jéssica, como será abordado neste estudo, os efeitos da violência se intensificaram por ter sido ampliada a outros agressores e modos de violação, como no estupro coletivo, negociado pela sua mãe, como será descrito na seção seguinte com mais profundidade.

Como mencionado na metodologia, minha aproximação com Jéssica exigiu um cuidado maior, por conta de o sofrimento causado pela violência sexual ainda estar muito presente em sua vida. A descrição com mais detalhes veio a ocorrer em nossa última entrevista, com a participação da mãe social. No seu relato, Jéssica descreveu como o processo de violência/abuso sexual se estendeu para outras figuras masculinas de sua família:

- Todos que te abusaram eram teus tios? Todo mundo era da família? [mãe social pergunta para Jéssica]
- Meu padrasto também
- Padrasto e tios? Todos os que te fizeram mal eram da família? [mãe social]
- O namorado da minha mãe. Até o pai da Pâmela.
- O pai da Pâmela, teu padrasto? [mãe social]
- E o meu tio e o meu outro tio. E o meu vô.
- Teu vô também? [mãe social]
- O namorado de minha vó.
- Ele se passou também? [mãe social]
- Ele estava bêbado.
- As mulheres sabiam? Todos sabiam e não faziam nada? E o que ela te falava? [mãe social]
- Ela falava que eu estava louca
- Elas não acreditavam em ti? [mãe social]
- Não.

Na descrição de Jéssica, as figuras masculinas adultas de seu convívio próximo, como tio, avô, namorado da avó e padrasto, ultrapassaram a fronteira do seu corpo, da sua vontade, colocando-a numa situação de desproteção e vulnerabilidade, não só pela violência sexual sofrida, mas também pelo descrédito do seu pedido de socorro ao ser chamada de “louca” pelas figuras femininas de sua família. Como será descrito na próxima seção, Jéssica passou por várias situações de agressão por parte de sua mãe, seja pela conivência e participação na violência sexual sofrida, seja pela negligência.

Com os irmãos e as irmãs também abrigados, Jéssica, da mesma forma, não tinha muita afinidade, como relatado mais de uma vez por uma das mães sociais. Cito isso para discutir a precariedade de afetos vivenciada por Jéssica em sua família, relacionando com a perpetuação da/do violência/abuso sexual ocorridos/as em suas fugas quando já atendida pela rede de proteção. Em duas delas, foi abusada sexualmente pelo namorado de sua avó paterna e, na outra, pelo ex-marido de sua madrinha. Com este último, na descrição de Jéssica, ela não soube explicar como esse homem conseguiu entrar na casa da madrinha e no seu quarto, já que esta estava separada dele nessa ocasião. Isso produziu um “nó na cabeça” da mãe social por não entender essa sua saída do espaço “protetivo” para o retorno aos espaços onde foi vítima de violência/abuso sexual.

A situação em relação aos espaços de proteção será mais discutida posteriormente nesta tese, mas aqui cabe discutir esse misto de emoções provocadas nas meninas/jovens vítimas de

violência sexual quando passam a ter importância com as figuras masculinas por meio do sexo, como já discutido. Diante do apelo sexual desses homens, mesmo quando mais velhas e, nesse caso, já em situação de proteção, não conseguem impedir a violência sofrida. Essa percepção de certa incapacidade das vítimas em sair dessa condição de violência, gerando, assim, uma submissão às condições do/a agressor/a, é problematizada por Judite Butler (1997) ao discutir os mecanismos psíquicos nesses processos. Para ela, há uma ambivalência nessa experiência por entendê-la não só como resultado de uma força imposta externamente à pessoa, mas como um processo de aceitação por passar a depender dela, como uma condição para a sua existência. Essa submissão, para a autora, é gerada pela dependência primária, quando criança, de vínculos amorosos para a sua sobrevivência, sendo “impossível” que alguém se constitua enquanto pessoa sem esse vínculo com alguém a qual está subordinado, sendo considerada uma “vulnerabilidade primária”.

Como exemplo para essa questão, Butler (1997) apresenta a situação de abuso sexual quando, nela, a violência não se dá apenas quando há essa imposição unilateral da sexualidade do adulto no seu desejo pela criança ou desta quando fantasia essa sexualidade com um adulto, mas principalmente quando esse adulto abusa da necessidade dessa criança de vínculos amorosos para a sua sobrevivência. Por conta dessa necessidade, a subjugação passa ser uma forma de existência, algo a ser desejado, pois “prefiro existir na subordinação do que não existir”, sendo esse um grande dilema a ser vivido por quem se encontra nessa condição (BUTLER, 1997, p. 18).

Assim, as participantes estudadas passaram a se submeter a essas condições impostas por seus abusadores e pela sua mãe, como no caso de Pâmela e Jéssica, e, talvez, até desejá-las, como propõe Butler (1997), para garantirem algum afeto, necessário para a sua sobrevivência existencial. Como já mencionado, uma das discussões feitas sobre a violência sexual é sobre as ambiguidades geradas nessas experiências, pois, de algum modo, elas podem proporcionar prazer na criança, gerando, também, sensações de medo e culpa por vivenciar essas sensações.

De alguma forma, o investimento sexual de um adulto membro da família da criança pode dar a ela um lugar de poder e destaque na família por receber, desse abusador, algum reconhecimento. Para algumas/alguns crianças e adolescentes, essa atenção recebida passa a ser uma das poucas, quando elas se encontram em contextos severos de vulnerabilidade e negligência. Como discutido por Butler (1997), tal afeto é constitutivo e necessário para a sua sobrevivência, mesmo quando essa afetividade é exercida por meio da submissão e da violência. Isso pode ser um forte elemento constituidor da feminilidade e sexualidade, reforçada por essa

cultura da erotização precoce. Nos casos de exploração sexual, além do investimento afetivo-sexual, a criança e o/a adolescente são alvos de investimento financeiro. O adulto, para conseguir o sexo, pode oferecer dinheiro, como descrito por Pâmela, em sua última entrevista, demarcando aí uma relação comercial, como definida nas relações de exploração sexual:

[...] Aí um dia ele veio assim: “Ai, Pâmela, vem aqui chupar o meu tico”, daí eu falei, aí bem assim eu falei, eu vou te dar dinheiro, aí eu falei que não e daí fomos embora.

- Ele ofereceu dinheiro? Ofereceu quanto?

- 50 reais. Não 2 pila. Pra mim comprar um doce. Sabe a praia de X?

- Já ouvi falar.

- Naquela praia não tinha mercado perto. [Nesse momento, a sua resposta veio firme e, ao mesmo tempo, com certa indignação por não ter como se utilizar desse dinheiro. Parece-me ter sido isso o motivo de não ter aceito a negociação. Não valeria a pena para ela. Resolvo confirmar a sua resposta para ver se ela tinha mais a dizer sobre isso]

- E se tivesse?

- Aí eu não ia ir. [Esse é um dos limites de uma pesquisa que aborda um tema difícil e, como já discutido no trabalho, carregado de conotações negativas e moralistas. No caso de Pâmela, quando pergunto a ela e lhe tiro um pouco do seu pensamento, chamando-a para o diálogo e sinalizando a presença de uma interlocutora ali, ela repensou. Diz o que acha que eu quero ouvir, ou melhor, supõe o que seria melhor de dizer para mim, pois ali ela ainda não havia se sentido confiante o suficiente para dizer o que pensava e sentia sobre isso sem se preocupar com um suposto julgamento de quem a ouve. Deve estar acostumada com esse julgamento. No meu caso, era exatamente esse pensamento dela que gostaria de ouvir. Ela ainda não sabia disso. Precisávamos mais de tempo.]

- Em algum outro momento ele te ofereceu dinheiro? [Aqui, tento ampliar mais como se dá a questão da troca sexual por dinheiro trazida nesta entrevista, sendo uma das poucas oportunidades que tive com ela para fazer disso.]

- Não, só o meu dindo que ofereceu dinheiro para me abusar. (Trechos da entrevista com Pâmela e do diário de campo realizado em 11 de dezembro de 2015).

Nessa experiência, o dinheiro, como um dos fortes marcadores de nossa sociedade para valorar as coisas, é também uma via de acesso aos bens tanto de consumo para a subsistência como para a satisfação de outras necessidades, como o prazer sexual. Nesse caso, dar dinheiro reitera o poder do padrinho perante Pâmela, assim como passa a valorizar a prática sexual feita por ela pela via do dinheiro. Essa oferta de sexo por dinheiro acaba por estabelecer uma conexão significativa para a sua subjetividade, surgida a partir dessa erotização precoce. Esse desejo é despertado pelo seu corpo de menina, que passa a ser estendido a outras relações estabelecidas com outros homens em espaços públicos. Nesse caso em questão, o limiar entre a prática da/do violência/abuso sexual e a exploração sexual ficam muito tênue quando Pâmela, ao longo da sua experiência com a violência, passa a assumir uma compreensão sobre o valor do seu corpo nessa transação até mesmo sendo um dos impeditivos, para a sua aceitação em fazer o sexo, a impossibilidade da utilização do dinheiro ganhado por não ter um “mercado perto”. No seu linguajar, a experiência é nomeada como abuso, talvez, já influenciada pela sua inserção no contexto institucional de proteção à violência sexual.

No estudo feito por Romeu Gomes (1996), sobre a prostituição infantil, perceberam-se as diferenças de discurso entre as meninas em situação de rua e as meninas institucionalizadas, sendo as primeiras identificadas com um discurso mais “livre” sobre a sua sexualidade e sobre a prática da prostituição, diferente do segundo grupo, mais cauteloso na sua descrição. No caso de Pâmela, a expressão *abuso* faz mais sentido para ela do que as expressões *prostituição* e *exploração sexual*, por colocá-la em outro lugar mais reconhecido, nesse caso, de vítima. Mesmo quando em grupo, era quem mais mencionava sobre a questão do sexo e da erotização do seu corpo, por outro lado, era quem mais emitia comentários considerados moralizantes sobre a feminilidade quando se referia à Laura como “galinha”, por exemplo, mostrando, assim, os conflitos e as contradições de seu discurso em torno da sexualidade.

No caso de Laura, tive conhecimento sobre a sua história de violência/abuso sexual por meio dela já no meu segundo encontro, quando ficamos a sós, juntamente com Pâmela, para pensarmos a questão dos grupos focais. Antes, já havia acessado a sua história com as técnicas, psicólogas e assistentes sociais, sobre a/o violência/abuso sexual cometida/o pelo irmão de Laura. Para Laura, a descrição sobre o ocorrido foi: “Ele se passou comigo”, ou, em outros momentos, descrevia a situação como: “Ele queria ficar comigo”. Para além dessa frase, não obtive mais informações, por ela mesma, sobre a sua relação com seu irmão. Outra informação conseguida com ela sobre a situação de violência foi numa das raras vezes que a encontrei mais disposta a falar:

Nesse dia, Laura estava mais disposta e resolveu pegar uma bola de vôlei que havia ficado na árvore do pátio do abrigo. Resolvemos jogar por um tempo de vôlei e durante a brincadeira, Laura foi lembrando as nossas atividades na casa-lar com Pâmela. Essas lembranças eram muito proveitosas para o nosso diálogo, pois poderia aproveitar para perguntá-la sobre a sua experiência na casa ar, algo que, de alguma forma, eu havia participado com ela. E numa dessas lembranças, ela menciona a sua madrinha e a possibilidade de sair com ela para passeio. E ao trazer essa questão, “engatou” em outra informação, dizendo que morou com a sua madrinha até os oito anos. Então, pergunto a razão dela ter ficado com essa madrinha até essa idade. Eu queria saber o que a fez ficar com essa madrinha nesse período, mas ela acaba me respondendo o motivo dela ter saído: abuso sexual cometido por um homem mais velho. Interesse-me para saber mais, mas do jeito dela ela vai mostrando o seu desinteresse em aprofundar isso quando passa a responder: “Não sei”. A partir daí já entendo que é o seu limite, e a informação desejada para ser dita naquela ocasião já tinha sido aquela. A sua experiência com o sexo deu-se antes da adolescência e da sua relação com o seu irmão e essa informação era muito relevante para a minha compreensão sobre as suas aproximações com a erotização precoce. (Trechos do diário de campo registrado em 22/02/2016).

Dessa forma, as meninas, nas suas relações proximais, desde muito cedo, foram estimuladas sexualmente por figuras masculinas da sua família, acessando, nessa experiência, as ambiguidades de, por um lado, vivenciarem as dores de uma violência, mas, por meio dela, alcançarem um lugar de pertencimento, poder e afeto na família. Se a proteção e o cuidado são necessários para a sobrevivência afetiva no período da infância e da adolescência, quando

privilegiados com a erotização, fazem com que o corpo e a sexualidade dessas meninas sejam o seu *locus* privilegiado desses afetos, como efeitos desse forte investimento dos homens adultos ou mais velhos sobre elas. Pensar sobre esse lugar do corpo jovem na sociedade torna-se fundamental para as discussões sobre a/o violência/abuso sexual.

#### 4.2 “ELES NÃO PODEM VER GURIA NOVA”: O FASCÍNIO SOBRE O CORPO JOVEM E A EROTIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES

O olhar masculino sobre os seus corpos jovens me foi relatado pela primeira vez quando tive a oportunidade de caminhar com Pâmela e outra adolescente residente da casa-lar até a parada de ônibus. Nesse caminhar, pude ouvi-las comentar sobre como os homens olham para os seus corpos na rua, como, ao passarem de carro, “mexerem” com elas, fazem comentários e gestos eróticos.

Ainda nessa caminhada, na presença de um homem adulto próximo a nós, essa adolescente, da casa-lar, que nos acompanhava mostrava a sua preocupação com a presença desse homem e com a possibilidade dele olhá-la. Nesse episódio, ficou evidente o conhecimento das meninas/jovens sobre o seu corpo e o efeito que ele provoca diante dos homens. Em um dos grupos feitos com Pâmela e Laura, Pâmela mencionou, em uma das nossas conversas, sobre o olhar masculino para o seu corpo, sendo as partes privilegiadas o peito e a bunda:

[Passo a fazer perguntas específicas sobre esse olhar masculino, como para quais partes são mais focadas, como forma de perceber como elas avaliam esse olhar. E essa pergunta permitiu que Pâmela mencionasse os “convites sexuais” de homens ao chamá-la para o carro e oferecerem a ela 5 reais, caso ela fosse. Pergunto para ela sobre onde eles a levariam. Ela responde que para a casa dele:]

- Para quê? [insisto perguntando]:

- Para fazer coisas comigo.

- O que seriam essas coisas?

- Ele abusaria de mim.

[E segue falando que viu outros homens fazerem isso com as suas amigas. Resolvo incluir na conversa a Laura, e pergunto se isso já havia ocorrido com ela. Ela fica séria e responde que não. E pede para Pâmela mudar de assunto. Laura, nos grupos, é mais silenciosa e se expõe menos. Pâmela, mais comunicativa, acaba por dar a tônica dos assuntos do grupo. Aproveito a oportunidade deixada ali e sigo perguntando sobre essa questão, focada sobre esse olhar masculino e questiono por que os homens fazem isso com elas. Pâmela responde:]

- Eles não podem ver guria nova.

- Os homens tratam as mulheres mais velhas diferente?

- Sim.

- Por quê?

- Por que nós temos mais corpo que elas.

- E qual é a estratégia que eles usam para se aproximar?

- Eles mexem com a gente. [Nesse momento, raro durante a pesquisa até aqui, Laura decide falar sobre esse assunto]

- Eles oferecem carona [Laura]

- Os homens são tarados [Pâmela]. (Trechos do diário de campo registrado em 23 de outubro de 2015).

Nesses diálogos, é possível analisar o reconhecimento dessas meninas sobre esse olhar, investido não apenas no espaço privado, como ocorrido com elas em suas famílias, mas no espaço público, nas ruas. Além do olhar, o investimento desses homens é acompanhado da oferta de dinheiro e carona. Moraes (1998), no seu estudo com meninas em situação de exploração sexual, menciona os “convites sexuais” como uma iniciativa feita por homens mais velhos às meninas, utilizando, para a troca sexual, dinheiro, roupas ou qualquer outro objeto de interesse da adolescente. Esse olhar também foi relatado pelo Participante 5, ao mencionar as falas de algumas meninas em situação de exploração sexual atendidas no local onde trabalha:

As meninas falavam com uma certa naturalidade para os educadores. Elas se sentiam bem ao serem escolhidas, entrevam no carrão, num motel chique e diziam “Ele me escolheu”. Isso dava a elas orgulho, sentiam-se privilegiadas. Os clientes pagavam mais para “usar”. (Participante 5).

No relato de Guerra (2005), sobre as crianças participantes do seu estudo, durante período escolar, as meninas e os meninos experimentavam a sua sexualidade pelo olhar de uns para com os outros por meio da exposição dos seus corpos, e esse olhar é uma das formas de se aprender sobre si e sobre o outro. Tal olhar, enquanto experimentação da sexualidade, também foi visto em meninas que almejavam estar em lugar de destaque, como em festas, para serem vistas, e para isso lançavam mão de danças e movimentos sexuais para “capturar” esse olhar (SERPA, no prelo).

Tal experiência é acompanhada de uma sensação de euforia pelas reações provocadas nos homens quando elas estão nesse lugar de visibilidade e destaque. Ao fazerem parte desse processo de desejar ser desejada, vão constituindo a sua feminilidade a partir do poder exercido pelo seu corpo jovem diante do olhar masculino. Esse “privilegio” por ser escolhida, dentre as outras disponíveis ali, passa a ser visto como um reconhecimento de sua capacidade de capturar o olhar masculino com os seus atributos e, para tal, cabem estratégias para que esse olhar se mantenha e se perpetue. Nas experiências de atendimento a meninas exploradas sexualmente, Maria Verardo, Marcia Reis e Rosângela Vieira (1999) contam o caso de Gisele (nome fictício) em um dos seus primeiros contatos com a prostituição:

[...] Primeira noite, encostada no paredão com as outras meninas, com medo, pavor do que ia acontecer. Passa um homem e fala qualquer coisa. Gisele não entende o que ele diz, nem sabe com certeza a quem se dirige. O homem insiste: o convite era para ela. Nesse momento, Gisele perdeu o medo, experimentou uma sensação de prazer. Prazer por ter sido a escolhida entre todas as que estavam ali. (VERARDO; REIS; VIEIRA, 1999, p. 48).

De acordo com o material pesquisado nos inquéritos policiais, nas falas dos/das participantes e nas conversas com Pâmela e Laura, esse olhar masculino sob o corpo feminino produz um sentido considerado relevante para essas meninas aqui descritas, como se ele legitimasse um lugar de importância, principalmente nesse ato de ganhar destaque sobre as demais. Segundo as autoras Verardo, Reis e Vieira (1999, p. 52), a sedução é uma forma de expressão da sexualidade e, nas meninas, isso é aprendido precocemente como uma maneira de chamar a atenção dos homens, sentindo-se “valorizadas em sua feminilidade” quando ocorre.

Em estudo com prostitutas adultas, uma das participantes da pesquisa menciona o lugar de visibilidade ocupado por ela, enquanto jovem, quando, na boate onde trabalhava, os homens frequentavam o local para vê-la, sendo o centro das atenções (SERPA, 2009). Num estudo realizado por Miriam Goldenberg (2011), com mulheres, no Rio de Janeiro, entre as idades de 50 e 60 anos, a sensação da perda da aparência jovem fez com que essas mulheres se sentissem invisibilizadas com o avanço da idade por não serem mais elogiadas por homens em espaços públicos, despotencializando, inclusive, a sua vida afetiva-sexual. Dessa forma, há uma preponderância dos corpos jovens no ideal de beleza, satisfação, reconhecimento e pertencimento, no que tange aos modelos hegemônicos de feminilidade. Pâmela, em sua fala, reconhece esse pertencimento, sendo uma delas a própria condição geracional em que se encontram: a juventude. Como Pâmela afirma, enquanto jovem, “tem mais corpo que elas”, referindo-se às mulheres mais velhas e, por isso, é mais vista, mais valorizada. Sobre os homens diz: “Eles não podem ver guria nova”. Tal realidade é discutida por Felipe (2008), quando explica o conceito de pedofilização como um processo no qual a criança, na nossa sociedade, é colocada como um objeto de desejo masculino e, por isso, a sua imagem é propagada, principalmente, nos meios de comunicação, com conotações sedutoras e erotizadas.

Segundo Maria do Rosário Nunes (2009), esse modo de conceber a feminilidade irá influenciar a forma como mulheres adultas passam a investir na sua aparência, cada vez mais jovem. Para a autora, se, na imagem da criança, há a mulher provocadora, na mulher adulta, há a imagem infantilizada, com posturas que transmitem a ingenuidade. Martha Friederichs (2015), ao estudar as imagens femininas na tela de cinema, mostra o quanto tais imagens são retratadas a partir de uma visão “infantilizada”, tais como de inocência, desproteção e vulnerabilidade, como estratégia para seduzir e atrair o masculino. Essa relação estabelecida com a masculinidade parte da perspectiva do feminino como propriedade do homem para a satisfação do seu prazer.

Conforme Felipe (2006), nas concepções sobre as masculinidades heterossexuais, os homens são vistos como possuidores de uma sexualidade incontrolável, “instintiva”, como se

vivessem em estado permanente de desejo por sexo. Isso foi demonstrado por Pâmela e uma das adolescentes da casa-lar já citada, quando percebem o desejo masculino sobre o seu corpo ao transitarem nos espaços públicos, e na fala já descrita: “Os homens são uns tarados”. Pâmela, na sua experiência do gênero masculino com os seus pares na escola, também menciona a forte exposição dos meninos sobre a sexualidade deles, em que o desejo sexual é a tônica para a sustentação de uma masculinidade heteronormativa, em exemplos como: “Como vou passar minha linguíça em vocês”, “Vou comer vocês a noite toda.” (Pâmela, 11 anos). Tal constatação parece confirmar essa visão do desejo sexual permanente nos homens como um marcador importante para as suas identidades, influenciando, assim, a expectativa dessas meninas para esse *script* masculino. Essa concepção contribui para que, em casos de violência sexual, a mulher seja responsabilizada por ter sido a provocadora da situação de violência/abuso, enquanto os homens são “inocentados” por estarem exercendo o seu *script* masculino heteronormativo.

Em muitas situações de denúncia de violência, as mulheres acabam respondendo a perguntas sobre a roupa que estavam usando, se estavam sozinhas, como se esses elementos fossem os geradores da violência sofrida, responsabilizando, assim, as mulheres pela agressão sofrida<sup>18</sup>. Num estudo realizado em Salvador, com 181 pessoas, sobre a violência sexual, entre homens e mulheres com idades entre 18 e 83 anos, em muitas das respostas obtidas, a questão da violência se voltava para os processos de culpabilização das vítimas de estupro. As mulheres envolvidas nessa violência foram questionadas sobre o seu comportamento tido como promíscuo (incluindo o uso de drogas) ou imprudente (uso de roupas provocativas, podendo ter sido evitado por elas).

Nesses casos, era nítida uma desqualificação no que se refere à legitimidade das falas das mulheres e a desresponsabilização do agressor quando se atribui ao masculino uma sexualidade fortemente viril (SILVA, 2013). Os homens, portanto, seriam incapazes de controlar a sua “natureza sexual” e por isso, para evitar a violência sexual, as mulheres deveriam se cuidar constantemente, cabendo a elas, de certa forma, o controle da sexualidade masculina.

Essa responsabilização da mulher por certa “condução” no processo de sedução, aponta o quanto a feminilidade é investida de eroticidade, muitas vezes, entendida como uma provocação à sexualidade masculina. Tal “provocação erotizada” tem sido alvo, inclusive, de um mercado crescente de mulheres que se propõem a ensinar as outras como serem sensuais por

---

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209\\_obstaculos\\_violencia\\_mulher\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm)>. Acesso em: 13 dez. 2015.

meio de técnicas, como pomporismo, *striptease*, *chair dance*, *lap dance*<sup>19</sup>. O que chama a atenção na divulgação de matérias sobre esses cursos é que eles são dirigidos exclusivamente a mulheres, muitas vezes, com o apelo, em seu *marketing*, da sensualidade como uma arma poderosa para a conquista ou manutenção do relacionamento com homens. Tal fato reitera o que aqui estamos discutindo sobre essa lógica da erotização, como um atributo do feminino, cabendo a ela exercê-la para o seu “sucesso” na vida afetiva-sexual, na expectativa de que esse masculino ceda às suas estratégias sem muita resistência, principalmente quando as exerce de forma “correta”. Dessa forma, cabe às mulheres dar o tom dessa erotização na relação com homens, sendo mais uma vez vistas como responsáveis tanto por conduzi-la como por evitá-la, como nos casos de violência sexual.

Nessa discussão sobre a culpabilização da mulher na violência sexual, um estudo foi feito sobre a repercussão do episódio no qual a entrevistadora Nicole Balhs, na época, da Rede TV, foi assediada pelo diretor de teatro Gerald Thomas quando ela fazia o seu trabalho (ROST; VIEIRA, 2015). Segundo algumas narrativas de internautas estudadas pelas autoras na sua pesquisa em uma página jornalística virtual, a entrevistadora foi responsabilizada pelo ato devido ao seu modo de se vestir e expor o seu corpo, chamado, por alguns internautas, de “gostosona”, sendo, portanto, “compreensível” a atitude do diretor diante dela. Nesse tipo de análise, a vida da mulher costuma ser investigada e exposta como forma de minimizar ou até mesmo negar a violência sofrida, ao contrário do homem, que, de protagonista, na cena de violência, vai para figurante (e quase vítima, afinal, não pode resistir àquele corpo feminino) como num “passe de mágica”.

Um caso recente no Brasil, o qual causou ampla repercussão nas grandes mídias, principalmente virtuais, foi o estupro coletivo sofrido por uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, por 33 homens<sup>20</sup>. Essa situação ficou conhecida pela ampla divulgação feita por alguns dos homens envolvidos no estupro quando estes postaram, nas redes sociais, fotos e vídeos, acompanhados de mensagens nas quais se vangloriavam pelo ato. Por outro lado, a menina em questão foi desqualificada por ter participado dessa situação, além de ter sido descrita como viciada em drogas e, por isso, “consentiu” o fato. Isso fez com que algumas feministas, organizadas num grupo de *WhatsApp*, composto por artistas, jornalistas, senadoras, psicólogas, do qual também faço parte, produzissem uma campanha nacional na rede virtual

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.deusadoamor.com.br/cursos/138-pompoarismo-masculino.html>; <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/09/mulher-da-aulas-de-sensualidade-ha-15-anos-em-santos.html><http://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2014/01/10/cursos-eroticos-ensinam-striptease-sexo-oral-e-muito-mais.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

Facebook intitulada #Estupronão, problematizando essa cultura do estupro. O que chamou a atenção foram as reações agressivas de muitos internautas a respeito da campanha, muitas delas com teor ofensivo às mulheres, pautadas no que se convencionou chamar de “discurso do ódio”. De alguma forma, essas vozes permanecem legitimando essa prática sexual masculina, de forma predadora, dificultando o reconhecimento desse ato como violento.

Jéssica foi vítima dessa cultura do estupro perpetrada por cinco homens, quando era criança, com a participação da sua mãe na negociação, assim como com a conivência de outras mulheres da família em sua volta, as quais “nada” fizeram ao saber da agressão. Essa relação da mãe será mais detalhada na seção seguinte. Aqui cabe discutir essa perspectiva masculina do sexo pela via da violência sexual como forma de obter prazer, especificamente com crianças e adolescentes.

O fascínio sobre o corpo jovem parece movimentar o mercado do sexo, como mostra Felipe (2006) e Prestes (2014), ao discutirem a pornografia nas redes sociais virtuais. Essa valorização do corpo juvenil, como mostra Landini (2004), na sua discussão sobre a pornografia infantil, já nos anos 80, pode ser vista em um dos programas de maior audiência para o público infantil, o *Xou da Xuxa*. A autora segue a sua discussão citando uma série chamada *Lolita*, transmitida pela Rede Globo, fazendo referência à personagem criada por Nabokov, em seu livro, no qual a personagem adolescente é apresentada a partir de um forte teor de sensualidade e sedução.

Em uma série mais recente, transmitida pela mesma emissora, em 2015, intitulada *Verdades Secretas*<sup>21</sup>, uma das personagens principais, chamada “Angel”, é descrita como adolescente, estudante, virgem, vinda do interior para ser modelo na cidade grande. Na agência, além dos serviços de modelo, as meninas podem fazer uso do chamado “book rosa”, voltado para a prostituição, sendo essa uma modalidade considerada de “luxo”, abarcando adolescentes da classe média.

O próprio codinome da protagonista, “Angel”, faz referência a essa imagem de anjo, atrelada, muitas vezes, à ideia de infância, como de pureza e inocência. É essa imagem que exercerá forte fascínio no personagem masculino central, “Alex”, adulto e com alto poder aquisitivo, que, em vários momentos da série, mostra-se encantado e atraído pela beleza de Angel, em detrimento das outras mulheres disponíveis na agência, por conta do “jeito menina” de ser. Angel é narrada como inexperiente, ingênua, desamparada tanto afetivamente pela figura paterna, ausente na vida da adolescente, como no aspecto financeiro (SERPA, no prelo). Por outro lado, as personagens mais velhas, como a mãe de Angel, e a dona da agência, em vários

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://gshow.globo.com/novelas/verdades-secretas>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

momentos, são desqualificadas pelo personagem Alex por serem velhas e, por isso, não merecedoras de um amor e respeito por parte de um homem como ele. A associação da feminilidade com a imagem de “pureza” e “inocência” trazida pela ideia desse “jeito menina”, como já apontado por Friederichs (2015), mostra o investimento erótico por parte do masculino adulto nos corpos infanto-juvenis ao vê-los como um objeto de dominação e a prática sexual como um exercício de poder.

Ainda sobre a série *Verdades Secretas*, o personagem Alex, na imanência de perder a sua relação com Angel, usa e abusa do seu domínio, garantido pelo seu poder aquisitivo, o que, atrelado à sua beleza<sup>22</sup>, acaba sendo a sua grande arma de sedução. O *site* de relacionamentos fundado na Dinamarca, chamado *Diamond Club: o site que liga milionários a mulheres bonitas*<sup>23</sup>, tem, como o próprio título aponta, como objeto do seu mercado homens com alto poder aquisitivo e mulheres consideradas belas. Para estas, a exigência está na sua beleza que precisa ser comprovada, segundo o *site*, por um controle rigoroso de fotos do corpo e rosto. Já aos homens, a exigência é o alto pagamento para ter acesso ao cadastro, diferente do preço pago pelas mulheres, bem inferior em comparação aos homens. Tal fato mostra o quanto o poder aquisitivo é ainda um marcador da masculinidade, vista aqui como almejada por mulheres nos seus parceiros, como também sinalizou a série televisiva já abordada. Por outro lado, às mulheres cabe a exigência de serem belas e jovens.

Em uma das falas do Participante 5, a ser mais analisada em outra seção, sobre a sua percepção de meninas em situação de exploração sexual, ele descreveu que, nesse prática, a fragilidade e a inocência exercem um fator de atração para o masculino. Esse exercício de poder é uma questão central na discussão sobre a violência sexual. Na literatura clássica sobre o tema da exploração sexual, uma das maiores características dessa prática consiste na relação de desigualdade de poder estabelecida entre o agressor e a vítima, pois esta última estaria na condição de pobreza, exclusão e, por serem crianças e adolescentes, estão em situação de crescimento e desenvolvimento, portanto, com maior vulnerabilidade (FALEIROS, 2004; LIBÓRIO, 2004). Já o adulto, munido de estratégias sedutoras, demarca seu lugar de maior poder com a oferta de dinheiro e bens, assim como no acesso a espaços até então pouco

---

<sup>22</sup> O ator escolhido para o personagem, Rodrigo Lombardi, é considerado um galã e já fez vários papéis na emissora como tal, ganhando visibilidade nas grandes mídias pelo seu atributo físico. Nessa minissérie, segundo o *site*, o personagem Alex tinha uma aceitação positiva das telespectadoras, sendo um dos motivos o seu charme. Disponível em: <[www.gshow.globo.com/bastidores/noticias/2015/09/walcyr-carrasco-desvenda-sucesso-de-alex-o-personagem-tem-cara-do-rodigo-lomardi.html](http://www.gshow.globo.com/bastidores/noticias/2015/09/walcyr-carrasco-desvenda-sucesso-de-alex-o-personagem-tem-cara-do-rodigo-lomardi.html)>. Acesso em: 26 maio 2016.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://maisdetrinta.com.br/mais-digital/diamond-club-o-site-que-liga-milionarios-mulheres-bonitas/>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

conhecidos ou frequentados pelas crianças e adolescentes envolvidas, como *shoppings*, lojas, restaurantes, hotéis, etc. (SERPA, 2009).

No material documental, no Caso 2, foi possível identificar, nas denúncias anônimas feitas sobre o caso de exploração sexual, a oferta de dinheiro por parte do acusado em questão:

O acusado estaria levando meninas de 12 a 15 anos para relacionamento em seu apartamento no bairro X. Que ele aborda as meninas na rua, oferece dinheiro e entrega em torno de 200 a 300 reais, após leva para shopping e gasta muito dinheiro com roupas com as meninas. Que ele é viciado em cocaína e tem muito dinheiro. Que já faz mais ou menos 08 meses que o acusado vem fazendo essas abordagens nas meninas. Ele tem nacionalidade brasileira e YYY e a qualquer momento pode voltar para Y (país de origem) [...] (Denúncias anônimas no disque 100, registrado no Caso 2, material documental).

[...] Nota-se movimento de jovens e adultos, até mesmo crianças, possivelmente entre 08 e 12 anos. [...] O suspeito reside sozinho no imóvel e que ele próprio afirma que já teve relações sexuais com crianças as quais entram e saem sozinhas do prédio, onde permanece por várias horas no local e até mesmo pernoitam. (Denúncias anônimas no disque 100, registrado no Caso 2, material documental).

Nesse registro, as denúncias destacam o envolvimento sexual do acusado, aqui, chamado de Carlos, com crianças e adolescentes, e a sua estratégia para aproximar-se delas, como a oferta de dinheiro, roupas e acesso a locais de consumo, como o *shopping*. Bárbara (11 anos), nome fictício de uma das adolescentes descritas no Caso 2 dos inquéritos estudados, em seu depoimento a uma das instituições de proteção em Porto Alegre, mostra os efeitos nela dessa oferta feita por Carlos, expondo, assim, o poder de sedução dessas práticas para a aproximação de crianças e adolescentes:

O acusado lhe dava presentes (roupas, brinquedos, maquiagem, gastou 3.000 reais no shopping com a vítima). “Quando meu pai descobriu que eu estava indo na casa do acusado e ganhando presentes dele, não gostou e não deixou eu ir mais lá” [...]. “O pai e avó desconfiam que ele seja pedófilo” [...]. Ele me ligava várias vezes na madrugada. Em casa, o acusado estava sempre de cueca e de óculos escuros, eu e várias crianças o vimos assim. O CT [Conselho Tutelar] nos chamou dizendo que havia uma denúncia que a minha mãe me vendia para o acusado. Eu acho que ele abusa das crianças, por isso eu fechava a porta do quarto. [...] Às vezes ele ia na escola me procurar, levando objetos dizendo que eram meus. [...] Paula mostrou não ter consciência de que poderia ser abusada, aceitando investidas pelos ganhos secundários que obtinha e influência de familiares (mãe e tia negligentes nos cuidados). (Relato do depoimento de Paula uma das instituições de proteção, registrado no Caso 2 do material documental).

Esse material e o seu complemento também será analisado na próxima seção pelo forte envolvimento da mãe nesse processo. No próximo recorte, também analisado na próxima seção pelo mesmo motivo, trata-se de uma carta encontrada na casa de Carlos pela polícia, na qual a mãe escreve sobre o sentimento da filha a respeito dos bens recebidos por outra menina envolvida com Carlos:

Com (o acusado) ele deu para a filha da X roupas caras, cachorro caro, deu uma cirurgia cara e comprou vários moveis para X, mãe o que elas tem que eu não tenho. Pois gosto muito do pai (acusado) ele é engraçado divertido por isso que eu gosto de ir no apartamento. (Carta de uma mãe encontrada pela polícia na casa do acusado, registrado no Caso 2 do material documental).

Nos dois recortes aqui apresentados, é possível identificar as estratégias de sedução utilizadas por Carlos ao fazer uso do seu dinheiro em compras voltadas para atender os desejos de consumo das crianças e das adolescentes envolvidas, assim como das mães, com a intenção de ter em troca o seu desejo sexual satisfeito ou até mesmo a manutenção desse seu lugar de poder. Em alguns momentos da descrição da adolescente, apesar das evidências reconhecidas por ela do acusado como abusador, ainda paira uma dúvida sobre a sua análise quando menciona “eu acho”, dando a entender, para as profissionais responsáveis pelo parecer, a ausência de seu conhecimento sobre o fato, exatamente por descrever e reconhecer o ganho obtido com o acusado. Como já abordado, a criança e a adolescente, por meio dos bens alcançados nessa troca sexual, passam a ter um reconhecimento diante da família por propiciar-lhes esses ganhos, além do fascínio despertado pelo acesso ao consumo, como o gasto descrito de três mil reais no *shopping* por Bárbara.

No outro relato, o acusado é descrito como engraçado, divertido, fazendo com que seus comportamentos abusivos não sejam vistos como violentos. Além disso, utilizava estratégias de erotização, como exibir filmes de meninas virgens sendo abusadas. O público-alvo dessa sedução são meninas com menor poder aquisitivo, sendo isso uma das formas de maximizar o poder do abusador. Como discutido na ideia sobre pedofilização (FELIPE, 2006), para além da perspectiva da patologização sobre a ideia da pedofilia e da figura do pedófilo, cabe questionar os elementos culturais e sociais que norteiam as questões sobre infância, feminilidade e masculinidade. Se, por um lado, há o aumento dos discursos e das lógicas de proteção a crianças e adolescentes, por outro, há uma proliferação da imagem erotizada, especialmente, de crianças e adolescentes do gênero feminino, nas grandes mídias.

No Brasil, músicas consideradas populares, que alcançam milhares de pessoas, como o *funk*, têm, como um das marcas de suas letras, a palavra “novinha” para se referir a um padrão de feminilidade que enaltece as mulheres jovens, em geral descritas num contexto de sensualização e erotização. Em 2015, o debate foi reacendido pela divulgação do trabalho da MC Melody, de apenas oito anos na época da publicação da matéria<sup>24</sup>, no qual menina aparece acompanhada de uma mala de dinheiro e, em outras, posando em fotos sensuais em sua página do *Facebook*. Numa dessas postagens, comentários de internautas se referem a ela como “delicinha” e “monumento de mulher”. Em outro, é feita referência ao seu poder aquisitivo e ao

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/mc-melody-de-8-anos-causa-polemica-pai-defende-so-porque-ela-canta-funk-15737518.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

desejo despertado em homens, atrelando, assim, dinheiro, sucesso e desejo na imagem da criança em questão.

Segundo a matéria abordada, tal fato foi acompanhado de indignação por parte de grupos feministas e muitos/as usuários/as, o que acabou gerando denúncias ao servidor do *Facebook*. O pai de Melody, também MC, nessa matéria, busca explicar o seu investimento na carreira de sua filha, o apoio da família e sua supervisão em todo o processo, desde a assessoria dos *shows* e divulgação nas grandes mídias, como no acompanhamento à escola. Em sua fala sobre as críticas a respeito da publicização das imagens da sua filha, justifica-se, alegando preconceito ao *funk*, não reconhecendo essa prática nem como “trabalho infantil”, considerado crime, segundo o ECA, nem como vulnerabilizadora para sua filha quando menciona saber da possibilidade de “pedófilos” serem seguidores do trabalho dela.

Outro caso de grande repercussão nas grandes mídias foi por conta dos comentários de internautas sobre uma menina de 12 anos, participante de um programa de culinária chamado *MasterChef Júnior*, exibido pela emissora Bandeirantes, a respeito de sua beleza e do desejo sexual provocado por ela, sendo um deles: “Panela nova é que faz comida boa”<sup>25</sup>, mostrando, assim, o apelo sexual atrelado à sua aparência infanto-juvenil. Nesse caso, tal questão não foi acionada por cenas ou gestos erotizados, como nas imagens propagadas da Mc Melody, mas pelo simples fato de ser jovem. Assim, apresenta-se, mais uma vez, essa cultura da pedofilização, na qual a infância é alvo de investimento erótico por parte de adultos homens de forma muito precoce, como visto no caso em questão, assim como de investimento financeiro quando se faz uso dessa imagem para a obtenção de dinheiro. Essa questão também é problematizada no texto *A novinha é apenas uma criança*<sup>26</sup>, quando relata vários episódios publicizados nas grandes mídias, principalmente virtuais, dentre eles, o caso da Mc Melody e o do programa *MasterChef*, mencionados.

Os concursos de beleza voltados para o público infanto-juvenil é um dos outros pontos mostrados no texto, tendo como um dos apelos publicitários para o evento, na descrição de uma das candidatas, a sua qualidade em “sensualizar”. A espetacularização da beleza em concursos voltados para concursos de *miss* para crianças foi abordada num estudo feito por Isis Carvalho e Serpa (2014) com esse público, mostrando o quanto há de investimento na indústria de

---

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.purepeople.com.br/noticia/masterchef-junior-concorrente-de-12-anos-e-alvo-de-comentarios-pedofilos-na-web\\_a81823/1](http://www.purepeople.com.br/noticia/masterchef-junior-concorrente-de-12-anos-e-alvo-de-comentarios-pedofilos-na-web_a81823/1)>. Acesso em: 1º jul. 2016.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/novinha-e- apenas-uma-crianca.html>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

cosméticos e na área da saúde para contribuir para essa busca por uma beleza “perfeita” desde muito cedo, em crianças.

Como ganho por sua vitória pela beleza, a *miss* infantil passa a acessar com mais facilidade o mercado do consumo por meio de presentes, muitos deles, voltados para as lógicas de embelezamento, como roupas, acessórios, maquiagem e muita visibilidade em espaços de divulgação para esses produtos patrocinadores do seu percurso enquanto *miss*. Essa infância, aqui discutida, seja pela sua beleza atrelada a elementos de sensualidade, seja por ser alvo da lógica do consumo, é algo que está em forte evidência, como mostra a perpetuação dessa imagem nas grandes mídias já mencionadas.

Como visto, a família se apropria dessa lógica sobre a infância para obter sucesso e dinheiro com essa imagem produzida sobre o corpo infantil, criando, assim, uma linha muito tênue entre esses episódios retratados sobre crianças e os ganhos obtidos com a sua imagem e as situações de exploração sexual. Ao trazer o gênero musical do *funk* para o debate, cabe, aqui, cuidar para que não se marginalize a pobreza e nem a favela, tendo em vista a complexidade trazida por esses contextos.

Em uma entrevista feita com uma psicóloga especialista<sup>27</sup> sobre o tema da violência sexual no Rio de Janeiro, ela aborda sobre a importância de se entender o contexto da favela a partir dela mesma, sem cair em concepções moralizantes sobre como as pessoas ali lidam com a sua sexualidade. Além disso, o *funk* não é o único gênero musical com letras voltadas para a erotização do feminino a partir de uma lógica de enaltecimento da masculinidade heteronormativa<sup>28</sup>. Outros gêneros – samba, *rock*, pagode, axé, sertanejo universitário – todos eles, de grande popularidade, também expressam, em suas letras, essa lógica sexista.

Voltando ao caso documental aqui apresentado, é possível ver esse efeito do corpo infanto-juvenil enquanto objeto sexual para adultos da mesma forma que é impulsionado pela forte demarcação não só geracional, como de classe social. Carlos era visto como um homem de muitas posses, e isso despertava interesse nas crianças e nas adolescentes envolvidas (assim como nas suas famílias).

Nos casos retratados por Trindade (2005), em seu livro sobre meninas em situação de exploração sexual, estas, em várias situações, recorreram aos seus clientes mais velhos, com idades semelhantes ao de Carlos, exatamente por ver neles essa condição financeira superior e,

---

<sup>27</sup>

Disponível

em:

<[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/18/politica/1466209242\\_070599.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_CM](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/18/politica/1466209242_070599.html?id_externo_rsoc=FB_CM)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/12-musicas-que-reproduzem-machismo-e-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

principalmente, a certeza de que conseguiriam, com eles, o dinheiro desejado, sem necessariamente ter o sexo sempre envolvido.

Nos depoimentos expressos, parece que o ato de pedir dinheiro em si a esses homens já produz efeitos nessa relação afetivo-erótica quando se presentificam as relações de poder nesses casos marcados pelas desigualdades financeiras e geracionais. Tal situação confere a esses homens um lugar de destaque e importância e, por outro lado, demarcam, nessas meninas, o poder da sua moeda de troca: o seu corpo infante-juvenil. A jovialidade do seu corpo somada à sua desigualdade social parece ser uma combinação significativa para despertar o desejo em alguns homens. No estudo realizado por Almir Nabozny (2013), o autor questiona se o “corpo pobre” exerce um poder em alguns homens, levando-os à oferta de dinheiro diante dessa situação. Para ele, esse corpo, na rua, exposto, ocupa um lugar mais favorável a essa oferta para a troca comercial do sexo, principalmente se há sinalizadores dessa pobreza, como crianças e adolescentes vendendo produtos ou pedindo dinheiro em esquinas e semáforos.

No seu estudo realizado com dois clientes da prostituição infantil, Julia Davidson (1998) aborda os desejos e as expectativas inerentes a esses homens em sua busca por crianças e adolescentes para o sexo comercial. Para a autora, nesses clientes, a vulnerabilidade representada na condição geracional e social de crianças e adolescentes pobres é o forte elemento erotizador. Nos dois casos, eles rejeitam as prostitutas adultas, principalmente do primeiro mundo, por elas terem mais autonomia nas negociações ao determinarem o preço e o serviço de maneira mais clara e específica.

Nessa relação, sentem não ter o controle da situação e, por isso, o seu poder fica restrito. Porém, com as crianças e as adolescentes de países pobres, eles descrevem como mais afetivas e responsivas as demandas deles, dando mais destaque ao seu poder, principalmente referente ao dinheiro. Um desses clientes relatou ter orgulho desse poder aquisitivo perante as crianças e as adolescentes do “terceiro mundo”. Para um deles, o preço do sexo é mais estipulado por ele, diferente de como é feito com as prostitutas adultas, muitas vezes, negociado, além de dinheiro, com roupas ou pagamento de transporte.

Apesar de os participantes destacarem a vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes no que se refere à desigualdade social, numa tentativa de se livrar de sua responsabilidade nesse processo, retomam a ideia da participação ativa das meninas quando as descrevem como conhecedoras do lugar assumido nesse processo, assim como as adultas. Além disso, para eles, elas se aproveitam, na prática da prostituição, da necessidade masculina para o sexo, reiterando o *script* já mencionado sobre a masculinidade heteronormativa.

Dessa forma, diante dessa erotização provocada pelas desigualdades, seja pela questão geracional como de classe social, as crianças e as adolescentes vão sendo constituídas por uma feminilidade pautada no erotismo e na sensualidade, de modo que tais atributos acabam por constituir suas subjetividades. Por outro lado, isso acaba legitimando uma masculinidade heteronormativa, que tem como uma de suas principais características essa ideia de que os homens possuem uma sexualidade exacerbada, “animalesca”, agressiva.

Se, por um lado, as meninas, ao transitarem pelo erotismo e pela sensualidade, buscam atrair o olhar do outro como exercício da sua feminilidade, por outro, os homens em questão necessitam demonstrar esse olhar, buscando satisfação do seu desejo sexual por meio de um corpo jovem, como forma de exercer uma masculinidade tida como hegemônica e heteronormativa.

Para Nabozny (2013), a exploração sexual comporta uma complexidade de símbolos envolvendo lógicas capitalistas de consumo presentes nos processo de erotização precoce e no “desejo de consumir este erotismo fantasioso por parte do homem adulto” (p. 33). Para o autor (ibid.), essa complexidade reside nesse emaranhado de aspectos – sociais, econômicos, culturais e psicológicos – que se retroalimentam para que se mantenham existindo, apesar de, muitas vezes, o enfoque dado na prostituição recaia mais na figura das meninas e dos meninos envolvidas/os do que nessa produção de desejo focada no corpo infanto-juvenil e do seu acesso pela via do consumo.

Assim, os desafios para o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes se maximizam diante dessa lógica, que se retroalimenta e se fortalece numa conjuntura social e cultural discutida no conceito de pedofilização. Tal situação se agrava quando, nesse processo, há a aceitação e participação da família das crianças e adolescentes, como veremos na seção a seguir. Como pensar a questão da violência sexual quando tal prática é legitimada pelas figuras maternas?

#### 4.3 “MINHA MÃE ME VENDEU”: PROBLEMATIZANDO O MITO DO AMOR MATERNO NAS RELAÇÕES DE VIOLAÇÃO SEXUAL

Nesta seção, pretendo discutir o papel do cuidado atribuído à figura materna, problematizando o quanto essa idealização (ou naturalização) de maternidade ou instinto materno se esvai quando se trata da/do violência/abuso sexual. Para analisar o papel materno, nesta pesquisa, será necessário avaliar tal ideal de maternidade para que se considerem as

especificidades da situação apresentada, apesar da complexidade que ela apresenta, por romper exatamente com uma das expectativas de proteção para o papel materno e de família quando se instaura a situação de violência sexual, considerada uma das mais graves e com maiores consequências para os/as filhos/as.

Nos casos das irmãs estudadas, Pâmela e Jéssica, a violência sexual ocorrida passou pelo consentimento e pela negociação direta da mãe com o agressor, padrinho das crianças e marido de uma de suas irmãs. Já na descrição de Ângela, Caso 3 do material documental, as experiências de abandono por parte de sua mãe, enquanto a menina era ainda criança, e as dificuldades dela contribuíram para o tensionamento desse lugar do cuidado materno.

As primeiras questões sobre esse tema surgiram nas falas das profissionais participantes, ao descreverem a participação das mães na violação sexual sofrida.

[...] Se percebia de meninas naquela época, acho até por uma questão cultural, que as meninas estavam na noite, iam pra noite vender pano de prato, né, para as pessoas que estavam em bares noturnos, até alho vendiam na frente do mercado, as meninas, enfim... E pra ali a gente via, nesses momentos a gente via, as mães aliciando as meninas, né... E a gente perguntava, como que às vezes a gente fazia aquela ronda da noite, a gente perguntava: “o quê que tu tá fazendo aqui?” E aí “aí, eu tô fazendo aqui pra ajudar minha mãe”, ao mesmo tempo a gente via uma pessoa mais velha assediando aquela menina, né, pra fazer programas, enfim... (Participante 2).

Nesse relato, foi possível ter acesso inicial de como as mães são vistas pelas profissionais nesse processo e que, de certo modo, possuem um lugar no contexto da violência sexual, nesse caso, especificamente, da exploração sexual. Em estudos sobre essa temática, é possível evidenciar a participação das famílias nos casos, seja como aliciadores/as ou como o/a próprio/a explorador/a (PEDERSEN, 2014; TRINDADE, 2005). A menina passa, assim, a ocupar um lugar importante e necessário nessa família, fazendo com que a compreensão da exploração sexual enquanto uma violação perca a sua força ou até mesmo nem chegue a ser entendida dessa forma.

Diante das diversas situações vivenciadas pelas famílias, muitas delas de grandes dificuldades socioeconômicas, conforme apontado nos estudos antes citados, a prática da exploração sexual passa a ter outro sentido para elas, como uma forma de sobrevivência e acesso ao consumo. Assim, a família legitima essa prática, como nos casos estudados e mostrados nas falas das participantes, como a seguir:

Então as famílias são totalmente disfuncionais, não existe função nessa família, não existe... “ninguém é de ninguém e todo mundo é de todo mundo”, tá entendendo? E ela é vista, pelo menos de uma forma um pouco patológica, como provedor daquela casa, então ela é o cara, ela que dá as cartas, sai a hora que ela quer, faz o que ela quer e ninguém tem nada a ver com isso. Então, existe uma acomodação, é uma palavra bem... sim, é uma família acomodada com essa situação [...] (Participante 3).

Nesse caso em questão, a Participante 3 identificou determinado lugar para a menina em situação de exploração sexual, como alguém com autonomia para gerir a sua vida no espaço familiar por dar a ele condições de subsistência. Por outro lado, em sua perspectiva, tal situação instaura um quadro identificado por ela como “patológico”, “disfuncional”. Esse questionamento se faz necessário por apontar as diferenças de compreensão do fenômeno entre quem a vivencia e quem a analisa de fora, nesse caso, os/as profissionais envolvidos/as na rede de proteção. Essas diferenças podem estar sinalizando as dificuldades, muitas vezes, em se trabalhar com essa realidade, pelo fato de nem a família e nem mesmo a menina envolvida compreenderem essa situação como uma violação.

Diante da exploração sexual, a família, entendida como um espaço de proteção, deveria evitar ou impedir que suas crianças ou suas/seus adolescentes estivessem nessa condição. No entanto, essas famílias acabam por incentivar e até mesmo articular essa partição de sua prole em tal contexto de violência.

Apesar de não termos, nesta pesquisa, acessado mães e demais membros familiares, o material documental permitiu analisar, no Caso 2, descrito na metodologia, o envolvimento de mães em uma das investigações sobre casos de exploração sexual. As mães, diante da figura do “homem mais velho e rico”, permitiam que suas filhas se aproximassem dele em troca de alguns favores, não só em dinheiro, como também presentes e tratamentos médicos. Nesse caso, é possível ver o envolvimento dessas mães diante do alto poder aquisitivo demonstrado pelo acusado (na época, com 60 anos), que distribuía presentes e grandes quantias de dinheiro. No caso a seguir, é mostrada a alta circulação de crianças e adolescentes na casa do acusado, residente, na época, num bairro considerado nobre na cidade de Porto Alegre-RS. Tal prática acabou chamando a atenção dos vizinhos, que decidiram denunciá-lo pelo Disque 100 e no próprio DECA:

Adolescentes são exploradas sexualmente e negligenciadas pela mãe, e exploradas sexualmente por Carlos [Nome fictício] que é usuário de substâncias ilícitas. Os fatos ocorrem há aproximadamente um ano, na casa de Carlos. Foi informado que as mães permitem as relações sexuais com o suspeito, que as paga R\$ 100. Uma das adolescentes está matriculada na escola X, local onde cursa 8ª série, período matutino. Até o momento nenhum órgão de proteção à criança e adolescente foi acionado.” (Denúncias anônimas no Disque 100, registrado no Caso 2 do material documental).

Crianças e adolescentes são exploradas sexualmente por Carlos. Os fatos ocorrem há aproximadamente três anos, diariamente em horários variados, na casa do suspeito. Nas explorações, os suspeitos mantem relações sexuais com as vítimas, em troca de drogas ilícitas, além disso vende as substâncias para as crianças e adolescentes. Dados escolares desconhecidos. Não há informação se os genitores tem conhecimento dos fatos. Nenhum outro órgão de proteção à criança e ao adolescente foi acionado.” (Denúncias anônimas no Disque 100, registrado no Caso 2 do material documental).

O acusado estaria levando meninas de 12 a 15 anos para relacionamento em seu apartamento no bairro X. Que ele aborda as meninas na rua, oferece dinheiro e entrega em torno de 200 a 300 reais, após leva para shopping e gasta muito dinheiro com roupas com as meninas. Que ele é viciado em cocaína e tem muito dinheiro. Que já faz mais ou menos 08 meses que o acusado vem fazendo essas abordagens nas meninas. Ele tem nacionalidade brasileira e X e a qualquer momento pode voltar para X[país de origem]. Que ele fica geralmente um mês no Brasil mas que agora está mais tempo por que está fazendo implante dentário. (Denúncias anônimas no Disque 100, registrado no Caso 2 do material documental).

Dizem que ele é pedófilo, leva meninas de 10 a 14 anos. Dá dinheiro para que faça sexo com ele. Prefere meninas virgens. Paga em torno de mil reais para que as suas mães entreguem suas filhas. (Denúncias feitas no DECA, descrita no Caso 2 do material documental).

Nessas denúncias, é possível observar o quanto a participação das mães é notada por quem denuncia, sendo as filhas narradas como objeto de negociação entre o acusado e as mães, com valores definidos. Na expressão “paga em torno de mil reais para que as suas mães entreguem as suas filhas”, chama a atenção, nessa descrição, a negociação clara entre o acusado e a mãe das crianças e adolescentes envolvidas. Cabe destacar, também, o tempo de conhecimento de quem faz a denúncia sobre o ocorrido, mostrando, portanto, não ser um fato recente e destacando a ausência das redes de proteção, nesse caso, até o momento da denúncia.

Em descrições posteriores sobre as diligências feitas pela polícia no local, os/as vizinhos/as mostraram preocupação em sofrer represálias do acusado em questão. Isso pode sinalizar a dificuldade da denúncia quando o agressor tem poder aquisitivo, além do seu envolvimento com o tráfico de drogas, ato também ilícito. Além disso, as crianças e os/as adolescentes tinham livre acesso ao local, nem sempre acompanhados/as de algum adulto. A prática do sexo no contexto descrito foi vista como corriqueira, inclusive sendo identificada como um caso de pedofilia. O seu poder aquisitivo em destaque acabava exercendo grande fascínio para as crianças e as adolescentes abordadas, assim como para as suas mães. No depoimento da mãe de uma das vítimas à polícia, é possível identificar a ênfase dada a esse poder do acusado:

Conhece o acusado desde a sua adolescência. Soube por comentários que o acusado dava dinheiro para as meninas em troca de favores sexuais. Refere que frequentava a casa do acusado juntamente com a sua filha Bárbara, mas afirma que como conhecia o acusado ele nunca fez para Bárbara nem chegou a propor nada para a depoente. O acusado tem muito dinheiro. Ele dizia que nada aconteceria com ele, pois já tinha dado muito dinheiro para os policiais federais. A sua filha lhe contou que o acusado mostrava vídeos pornográficos para ela. Que eram vídeos de meninas perdendo a virgindade. Que a menina não gostava da situação e não foi mais na casa dele. Ele dava muito dinheiro para todos os moradores do bairro que frequentavam a casa dele. Dava dinheiro sem motivo aparente. Ele lidava com muito dinheiro. Soube por comentário que ele é um “baita do pedófilo”. Há boatos no bairro que o acusado dá dinheiro as outras meninas em troca de “favores sexuais”. (Depoimento de mãe de uma das vítimas ao DECA, Caso 2 do material documental).

A mãe mostrou a sua proximidade com o acusado, frequentando a casa dele juntamente com a sua filha mesmo sabendo do seu histórico de abusos. A repetição, em seu discurso, sobre

o poder aquisitivo do acusado e da sua prática em dar dinheiro por “troca de favores sexuais” sinaliza a cumplicidade dessa mãe no processo de violação sexual, além do seu reconhecimento das estratégias utilizadas pelo acusado para erotizar as crianças e adolescentes envolvidas. O poder do acusado, já mencionado, reaparece nesse discurso quando a mãe cita a “impunidade” dele diante dos seus crimes com o tráfico de drogas. Sobre o crime sexual, a mãe chegou a identificar a pedofilia, mas com outras meninas e não com a sua. No depoimento da mãe em uma das instituições de proteção, o poder aquisitivo do acusado foi, mais um vez, enfatizado, assim como o seu conhecimento sobre o comportamento sexual dele para com as crianças e as adolescentes e o que estava sendo negociado quando este dava dinheiro para a sua filha:

Em acolhida com o serviço social, a mãe informou que sua filha frequentava a casa do acusado desde natal de 2012 até ou 2013, ele dava dinheiro de 200,00 reais, celular e roupas para a sua filha, assim como para as outras adolescentes que frequentava a casa dele. O acusado relatou para mãe que tem esposa e filhos residindo nos X “esbanja” dinheiro. A mãe nunca desconfiou do acusado e disse que a sua filha gostava de ir na casa dele com D (22 anos, namorada do acusado) e com a sua prima,(17 anos, faxineira do suspeito). Após denuncia a mãe questionou a sua filha sobre o fato e esta lhe relatou “fulano anda sempre de cueca pela casa, pedia beijo no rosto em troca de chocolates” [...] (Depoimento de mãe de Paula na instituição de proteção, Caso 2 do material documental).

Já no depoimento do pai de Bárbara, ele afirmou que a mãe da menina, diante de seus questionamentos sobre a relação do acusado com a sua filha, descreveu este como amigo da família, sendo, assim, uma figura próxima de sua convivência:

Compareceu na delegacia o pai da vítima. No seu relato informa que a menina começou a aparecer com dinheiro e bens, como celular. O pai conversou com a mãe e a mesma informou que quem havia dado os “presentes” foi o acusado. A mãe disse que o acusado era um conhecido da família. O pai conversou pessoalmente com o acusado e pediu para que ele não tivesse mais contato com a sua filha. Ele soube dos fatos investigados pelo CT. Daí relata as informações já sabidas até aqui, além de mostrar filmes pornográficos. A sua filha passa o final de semana com a mãe. A outra filha, de 15 anos, também passou pela experiência do acusado mostrar o pênis, mas depois afastou do acusado. (Registro do depoimento do pai de uma das vítimas no DECA, Caso 2 do material documental).

Como já mencionado, o poder aquisitivo do acusado conferia-lhe um lugar significativo para a mãe, que, em troca dos bens ofertados, deixava as suas filhas frequentarem a casa dele. No depoimento de Bárbara na perícia, é possível identificar a participação de sua mãe na sua relação com o acusado, assim como as estratégias dele para manter essa relação:

No relato da Psicologia, a vítima mostrou-se adequada e bastante comunicativa. Relata que veio ao X, pois frequentava a casa de um conhecido da família. Conheceu este homem no dia do seu aniversário, porque a prima a levou na casa dele. “No dia ele me deu 200 reais de presente, eu dei para a mãe ir cuidando pra mim”. Relata que ficou um período sem ir e em outubro voltou a frequentar a casa do acusado com o consentimento da mãe, sem o pai saber. “Minha prima limpa a casa do acusado [...] Eu fiquei 1 mês e meio indo direto e dormi lá umas 5 vezes. [...] Minha mãe levava eu e minha irmã para fazer trabalhos escolares na casa dele”. (Registro da avaliação psicológica da instituição, Caso 2 do material documental).

O papel masculino em questão, principalmente no que tange ao desejo sexual por corpos femininos infanto-juvenis, foi discutido em seção anterior, quando abordado o processo de pedofilização. Aqui, cabe destacar a percepção de Bárbara sobre o desejo e a intenção do acusado para com ela e o forte investimento financeiro dele para bancar esse desejo, que também é percebido para com as demais crianças presentes, inclusive, nomeada por ela, como “abuso”. Nessa descrição, o valor recebido era repassado à sua mãe e, no final do relato, mesmo a menina não demonstrando saber da violação sofrida nessa troca, reconhece o poder que passa a exercer na sua família quando repassava esse dinheiro. A mãe a levava para se encontrar com ele, mesmo distinguindo as investidas dele com o teor sexual. Com a referida denúncia do caso e o fato de a rede ter sido acionada, a adolescente passou a saber do posicionamento do Conselho Tutelar sobre a sua mãe: “[...] minha mãe me vendia para o [...]”. Nos relatos, não foram abordados os efeitos dessa questão na vida da adolescente e a sua percepção sobre essa prática, principalmente quando a sua vivência foi nomeada como uma venda, uma troca comercial. Na perícia feita, não foi possível analisar com mais profundidade a perspectiva da mãe sobre o fato, tendo, nesse relato, já a confirmação da negligência da mãe para com a filha.

Conforme discutido por Pedersen (2014), nos casos estudados sobre o envolvimento das famílias em situações de exploração sexual, tais fatos produzem certas rachaduras nas concepções sobre a família como espaço maior de proteção para crianças e adolescentes se desenvolverem de forma “saudável”. A adolescente passa a ser vista como “fonte de renda” e, por isso, passível de negociação. No relato da instituição registrada no inquérito, não foi detalhada a relação da mãe para com a filha, mas citou o pai e a sua mãe como responsáveis pelas filhas:

O casal (pais da vítima) estão separados há 5 anos e tiveram duas filhas, uma de 15 cursando a 7ª série e a vítima de 11 anos, que cursa a 4ª série. As meninas residem com o pai e a avó paterna, de 50 anos. Apesar da mãe ter a guarda delas. A casa da avó paterna é própria, esta avó faz faxinas. O pai trabalha na ... e não tem companheira. A mãe vive com W (24 anos) há 2 anos e 6 meses, e com o filho dela, de 6 anos de outro relacionamento. O pai dessa criança visita o filho quinzenalmente e paga pensão 150,00. A vítima e a sua irmã visitam a mãe nos finais de semana. (Relato da Instituição, Caso 2 do material documental).

No depoimento da prima do acusado na delegacia, foi possível identificar o uso dos filhos como moeda de negociação:

A prima do acusado depõe. Não confirma as acusações. Diz que ele usa drogas, tem alto poder aquisitivo e por isso é usado pelas pessoas. Era convidado pelas crianças para ir em seus aniversários pois sabiam que ele dava presentes. As mulheres de programas iam com seus filhos pedirem ajuda do mesmo, dizendo que os filhos passavam fome. (Depoimento da prima do acusado na polícia, Caso 2 do material documental).

Aqui, foi possível visualizar a relação estabelecida pelas mães com o acusado na perspectiva de ele ser provedor das suas próprias necessidades e de sua filha. A mãe foi depositando, na filha, essa expectativa de ela gerar, no acusado, o desejo de provê-la. A expectativa de uma figura provedora nos papéis masculinos, mesmo com as grandes mudanças geradas pelos movimentos feministas, ainda é vista nas relações afetivo-sexuais estabelecidas pelas mulheres aqui estudadas. Isso não quer dizer que as mulheres, nas relações de troca financeira com os homens, ocupem sempre um lugar de submissão.

No estudo que realizei com prostitutas adultas, elas relatavam o reconhecimento dessa desigualdade em relação aos homens no que tange ao poder aquisitivo e ao investimento de suas mães para que arranjassem um homem, seja num relacionamento afetivo ou com os clientes, para provê-las (SERPA, 2009, p. 159). Contudo, isso não as faziam ficar passivas nesse processo. Numa das falas das participantes na pesquisa acima referida, ela disse: “Eu acho que tenho que tirar dinheiro dos homens, mas prefiro fazer trabalhando”. Em outras situações, relataram as suas artimanhas para conseguirem mais dinheiro dos clientes, fazendo forte apelo à sua condição de submissão, mesmo não se reconhecendo nesse lugar, fazendo uso dele apenas para obterem vantagem.

Apesar do reconhecimento de certa agência dessas mulheres no que se refere ao seu papel diante dos homens/clientes, quando incluem as suas filhas nesse processo, elas deixam de estar exercendo o seu papel materno no que se refere à questão do cuidado? Como ficam as crianças e as adolescentes quando reconhecem o forte investimento de suas mães nos seus corpos e na troca sexual deles com terceiros? Nas participantes de outra pesquisa que realizei, o sentimento de distanciamento e o pouco cuidado afetivo por parte das mães foi recorrente em seus relatos, principalmente enquanto adolescentes (SERPA, 2009). Nesse estudo citado, não foram relatados casos de negociações diretas das mães, mas de apoiarem a prática da prostituição em alguns casos pela renda recebida e por ser também esta uma atividade desempenhada por algumas dessas mães. Nesses casos, a mãe assume um papel de incentivadora e não de negociadora das filhas, como a atual pesquisa passou a identificar. Ao assumir esse lugar de negociadora, quais são os feitos disso para as filhas envolvidas? Os laços afetivos entre elas ficam enfraquecidos? As mães deixam de cumprir o seu papel social enquanto figuras que deveriam proteger sua prole?

Apesar de esta pesquisa não ter abordado diretamente as mães das adolescentes envolvidas, no material documental, foi possível acessar uma carta encontrada na casa do

acusado feita por uma das mães que frequentava a casa dele, na qual se podem identificar alguns modos de fazer essa “negociação” da filha:

Pai, Querido Carlos, a minha filha esta muito triste, ela me fez uma pergunta mãe porque o Carlos não acredita em nós eu respondi filha porque ele está cercado de pessoas que só quer o dinheiro e não amizade. Ela me fez outra pergunta o que que a filha da X tem que eu não tenho pois a X falou que ele dá coisas caras para as adolescentes se elas transam com ele. Mas a filha (dela) nunca transou com (o acusado) [...] Não quero fazer sexo ainda com ninguém independente da idade 19 anos ou 60 anos a X não está preparara para sexo e ela falou que o dia que ela fazer sexo é com uma pessoa que ela vai amar. Nós gostaríamos eu e a minha filha de ser tuas melhores amigas que você pode contar com a gente qualquer momento de sua vida principalmente quando você estiver triste. Pai (nome do acusado) te amo para sempre beijos (nome da filha). (Carta de uma mãe encontrada pela polícia na casa do acusado, Caso 2 do material documental).

Nessa carta, logo no seu início, chama atenção a referência feita pela mãe, ao acusado, de “pai” antes de chamá-lo pelo seu nome. Em uma das falas da Participante 6, houve o uso do termo pai por parte da mãe a um cliente de umas adolescentes atendidas por ela:

[...] No primeiro caso, a menina e a sua irmã foram colocadas na exploração sexual pela mãe. Depois da reportagem, ela foi para a casa do pai. A mãe colocou ela nesse lugar. A mãe chegou no Conselho Tutelar dizendo que esse cara era o pai dela. Mas, não era o pai. Era um cliente. A mãe apoiava essa relação. O educador a viu no ônibus de um jeito estranho com esse pai. A instituição foi para cima e descobriu que ele não era o pai dela. O cara disse que a amava. Hoje ela está casada com ele. Ele a banca [...]. (Entrevista com a Participante 6).

Na carta, a nomeação de “pai” suscita um possível lugar dado a Carlos, de cuidador de sua filha, quando, em sequência, cita o seu incômodo diante de um “cuidado” maior para com a filha de outra pessoa, ao dar a esta mais atenção por meio da compra de vários objetos descritos como “caros” pela mãe, fazendo, assim, forte alusão ao poder aquisitivo de Carlos. Nessa queixa, cita a insatisfação da filha por ela não entender os motivos para a atitude dele, mesmo, depois, demonstrando saber que a diferença para isso é a “transa” feita por essas meninas com o acusado. Porém, a mãe reconhece o desejo de sua filha em não fazer sexo com Carlos, mas que isso não se deve à diferença de idade entre ambos.

Como ainda não tem como negociar o sexo, o afeto da menina foi lembrado pela mãe, afeto sincero, diferente das “outras”, nomeado como um amor, como finaliza a mãe, na carta, tratando de dar destaque a esse diferencial apresentado por sua filha. No relato da Participante 6, a mãe não só incentiva a prática da exploração, como utilizava o termo “pai” para identificar o cliente de sua filha diante da rede de proteção. Mesmo quando identificado pela rede, a real função do homem em questão, a figura de “cuidador”, permaneceu quando ele decidiu casar com ela por amá-la, passando, assim, a “bancá-la”.

Como podemos observar, nessas negociações, nem sempre o sexo é a moeda de troca. No primeiro caso, a mãe negociou o afeto em troca dos bens oferecidos pelo acusado apesar de reconhecer a possível insuficiência dessa oferta para obter o que deseja. Assim, deixou como

“garantia” o sexo para quando a filha estivesse “preparada” para isso. No segundo, a mãe fortaleceu o lugar do “cliente” não só nomeando-o como pai diante da rede de proteção para garantir seu acesso a adolescente, como permitindo a sua união “marital” com ela. Desse modo, com o casamento, mantém o suporte financeiro à filha não mais pela troca sexual comercial, mas pelo “afeto”.

As negociações no mercado do sexo, como mostram os estudos feitos por Gregory (2011), Pelúcio (2011) e Maia (2011), nem sempre estão estabelecidas no parâmetro padrão sexo/dinheiro, envolvendo também relações de afeto e ajuda nessas trocas. No caso em questão, a ajuda por parte do acusado surge diante da imagem das meninas envolvidas, que tem como um dos seus marcadores, além da questão da jovialidade, a questão da pobreza. Para Piscitelli e Assis (2011), essas relações de ajuda estão pautadas em trocas assimétricas de poder, como a questão do dinheiro e bens de acesso. Nessas trocas, são estabelecidas “performances de afeto e desejo”, utilizadas para construir a crença da existência “de afetos mútuos” (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011, p. 15).

No caso aqui apresentado, o acusado assumiu o papel de “pai”, cuidador, tendo como características delimitadoras dessa assimetria tanto a sua idade como o seu poder aquisitivo. Como já mencionado na seção anterior, essa assimetria exerce um fascínio em alguns homens por lhes favorecer um lugar de poder e reconhecimento, sendo a figura da jovem e pobre uma simbolização propulsora de erotização para o universo masculino. Reconhecendo esse lugar, as mães investem nessa lógica tanto em suas filhas como nas relações delas com as figuras masculinas representantes de tal posição de poder. As mães, colocando esse homem na condição de “amigo da família”, conferem-lhe um lugar de afeto, como se essa emoção pudesse suplantar as relações de violência sexual cometida por ele.

Tais mães, ao colocarem suas filhas nessa condição, aqui estabelecida entre elas e um homem descrito ora como “drogado”, “viciado”, “pedófilo”, “rico”, parecem colocar o último atributo como o mais relevante. Os bens adquiridos por essa negociação parecem ofuscar as relações de violência estabelecidas nessa troca, até mesmo tensionando a percepção das mães envolvidas nesse caso. Talvez, possamos pensar que nem mesmo as mães consigam identificar com clareza essa relação como violência diante dos ganhos proporcionados pela relação entre um homem mais velho e a filha. Ademais, como pensar o papel das mães diante disso? Estariam elas deixando de pensar no “bem das suas filhas” e descumprindo seu papel de proteção ao agirem dessa maneira? Ainda, subvertendo essa lógica mais “tradicional” de cuidados maternos,

para essas mães, conseguir um homem provedor para a sua filha significaria protegê-la, garantindo uma vida “melhor” para ambas?

Para abordar a questão da maternidade, é necessária uma análise do contexto social, cultural e político no qual esse discurso se insere, apontando que essas concepções sofrem transformações ao longo do tempo. Por ser uma questão do feminino, tal análise também convoca uma leitura sobre esse lugar ocupado na nossa sociedade. Para Moreira e Nardi (2009), há uma valorização do papel feminino no que tange às práticas do cuidado, principalmente da maternidade, papel este idealizado e universalizado, desconsiderando, portanto, as complexidades e diversidades dos marcadores de classe, raça/etnia, gênero e cultura. O saber dos especialistas, como médicos/as e psicólogas/os, passaram a influenciar nos modos como as mães cuidam dos seus/suas filhas/os, constituindo, assim, um jeito “mais certo” de cuidado, reduzindo ou eliminando possíveis problemas passíveis de serem gerados nessa “má condução” da criação dos/as filhos/as. Em um dos livros clássicos da Psicologia do Desenvolvimento, é possível identificar tal influência quando são discutidas as condições maternas e o desenvolvimento pré-natal, mostrando o quanto o aspecto psicológico da mãe pode influenciar no desenvolvimento “saudável” da criança (COLE; COLE, 2003). Tal concepção fortalece a ideia da responsabilização da mãe para o “bem-estar” da criança, que, assim, precisa estar atenta aos seus desejos e sentimentos já que isso teria um efeito negativo para a criança se ocorresse de forma indesejada ou estressada (BURMAN, 1999). Para Dagmar Meyer (2005), tais processos se incluem no que ela nomeia como “politização da maternidade”, na qual a mãe é a responsável pela criação de seres humanos saudáveis e perfeitos e, por isso, o seu corpo, os seus sentimentos, as suas ações e capacidades passam a ser objeto de controle e vigilância.

Moreira e Nardi (2009) citam a questão do ECA como um marcador importante para as mudanças nas percepções sobre os cuidados familiares e as responsabilidades dos pais perante os seus filhos. Além disso, os autores apontam a urbanização, o modelo sociopolítico neoliberal, as conquistas do feminismo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o aumento do custo de vida como fatores significativos para as mudanças nas concepções sobre a maternidade e a família. Um dos efeitos dessas mudanças em sociedades mais industrializadas é a redução do número de filhos/as e uma “maior reflexividade” para decidir sobre escolha da maternidade, tendo, também, como um dos motivos o fortalecimento das tecnologias contraceptivas e conceptivas, conforme traz Scavone (2001, p. 55). Porém, a autora ressalta a importância de se considerar a maternidade como um fenômeno social e, portanto, não vivenciada da mesma maneira para todas as mulheres, pois é preciso levar em consideração a diversidade e a

desigualdade social, cultural, étnico-racial e de gênero. Por isso, as mudanças já apontadas sobre a maternidade não chegam da mesma maneira para todas as mulheres.

Nos casos das mães estudadas aqui, há um forte marcador de classe social, sendo as famílias enquadradas na condição de pobreza. No livro já citado sobre o desenvolvimento da criança e do/da adolescente, a condição de pobreza é um forte influenciador para o aumento do estresse dos pais, diminuindo, com isso, a sua capacidade protetiva e aumentando o comportamento agressivo para com os filhos (COLE; COLE, 2003). Com isso, não se pretende engessar a ideia de que as mães/os pais em condições de pobreza já teriam um “atestado” prévio de incompetência na prática do cuidado. Cabe, aqui, problematizar os modelos hegemônicos de cuidados a filhos/as que passaram a ser alvo de investimento, assim como uma exigência, não só no discurso técnico científico, como também das leis, como apresenta o ECA. Com isso, cria-se uma noção de “mãe infalível em tempo integral”, calcada na idealização do papel materno.

Em um dos meus primeiros contatos com as profissionais responsáveis pelo acompanhamento psicossocial das crianças e dos/das adolescentes das casas-lares sobre o caso da Jéssica e da Pâmela, um dos maiores destaques estava para a mãe por participar das negociações com o violador, padrinho de umas das suas filhas e casado com uma de suas irmãs. Segundo uma das profissionais, Jéssica era deixada com um casal conhecido pela família como “pedófilo”, que a levava para a praia e lá ocorriam as violações à menina. Além disso, Jéssica chegou a participar de relações sexuais entre a mãe e o marido, a pedido deste, em algumas ocasiões. Outra violação cometida contra Jéssica foi o estupro coletivo praticado por cinco homens, não só com o consentimento da mãe, mas negociado em dinheiro pela e para a mãe. No primeiro contato com Jéssica, a violação sexual sofrida foi mencionada:

- O que você quer me contar da tua história?
- Eu fui abusada.
- E isso aconteceu há quanto tempo?
- Quando eu era pequena.
- E quem estava envolvido?
- O meu padrasto e o meu tio.
- [silêncio]
- Me fala como era a tua família. Quantas pessoas moravam na tua casa?
- Umas 10 [...]
- E como era a sua mãe?
- Eu não gosto dela.
- Você não gosta dela? Por quê?
- Porque ela é chata
- Ela é chata... [Aqui busco apenas repetir o que ela já falou]. Como é o jeito dela?
- [silêncio]
- Como ela te tratava?
- Mal.

- Como é que era esse mal?
- Ela me batia.
- O que ela te falava desse tio e desse padrasto?
- Ela ia na casa do meu tio e na casa do meu padrasto.
- Ela ia lá e fazia o quê?
- Ficava conversando.
- O que ela falava sobre eles?

No segundo encontro, retomei a questão da família, utilizando como recurso o desenho, e voltei a perguntar de sua mãe:

- Me fala um pouco da sua mãe.
- [silêncio]
- Eu não gosto da minha mãe!
- Por quê?
- Ela me vendia.
- Ela te vendia... Pra quem?
- Pros caras
- Como é que foi isso?
- Quando eu era pequena.
- Você tinha quantos anos?
- 9 anos
- E como foi isso?
- Horrível. [A minha pergunta tinha um intuito maior de saber como foi esse processo de negociação feito pela mãe com os “caras”. Diante da sua resposta, decido voltar para a relação dela com a mãe]
- O que ela te dizia?
- Ele me chamava pra... [bocejos] e ligava para ele e ele ia me pegar em casa.
- E ela dizia o quê para você?
- Não falava nada.
- Ela te dizia o que ia acontecer?
- [silêncio]
- O que ela explicava para você?
- Nada.
- Como você sabia que eles chegavam a dar dinheiro para a sua mãe?
- Ela me mostrava.
- E quando ela te mostrava ela te dizia o quê?
- É meu. [Nessa entrevista, como na primeira, as suas falas são curtas e seguidas de muita sonolência e bocejos. Meu intuito não era cansá-la e nem fazê-la falar mais do que desejasse. Acabei em alguns momentos repetindo algumas perguntas já feitas na primeira entrevista para aprofundar e saber mais sobre a experiência de Jéssica com a sua mãe. Mesmo com frases curtas, elas foram contundentes, fortes, deixando mais clara a relação dela com a mãe e como esta realizava as negociações.] (Jéssica, 17 anos, trechos do diário de campo realizado no dia 19 de janeiro de 2016).

No primeiro encontro com Pâmela, em atividade semelhante à descrita com Jéssica, no desenho sobre a sua família, ela me disse que o seu padrinho abusou dela, com o “consentimento” da mãe, quando tinha nove anos, mesma idade do episódio de Jéssica. Já com esta, nesse seu último relato, aparece a descrição de ter sido vendida por sua mãe, mostrando, nesse caso, o teor mercadológico nos interesses de sua mãe para com ela. Além desse interesse, nessas trocas, os ganhos adquiridos eram exclusivos para a mãe, não havendo aí nenhum tipo de diálogo com a filha sobre isso e nenhum tipo de acolhimento ao sofrimento gerado dessas negociações em Jéssica.

Nesse caso, diferente dos outros aqui abordados, sobre a exploração, a brutalidade da violência sofrida retirou-lhe a sua capacidade de agência diante do ocorrido. Jéssica não recebia proteção e apoio da mãe, nem proveito do dinheiro adquirido. A sua dor não estava em jogo nem para a sua mãe e nem para os envolvidos, pessoas da sua convivência. Segundo uma das profissionais responsáveis em acompanhar o seu caso, com Jéssica, a violência sexual veio acompanhada de muita violência física. Ela sofria o estupro num quarto escuro e, depois do ato, era espancada pelo agressor, que, depois, entregava-lhe o dinheiro e o aviso para ir embora. Ela chegava a casa sem conseguir caminhar, pelas dores cometidas pela/o violência/abuso sexual, assim pela surra levada, e tal quadro não era disparador de proteção na família. Jéssica ainda tem que lidar com uma doença incômoda devido à/ao violência/abuso sexual.

Outro efeito dessa violência para Jéssica é a sua dificuldade em cuidar do seu corpo. Num dos relatos feitos pela mãe social, esta conta que Jéssica precisa de ajuda ao tomar banho por não conseguir tocar o seu corpo. Quando tive a oportunidade de conversar com ela sobre isso, ela confirmou essa informação:

- Você tem dificuldades de tocar seu corpo no banho?
- Sim.
- Por quê?
- Porque tenho medo. (Jéssica, 17 anos).

Os descuidos a Jéssica permaneceram, inclusive no dia julgamento do seu agressor. Se, por um lado, foi um processo que lhe conferiu justiça pelo ocorrido, por outro, gerou mais um episódio de violência, a da sua tia, irmã de sua mãe, na ocasião, esposa do seu agressor:

Um dia eu fui lá no juiz né, fui eu, a minha mãe, a minha avó, não, a minha avó nada. Fui eu, a minha mãe, meu tio e minha tia, a X, o Y (abusador) pro juiz. Eu fiquei frente a frente, eu e o abusador. Eu falei tudo para a juíza. Ele fez assim, me botou [parte incompreensível] de fora quando eu era pequena e ele num vai ser preso? Aí ela, acalma um pouco. Acalma. E eu me acalmei. Aí nós fomos embora e aí a minha tia puxou os meus cabelos até eu chegar em casa. E me deu pau de fivela, aí fiquei toda marcada. (Jéssica, 17 anos).

O que chama a atenção é a ausência, nesse episódio, de figuras familiares protetivas para com a menina, pois, quando ela está diante de uma situação de violência, nesse caso, tendo que relatar o caso perante seu agressor, ela não consegue despertar nenhuma solidariedade por parte da família, como podemos notar com o ocorrido após o seu depoimento. No seu relato, a tia, em um acesso de fúria pelo depoimento de Jéssica e possibilidade de prisão de seu marido, decidiu descontar na garota.

Nessa situação, não foi comentado sobre o conhecimento da tia sobre a violência sexual cometida por seu marido contra as suas sobrinhas, muito menos o fato de a própria mãe estar

envolvida nesse agenciamento da filha. Segundo Jéssica, a/o violência/abuso sexual cometido contra ela era de conhecimento de todas as pessoas de sua família:

- Mas a tua mãe sabia? [pesquisadora]
- Eu contei para a minha avó. A minha avó tava no outro lado da praia e o seu X, que morreu, eu tava dormindo e ele foi lá no quarto e vi uma mão passando em mim e eu pensei que era outra pessoa me agarrando e eu comecei a berrar [parte não compreensível]. E sabe aqueles fungos que tenho, tia [se referindo à mãe social]? Foi ele quem botou no abuso sexual
- O quê? [mãe social]
- Os fungos que tenho. Foi ele que botou.
- Que até hoje a gente luta pra... mas um dia a gente vai... tirar isso [mãe social]
- E dói um pouquinho. (Jéssica, 17 anos).

Em casos de violência/abuso sexual intrafamiliar, uma das coisas mais complexas para o seu enfrentamento é a aparente “convivência” das mulheres nesse processo com o agressor devido ao seu envolvimento afetivo com ele. Em alguns casos, é reconhecido o sofrimento das mulheres em identificar o seu parceiro ou membro da família como agressor e as possíveis mudanças geradas nas relações familiares com essa revelação (SATTLER, 2011).

Como discute Felipe (2012), para muitas mulheres, a idealização de casamento e de família é trazida como referência, mesmo quando não corresponde ao modelo real vivido, muitas vezes, calcado em contextos de violência. Em algumas situações, a busca pela manutenção desse casamento “a todo custo”, implica, muitas vezes, um preço muito caro para as filhas e filhos envolvidos por ficarem em segundo plano quando a figura agressora ganha mais poder na relação com a mãe.

Apesar de reconhecer tais aspectos, importantes na compreensão da dinâmica familiar, há alguns limites para o uso desse viés na compreensão do fenômeno aqui apresentado, uma vez que não tive contato direto com os demais membros das famílias das meninas. O que é possível analisar diante desse fato é a baixa capacidade de apoio dessas mulheres, enquanto suas familiares, ao sofrimento gerado à Jéssica e à Pâmela.

Em uma das entrevistas, a última realizada antes do encerramento das atividades na casa-lar, Pâmela falou sobre a sua mãe e seu conhecimento sobre o abuso ocorrido:

- Um dia a minha mãe me disse que três caras me abusaram de mim. Ela falou que um pegou ooo dele e colocou no meu ouvido quando eu era criança e o outro botou na minha bunda e na perereca e outro botou na minha boca.
- Quem eram essas pessoas?
- Era o meu dindo e os amigos dele [...]
- E ela te contou isso... Como ela sabe?
- Porque ela viu. [Nesse momento ela pede para que eu não conte para as meninas e muda de assunto, convidando-me para jantar, nesse dia, na casa]. (Pâmela, 11 anos)

Na narrativa de Pâmela, a mãe tinha conhecimento dos abusos ocorridos entre ela, sendo não apenas testemunha dos fatos, como também quem anunciou à Pâmela o acontecimento. O que levou à sua mãe a lhe contar e a continuar permitindo a/o violência/abuso não é uma resposta fácil. Em outro momento, Pâmela falou de ter mencionado à sua mãe o abuso ocorrido, e isso fez com que apanhasse:

[...] Eu chorei e contei para a minha mãe, aí ela me batia [...] (Pâmela, 11 anos)

Tanto na descrição de Jéssica como de Pâmela, a mãe tinha alguma participação na violência sexual ocorrida. Na minha primeira conversa com as profissionais, contaram-me sobre a proibição da mãe em realizar visitas na casa-lar por decisão judicial. Tal fato se deu porque, em uma das visitas que fez à filha, a mãe passou o seu telefone para o padrinho para que ele pudesse falar com seus/suas filhas/os durante o processo de julgamento do seu caso.

Além disso, a psicóloga descreveu uma calcinha dada à Pâmela por sua mãe como presente nos seus 10 anos, o que parecia ser um artefato de *sex shop* por conta de suas características: pequena na frente, com o símbolo do desenho animado “Piu-Piu”, um passarinho da *Walt Disney*, no formato “fio dental” atrás.

Esse fato chamou a atenção das profissionais e da mãe social, que questionaram esse teor do presente para uma criança de 10 anos. Para a mãe social, parecia que a mãe estava preparando Pâmela para assumir o lugar de Jéssica nas suas transações sexuais. Dessa forma, havia um investimento por parte dela para estimular a erotização de Pâmela por meio desse artefato, a calcinha de *sex shop*, com o objetivo, segundo as suspeitas da mãe social, de ela também se tornar um alvo de negociação sexual, como ocorrera com Jéssica. Pâmela, em alguns momentos, e Jéssica mais ainda, mencionaram a irritação que tinham em relação à mãe por não se sentirem cuidadas por ela, seja por ter sido “vendida”, como no caso de Jéssica, e, com Pâmela, por sentir a sua mãe pouco preocupada com ela quando diz:

Minha mãe não quer saber da gente, só quer saber de sair, ir para bares, ficar com amigos e ir para a praia. (Pâmela, 11 anos).

Nas minhas entrevistas, busquei entender como a mãe se envolvia no processo da “venda” de sua filha e como estabelecia as negociações com os homens em questão. Como visto, a mãe fazia isso diretamente com eles, sem mencionar ou explicar para as filhas tal processo nem considerar o desejo delas sobre isso e se tal fato lhes causava sofrimento. Além

disso, parecia não se importar nessas negociações com possíveis riscos para as suas filhas, como o estupro coletivo sofrido por Jéssica. Jéssica também mencionou, em uma de minhas visitas ao abrigo, que sua mãe saiu para a praia deixando-a sozinha na rua. Jéssica foi, então, acolhida por uma vizinha para não ficar só.

Segundo as meninas, sua mãe não conversava sobre esse assunto com elas e, como no caso de Pâmela, quando relatado sobre o abuso ocorrido, acabou sendo vítima de outra violência por parte de sua mãe, que lhe deu uma “surra”. Numa das entrevistas, Jéssica mencionou mais uma agressão cometida por sua mãe:

Um dia eu fui para a escola e a mulher estava lá e a minha mãe recebia bolsa família, né? Aí eu queria lanche para levar para o colégio. Aí ela disse, tu não vai levar lanche para o colégio, eu disse: Vê. Eu vou levar sim. Minha mãe pegou um pedaço de madeira e bateu nos meus braços, nas minhas pernas, em tudo, na minha barriga. Eu fiquei toda marcada. (Jéssica, 17 anos).

Nesse relato, Jéssica chamou sua mãe à responsabilidade – providenciar seu lanche para a escola –, mas esta se mostrou indiferente à necessidade da filha. Mesmo recebendo dinheiro da Bolsa Família, a mãe ignorou o pedido da filha e ainda a puniu por isso<sup>29</sup>. Participando do Programa, a família tem responsabilidade de cumprir as condições de manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir com os cuidados básicos de saúde (AGUIAR, 2002). Nessa perspectiva, essa renda tem como função contribuir para os cuidados dos filhos/as, talvez, por isso, Jéssica tenha mencionado o recebimento dessa renda. Além disso, sua reivindicação veio seguida de violência física, demarcando não só a impossibilidade de ter o cuidado solicitado, como também de protestá-lo quando não atendida.

Tanto nos relatos das filhas como nos das profissionais, a maior ênfase dada a sua mãe se restringia à negligência e conivência/participação na exploração sexual de suas filhas. Tais práticas estão muito longe do esperado de uma mãe “cuidadora”, “protetiva”, capaz de oferecer carinho e atenção, de acordo com as necessidades de crianças e adolescentes, protegendo-os de qualquer violência, conforme preconiza o ECA. Por outro lado, cabe dimensionar essa perspectiva quase universal de um modelo de maternidade e, portanto, de cuidado, assim como na idealização do instinto materno.

A perspectiva da maternidade como escolha “é um fenômeno moderno e contemporâneo”, confirmando-se como tal no século XX, sendo o movimento feminista um dos maiores responsáveis por essa mudança (STEVENS, 2005). Para pensar a maternidade em contextos de desigualdades sociais, é necessário considerar a forte relação das condições

---

<sup>29</sup> A Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00 mensais, cujo benefício financeiro permite o acesso a direitos sociais básicos, saúde, alimentação, educação e assistência social.

socioeconômicas e culturais de cada mulher no seu desejo em ser mãe e na valorização dos filhos em sua vida (SAVONE, 2001).

Não temos como avaliar o desejo das mulheres aqui abordadas em relação ao ser mãe nem da sua “escolha” para isso, já que nem sempre a maternidade passa por esse processo de escolha e de um possível planejamento. A maternidade pode ter vários sentidos e ser exercida de diversas formas, muitas vezes, não inclusas nessa expectativa da “boa mãe”. Porém, em casos de violência sexual, como a vivenciada por Pâmela e Jéssica, esse papel materno é fortemente tensionado.

Segundo Faleiros (2000), todas as formas de violência sexual são abusivas e violentas, cometidas por um adulto, detentor de maior poder cognitivo, afetivo, social e financeiro, que, ao realizar tal prática, rompe com noções de respeito aos direitos humanos, da condição da criança “enquanto um ser peculiar em desenvolvimento”, das normas sociais e de relações socioafetiva na família. Dentro dessa definição aqui traçada, a realidade vivenciada por Pâmela e Jéssica se aplica em toda a descrição feita sobre a violência sexual.

Como será abordado no quinto capítulo, as concepções das adolescentes sobre o corpo, a feminilidade e suas relações com o mundo foram afetadas por essas experiências. Quais seriam as possibilidades cabíveis para entender essa mãe e a sua participação nesse processo sem cair nesse engessamento da visão da “boa mãe” universal, mas sem, da mesma forma, desconsiderar os efeitos perversos de suas atitudes na vida de suas filhas?

Os poucos episódios relatados sobre a mãe mais próximos do que se espera sobre o papel de “cuidadora” é dito por Pâmela na última entrevista feita:

- O que ela fala para você? Que coisas ela te diz?

- Ah, ela falou que tem que estudar, que eu tenho que crescer, estudar, estudar, eu falei que quero ser veterinária aí ela falou tu tem que estudar... a minha mãe quando era criança ela queria ser faxineira. Ela era faxineira e aí ganhava dinheiro. (Pâmela, 11 anos).

Sobre a sua atitude para com a sua mãe, em dois momentos dessa entrevista, sinalizou o seu sentimento para com ela, quando, sobre ato de dormir, disse:

Eu dormia agarrada na minha mãe [...]. (Pâmela, 11 anos).

Em outro, sobre o que fazia com o dinheiro que ganhava do sexo feito com o seu “dindo”, disse:

[...] Daí eu pegava e juntava. Que eu tinha um cofre. Para poder comprar um presente. Para a minha mãe. Eu dei um perfume para ela e um par de meia. (Pâmela, 11 anos).

Em Pâmela, ainda foi possível acessar alguns recortes de sua história sobre a sua mãe, que não envolviam, necessariamente, situações de violência sexual. A sua lembrança de estar próxima a ela enquanto dormia e sobre a recomendação aos seus estudos mostram pequenos momentos que se “encaixam” essa relação no *script* esperado entre mãe e filha, como a troca afetiva e a preocupação com o futuro por meio dos estudos. Sobre essa questão, as profissionais que acompanham a família relatam a diferença percebida no tratamento prestado pela mãe à Jéssica e à Pâmela. Nesta última, depois dos/da abusos/violência sexual sofridos/a, a mãe passava pomada nas feridas geradas pelo ato, sendo isso entendido, por Pâmela, como um cuidado. Para Jéssica, os resquícios de cuidados familiares não lhe sobram em suas memórias, pois, na sua história, parece que eles, de fato, não existiram. Em uma das visitas da mãe à instituição responsável pelas casas-lares, ela levou presentes apenas para Pâmela, sendo inclusive o aniversário de Jéssica próximo a essa data da visita, naquela ocasião, esquecida por ela. Jéssica recorreu a uma das profissionais para que essa lembrança fosse mencionada à mãe, pois não conseguia se dirigir a ela, fazendo um esforço para ser lembrada pela mãe.

O que pode ter levado a sua mãe a ter esse procedimento com ela e sua irmã Pâmela, além de ter afetado o seu filho menor, também abusado pelo mesmo agressor, pode nos conduzir a vários caminhos, podendo ser um deles a perpetuação de algo já vivido por essa mãe. A psicóloga responsável por acompanhar as meninas na casa-lar, em uma das suas conversas comigo, mencionou a sua suspeita de que a mãe tenha sido abusada/violada sexualmente quando criança, com a participação de sua mãe, avó de Jéssica e Pâmela, esta conhecida, pela psicóloga, no seu trabalho de acompanhamento à família de Jéssica e Pâmela.

Outro aspecto colaborador para essa percepção é o relato de Jéssica sobre os abusos cometidos pelo marido de sua avó, deixando brechas, assim, para pensarmos que, se isso ocorria com ela, poderia ter ocorrido com a sua mãe. Em casos de violência/abuso sexual, estudos mostram o quanto as violências cometidas numa geração familiar incidem nas seguintes, numa dinâmica em que o poder opressor exercido pelo abusador é adotado pela mulher, nesse caso, a mãe, em relação as suas filhas/os, não conseguindo romper com esse ciclo (PENSO et al., 2009). Nos estudos realizados com crianças abusadas em suas famílias, há uma descrição do sofrimento das mães em saber da agressão ocorrida, por culpa e desamparo, por não poderem ajudar os/as suas filhas/os e por também reviverem com eles/elas essa violência passada em sua infância (LIMA; ALBERTO, 2010; AMENDOLA, 2004). Isso faz com que essas mães, muitas

vezes, neguem e tenham dificuldade de perceber tal situação ocorrida em sua casa ou próxima dela.

Tal descrição do sofrimento e desamparo vivido por essas mães diante de violência/abuso sexual ocorrido com as seus/suas filhas/os não se aproxima da experiência relatada por Pâmela e Jéssica, quando a sua mãe foi figura importante para que a violência ocorresse, sendo ela a maior negociadora com os abusadores em questão. Nas falas de Jéssica e Pâmela, não apareceu nenhum ressentimento ou arrependimento por parte dessa mãe ao ocorrido. Segundo Furniss (1993), o abuso sexual pode ter outro sentido para a família, como em casos de casais com grandes conflitos conjugais, em que o abuso contribui para que esses conflitos sejam minimizados já que a criança atenderia a um dos pais por meio do abuso sexual, sendo este um acordo implícito entre o casal, que o manteria unido, estabilizando os seus conflitos conjugais. A mãe, nesse caso, aceita e até mesmo facilita o processo para favorecer a ligação do seu companheiro a família. No caso aqui analisado, qual seria o sentido dos abusos/da violência sexual, incluindo a exploração sexual, para a mãe de Jéssica e Pâmela? Envolver a suas filhas era uma forma de obter dinheiro e poder com o agressor, nesse caso, padrinho de Pâmela e marido de sua irmã? Como se deu essa aproximação dessas famílias para o envolvimento sexual com as suas filhas?

Se a violência sexual também ocorreu com ela, como uma hipótese já mencionada, a transmissão dessa prática às suas filhas pode fazer parte da sua realidade enquanto mãe e mulher, principalmente se não houve nenhuma interdição para barrar a violência e dar-lhe possibilidades de ressignificá-la. Ensinar as suas filhas e incluí-las nessa dinâmica faz parte de sua própria pedagogia, uma pedagogia do inevitável, nesse caso, ou seja, naturalizada, em sua vida, passa a reproduzi-la com suas filhas e seu filho. Assim, vai fazendo sentido, para essa mãe, continuar estimulando as suas filhas na sua erotização, como no episódio descrito sobre a entrega de uma calcinha “fio dental” de *sex shop* para Pâmela, pelo seu aniversário, e a ligação feita por ela ao abusador de suas/seu filhas/os para que todos pudessem estabelecer contato, tudo isso ocorrido na visita monitorada pela equipe técnica, dentro do sistema de proteção institucional a seu/suas filhas/os. Mesmo com a interdição do Estado ao retirar suas filhas e seus filhos dos seus cuidados, sinalizando, assim, que o seu papel como mãe estava em suspensão, não foi impeditiva para que permanecesse nessa sua “pedagogia”.

A questão da família, o papel dos pais e o lugar da criança nem sempre foi visto da mesma forma como são concebidos na atualidade. Segundo Elisabeth Roudinesco (2003), ao discutir a ideia de família ao longo da história, mostra o quanto ela, na modernidade, passa a ser

o campo privilegiado dos afetos tanto entre o casal, unido em nome do amor, como destes para com seus filhos e filhas, que passam a ocupar um lugar de destaque na família. Os cuidados e atenção à criação de filhos, como uma responsabilidade das famílias, passam a ser algo almejado e esperado a ser praticado pelos pais. Antes, como mostra Elisabeth Badinter (1985), durante o século XVII e XVIII, na Europa, especificamente na França, a criança era vista como um estorvo para os pais e, logo após o seu nascimento, era entregue a uma ama e, com ela, permanecia, aproximadamente, cinco anos. Nesse período, os pais permaneciam ausentes desse processo com seus filhos e, muitas dessas amas, estavam em situação de pobreza e com grandes dificuldades em cuidar dessas crianças pelas precárias condições para a sua sobrevivência, como oferecer alimento e higiene “adequados”. Muitas delas morriam ou voltavam com bastantes sequelas para os pais, e tal situação, de acordo com a autora, não impedia que os pais continuassem enviando os/as seus/suas filhos/as para as amas.

É no final do século XVIII que emerge a ideia da importância do papel materno na criação dos/das filhos/as, surgindo a concepção do amor materno como algo natural e instintivo às mulheres. A exaltação desse sentimento é acompanhada da preocupação do estado com a morte de crianças na primeira etapa de sua vida, no período da amamentação, exatamente este negligenciado pela família. A criança passa a ter um valor mercadológico para o Estado diante da necessidade de mão de obra para atender as exigências do capitalismo emergente. Com isso, buscou-se convencer, por meio dos discursos de médicos, moralistas e administradores, como menciona Badinter (1985), da importância de despertar, nas mulheres, a vontade de amamentar e, mais ainda, associar essa prática com a ideia de felicidade e satisfação.

No Brasil, durante o século XIX, o aleitamento materno chamado de “mercenário” (feito por amas), passou a ser alvo de críticas no discurso médico, havendo todo um investimento da Medicina em convencer as mulheres da importância do seu papel nos cuidados aos/às filhos/as, principalmente para a redução da taxa de mortalidade infantil (RAGO, 1985). Muitas mulheres, com essa função, passaram a se sentir importantes por realizarem algo respeitável socialmente (BADINTER, 1985). Contudo, nem todas atenderam a essa demanda, encontrando dificuldade em exercê-la mesmo diante das justificativas e dos apelos propostos por formadores/as de opinião na época – como já citados, médicos, moralistas e administradores – para a maternidade como um caminho de felicidade, realização, beleza e saúde, além do econômico, tendo em vista os custos de uma ama. Surgem, então, as exigências de renúncia e sacrifício dos seus desejos em prol de sua prole, ao colocá-las como responsáveis exclusivas para um bom futuro dos/as filhos/as. Esse sacrifício aproxima a mãe do imaginário de bondade e nobreza, sendo muito

comparada a representações de santidade, como a figura da “Virgem Maria” (BADINTER, 1985; RAGO, 1985).

De acordo pesquisas feitas por Meyer (2011), a respeito dos enunciados sobre a maternidade em revistas de cunho científico, na capa de uma delas, está estampada a figura da “Virgem Maria” e o seu filho, o “menino Jesus”, mostrando o quanto ainda é atual a discussão feita por Badinter (1985) sobre esse ideal de mãe. Segundo Meyer (2011), permanece, nesses espaços midiáticos, a propagação de uma naturalização e universalização da maternidade, tendo como um dos seus pilares o “imperativo do amor e da doação” (ibid., p. 20). Se é ainda esse o preceito que incorre às mulheres na maternidade, o que fundamentará, em algumas mães, a sua dificuldade em amar e cuidar de sua prole?

Apesar de Badinter (1985) explicitar vários casos de mulheres que, em condições de pobreza, encontram dificuldades de atender a essas novas demandas maternas, seja pela necessidade de trabalhar e pelo pouco tempo disponível para cuidar dos filhos, muitas mulheres de classes mais abastardas não se sentiam impelidas a assumir esse lugar de cuidado. Nesses casos, muitas destas continuavam delegando os cuidados dos/das filhos/as a uma ama, que, naquela ocasião, passava a prestar serviço em domicílio, como, hoje, pode ser comparada ao papel de babá. Para a autora, essa seria uma forma de “trapacear” as novas demandas maternas, já que, às vistas da sociedade, essa mãe cumpria a sua função materna, mantendo os/as filhos/as em casa, porém, os cuidados continuavam sendo transferidos a outra mulher, no caso, a ama/babá. Essa ideia de “trapacear” as funções exigidas para o exercício da maternidade mostra o quanto as mulheres encontravam dificuldades ou até mesmo não desejavam seguir esse preceitos para serem “boas mães”. Todavia, diante dessas cobranças, buscavam “brechas” para, de alguma forma, burlar essas regras, como o uso de amas em suas próprias casas. Para as mulheres pobres da época, tratadas, aqui, por Badinter (1985), driblar esse sistema era mais difícil e, talvez, por isso, ficasse mais evidente o “descuido” dessas mães, o que não quer dizer que as mulheres da burguesia e aristocracia não o cometessem. Tal questão, de alguma forma, desmistifica a relação, muitas vezes, mecânica feita entre pobreza e negligência no trato das violências contra crianças.

Nos dias atuais, ainda há a crença de que a violência contra crianças e adolescente ocorra em maior número em famílias mais pobres. Fatos de violência em famílias mais abastadas costumam causar grande consternação no grande público, ganhando forte destaque

nas grandes mídias, como o caso da família Nardoni<sup>30</sup> e, um mais recente, o caso Bernardo<sup>31</sup>. Segundo Heleieth Saffioti (1989), o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, enquanto um processo de vitimização, não tem como seu maior determinante as desigualdades socioeconômicas, mas engloba as disparidades de poder marcadas pelas questões de gênero e étnico-raciais vivenciadas por mulheres. Além dessas questões, a autora coloca em destaque as diferenças de poder demarcadas nas relações entre adultos e crianças, nominada, por ela, de cultura androcêntrica. Assim, esses fatores intercalados contribuem para que os processos de vitimização de crianças em suas famílias sejam transversais e, portanto, de um caráter complexo e amplo.

Para o desenvolvimento do amor materno, as condições socioeconômicas mais favoráveis não são, assim, garantia para que ele possa emergir. Para Badinter (1985), nem sempre a recepção de uma criança ao nascer será feita por uma família empenhada em oferecer todo o possível para garantir a sua felicidade. Parece que essa expectativa, aqui, descrita, da uma família como *locus* privilegiado para o amor, o afeto e a felicidade, é constantemente tensionada quando acessamos os casos de violência contra crianças e adolescentes, como o caso de Jéssica e Pâmela. No material documental analisado nesta pesquisa, a descrição da mãe de Ângela, Caso 3, aproxima-se do lugar da negligência e incapacidade de cuidar de seus/suas filhos/as, sendo inclusive tal caso literalmente enquadrado em um “caso de polícia”, com a presença, no processo estudado, de dois registros de ocorrências policiais sobre a mãe de Ângela, enquanto esta era criança:

Na qualidade de responsável pela casa de passagem, vem a este órgão registra que esta hospedada há algum tempo no referido órgão por solicitação do conselho tutelar a Sra. Ana [mãe de Ângela] de tal, a qual esta juntamente com mais-três crianças que ela diz ser filho dela, sendo que também está parando lá sob a responsabilidade do conselho tutelar, uma menina de 03 anos de nome Y. Desde a chegada da Ana [mãe de Ângela] ela começou a complicar com essa menina Carla, lhe ameaçando de bater, proferindo palavras de baixo calão e inclusive no dia de ontem agrediu a menina com tapas no rosto. A Ana mostra-se uma pessoa desequilibrada mentalmente, efetua ameaças também contra a comunicante e contra as próprias filhas dela, alegando que não pode ser feliz na vida devido a que suas filhas lhe atrapalham, diz ainda que ira matar a todos os que estão na casa de passagem, após ira colocar fogo e sair no mundo. Registra ainda que Ana sai da casa de passagem, fica ausente por alguns dias, deixando as filhas sem proteção e quando resolve aparecer volta sem dizer aonde estava, não dando satisfação para ninguém. A comunicante teme pela sua integridade física, pela integridade das filhas de Ana [...] (Caso 3 do material documental).

Nessa descrição, a mãe demonstra ter dificuldades em cuidar das suas filhas, manifestadas nas agressões não só a elas, mas em todo o entorno institucional onde se encontrava. Essa mãe chegava a desaparecer do abrigo, ausentando-se do seu lugar de cuidadora

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-isabella-nardoni/n1596994872203.html>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>31</sup> Caso amplamente divulgado nas grandes mídias. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/caso-bernardo-boldrini/>. Acesso em: 7 ago. 2016.

das suas filhas, sendo isso um motivo de forte preocupação para a instituição. As suas dificuldades em exercer esse papel de cuidadora se maximizava na descrição da sua infelicidade quando se mencionam os obstáculos que tal posição assume em sua vida: “não pode ser feliz na vida devido a que suas filhas lhe atrapalham”. Como cita Badinter (1985), o amor materno, enquanto sentimento humano, é duvidoso, delicado e incorreto, e não está dado no feminino, como sinaliza a ideia desse amor como instinto. Por isso, muitas mulheres podem desenvolvê-lo ou não, dependendo de uma gama de aspectos vivenciados por elas em suas vidas, inseridos em uma determinada cultura e sociedade, num momento histórico específico, como discutido pela autora acima mencionada. Com a mãe de Ângela, os desafios se intensificaram, levando-a a oferecer as suas filhas para outros cuidarem, como mostra a outra ocorrência policial registrada no seu inquérito:

Informa o comunicante esta prestando um auxílio ao Conselho Tutelar desta cidade. Que o comunicante esta exercendo suas atividades no posto de fiscalização do ICMS na Vila São João, sendo que pela parte da manhã, uma senhora pedia carona na BR, com três crianças. Que após o meio-dia, um rapaz que vende sucos próximo ao posto de ICMS, avisou o comunicante que aquela mulher que pedia carona, tinha oferecido as crianças para a esposa dele. Ato continuo avisou ao conselho, que de imediato, recolheu as crianças, e o comunicante encaminhou a mulher abaixo qualificada, até esta DP. Que a mulher apresentou duas Xerox de certidões de nascimento, com visíveis sinais de adulteração, em letra de forma, grosseiramente falsificadas. Neste plantão policial, a mesma informou que esta disposta a dar suas crianças por não ter condições de criá-las. As três crianças estão no poder do Conselho Tutelar. Esta cidade, uma criança chama-se Carla de 02 anos de idade, a outra Ângela com 5 anos e Ana com 7 anos. Nada mais. Era o que havia para registrar. (Caso 3 do material documental).

Nesse relato, a mãe desiste de sustentar o seu lugar de cuidadora perante as autoridades, tais como a polícia e o CT, desistência esta já deflagrada no seu ato de dá-las para um desconhecido na rua. Ela própria parecia desejar ser uma desconhecida ao dar uma identidade alterada, burlada, talvez, por ela mesma, para não ser responsabilizada. A prática de dar os/as filhos/as, mais conhecida como abandono, não é uma prática recente, havendo registros desde o período do Brasil Colônia, quando mulheres, perante as várias dificuldades vivenciadas – como a pobreza, a condenação moral às mães solteiras e aos/às filhos/as tidos fora do casamento, o esfacelamento da família e o controle da natalidade – fizeram com que essas mulheres abdicassem de sua prole, conforme explica Venâncio (2006). Para o autor, não há uma relação direta entre o abandono e a ausência completa de cuidados por parte dessas mulheres, pois muitas, ao fazerem isso, tinham a expectativa de que um cuidado pudesse surgir de outro lugar, diferente do que elas poderiam oferecer naquele momento. Porém, analisar o lugar da criança abandonada mostra o seu desafio em sobreviver diante de um contexto de precariedade afetiva e material nos espaços institucionais e nas famílias “adotivas”.

No caso de Ângela, segundo os relatos registrados nos documentos, a sua mãe era prostituta, sendo inclusive uma referência para ela, como será abordado no quinto capítulo desta discussão, mas não se sabe se ela teve uma influência direta na vida de Ângela sobre essa questão. As dificuldades encontradas em se vincular a instituições, como serão abordadas no caso de Ângela, iniciaram muito precocemente em sua vida, como já mencionado, por meio das experiências com a sua mãe. Ser dada a outrem ou deixá-la (abandoná-la?) numa instituição pode ter sido uma vivência de cuidado inicial dolorosa para Ângela, refletindo-se nas suas dificuldades em estabelecer vínculos com as outras instituições surgidas ao longo de sua vida para “cuidar” dela, como veremos no capítulo seguinte.

No caso da mãe de Pâmela e Jéssica, as suas atitudes contrárias às expectativas do imaginário da “boa mãe” fizeram com que o sistema de proteção, aqui, envolvendo a Promotoria da Infância e da Juventude e a instituição responsável pelas casas-lares, impedisse a mãe de se aproximar de seus/suas filhas/os. Com isso, no relato das meninas, a figura da mãe vai deixando de ser mencionada com a possibilidade de reencontrá-la para viverem juntas, como acontece com as outras meninas que tive a oportunidade de acompanhar nas casas-lares. Conviver com essa ausência, no caso das pesquisadas neste estudo, não é uma tarefa fácil. Além das marcas de uma relação materna “mal sucedida”, as meninas passam a ser tuteladas pelo Estado e, assim, passíveis de serem adotadas, sem terem um espaço familiar garantido.

No caso das duas, a idade acaba sendo um impeditivo para a adoção por não ser uma faixa etária escolhida em grande parte dos casos. Em vários dos nossos encontros, Pâmela pediu para ser adotada por mim, assim como para outras mulheres de sua convivência. Jéssica, com quase 18 anos, saiu dessa condição de proteção e passou a ser responsável por si, conforme estabelece o ECA. Apesar de tais condições, o acompanhamento a essas meninas ao longo da pesquisa permitiu também analisar como elas passaram a lidar com os seus afetos, buscando outro lugar passível de existir, nem sempre possível de se furtar aos efeitos perversos de uma erotização precoce, mas que, de algum modo, foi fazendo sentido para elas diante dos recursos sociais e psicológicos disponíveis para serem mulheres.

#### 4.4 OS EFEITOS DA EROTIZAÇÃO PRECOCE E OS OUTROS USOS DA SEXUALIDADE: TENSIONANDO O CONCEITO DE EXPLORAÇÃO NA PROSTITUIÇÃO

Nesta seção, busco analisar no material estudado, como as meninas vão se apropriando desse lugar de objeto de desejo e comercialização do sexo/afeto e os efeitos disso em suas vidas. Como já apresentado na discussão teórica inicial desta pesquisa, as relações estabelecidas na prática da exploração sexual serão tensionadas por um olhar que busque abarcar os deslocamentos do poder que ora pode se manter na figura do adulto, ora pode ser “capturada” pelas crianças e pelas adolescentes ao se apropriarem desse lugar, enquanto corpo jovem, dando outros encaminhamentos para isso. Será analisado se, nesses caminhos, há escapes para além da perspectiva da violência. Nessas fugas, é possível tensionar os lugares fixos estabelecidos na relação vítima-agressor? Além disso, é possível discutir tal questão sem despotencializá-la enquanto uma violação?

No caso de Pâmela, antes de tomar conhecimento, por ela, de suas experiências, tive acesso a elas a partir dos relatos da mãe social. Ela passou a ser uma interlocutora sobre as experiências de Pâmela, de certa forma, privilegiada, pelo contato muito próximo com a menina e pelo seu tempo de permanência na casa-lar – três anos. Segundo a mãe social, as descrições detalhadas de Pâmela sobre os abusos sofridos a deixava muito triste, sendo que, por vezes, chorou ao ouvir os relatos. Essa sua reação chamou-me a atenção para um dos possíveis efeitos alcançados pela narrativa da experiência da violência sexual, que é a potência de comoção produzida em quem a ouve.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada uma das maiores violações cometidas contra esse público, sendo apontadas diversas consequências danosas ao desenvolvimento “sadio” da criança e da/o adolescente. Podem ocorrer problemas físicos e também psicológicos, tais como: dificuldades na aprendizagem, depressão, baixa autoestima, anorexia, agressão, problemas de sono, suicídio, enurese, encoprese, anorexia, bulimia (ROUYER, 1997). Trabalhar com esse tema é visto como um desafio por vários/as profissionais da área por envolver questões de âmbito afetivo-sexual e por abalar a perspectiva de uma infância protegida. A violação sexual de crianças mexe com o imaginário de uma infância “inocente”, e segundo os relatos de especialistas, uma das consequências prejudiciais dessa experiência, para a criança, consiste na perda dessa “inocência” ou por colocá-la em risco, como sugere o título de um livro sobre o tema *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças*,

*pornografia infantil e pedofilia na internet* (ABRANET, 1999). Tal fato faz com que profissionais, ao tratarem dessa questão, vivenciem uma ambiguidade de sentimentos, como indignação, medo, angústia, tristeza, desamparo e impotência (NOGUEIRA; DE SÁ, 2004).

Com a experiência da violação sexual, a criança passa a acessar um mundo que ainda não estava preparada para vivenciar nos seus aspectos físicos e psíquicos, sendo exigido dela uma resposta ainda não conhecida e desenvolvida em seu repertório. Se a experiência sexual é esperada para a “fase da adolescência”, os relatos de violência/abuso na infância causam uma grande comoção, de modo que ouvi-las descrever em detalhes as experiências sofridas no ambiente familiar põe em xeque a própria ideia de família, maternidade e paternidade e suas práticas de cuidado. Parece que Pâmela, no decorrer do seu processo de inserção no sistema de proteção, passou a se dar conta do quanto a sua narrativa sobre essas violações podem dar outro espaço de pertencimento a ela, o da proteção não ocorrida quando sofreu o violência/abuso sexual.

Em outra conversa com a mãe social sobre Pâmela, ela, por mais de uma vez, mencionou o comportamento da menina em relatar as suas experiências sexuais para as pessoas, muitas delas desconhecidas, nos locais que frequentava. Uma vez, um dos cobradores do ônibus do qual Pâmela fazia uso foi até a casa-lar conversar com a mãe social, preocupado com o conteúdo da fala de Pâmela, que descrevia as cenas sexuais vivenciadas na situação de violência/abuso sexual. Isso fez com que a mãe social conversasse várias vezes com ela para que isso não fosse feito, por expor a sua situação as outras pessoas. Contudo, não seria mesmo este o seu desejo: revelar às pessoas o que lhe havia ocorrido? A autora Dusty Miller (1994), em sua experiência de atendimento a vítimas de abuso sexual intrafamiliar, mostra que contar a violência sofrida faz com que a vítima estabeleça conexões com quem a ouve, saindo do silêncio e possível sofrimento gerado por esta violência. Além disso, com o seu relato, pode alcançar proteção e apoio, algo não obtido quando a violência ocorreu. Tal procedimento é descrito, pela autora, no processo chamado de “revelação do segredo”, quando, em casos de abuso sexual, principalmente intrafamiliar, a vítima consegue expressar a violência sofrida, guardada, muitas vezes, por muito tempo. Essa dificuldade em relatar o ocorrido pode se dar pelas ameaças do agressor caso isso ocorra, medo de desestabilizar a família, sentimentos de culpa e receio de não ser compreendida (FRUNISS, 1984; THOUVENIN, 1997). No caso de Pâmela, o ato de contar repetidas vezes a diferentes pessoas ganha uma conotação diferenciada por ela não se encontrar mais nessa fase da “revelação do segredo”, inclusive já tendo o seu

caso julgado na Justiça, com a condenação do acusado, seu padrinho. O que espera alcançar, então, quando expõe a sua história para as pessoas à sua volta?

As meninas/jovens podem aprender, ao longo de suas vidas, que suas experiências lhes dão certo lugar no contexto onde vivem e, de alguma forma, esse lugar lhes confere visibilidade, certo reconhecimento perante o outro de que foi vítima de uma violência “condenável” e, por isso, merece uma atenção “diferenciada”. Esse fato também pôde ser visto na minha conversa com a promotora responsável por casos de violência contra crianças e adolescentes em Porto Alegre, quando ela mencionou sobre o maior destaque das violências sexuais nos processos judiciais. Por conta disso, as famílias passam a reconhecer tal visibilidade e, assim, em muito dos casos de violência contra as crianças consta a questão sexual mesmo quando ela não ocorreu, como uma forma de o processo ter uma atenção mais rápida da Justiça. Tal questão é abordada por Cecília Coimbra (2002) quando menciona a visibilidade nas grandes mídias, encontros e seminários de profissionais, campanhas para a questão da violência doméstica, sendo uma delas contra crianças e adolescentes. Em contrapartida, questiona a invisibilidade sobre a violência cometida pelos agentes do Estado em espaços institucionais. Para ela, há uma “privatização” da violência quando a enfatiza no âmbito doméstico, tornando-a, assim, um problema de ordem familiar, da intimidade e psicologizado, retirando o seu caráter político e social. Dessa forma, se a questão da violência, ao ser nomeada como doméstica, sinaliza a importância de pensar esse espaço, antes tido como protegido, produtor de agressões principalmente contra mulheres, crianças e adolescentes, por outro lado pode enfraquecer a discussão desse fenômeno enquanto resultado de uma violência social, política e cultural. Desse modo, as famílias passam a reconhecer o impacto dessa questão, assim como as crianças e os/as adolescentes envolvidos/as e, com isso, buscam fazer outros usos, muitos deles que tragam algum outro retorno, como maior atenção da Justiça, do Estado, como mencionado, ou das pessoas em seu entorno, como no caso das adolescentes estudadas.

Um dos efeitos nas meninas desse investimento sexual precoce em sua vida é o recorrente uso da erotização para lidar com as figuras masculinas como forma de receber afeto e reconhecimento. Na minha conversa com o Participante 5, na sua experiência com meninas em situação de exploração sexual, ele passou por várias situações em que se viu diante de estratégias de sedução por parte delas:

Num momento de nossa conversa, um dos mais importantes, ele relata sobre a sexualidade das meninas que para ele é muito erotizada. Lembra-se de um educador, mais novo, “bem tratado e cheiroso” que despertava nelas desejo e elas o “provocavam”. Segue descrevendo que muitas dessas meninas eram bonitas, mostrando por um lado o seu reconhecimento sobre a presença dessas meninas pela sua aparência corporal, assim como ganha destaque o jeito delas tratarem os homens na instituição, descrito como “provocativo”, sendo para ele uma consequência da

vivência delas com homens que almejavam esse comportamento erotizado delas. E assim, para ele, o educador precisava dar um outro limite, uma outra relação, mas com um outro olhar, o de cuidado. Elas queriam seduzir, tirar vantagem sexual. Elas olhavam com um “olhar fatal”. Uma vez, uma delas ao lhe pedir um copo de água, aproveitou para segurar a sua mão de forma sensualizada. Ao sair do banheiro, muitas delas abriam a toalha na sua frente. Isso o fazia ter muito cuidado para evitar tais situações como não estar próximo dos quartos nesse momento, apesar de reconhecer a dificuldade que esse lugar lhe impõe. As meninas apelavam para sentar no colo, dar um beijo na boca quando iam dar beijo no rosto, abraçar e se “esfregar” no educador. Para ele, isso exige do educador um jeito de lidar com meninas com esse perfil. “Como lidar com isso?”. Se ele se choca, ela percebe que mexeu com ele. E se não mexe é por que não as valoriza. Ele retoma a ideia dessa prática como um desafio para os educadores do sexo masculino. (Trecho do diário de campo, registrado em 22 de outubro de 2015).

Tal relato se faz relevante por abordar uma perspectiva masculina sobre as meninas, fora da condição até então tratada, aqui, em contexto de violência sexual. Nesse caso, o educador, no lugar de cuidador, encontrava dificuldades em se relacionar com elas de outro modo que não fosse a partir do apelo das meninas para a erotização. O reconhecimento do seu corpo enquanto um instrumento de sedução e a necessidade de “capturar” o olhar masculino para legitimá-lo são retomados nessa relação descrita com o educador, figura não só representativa da masculinidade, como também de destaque pela função desempenhada na instituição. O educador se sentia testado em sua masculinidade pelas meninas, estas apropriadas de sua capacidade de sedução enquanto mulheres jovens e conhecedoras da cultura heteronormativa masculina, a qual estabelece uma sexualidade quase que em prontidão a atender as demandas sexuais. Para essas meninas, a negação por parte do homem ao apelo sexual provocado por elas pode causar estranhamento diante das experiências trazidas nas violações sofridas. Se os pais, irmãos, tios e padrinhos, figuras esperadas para a proteção, não são capazes de conter o seu desejo sexual, quais dos demais homens o faria?

Como descrito pelo Participante 5, as dificuldades das meninas em reconhecer a atenção e o afeto sem transitar pelo terreno do sexo fazem com que esses dois elementos se cruzem, sendo difícil para elas estabelecerem essa distinção. Na descrição no prefácio de seu livro, Furniss (1993) conta uma das suas experiências em atendimento com uma menina de 18 anos, que, ao descrever a experiência sexual com o pai dela quando ela era criança, produziu nele uma ereção. Tal reação lhe causou consternação, fazendo com que procurasse seu consultor para falar a respeito disso. Nessa conversa, este lhe respondeu:

Tudo bem, Tilman, você teve a sua ereção. É isso que Jane está provocando em você. Você captou a mensagem, e isso é bom. Só não aja. Quando Jane era pequena e queria carinho de seu pai, ela recebeu sexo. Agora ela lhe traz sexo, mas o que ela quer de você é carinho. (FURNISS, 1993, p. 2).

A partir dessa experiência, ele retrata ter aprendido a entender o conflito das mulheres, por ele atendidas, entre abuso sexual e cuidado emocional. Num dos casos descritos por

Verardo, Reis e Vieira (1999), a menina, na expectativa de receber proteção do seu padrasto, acabou obtendo um amor erotizado em vez do “amor-afeto”. Para as autoras, a experiência sexual na/no violência/abuso sexual produz rupturas na base afetiva da criança pela não distinção entre esses dois afetos, importantes para o desenvolvimento de uma sexualidade “saudável”. Ao estarem vinculadas a esse afeto erotizado, torna-se importante conhecer como essas meninas vão construindo a sua subjetividade a partir das experiências surgidas nas suas buscas por atenção e “carinho”.

Com as meninas estudadas, foi possível observar um dos efeitos desse processo de erotização, discutido nas seções anteriores, quanto ao uso da erotização como forma de se colocar no mundo. No caso de Laura, a erotização era uma das suas marcas nas descrições das profissionais. Segundo a psicóloga e a mãe social, no início da sua chegada à casa-lar, foi necessário mudar a composição dos alimentos no momento da ceia devido ao seu comportamento de erotizar, simulando estar fazendo sexo oral quando comia alguns alimentos, como pepino e linguiça. Isso causava desconforto nos pais sociais, principalmente pela presença de crianças no espaço. Em outra ocasião, segundo a mãe social, Laura permitiu que um dos meninos da casa-lar localizada ao lado passasse a mão no seu corpo no espaço da sala quando estavam assistindo à televisão. Segundo a mãe social, esse menino foi até a casa sabendo do comportamento de Laura, “namoradeira” e mais receptiva aos contatos sexuais. Na descrição da mãe social, a menina ficou “imóvel” diante das investidas do menino, sendo, por isso, difícil perceber a situação, depois, descrita pelos demais da casa. O sexo, para Laura, tornou-se uma fonte de prazer e afeto, maximizada nas relações com os meninos, seus pares, o que também era uma fonte de muita tristeza quando não correspondida. Acompanhadas do seu investimento para obter sexo, muitas vezes, descrito, pelos profissionais, como insistente com alguns meninos da casa-lar, vinham as cartas românticas e o desejo de enamoramento. Porém, em minhas conversas com Laura e Pâmela, nos grupos, Laura dizia gostar de um dos meninos da casa-lar, irmão de Pâmela, mas afirmava não ser correspondida por ele e dizia isso com uma maneira firme, parecendo não duvidar nem ter alguma expectativa de que isso fosse mudar. Contudo, segundo as profissionais e as mães sociais, o seu apelo maior estava na insistência pelo sexo com os meninos até que, em algum momento, eles “cedessem”. Com um dos meninos da casa-lar, segundo a psicóloga, Laura, quando não correspondida, reagia: “Vem me comer. Se não vou dizer para todo mundo que tu é viado”. Tal reação parecia ter como desígnio não deixar escapar nenhuma possibilidade de negação por parte desse outro ao apelar dele seu *script* masculino heteronormativo, *script* este tão bem ensinado a ela desde a sua infância nos seus processos de

se constituir mulher. Laura nunca comentou sobre essa sua estratégia com os meninos, mas, pelos depoimentos obtidos, a relação, antes descrita, sobre as vítimas de violência/abuso sexual ao almejam o sexo para obter alguma afetividade pode ser encontrada nessas relações descritas sobre Laura.

Na dificuldade em obter afeto com os meninos dos quais gostava, Laura direcionava o seu desejo para o sexo, passível de ser obtido com a sua insistência. Durante todo o tempo em que a acompanhei, Laura não me descreveu a experiência de namorar alguém, apesar de, muitas vezes, ter mencionado o seu interesse para isso com o irmão de Pâmela. O comportamento erotizado de Laura se voltava para os meninos, seus pares, não tendo o mesmo comportamento com as figuras masculinas adultas na casa-lar, como os pais sociais, conforme apontado pelas profissionais. Tal fato pode estar relacionado com as situações de violação sofridas por Laura, cometidas por seu irmão, pouco mais velho, com 18 anos na época, uma diferença de quatro anos. Apesar de nunca ter ouvido de Laura uma descrição mais detalhada de suas experiências sexuais, como apresentei no método, Laura mencionava a/o violência/abuso sexual com a seguinte descrição: “Ele se passou comigo”. Quando perguntei o que significava esse se “passar”, respondeu: “Ele queria ficar comigo”. Segundo a psicóloga que lhe acompanhava nas casas-lares, numa das cenas dos/das abusos/violências cometida pelo irmão, Laura sentia muito prazer sexual, sendo interrompido com a chegada da mãe na casa. Já no abrigo, em conversa com a equipe técnica responsável por Laura sobre a escola, uma das professoras conhecia o seu irmão e, ao mencionar sobre ele para ela, relatou o seu “brilho nos olhos”. Segundo as técnicas, ela sentia muita saudade dele, o que pode explicar a forte relação estabelecida por Laura entre afeto e sexo, sendo o sexo uma forma afetiva de ser reconhecida pelo outro.

Um dos possíveis efeitos perverso dessa relação estabelecida na/no violência/abuso sexual é apontado por Miller (1994) ao discutir sobre o comportamento da pessoa “abusiva”, que, quando comete a violência, não estabelece “qualquer conscientização empática sobre a experiência pela vítima” (p. 190). Dessa forma, mesmo sendo entendido pela criança como um possível afeto, o abusador estaria focado no seu desejo, não levando em consideração os efeitos de sua prática na criança envolvida. Não temos como aprofundar o papel do irmão de Laura, pelos limites do seu relato, mas os efeitos dessa relação em sua afetividade e sexualidade são marcantes. Retomando as discussões de Miller (ibid.), numa leitura psicanalítica sobre o abuso sexual, a figura abusiva é internalizada, pela criança, como parte do seu eu psíquico tanto no papel de agressor como de seu “amante”. Dessa forma, essa relação passa a ser representativa para os relacionamentos afetivos estabelecidos pela vítima a partir de então. Essas meninas,

erotizadas precocemente, passam a fazer uso dessa experiência como forma de lidar com o outro, sendo, uma das possibilidades, a prostituição.

Laura nunca mencionou a sua experiência com o sexo comercial, mas esse fato foi descrito pelas profissionais. Assim, a prática da exploração sexual, além de possibilitar sexo, fornece reconhecimento e pertencimento, como já apontado na primeira parte desta seção. Além disso, em alguns casos, dentro dessa prática, algumas meninas e alguns meninos se reconhecem como “agenciadores/as” das outras meninas, vendo a possibilidade de ganho e reconhecimento pelo oferecimento de outrem. Segundo o relato da Participante 6, ao mencionar sobre alguns dos casos atendidos por ela:

Elas vinham aqui para pegar carne nova. 200 a 100 reais para uma carne nova. Ela levou duas meninas. (Participante 6).

Dessa forma, a menina não só se apropriava dessa lógica já discutida sobre a erotização do corpo jovem e das possibilidades de ganho com ele no mercado do sexo, como também passava a “convencer” outras para isso, como forma de lucrar com a prática sexual de outras meninas. Tal fato também foi abordado pela Participante 2 sobre um dos casos acompanhados por ela:

“Eu tô me prostituindo”, elas diziam eu tô me prostituindo, e inclusive tinha uma menina de 11 anos, que ela, ela era agenciadora das outras meninas. Onze anos... Ela tinha uma rede de taxistas que usufruía dessas meninas, e na época ela ganhava 10 reais por cada menina, mas ela também já tinha passado por aquele processo, com onze anos ela já tinha sido, também explorada, né? Mas ela estava nas duas frentes, tanto tava sendo explorada, como também, facilitava para as amigas dela, quando queriam dinheiro, alguma coisa ... “ah, vai lá”. (Participante 2).

As estratégias utilizadas para persuadir podem ser vista no Caso 3 do material documental. O presente caso terá maiores análises no próximo capítulo desta tese. Aqui, será apresentado o registro de uma carta feita por Ângela e encontrada em um dos abrigos onde estava na época, intitulada *plano de fuga*:

1º plano: teremos que arrumar as roupas e um dia antes jogá-la para o outro lado do muro. Depois de jogá-las teremos que escondê-las em lugar seguro. 2º plano: No 2º plano teremos que passar o natal no abrigo e só de noite que iremos embora sem ninguém perceber. Teremos que sair pelo lado de fora, pulando o muro do portão. 3º plano: teremos que roubar dinheiro das tias, no máximo R\$12,00 reais. Á teremos que pegar cigarro e roubar roupas e sapatos das gurias, pulseiras etc. 4º plano: Teremos que ligar para o DI um amigo meu que vai nos levar do abrigo para casa ou apartamento. 5º plano: Irei levar minha companheira ao shopping para conhecer o shopping e os lindões (\*a parte seguinte ficou ilegível) Gatos, segurança. 6º plano: Não podemos deixar os policiais no ver. 7º plano: Não podemos dizer a ninguém que estamos fugindo do abrigo. Só para o DI. 8º P.: Não podemos falar todos os dias no mesmo resinto. 9º P.: Não podemos dar muita confiança para os gerentes do shopping. Muito arriscado. E nem pro MEU NAMORADO. 10º P.: Se o DI querer ficar com a gente, teremos que deixar pois ele estará nos dando ROUPAS, DINHEIRO E COMIDA. 11ºP.: Não vamos poder deixar ou perder esta lista de regras. 12ºP.: Não podemos deixar nenhum rastro nosso para eles não desconfiar. 13ºP.: Não podemos deixa de esquecer de escrever um bilhete para eles. Mas não podemos colocar no bilhete o lugar que fomos. 14ºP.: O dia de folga será de noite de natal, antes das 9:30. 15ºP.: Uma não deverá se separar da outra para não se perder. 16ºP.: Nós iremos

conhecer também a praça enorme de POA em frente ao shopping Praia de Belas. 17ºP.: Nós também iremos conhecer o CITY PARK. 18ºP.: Se tudo der certo, nós podemos pedir ao DI para nos levar a praia de Tramandaí e andar de navio. 19ºP.: E melhor de tudo é que a gente não vai estudar e acordar na hora que queremos. 20ºP.: E quando chegarmos ao hotel vamos tomar banho e se arrumar e ir para o salão de beleza fazer as unhas e cabelos, maquiagem. 21ºP.: Depois do salão vamos para o shopping pois vamos estar com as unhas e cabelos e maquiagem feitas todas só prontas para beijar. 22ºP.: Depois que estivermos no shopping vamos fazer umas comprinhas básicas só de roupas e calçados para fazer as maquiagens que vamos encher as sacolas. 23ºP.: Depois de tudo isso vamos para o hotel tomar banho e jantar no restaurante e cair na cama assistir TV tomando “chapani”. 24ºP.: Quando acordarmos vai ser outro dia de comprinhas básicas. (Caso3 do material documental).

Esse foi um dos poucos materiais construídos pela própria autora em questão, Ângela, podendo atender, de algum modo, a ênfase dada por algumas pesquisadoras, como Landini (2011) e Montgomery (1998), para a importância de analisar a exploração sexual a partir das próprias protagonistas da história, atentando para que possam ser ouvidas sem o viés moralizante nem a partir de categorias homogêneas, como se a prática da prostituição fosse realizada da mesma forma em seus diversos contextos.

De acordo com Ennew (2008), a imagem da criança escravizada, em prostíbulos, abarca apenas uma parte das diversas formas de se envolver com tal realidade. Aqui no Brasil, um dos filmes marcantes dessa prática, *Anjos do Sol*<sup>32</sup>, trouxe, para a tela, a realidade de meninas na Região do Norte do país, vendidas pelos pais e obrigadas a viverem em condições insalubres, sem autonomia, obrigadas a fazer sexo várias vezes ao dia e sob uma extrema vigilância punitiva. Tais práticas, enquadradas na modalidade do tráfico humano, pela gravidade da situação no que tange à dignidade humana ao restringir o princípio da liberdade e do direito de ir e vir, é considerada uma modalidade de escravidão moderna (OLIVEIRA, 2007).

Outro filme, *Sonhos Roubados*<sup>33</sup>, inspirado no livro de Trindade (2005), *Meninas da esquina*, aborda a prática da prostituição em contexto urbano, onde as meninas moram com seus parentes e fazem tal prática em alguns momentos de sua vida, não sendo esta a única questão a ser enfatizada em suas histórias. No filme, na busca por conseguirem a sua autonomia, incluindo o direito de consumir, realizam alguns programas, quando assim desejam, com os clientes com quem escolhem estar. Em algumas cenas, mostram o contexto divertido de estar em destaque quando têm a atenção dos homens na busca pela sedução dos clientes ou quando estão juntas, curtindo a presença uma da outra. Esse filme, portanto, retrata a prática da prostituição sem focar apenas os aspectos abusivos e degradantes das crianças e adolescentes envolvidas, mas o seu cotidiano, que não se restringe apenas à prostituição.

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cZZ2sKZ1Agk>>. Acesso em: 26 maio 2016.

<sup>33</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=G8QJm\\_-Jg4](https://www.youtube.com/watch?v=G8QJm_-Jg4)>. Acesso em: 26 maio 2016.

No livro, Trindade (2005) faz referência à exploração sexual, como mostra o título. Em seu prefácio, faz um apelo às problemáticas referentes a esta realidade, gerando uma expectativa nas leitoras de que tal prática é fruto de um esforço dessas meninas para sobreviver às precariedades financeiras e afetivas em sua vida. Essa perspectiva da prostituição enquanto resultado de um sacrifício acaba por gerar mais “conforto”, como afirma Rago (1991), para o que se espera do *script* moralista sobre a sexualidade feminina. Ao longo da leitura sobre os diários feitos pelas meninas, no livro de Trindade (2005), os seus dramas não se fixam na prática do sexo comercial em si, mas apontam mais para a questão dos conflitos com as suas famílias, a busca por aceitação e afeto, as dores e os sabores pela busca de um “grande amor”, os maus usos das drogas e o envolvimento com o tráfico, nem sempre atrelados à prática da exploração sexual. Tal prática acaba sendo algo à parte diante de toda a riqueza de situações vivenciadas por essas meninas nas periferias do Rio de Janeiro, regadas de dificuldades, desafios, mas também de muitas alegrias e prazeres.

Montgomery (1998), em seu estudo, discute a dificuldade de algumas pesquisas abordarem esse tema sem o viés sensacionalista e de uma abominação moral. Para ela, retratar a prostituição dessa forma atende muito mais as expectativas de alguns/as ativistas, mídia e ONGS do que propriamente produz alguma mudança na situação de prostituição. No segundo filme retratado, *Sonhos Roubados*, as meninas apesar de passarem dificuldades por estarem em um contexto socioeconômico desfavorecido, de negligência afetiva familiar, desigualdade de gênero, buscam outras formas de se reinventar, inclusive na prática da prostituição.

Claudia Fonseca (2000), nas suas pesquisas com grupos populares, problematiza os olhares acadêmicos sobre a pobreza por estarem calcados em perspectivas que ora os vitimizam, ora os condenam. Para ela, a busca pela alteridade nas pesquisas sobre esse grupo demanda conhecê-los nas suas diferenças, estas surgidas no seu próprio cotidiano como formas de ver e estar no mundo. Para Nabozny (2013), diante do contexto das perversidades vividas por essas meninas, serem “exploradas sexualmente” pode não ser, para elas, a mais difícil das experiências vivenciadas, como se espera nos estudos sobre esse tema. Para o autor, tal realidade, talvez, seja uma das poucas estratégias de resistência dessas meninas aos processos de exclusão conferidos aos contextos de pobreza.

Uma das personagens do filme já mencionado, *Sonhos Roubados*, a mais nova, é vítima de violência/abuso sexual por seu tio, responsável por sua criação junto com a sua tia. Numa das cenas com o seu tio, já conhecedora da possibilidade de ganhar dinheiro com a prática do sexo por meio de suas amigas, também protagonistas do filme, decide mudar a situação e exige:

“Se me quiser vai ter que pagar. Você tem meu número. É só me ligar”. Diz isso com voz firme, impositiva e sai de cena, deixando seu tio sozinho em seu quarto. Dessa forma, sinaliza que não aceitará mais o abuso, inclusive dentro do espaço doméstico, mas reivindica o sexo pago, acessado não mais na sua intimidade, no seu quarto, mas por telefone, quando ela decidir atender. Um ironia, nesse fato, é a referência ao telefone, dado de presente por esse tio como estratégia de sedução para o abuso sexual e que agora passa a ter outra função nessa história.

Retomando o caso de Ângela (Caso 3 do material documental), também vítima de violência/abuso sexual por seu pai, além de outras violências, como negligência e abandono familiar – retratado na outra seção referente ao papel materno –, a prática do sexo pago, como mostrado na sua carta, não é vista, por si, como uma ação degradante ou negativa para a sua vida. Pelo contrário, passa bem longe disso. Nesse caso, essa prática serve como meio para acessar o mundo do consumo tão propagando nas grandes mídias, como fortes marcadores sociais, como *shopping*, champanhe, navio, restaurantes, roupas, maquiagem, citados, por ela, em sua carta. Esse acesso, com traços de glamourização, corresponde muito à realidade propagada das garotas de programa, como já discutido no início sobre Bruna Sufistinha e Lola Benvenuti, que com o dinheiro da prostituição, sentem-se empoderadas pelo poder de consumo e pela autonomia adquiridos nessa prática.

Tal possibilidade pode exercer um fascínio para as adolescentes, sendo, portanto, complexo trabalhar, nesses casos, com a perspectiva da exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil ou como uma prática em que as meninas e os meninos vendem a sua sexualidade, seu corpo e sua dignidade, como visto em algumas definições sobre a temática. Segundo Landini (2011), para muitas meninas, o sexo é uma via para conseguirem ganhos materiais, como dinheiro, presentes e benefícios, sendo, por isso, a prática do sexo comercial descrita como algo corriqueiro. Desse modo, para a autora, a expressão exploração sexual é negada por muitas meninas, pois elas se percebem no lugar de explorar e não de ser explorada, quando cobram, roubam e enganam os seus clientes. O dinheiro e todo o seu entorno é mais importante do que o sexo e o amor. Numa das falas da Participante 6, sobre as meninas atendidas, muitas delas faziam referência aos clientes como “esses trouxas que pagam por sexo”. Para ela, as meninas tinham “desprezo” por esses homens, dando a entender, em alguns casos, como uma forma de reagir a alguma violência sofrida por homens na sua infância, como a/o violência/abuso sexual. Outra maneira da menina se perceber nesse lugar de prática sexual comercial é vista em outra fala da Participante 6:

A menina vai ali consumir algo, faz o sexo e adquire o dinheiro. Cansei de ouvir as meninas dizerem: “Lavou tá novo.”, “Se vai transar de graça, por que não cobrar?”.

Segundo o estudo de Montgomery (1998), as crianças buscam estratégias para “racionalizar” a sua prática de uma maneira mais coerente com o sistema de normas e ética, sem, assim, abalar os seus princípios de humanidade nem suas virtudes, como ao explicarem o ganho do dinheiro para ajudar suas famílias. Na situação apresentada pela Participante 6, as meninas procuram mostrar certo desapego com a ideia do sexo sem amor, até mesmo provocando, com o “Lavou, tá novo”, concepções comuns de que o sexo, nessas condições, deixaria marcas em seu corpo e na sua subjetividade. Além disso, o dinheiro viria como bônus dentro de uma prática sexual já realizada por elas, sendo também uma provocação à imagem mais “dócil” de uma mulher que necessita de romance para legalizar a sua prática sexual. No material documental, Ângela situa, a suas colegas, o papel que o “DI”, código para o seu agenciador-cliente, terá na sua intensa programação, que é de fornecer o dinheiro, além de levá-las para alguns lugares, como praia e passeio de navio. Em troca, elas devem aceitar “ficar” com ele, sendo aí clara a sua intencionalidade e consciência dos lugares que ocupam e decidem estar. Nas discussões realizadas por Julia Davidson e Jackeline Taylor (2007), nessas experiências propiciadas na prostituição, há o ganho material com marcadores significativos de sucesso numa sociedade de consumo, como roupas, joias, relógios, além do acesso ao modo de vida do cliente, diferente do seu, como frequentar estabelecimentos comerciais de maior poder aquisitivo. Essa é uma perspectiva que desacomoda o lugar mais tradicional de crianças e adolescentes enquanto vítimas passivas desse processo. Com crianças e adolescentes, pela compreensão de estarem numa condição peculiar de desenvolvimento, há uma tendência de não levarem em consideração a sua potência de escolha e de autonomia. Montgomery (1998) questiona as concepções que colocam as crianças num lugar de pouca capacidade de decisão e controle sobre suas vidas e o baixo reconhecimento de suas próprias estratégias para lidar com isso. No seu estudo, as crianças e as famílias não nomeiam a prática realizada como prostituição nem os homens envolvidos como clientes. Esses homens são “amigos” e ajudam a família nas suas necessidades de sobrevivência.

Essa concepção citada também é apontada por Davidson e Taylor (2007) quando discutem, no turismo sexual, a visão de muitas mulheres e homens envolvidas/os nessa prática como uma “estratégia eficaz de sobrevivência” diante de outras oportunidades surgidas no mercado de trabalho (p. 130). Por isso, elas abordam, no seu estudo, a pouca percepção dessa prática enquanto exploração sexual ou violência por parte das pessoas envolvidas nela,

incluindo crianças e adolescentes. No estudo de Montgomery (1998), para as crianças, elas contribuem para os pais e, por isso, sentem-se bem nessa condição de ajuda, sendo, por isso, visto como uma conduta de lealdade por parte delas em ajudar a sua família. Ao discutir essa questão, não queremos eliminar a perspectiva de que elas estejam amarradas a uma prática de violência apesar de sua capacidade de agência apresentada ao transitarem nas negociações sobre seu corpo. A violência tem diversas maneiras de se inserir no universo feminino mesmo quando não está incluída nas práticas do sexo comercial, como a prostituição, como mostram as discussões sobre a “cultura do estupro”. O desafio proposto nessa perspectiva aqui apresentada, sobre a exploração sexual, está em se ter um olhar que não se fixe em apenas um aspecto do fenômeno nem se acomode numa demarcação já dada de que a maior violação ocorrida com essas meninas esteja na prática comercial do sexo em si. A escuta dessas meninas exige uma análise complexa de como vai se constituindo a trama das violências vividas que oram podem estar situadas nas experiências com a exploração sexual, ora podem estar nas relações com as figuras afetivas próximas em outros contextos, como a escola e na comunidade onde vivem. Nessas tramas, faz-se necessário reconhecer as próprias estratégias delas em resistirem às dificuldades enfrentadas, possibilitando-lhes dar o “tom” daquilo que, para elas, é visto como violência. Nos casos envolvendo a prostituição, principalmente na exploração sexual, os dilemas envolvendo a sexualidade feminina e suas possibilidades de existência em práticas de sexo comercial tornam difícil a possibilidade de ver, nessas mulheres, narrativas sobre a prostituição que não correspondam à expectativa de ser algo negativo, a ser evitado.

Retomando a discussão feita sobre o filme *Sonhos Roubados*, em uma das resenhas publicizadas em um *site*<sup>34</sup>, o resenhista detalha a vida da personagem, suas aventuras e a forma como se apropria do seu corpo e da sua sensualidade para buscar a sua felicidade, sendo a prática da prostituição a última coisa a ser mencionada por ele. Inclusive, ele menciona o não reconhecimento da personagem sobre esse modo de exercer o seu corpo e a sua sexualidade enquanto prostituição quando diz: “sabe usar o corpo e não vê qualquer problema em se prostituir. Aliás, sequer acredita que o que faz é prostituição”. Segundo Montgomery (1998), o fato de as crianças, em seu estudo, não terem consciência sobre a sua prática enquanto prostituição não diminui a sua capacidade em entender e se apropriar dessa realidade, ou seja, elas desenvolvem a sua agência nesse processo, o que pode favorecer a sua autonomia perante

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://omelete.uol.com.br/filmes/criticas/sonhos-roubados/?key=47451>>. Acesso em: 26 maio 2016.

essa realidade. O Participante 5 fez uma distinção entre dois tipos de meninas em situação de exploração sexual:

[...] [Na sua percepção, ele consegue descrever dois tipos de meninas em situação de exploração sexual. A mais profissionalizada que se vestem bem, cabelo mais arrumando, se portam de um outro jeito. Aqui dá a entender que são meninas que reconhecem o seu poder, a sua capacidade de seduzir o outro e sabem o que estão fazendo ali. Já com as outras, as percebe mais frágeis, mais inocentes, não sendo tão organizadas na situação e isso pode atrair a figura masculina.] As meninas mais profissionais vem do interior, fazem uso da prática para a sua sobrevivência, são mais malandras e os homens sacam isso. São mais superficiais. Essas meninas tem uma relação conturbada com o corpo, deixar ser utilizada e aprende a lidar com essa situação. (Participante 5).

Nessa descrição do Participante 5, é interessante identificar a sua percepção sobre os diferentes modos em se realizar a prática do sexo comercial. A menina mais “profissional” se apropria do seu corpo e da possibilidade de exercer a sua sexualidade com os homens, tirando, assim, “proveito” dessa situação. Para ele, essas são mais “malandras”, exatamente por saberem obter vantagem e não se envolverem emocionalmente, diferentes da outra classificação dada por ele, como mais “frágeis, mais inocentes”. Nessa condição, possuem o poder de atrair os homens, confirmando essa aproximação da feminilidade a características mais infantis, como já discutido. Talvez, por isso, as primeiras são definidas, por ele, como mais “superficiais”, mas ele entende tal reação como um efeito de uma “relação conturbada com o corpo” e, assim, passa a ter uma ação mais utilitarista, como a prostituição, sendo este um jeito encontrado para enfrentar essa questão. O envolvimento emocional das meninas com os seus “clientes” parte de outra necessidade, identificada, pelo Participante 5, como de proteção, cuidado, muito próxima da prática esperada da família:

Elas testam os homens, se tem alguém confiável do sexo masculino. Elas direcionam o sexo masculino relacionando a experiência sexual. A expectativa sobre os homens seria alguém que se propõe a retirá-la daquela situação, sendo um gesto de amor ao tirá-la dali. “Como ele é bom”. “Ele me respeita, cuida de mim, me dá tudo, além do interesse sexual”. [Segundo ele, o homem a quem a menina se refere tinha 50 anos e ela 17 anos.] (Participante 5).

Segundo o estudo realizado por Landini (2011), apesar da naturalização da prática do sexo pelo dinheiro, muitas meninas esperam alcançar um ganho afetivo nessa troca. Para a autora, há uma gama de motivações para a menina adentrar no mercado do sexo, mostrando a existência de uma intencionalidade nessa prática, de um desejo, fazendo parte, portanto, de sua subjetividade. A fala do Participante 5 mostra o desejo das meninas em ter alguém responsável pelo seu cuidado, sentindo-se valorizadas quando esse homem decide, além do programa sexual, viver uma relação a dois, como num casamento.

No meu processo de inserção na busca de instituições para a minha pesquisa, tive acesso a falas de profissionais que relataram casos de meninas casadas com seus clientes. Num deles, a instituição reconheceu a importância desse homem na vida da menina por ter dado um direcionamento a ela, não só “a tirando das ruas”, como a incentivando estudar, algo não alcançado pela instituição quando a atendia. A sensação obtida com esses relatos sinalizava certa naturalização do casamento como um caminho para a saída dessa menina da prostituição.

Nessa perspectiva de se sentirem “casadas” com seus clientes, recai-se na concepção de amor romântico, tão propagada nos artefatos culturais, como filmes, novelas e livros, como uma das maiores condições de felicidade para a vida afetiva-sexual de mulheres. Nos casos de prostituição, a glamourização dessa prática esteve presente em filmes, como *Uma linda Mulher* e, no Brasil, na história da Bruna Surfistinha, divulgada em livro e filme. Em nenhum momento, pareceu haver, nas falas das profissionais, um estranhamento do lugar ocupado por esse homem. Na descrição delas, esse “ex-cliente” é um homem casado, tem família e trabalha numa instituição educacional em Porto Alegre de largo reconhecimento social. Ele não abandonou a esposa e os filhos/as, mas passou a sustentar a adolescente e a família dela. A Participante 6 contou-me sobre um caso em que o suposto cliente foi até a instituição demonstrar o seu interesse em casar com a menina, alegando “amá-la”.

No estudo realizado por Suzana Maia (2011), sobre a prostituição transacional, ao acessar um dos amigos de uma dançarina brasileira nos Estados Unidos, descreve o encantamento desse homem com a possibilidade de ajudar uma brasileira, conhecida em uma das suas vindas para turismo sexual no Brasil. O discurso da ajuda é retomado por ele em vários momentos com a pesquisadora, como se isso exercesse nele uma forte atração sexual a partir da desigualdade social vivenciada pelas prostitutas que conheceu no Brasil. Com uma delas, teve uma proximidade maior, chegando a conhecer a casa dela, localizada numa das favelas do Rio de Janeiro, Cidade de Deus. Ao conhecer a sua casa, a convite dela, deparou-se com uma forte desigualdade social, o que gerou, nele, o interesse em “ajudá-la”, oferecendo dinheiro regularmente, mesmo quando retornou aos Estados Unidos. A percepção dessa desigualdade despertou-lhe o desejo de ser responsável pela brasileira, produzindo, com isso, um sentido em sua vida, percebendo-se como alguém que “ajuda quem precisa”. Esse seu desejo em ajudar se transformou em uma vontade de trazê-la para os Estados Unidos, esperando, com isso, estar oferecendo outra oportunidade de vida, num país de primeiro mundo. Porém, sinaliza a sua preocupação com o possível investimento amoroso dessa brasileira em estar com ele:

O único grande problema [disse Tommy] é que eu não quero casar, eu não acredito no amor, you know, mas ela pensa que me ama, ela é muito jovem, ela não sabe ao certo das coisas, o que eu posso dizer pra ela? Que ela não me ama? Que o que ela ama é uma ideia de homem americano que tem grana? Eu não posso dizer exatamente isto pra ela, que eu quero ajudar, mas que não tem nada a ver com amor. Como eu posso dizer isto? Nós mal podemos nos comunicar, ela não fala nada de inglês e o meu português tampouco funciona muito bem para falar dessas coisas. [...] Mas eu não quero me comprometer, apesar de tentar fazer o melhor que eu posso se ela vier morar comigo. Eu queria que ela soubesse que pode encontrar um cara mais rico, you know, ela é jovem e bonita, e ela pode ter algo melhor. Mas eu poderia viver com ela, sim, poderia. Talvez eu a ame, after all. (MAIA, 2011, p. 377-378).

Por termos poucos relatos em pesquisas, tão detalhados sobre a experiência de homens clientes no mercado sexo, é interessante perceber como são descritas as vivências afetivo-sexuais desses homens. Nessas experiências, há um grande fascínio em exercer o seu poder em contextos de vulnerabilidade social, já discutido nesta tese, ao se colocar na condição de alguém solidário, sensível a causa da pobreza. O dinheiro, o sexo e o amor passam a ser elementos que se cruzam nessas experiências, burlando as fronteiras demarcadas nas negociações da prostituição. Com crianças e adolescentes, esse fascínio também é descrito na experiência de Montgomery (1998), quando as crianças relatavam a sua expectativa em ter a sua vida melhorada com a ajuda desses homens “estrangeiros”, com maior poder aquisitivo, enaltecendo esse potencial de ajuda vinda de “fora”, não só do seu contexto familiar, como do seu país.

Demandar por “ajuda” passa a ser aprendido com uma forma lucrativa de lidar com esse outro nas experiências da prostituição, não se restringindo apenas aos clientes estrangeiros. Tal questão foi percebida em minha pesquisa de mestrado quando uma das participantes, na época com 17 anos, mencionou: “Eu ligava para eles e pedia dinheiro eles me davam, davam na hora [...] Todo o dia eu falo com ele. Ele me liga para saber se eu tô bem, se eu tô precisando de alguma coisa [...]” (SERPA, 2009, p. 128). Em outro diálogo, disse: “O cliente bom é aquele que dá dinheiro [...] Aí ele começou a me ajudar, a me dar coisa para comer, para me alimentar na vida aí né, aí foi me ajudando, me apoiando” (ibid., p. 131). O homem no papel de quem ajuda fornece a essas meninas uma forma de garantia financeira para além da prática sexual, já que essa ajuda é solicitada em situações em que o sexo não está necessariamente presente.

Em outra fala, essa participante relata a sua queixa perante a não garantia de apoio regular por parte de um dos seus clientes: “Ele me apoiava num dia, depois não. Me apoiava num dia depois não. Aí enjoa né. Só fuder, fuder, fuder e nada” (SERPA, 2009, p. 131). Nessa situação, para ela, o dinheiro adquirido pelo sexo em si não é visto como suficiente para atender a sua demanda. Para isso, era necessário estender essa relação para a de “ajuda” e, com isso, o

dinheiro ou os bens ganhos eram adquiridos para além da prática sexual, acionados quando era mister essa “ajuda”.

Assim, como mostrado no estudo de Montgomery (1998), as relações entre os estrangeiros e as crianças eram descritas como uma amizade, e o dinheiro e bens adquiridos como uma ajuda necessária para a sobrevivência da família. Na minha pesquisa anterior, os afetos também são mencionados como um elemento pertencente nessa transação comercial, até mesmo próximo ao tratamento despendido pelos clientes às suas esposas: “[Como é que esses clientes te tratam?] Me tratavam bem, como se eu fosse a esposa deles [...] Ai, me tratavam bem, bem, bem assim [...]” (SERPA, 2009, p. 127).

No livro de Trindade (2005), em um dos casos apresentados, a adolescente se sentia amada por um dos seus clientes mais antigos, mais velho, e este lhe propôs uma relação fixa, um relacionamento afetivo, o que a fez rejeitar por não corresponder esse sentimento. Esse fato mostra a separação feita pela adolescente entre a prática sexual em si e a afetividade, apesar de, em alguns momentos, repensar se a proposta de uma relação fixa não era mais vantajosa do que realizar programas com homens desconhecidos. Nessa questão, a menina não só entende a proposta feita pelo seu cliente, não tendo nela expectativas afetivo-românticas, como avalia racionalmente as possibilidades de ganhos com essa proposta. Ela mostra saber que, mesmo nessa alternativa, ela estava ainda submetida à lógica do sexo comercial, quando reconhece que essa mudança se daria apenas na questão da quantidade de clientes e não na função já desempenhada com eles. Analisar essa questão dessa forma não nega as situações em que há a expectativa afetiva para com os clientes sobre serem cuidadas, protegidas. Nesse caso, como mostra Landini (2011), as meninas continuam calcadas na perspectiva do “lucro”, pois, nesse caso, estariam adquirindo duas coisas: dinheiro e afeto. Como pensar a questão do termo exploração em situações assim apresentadas? A prática da prostituição, nesses casos, está baseada numa relação de abuso e violação dos direitos humanos?

Segundo Piscitelli (2013), de acordo com o Código Penal, a exploração sexual se caracteriza por uma prática sexual obrigada por alguém, a outro, a exercê-la ou de impedi-la de abandoná-la caso deseje, sendo, portanto, uma prostituição forçada. Nessa análise, a exploração sexual se amplia não só para crianças e adolescentes, mas para pessoas adultas também. Para a autora, nas discussões feministas sobre a prostituição, a linha abolicionista vê a prostituição como uma submissão da mulher ao poder masculino e, por isso, seria uma vítima desse sistema. Já em outras concepções, a prostituição é vista como um fortalecimento da mulher pelo reconhecimento do sexo como um dos seus maiores poderes e, por isso, tal prática é um

caminho possível para a autonomia da mulher. Para Margareth Rago (1991, p. 26), a prostituição pode ser uma via de afirmação da sexualidade feminina para além da perspectiva do casamento e do amor romântico, instituindo outros modos de circulação de desejos, como uma linha de fuga à imposição da maternidade e da vida privada na família nuclear. Segundo a autora, por conta disso, a “prostituição passou a ser a alteridade mais radical e perigosa” para os discursos hegemônicos sobre a feminilidade.

De acordo com Piscitelli (2013), a perspectiva abolicionista entende a prostituição como algo negativo à integridade subjetiva por exigir da mulher a separação entre o sexo e o afeto, gerando, assim, efeitos destrutivos. Para a autora, “As linhas abolicionistas contemporânea de caráter mais radical consideram a prostituição como uma violência mais sexista, integrada num *continuum* que se inicia na publicidade, inclui o mercado matrimonial e a pornografia e culmina na prostituição” (ibid., p. 157). Por outro lado, ela problematiza essa questão ao abordar que a separação entre afeto e trabalho é uma exigência de quase todos os trabalhos envolvendo relações humanas e cita, como exemplo, a psicoterapia e a enfermagem, em que a emoção precisa ser repensada para não influenciar no trabalho. A separação entre prática e afeto no trabalho sexual é vista, nessa perspectiva, como algo positivo para vida das profissionais fora do contexto de trabalho. Os possíveis danos pensados estão mais relacionados ao baixo controle dessas mulheres para decidir “quando, como e com quem utilizam os seus recursos emocionais” do que ao trabalho sexual propriamente dito (PISCITELLI, 2013, p. 154). Além disso, cabe ressaltar que a exploração pode se dar também pelas baixas condições estruturais dos locais onde o trabalho é exercido, como má remuneração, lugar inseguro, insalubre. Por isso, mesmo quando há uma escolha, não sendo, portanto, uma prostituição forçada, não se eliminam os efeitos de um trabalho rotineiro em longo prazo.

Segundo uma pesquisa realizada com prostitutas adultas, observou-se o estresse no trabalho gerado pelo alto som do bar onde trabalhavam, assim como o fator idade e a exigência no trato com alguns clientes considerados difíceis (BRANDOLT; SERPA, no prelo). Nesse caso, a ênfase recai para a precariedade ou não das condições estruturantes para a realização da prática da prostituição, assim como a dificuldade em lidar com clientes. Tais questões recaem em condições semelhantes à realidade de outros trabalhos, não sendo preponderante o aspecto moralizante, como já aqui discutido, sobre o trabalho da prostituição na perspectiva de quem a pratica.

Para entender a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma experiência desmoralizante, devassa, degradante à integridade, faz-se necessário, também, incluir as

questões acima citadas sobre as condições estruturantes nessa prática para que não se recaia no olhar moralizante e, portanto, limitador para o entendimento de um fenômeno tão complexo como apresentado aqui. Motgomery (1998), em sua pesquisa, mostra a dificuldade em se discutir tal questão sem entrar nos estigmas da “degradação moral”, comuns na visão sobre essa prática. Há uma resistência em se olhar as vidas dessas mulheres que praticam a prostituição, não só pelo viés dos aspectos abusivos e degradantes, mas também nos rotineiros de suas vidas, inclusive aqueles aspectos que não se referem à prostituição. Para ela, isso se deve há certa pressão na realização dessas pesquisas para que se olhe esse fenômeno como forma de extingui-lo .

Outro argumento levantado pela autora é sobre a identidade sexual como forma de se conceber a pessoa como um todo, pois esse aspecto não é a questão central para o público estudado, nesse caso, crianças e, por isso, questiona o foco de as campanhas contra a exploração sexual estar no risco da constituição de sua identidade. Para ela, o dinheiro é um meio, não um fim à sua felicidade. No seu estudo, conclui sobre a dificuldade de estudar esse fenômeno sem a perspectiva moralista e reducionista sobre o contexto das meninas/os envolvidas/os, alegando ser a exploração muito mais exercida pelo contexto de pobreza e exclusão social do que pela prostituição em si. Para ela, caso as crianças estudadas não se envolvessem com a prostituição, ainda permaneceriam na condição de pobreza e buscariam outros modos, também ilegais, para a sua sobrevivência. Nessa perspectiva de Montgomery (1998), o foco a ser dado nessa questão recai muito mais pela precariedade social vivida pelas crianças, sendo esse o problema maior do que a prática da prostituição em si, por isso, a importância de se conhecer a exploração sexual a partir da perspectiva da própria criança. Em grande parte das pesquisas realizadas sobre esse tema no Brasil, ao retratar a história das meninas e dos meninos, a ênfase recai nesses aspectos degradantes acima citados, não sendo só a pobreza a única questão importante a ser avaliada, mas o abandono, a inexistência de uma referência segura de afeto próxima, a existência de agressão física e sexual, a ausência de cuidados e proteção e a expulsão do lar, recorrendo às ruas como forma de sobrevivência (OLIVA 2010; PERDENSEN, 2014).

No estudo de Davidson e Taylor (2007), em relatos de meninas e meninos envolvidas/os com a prática da prostituição em Cuba, a busca por tal prática não se dava pela necessidade de se alimentar ou pela consequência da violência sofrida no espaço doméstico, mas pelo desejo de acessar outras oportunidades de consumo para além da sobrevivência não oportunizadas nas comunidades onde residiam. Apesar de essas autoras não problematizarem a questão de gênero e da erotização precoce no fenômeno da exploração sexual, tendo como marcador maior a

questão da pobreza e do consumo, as discussões trazidas por elas mostram como crianças e adolescentes vão “se virando” dentro das condições possíveis em seu contexto, sendo, uma delas, a prostituição. O trabalho sexual pode ser esse jeito encontrado por crianças e adolescentes para obterem autonomia diante da família, de si mesmas e da sociedade quando podem alcançar, com o acesso ao consumo, reconhecimento e pertencimento.

Como discutido no início deste estudo, o marcador social da pobreza por si só não dá conta de explicar a questão da exploração sexual já que nem todos/as meninos/as pobres se envolvem com essa questão e, por outro lado, como apontado por dos Santos (2004), as adolescentes e jovens de classe média têm se inserido nessa prática como forma de ter acesso ao consumo. Como já discutido, o mercado do sexo e da publicidade tem ampla abertura para os corpos infanto-juvenis, sendo assim, um aparato que se retroalimenta e irá repercutir nos modos hegemônicos de feminilidade e masculinidade.

Dessa forma, os efeitos da erotização precoce, aqui discutidos, nos corpos femininos estudados, mostram o quanto as meninas vão buscando ressignificar as suas experiência de violência, retomando esse corpo em outro lugar, muitas vezes, de prestígio, poder e reconhecimento ao dar-lhe um “valor” nas trocas que passam a estabelecer no sexo pago ou tarifado. Mesmo tendo uma definição única adotada pelos organismos mundiais de defesa e proteção de crianças e adolescentes, os significados para a prática da exploração sexual não são homogêneos, principalmente para quem a vivencia, tensionando até mesmo a perspectiva dessa prática enquanto violência. O caso de Jéssica, aqui descrito, aproxima-se muito das descrições sobre a gravidade envolvendo a exploração sexual, principalmente quando é retirada a sua autonomia diante dos fatos. Porém, nos outros casos descritos, tal definição acaba por não dar conta diante de toda a mobilidade gerada pela exploração sexual, como já citada, vista, por crianças e adolescentes, em muitos momentos, como um “benefício” às suas vidas. Com isso, não se pretende despotencializar as conquistas e os avanços alcançados ao dimensionar a prática da prostituição infanto-juvenil como uma exploração sexual, mas alargar a discussão, desacomodando entendimentos estanques diante do conceito do que é a exploração e como se dão as relações vítima-agressor nela estabelecida. O que, de fato, vai ser considerado como mais degradante e violento em suas vidas nem sempre obedece à expectativa já traçada de quem pesquisa esse tema, como discutido por Landini (2011), Piscitelli (2013) e Montgomery (1998).

Na minha experiência atendendo meninas, enquanto psicóloga, como já descrito na introdução deste estudo, a exploração sexual, inicialmente tratada pelas meninas como “tabu”, muito mais pelo receio da reação de quem a escuta, após ser revelada, deixava de ter a

importância de antes, sendo mais relevante para elas discutirem outros assuntos considerados como problema, tais como os conflitos com o seu namorado, desentendimento com a família, nenhum deles ocorridos por estarem na prática da exploração sexual.

Nos atendimentos em grupo, uma das vezes, perguntei para elas qual seriam os problemas de estarem na prática da prostituição (utilizei essa expressão já que elas não nomeiam essa prática enquanto exploração sexual, sendo mais um termo usado pelos/as profissionais e organismos envolvidos no enfrentamento dessa questão) e grande parte delas responderam: “engravidar e pegar doenças”. Nenhuma delas entendia essa prática como degradante e impeditiva do seu desenvolvimento nem como violência, como já abordado, conforme a definição hegemônica para a exploração sexual aqui apresentada. Ressalto isso para sinalizar o quanto o enfrentamento dessa questão na perspectiva da erradicação torna-se difícil e complexa quando, do outro lado, no caso, aqui, as meninas, compreendem a questão de outra maneira.

Na pesquisa realizada por Nabozny (2013), ele questiona os paradoxos de nossa sociedade, que hipererotiza as meninas, mas, por outro lado, barra espaços para o exercício dessa sexualidade. A exploração sexual, para ele, seria uma dessas possibilidades, contudo, é uma prática a ser combatida e enfrentada. O que cabe, então, a essas meninas quando se deparam com essas situações? Como essa questão se dá quando as meninas entram em contato com as instâncias protetivas? Como se dará essa relação diante dessas diferenças de perspectiva entre quem a pratica e quem a enfrenta? Como as instituições lidam com a complexidade vivida por essas meninas erotizadas precocemente?

## **5 EM BUSCA DE UM LUGAR: APROPRIAÇÕES E DIFERENTES USOS DA EXPERIÊNCIA COM O CORPO NA VIOLÊNCIA SEXUAL**

### **5.1 DA VIOLAÇÃO À INSUBORDINAÇÃO: PROBLEMATIZANDO AS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO**

Inicialmente, ao pensar a relação das meninas com a rede de proteção, pretendia abordar esse processo a partir da aproximação delas com a instituição. Porém, diante do material analisado, notei que esse caminho não é feito pela menina de forma espontânea. As instâncias de proteção do Estado nem sempre estão por perto, e as meninas só conseguem chegar até elas (quando isso já se dá) de forma imposta, seja pela gravidade da violência sofrida, seja pela ausência de proteção na/da família. Assim, é a instituição que vai à busca dessas meninas, e a sua chegada tem um marco significativo na vida delas. A partir dali, elas passam a existir institucionalmente e a sua história começa a ser reescrita pelos/as profissionais. Conhecer tal percurso também permite analisar como se dá a travessia dessas meninas quando são, finalmente, identificadas e visibilizadas pela rede. Tal processo acaba por desacomodar o discurso muito comum no enfrentamento à violência sexual quanto à importância e forte ênfase para as denúncias dos casos.

A denúncia é necessária e um dever social de todas/as, porém, conforme analisaremos, ela garante a visibilidade da situação perante o Estado, mas não necessariamente assegura a proteção às meninas envolvidas. O distanciamento existente entre a realidade vivida pelas meninas em situação de exploração sexual e o que tem sido discutido pelas instâncias governamentais e não governamentais, assim como a sociedade civil, pode estar sinalizando que os avanços com a conquista de novas leis e concepções sobre o tema ainda não alcançam a complexidade de quem está diretamente vivenciado essa realidade (SERPA, 2009).

Um primeiro marco dessa questão é a dificuldade da rede de proteção em chegar a elas, identificá-las, saber onde elas estão:

[...] “Onde é que estão essas meninas?”, e o que a gente pode então, responder: essas meninas estão na comunidade, estão lá à mercê disso, sem nenhuma política pública que possa estar atendendo elas, estão na comunidade, estão nos ditos “inferninhos” no centro, né, naquelas, que a gente diz casas de... casas de programas, né? Então elas estão lá, e parece que elas estão bem protegidas, porque tem uma, uma, um arsenal, né, que protege, “protege” digamos né entre aspas, protege essas meninas que tão com documentação falsa, né? (Participante 2).

De acordo com o mapeamento dos pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras, entre os anos de 2011 e 2012 (BRASIL,

2012), há uma subnotificação desses casos por conta da inexistência de um sistema integrado para sistematizar e analisar esses dados, assim como uma ausência de preparo necessário para reconhecer, por parte da sociedade como um todo, essa situação e encaminhá-la. Tal fato, segundo o relatório, acaba por invisibilizar as crianças e os/as adolescentes envolvidos/as na questão da exploração sexual e, por isso, não chegam ao atendimento ou quando chegam não conseguem ter um atendimento apropriado às suas demandas, gerando, com isso, outra violência para eles/elas.

Diante dessa dificuldade da rede de proteção em acessar esse público, tal rede protetiva acaba ocorrendo por outra via, como mostra a fala da Participante 2 (página anterior), não aquela instituída pelos órgãos oficiais de proteção a crianças e adolescentes, mas pela própria rede da prostituição, que cria seus subterfúgios para manter as meninas nessa prática. Para a entrevistada, é a ausência dessa rede oficial de proteção pública que favorece, de certa forma, o envolvimento e a permanência na rede de prostituição. Uma das falas da Participante 4 apontou essa dificuldade de acesso às meninas, não porque elas não existam, mas por estarem em outro lugar, sendo “protegidas” por outra rede, mais contundente do que as redes oficiais de proteção:

Olha, é... os casos de avaliação sexual, de situações de exploração sexual, eles chegam muito pouco [...] eles chegam, mas a incidência, nós trabalhamos aí com uma média de 140 a 160 casos por mês, em outubro nós atendemos 202 casos, nenhum de exploração, e ao longo do ano, realmente, se a gente for olhar são muito poucos, porque... porque quando chega já, nessa situação de vitimização por exploração sexual, já existe uma outra rede, né? Uma outra rede que dá um suporte tão grande à esta vítima que ela já não acessa mais os serviços de saúde e proteção, né? (Participante 2).

Em um estudo realizado em Belém-PA, Oliva (2010) mostra como, nos programas voltados para o enfrentamento da exploração sexual, há uma baixa demanda de meninas nesses serviços, colocando-as, assim, no lugar da invisibilidade. Essa mesma dificuldade é encontrada em outros estudos, como o de Jana Perdensen (2014), no Rio Grande do Sul, não só pelo baixo número de meninas atendidas, mas, principalmente, pela pouca frequência e adesão das adolescentes identificadas em situação de exploração sexual aos serviços de proteção.

Lucina Veiga (2011), em seu estudo sobre o tema, em Rio Grande-RS, aponta o distanciamento dos serviços com a realidade da exploração sexual ao descrever as suas dificuldades em acessar as/os participantes na pesquisa. As dificuldades de notificação, identificação e acompanhamento em casos de exploração sexual também apareceram num estudo realizado em Ribeirão Preto-SP por Eulália Fabiano (2013), com conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogas. Nesse estudo, os/as profissionais mostram o pouco encaminhamento de casos para o serviço de atendimento com essa situação apesar do

conhecimento dessa realidade na cidade em questão. Devido à dificuldade de acompanhamento, acabam por não oferecer apoio para situações assim. No estudo feito por Tatiana Silva (2009), em Porto Seguro-BA, com instituições responsáveis pelo enfrentamento da exploração sexual, os casos também foram pouco notificados em relação as demais violências, apesar de a cidade ter um dos maiores focos do estado. Em algumas falas dos/as participantes, a exploração sexual aparece como uma situação “velada” e, para a sua notificação e o seu enfrentamento, é necessário o flagrante por parte da polícia. Apesar disso, os policiais interlocutores em seu estudo relataram a identificação das meninas em pontos turísticos da cidade, o encaminhamento para os órgãos responsáveis e o breve retorno delas ao mesmo local de onde foram retiradas. Dessa forma, manifestam a dificuldade em lidar com essa situação e o quanto as ações para com essa realidade são recentes na cidade, tendo uma média de 6 a 10 anos.

Assim, apesar de o Brasil ser apontado como um dos países com maior número de casos de exploração sexual no mundo, não é nos serviços de proteção a crianças e adolescentes que encontraremos grande parte dessas meninas. Quais são os efeitos disso para o enfrentamento a essa realidade? O que tem gerado esse distanciamento?

Para a Participante 2, essa distância se dá pelo lugar que a exploração sexual ocupa enquanto violação:

Como o Ação Rua é terceirizado e a maioria na época, as entidades eram maristas, cristãs, aquelas coisas, né... de cunho católico, eles fizeram, as entidades, tipo repreenderam seus educadores porque iam nesses seminários, porque eles não trabalhariam com a questão da exploração sexual, tendo em vista que a exploração sexual era só destinada a crime, que era um crime, só viam dessa forma o Ação Rua. (Participante 2).

O quê que a assistência quer trabalhando com essa questão da exploração sexual? Se isso era uma questão de crime? Isso era a visão que se tinha [...] (Participante 2) .

A exploração sexual passa, assim, a ser encontrada por outras vias, por outras violações, mostrando que não é ela, em si, que leva a rede de proteção até a menina:

Então, depende muito e às vezes, que pode acontecer, é eu acolher numa situação de abuso e ela tá envolvida com exploração sexual, no, por exemplo, dentro do conteúdo ela traz isso, entendeu? Eu posso tá ajudando numa situação de abuso e violência sexual e me deparar com uma exploração sexual, por exemplo. Entendeu? Agora eu tô indo pro interior, né, no interior eu vou pra uma cidade que tem muitos casos de abuso sexual, de violência sexual e provavelmente, nessa escuta, eu acho que eu vou encontrar exploração sexual. (Participante 3).

As dificuldades em se identificar a exploração sexual ou reconhecê-la por si vai possibilitar que a rede só chegue quando há situações mais extremas ou quando a própria rede clandestina não consegue ser “eficiente”:

Olha, as situações que chegaram pra nós, aqui, não foram situações que a gente via aquela adolescente dentro de uma, dentro de uma estrutura bem organizada, acredito que essas adolescentes e até crianças vítimas de exploração

que estão em estruturas mais elaboradas, essas tem um sistema tão grande de proteção ali do... do mal, que não chegam aqui. O que chegou em nós situações de meninas, que sim, tinham alguém por trás, né, umas meninas que estavam em uma situação na rua, estavam fazendo ponto na rua e aí assim, alguém ou outro... bom tá em situação de exploração, tá naquela esquina todos os dias e tal... foram das situações raras em que o Conselho, né, conseguiu pegar essas meninas e trazer pra cá num flagrante, assim, o Conselho ou a Brigada Militar. (Participante 4).

O presente distanciamento apresentado acaba gerando certo “desconhecimento” por parte dos/as profissionais em como trabalhar essa realidade e as complexidades que ela abarca, como mostra a seguinte fala:

Eu continuo achando que a rede não sabe trabalhar com exploração, nem tem os elementos em mão pra fazer frente a isso. Então a única coisa que a gente consegue fazer, é a prevenção, tentar prevenir antes que a guria caia na rede de exploração sexual, porque depois que caiu, é muito difícil de tu tirar, falta recursos da rede, os recursos públicos, o orçamento, tu não tem programas específicos que trabalhem, procura quem é que tem, quem é que trabalha com menina e menino na exploração? (Participante 1).

Essa mesma dificuldade foi apontada pela Participante 2:

Bom, pra começar, o Conselho Tutelar, eu acho que ele não... eu acho não, tenho certeza, com todos esses anos que eu trabalho, eles ainda não tão preparado pra trabalhar essa questão. Então, eles encaminham isso como uma coisa comum, uma coisa comum quando encaminham, eles trabalham mais a questão, as pessoas tão mais vinculadas a trabalhar a questão do abuso e não da exploração sexual.

Tais questões são também problematizadas pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2008) no seu processo de revisão do plano nacional, quando aponta que o Estado ainda responde de forma incipiente às demandas da sociedade com relação à violência sexual de crianças e adolescentes. Para o Comitê, os fatores impeditivos para a execução do Plano Nacional estão na carência de orçamento específico e claro, assim como na necessidade de uma intersetorialidade das políticas públicas. Um exemplo dado é sobre o Conselho Tutelar, que carece de mais apoio por parte do governo e da sociedade. Além disso, por, muitas vezes, representarem concepções conservadoras da sociedade quando executam práticas calcadas em visões “moralistas e vitimizadoras nas situações de violência sexual infanto-juvenil” (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2008, p. 14).

Ademais, o Comitê discute sobre o aumento da visibilidade social sobre a questão, fortalecendo as práticas preventivas, como aborda a Participante 1, porém, elas não são suficientes para mudar a situação da violência sexual, pois, para isso, necessitam de políticas públicas emancipatórias que combatam essa prática em âmbitos legais, assim como favoreçam o exercício da sexualidade autônoma de crianças e adolescentes sem o recorte da violência. Se há pouco preparo para atender casos de exploração sexual e desconhecimento sobre o fenômeno,

quais serão os efeitos disso em meninas nessa situação, quando, enfim, a rede de proteção chega? O que ela consegue alcançar com suas práticas? Para a Participante 4, revolta e indignação são algumas dessas respostas dadas por essas meninas:

E aí nesse muito tempo, a gente pode pensar, também, que essas meninas, elas acabam naturalizando muitas vezes a situação de estar sendo explorada sexualmente porque como vem de uma família, onde muitas vezes já existia o abuso, faltava vínculos saudável, faltava proteção, faltava quem cuidasse e bom, né, “eu era abusada e não ganhava nada, né, meu pai me pegava, meu tio me pegava e eu não ganhava nada, mas agora eu ganho, né”. Então, essas meninas, parece que ao fazerem esse comparativo, parece que elas estão numa situação melhor, né, “agora eu ganho, agora, inclusive eu posso ajudar minha família”, né? Então, isso é o mais doído na questão da exploração, né, porque eu acho que a exploração sexual na adolescência, né, nessas meninas, quando a gente olha isso e principalmente quando a gente vê a revolta delas quando um serviço entra pra tentar ajuda-las, parece que elas querem dizer isso pra nós, né: “Vocês falharam, vocês não viram quando eu mais precisava, então agora eu não quero mais ninguém se metendo na minha vida, deixa eu ganhar meu dinheiro em paz”. E parece que realmente é um tapa na cara de todo mundo que falhou, né, em não ter feito essa intervenção antes, né? (Participante 4).

Assim, a menina conseguia deflagrar por meios de suas ações insubordinadas, como a não aceitação da intervenção institucional, quando percebia o papel da rede de serviços e os efeitos disso em sua vida. No estudo realizado por Ângela Oliva (2010), sobre as instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual no Pará, a idade média de entrada desse público na rede de proteção é de 12 anos. Como mostra a autora, mesmo o estado do Pará sendo um dos maiores focos de exploração sexual no Brasil, o atendimento a essa questão ocorre de forma tardia, não sendo investidas ações do estado e das ONGs sobre a questão da exploração sexual para a primeira infância, como em creches. A Participante 4, em seu relato, insistiu na importância de olhar a infância com um período importante para se trabalhar as questões da violência sexual por ocorrer, nesse período, a maior ocorrência de violência sexual sem a devida proteção:

O que nós sabemos é que a maioria dessas meninas, né, os dados mostram, né, que a gente atende uma gama grande de crianças vítimas de abuso e na situação de abuso, a gente já vê, muitas vezes se constituindo uma futura situação de exploração, né. São meninas que pequenas estão sendo abusadas e já tendo ganho de coisas, né, e começam a perceber que isso pode ir num crescente e isso pode trazer alguma vantagem à elas, então elas chegam já na adolescência numa situação de exploração elas não querem mais que ninguém intervenha. Por isso que é, das formas de violência sexual contra a criança é das mais difíceis, é a forma mais difícil de uma intervenção, né, considerando isso, porque elas já estão num outro momento, né? O que que é o grave disso, né, e a gente fica pensando assim: quando a gente vê que essas meninas, a grande maioria foi abusada na infância, a grande maioria foi abusada na infância e quando chegam a um serviço como o nosso, como vítimas de exploração e a gente vai avaliar e questionar onde tudo isso começou e essa vítima diz pra gente: “Olha, com 4 ou 5 anos eu era vítima do meu pai, do meu tio, de alguém de dentro de casa”, né, a impressão que dá é que essa indignação, muitas vezes do serviço tá intervindo, parece que quer dizer assim: “Poxa vida, né, eu tive a infância inteira abusada, né, e ninguém fez nada, então, agora me deixem em paz, que eu vou seguir minha vida”. (Participante 4)

Para a Participante 4, há uma falha dos serviços por não focar com a devida atenção à infância como um período importante para prevenir a violência sexual:

É, olha, como eu associo muito essa questão da exploração com o abuso, eu te digo que até hoje é muito difícil para as pessoas abordarem violência sexual infanto-juvenil, é muito difícil as... e vou além, é difícil trabalhar com infância, né, as pessoas, e nem falo só em, da questão da área da saúde, né, que se tu for observar, psicologia, medicina, serviço social, talvez não tanto, mas eu vejo isso na psicologia e na medicina, é, parece que deixar de atender infância é mérito, né: “não, eu vou por outras áreas, né, mas não infância, infância da muito trabalho trabalhar com criança, entende? E se tu for na educação tu vai ver a mesma coisa, os professores quando estão em ascensão dentro de uma escola: “bah eu preciso, não dou mais aula pro primeiro ano, entendeu, agora só pego os grandes”, parece que é um “me livro das crianças”. Se tu for pro judiciário é mais ou menos a mesma coisa, também, tu vê promotorias onde, os promotores, por exemplo: “ah, não, infância não, eu quero ser promotor de outra coisa”, enfim, parece que é sempre um descarte com a infância, porque a infância realmente, as crianças exigem da gente, não tem como trabalhar sem se puxar com uma criança, porque a criança toma a gente, né, nos exige bastante. Bom, mas tá ali a possibilidade de fazer uma intervenção que pode mudar tudo, né? É na infância. E aí eu te digo que eu acho que tem muito isso, eu acho que tem ainda um grande desdém à infância. (Participante 4).

Oliva (2010) sinaliza, em seu estudo, esse atraso dos serviços ao aplicar as medidas de proteção como uma questão grave a ser levantada, pois, segundo ela, o êxito da rede de proteção depende de ações voltadas para as crianças desde o seu nascimento. Porém, como mostra o relato da Participante 4, o trabalho com a infância é preterido pelos espaços institucionais por ser visto como um serviço de grandes demandas a serem atendidas. Se a família falha na sua missão em ser a maior transmissora de valores e afetos necessários para o “bom desenvolvimento” das crianças, os espaços institucionais acabam por perpetuar esse “erro”. A que e quem cabe às crianças recorrerem? Como veremos, elas buscam os seus caminhos e dão os “seu jeitos” para sobreviver e constituir a sua existência com os recursos que conseguem encontrar em sua trajetória de vida.

Chegar *a posteriori*, quando já houve uma violação e a própria construção da menina em buscar suas alternativas para lidar com isso, pode soar como uma nova agressão. Ao entrar na rede de serviços, parece que, em poucas horas, elas devem desconsiderar toda a sua trajetória traçada sem a presença dessa rede com os recursos possíveis ao seu alcance. A expectativa institucional é que esse lugar de proteção, agora, tardiamente oferecido, seja recebido pelas meninas de “braços abertos”. Contudo, o que a história delas vai mostrar é que a insubordinação já é uma resposta, sendo esse “tapa na cara” referido pela Participante 4. Além disso, a exploração sexual tem, para ela, outro significado, muitas vezes, desconsiderado pelas instâncias protetivas, dificultando, por vezes, esse diálogo. A exploração sexual passa a ser uma estratégia de sobrevivência não só pelo aspecto material, pelo dinheiro adquirido, mas pelo lugar que essa menina passa a ocupar na família. Com isso, a exploração sexual passa a ser outra forma de se reinventar na vivência da violência sexual. Essa questão foi aprofundada no capítulo anterior sobre o investimento erótico nos corpos das meninas e o seu reconhecimento nesse lugar. Aqui nos deteremos mais nessa reação das meninas ao se depararem com o aparato protetivo, a sua revolta e o seu constante movimento de fuga a esses serviços. Em muitos casos,

é pela insubordinação inclusive que se deflagra, na família, a necessidade de inseri-la nos serviços de atendimento, como mostra a seguinte fala:

Mas a maioria que era, no fim era violência sexual, chegava por outro motivo, principalmente o de a mãe não aguenta mais com a filha, não aguenta mais o comportamento, a filha tá namorando, a filha promíscua, a filha sai com qualquer um, se expõe em risco, não tá, fugiu de casa, deixou a escola.... (Participante 1).

No estudo realizado por Nabozny (2013), dos 29 processos pesquisados por ele, a exploração sexual não surge como a situação principal, sendo camuflada por outras situações, como fugas, desobediência, uso de drogas, furtos, estar em espaços públicos no horário da noite e sexualidade “exacerbada”. Dentre os motivos mais apontados, a desobediência e os trânsitos em locais “indevidos”, como a rua no período da noite, ganham mais destaque. As fugas das instituições (família e escola) e o exercício de sua sexualidade passam a ser os comportamentos que incomodam, inquietam e que, ao mesmo tempo, incidem em sinalizar a sua busca por se reorganizar subjetivamente dentro desse cenário de violência sofrida. Se as suas fugas e insubordinações podem ser uma forma de minimizar as suas dores diante de sua vulnerabilidade, elas incorrem por colocá-las como inadequadas socialmente perante as instituições de proteção. Nos materiais documentais, em um dos registros sobre o depoimento de uma das psicólogas para a polícia, o comportamento da menina, aqui chamada de Ângela, e a sua história trazem esses marcadores da violência sexual e da sua insubordinação em permanecer nas instituições:

A adolescente [...] de 16 anos mora com o pai por conta do falecimento de sua avó materna na qual convivia. Por conta da sua indisciplina, foi internada no acolhimento institucional [...]. A irmã de [...] foi localizada em [...] e que a adolescente foi encaminhada para a casa dela. Voltou ao abrigo pelo mesmo problema de indisciplina. Informa que a menor fugiu várias vezes do abrigo, ficando vagando pelas ruas dessa capital. Informa que nessa situação a [...] começou a usar drogas e a se prostituir. O abrigo recebeu denuncia que a menor estava se prostituindo nas imediações dos bares já citados. A adolescente quando encontrada, voltava ao abrigo, permanecendo pouco tempo, para depois fugir. (Caso 3 do material documental).

Aqui, vemos a indisciplina ser o fio condutor ao atendimento, agindo como uma linguagem da menina para denunciar a violência sofrida. Já inserida nas redes protetivas, a fuga passa a ocupar esse papel de comunicar, de anunciar e denunciar a sua história. Do que ela foge? O que ela busca? No estudo realizado por Moraes (2009), com meninas e meninos em situação de exploração sexual na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, os/as entrevistados/as contam a sua dificuldade em se sentirem aceitos/as nos abrigos, e a rua passa a ser um lugar menos violento e restritivo para a sua autonomia e para o seu sentimento de desamparo. Para a autora, essas fugas costumam gerar descontentamentos aos profissionais envolvidos por não entenderem os motivos das meninas e dos meninos em não aceitarem os

espaços de proteção. Para ela, isso se dá no processo de institucionalização quando “destituem” a sua identidade, a sua história anterior, inclusive de violência, reduzindo a sua capacidade de agir sobre as suas vidas, ou seja, a sua autonomia, como sinaliza o relatório abordado, na página anterior, no Caso 3. A própria terminologia para nomear a adolescente no relatório como “a menor” vem sendo discutida, por algumas autoras, como uma forma de demarcar uma distinção excludente para crianças/adolescentes pobres, afirmando, nessa expressão “menor”, a diferença estrutural desigual entre as classes sociais, sendo a criança “menor” um risco maior para a sociedade por estar mais propícia à delinquência e à criminalidade (SCHEINVAR 2002; BULCÃO 2002). No caso em questão, a prostituição e o uso das drogas aparece quando “ficava vagando pelas ruas” em suas fugas do abrigo, sendo exatamente o seu comportamento o causador de risco para a violência sofrida. O seu histórico com a família ainda não é descrito nem considerado nesse relatório, aparecendo aos poucos nos registros que se seguem. Em um dos relatórios feitos por um coordenador de abrigo sobre a menina, destaca a descrição feita por um dos conselheiros tutelares (CTs) que acompanharam a menina quando ela ainda morava em outro estado do país, como mostra abaixo:

No dia [...] visitamos o CT. Conversamos com o conselheiro o qual disponibilizou o prontuário/pasta do histórico da adolescente e irmãs no município. A família está sendo acompanhada por este conselho desde o ano de 2007, devido a uma suspeita de abuso sexual. Em todos os relatórios consta o comportamento inadequado, dificuldade de relacionamento, desrespeito, infrequência escolar, sexualidade com comportamento erotizado, envolvimento em furtos, demonstra não ter medo de punição, etc. [...]. (Caso 3 do material documental).

As fugas, as indisciplinas, a dificuldade em aceitar e respeitar as regras são descrições que passaram a se repetir em quase todos os relatórios sobre Ângela, assim como a dificuldade dela em permanecer na instituição de abrigamento. Isso fez com que a instituição fosse “gastando as suas fichas” em como lidar com a adolescente, voltando para ela a responsabilidade de não conseguir permanecer ali. Nesse histórico, a suspeita de abuso sexual aparece como o motivo para a aproximação do CT, no entanto, nada mais é mencionado sobre isso. Não se sabe se houve ou não confirmação da suspeita. A descrição se voltou para as dificuldades de institucionalização da menina: “o comportamento inadequado, dificuldade de relacionamento, desrespeito, infrequência escolar, sexualidade com comportamento erotizado, envolvimento em furtos, demonstra não ter medo de punição”. Mesmo que, dentre esses aspectos, aparecesse um forte sinalizador da questão do abuso sexual, como o comportamento erotizado, ele se perdia dentro dos demais apresentados.

O seu comportamento insubordinado às normas sociais passou ser a grande questão a ser discutida, mostrando, então, uma forte preocupação da instituição aos riscos gerados por seu

comportamento ao local. Assim, a menina foi se transformando em “uma menor”, sendo reduzida a um jeito binário de olhar o mundo, que dicotomiza o cotidiano em bom-mau, capaz-incapaz, normal-anormal. Quando a menina, estando do outro lado, isto é, daquele que não concorda ou aceita as ajudas institucionais, acabou sendo vista como alguém que tem um comportamento de “risco”, todo e qualquer movimento seu passou a ser visto como uma possibilidade de ferir o *status quo* dessa rede de proteção. Qualquer prática capaz de produzir rupturas e escapes à lógica institucional passou a ser vista como insubordinação e, por isso, precisava ser minimizado o seu potencial de risco.

Se, para as profissionais pesquisadas, as instituições falham, seja por demorem em proteger a menina, seja por não saberem lidar com situações de exploração sexual, ao entrarem na rede, essas falhas e dificuldades continuam. Colocá-las em abrigos podem não deixá-las numa situação de proteção como esperado, e as suas fugas e insubordinações parecem deixar isso mais evidente. Com isso, as meninas vão testando esses limites sem que as instituições consigam alcançá-las. A cada fuga e insubordinação, a menina denunciava essa incapacidade institucional em lidar com ela, e nem sempre era possível a instituição suportar tal situação. Nessa impossibilidade, a instituição buscou responsabilizá-la por seus atos e se muniu de argumentos para justificar o seu desligamento da instituição, conforme podemos ver em um dos relatórios feito pelo coordenador de um dos abrigos ao juiz responsável pelo caso:

Por volta das 23:00 hs da noite de 20/04/2011 fui contatada pela educadora social que me informou da fuga das meninas, que teria ocorrido cerca de quinze minutos antes. Desloquei-me a instituição e acompanhado de outro educador social, procurei as adolescentes pelas mediações. Acionei outro colega que acompanhado pela Psicóloga do CREAS auxiliou-me nas buscas. Por volta da 01/00hs de 21/05/2011 registrei BO na BM. As 02:00 hs da manhã fui contatado por uma ES que informou que as meninas haviam sido localizadas pela polícia rodoviária federal e estavam a nossa disposição no posto da Polícia Rodoviária Federal passando a ponte do Guaíba. Desloquei-me até lá. Conversei com o policiais que me informaram ter recebido uma ligação de um motorista informando que havia duas meninas andando na Free Way, próximo a entrada de Canoas, local onde foram presas pela PRF. Já na instituição, ao questionar as meninas, a adolescente simplesmente disse que não iria ao abrigo e que tão logo tivesse outra oportunidade iria fugir novamente. Questionei sobre o fato de levar outra adolescente consigo e se isso teria alguma relação com o tal de “W”(Descrição dada a um possível aliciador e cliente da adolescente), em princípio ficou [...], mas negou o envolvimento deste elemento na tentativa de fuga. Determinei que ela ficasse restrita ao seu quarto, até que pudéssemos tomar providência. Por todo o exposto é evidente que a adolescente não está em risco. **“Ela se coloca em risco”** diante de todos os esforços foram despreendidos por esta instituição quando de sua estada anterior para que fosse reinserida na família, contudo, por suas próprias atitudes, isto não foi possível. A adolescente apresenta personalidade dissimulada e não descartamos a possibilidade dela estar em contato com esse tal de “W”, para aliciar meninas do abrigo, pois sempre que ela tenta fugir da instituição, procura levar consigo meninas, nunca meninos. Diante do exposto, precisamos repensar urgentemente um outro local para a adolescente, pois no momento, além dela **não querer ser ajudada**, coloca as demais crianças e adolescentes da instituição em risco. Encaminho em anexo o PIA e BO da fuga. (Caso 3 do material documental).

Assim, a menina passou a ser alguém que saiu da situação de risco, expressão muito usada na terminologia das violências contra criança, para alguém que “se coloca[va] em risco”, sendo, responsável pelas situações que lhe ocorriam, inclusive pela sua incapacidade de

reconhecer todas as ações feitas pela instituição em “ajudá-la”. A menina tornou-se “um risco” para as outras, para o funcionamento institucional. À menina, sendo uma ameaça, cabiam estratégias que impedissem a continuidade de seu comportamento “de risco”. Se, antes, ela deveria ser protegida por estar em condição de vulnerabilidade pela violência sofrida, dessa vez, é a instituição que estava “em situação de risco”, e, portanto, quem merecia ser protegida. Outra questão abordada no relatório é sobre o envolvimento da menina com um possível aliciador, apontando, dessa forma, a continuação da sua prática da exploração sexual, mesmo em situação de abrigo. Tal fato sinaliza os limites dos serviços de proteção em casos de exploração sexual. De acordo com a Participante 5, ao longo de sua experiência no serviço considerado “porta de entrada” para crianças e adolescentes em situação de violência, meninas envolvidas na prática da exploração sexual não costumam permanecer na instituição por se sentirem autônomas e, assim, preferirem seguir outras regras em suas vidas, para além das impostas pela instituição:

Muitos casos de meninas de exploração sexual não ficam. Elas são autônomas, casam, não ficam no abrigo. Essas não ficam. (Participante 5).

Se as instituições não conseguem “dar conta das meninas”, mas, por determinação da Justiça tem a obrigação de permanecer com elas e protegê-las, abrem portas para que a instituição busque outras formas de lidar com isso. Em outro relatório para o juiz, o coordenador do abrigo expressou o desejo da menina em se desligar da instituição:

Em relação à acolhida da adolescente, informamos que na data de 22/07/11 evadiu-se do X, sendo localizada e retornando poucas horas depois a adolescente relata que não quer mais permanecer na Instituição de acolhimento, “quer viver em liberdade”. Todavia sabemos que a família biológica e a extensa não manifesta desejo de permanecer com a mesma pelo seu histórico de roubos, fugas, não cumprimento de regras e de **colocar-se em situação** de exploração sexual. (Caso 3 do material documental 1).

Dessa vez, o coordenador mencionou o desejo da menina em se desligar da instituição por querer estar “em liberdade”, não quer mais estar em “acolhimento”, mas qual seria o sentido desse acolhimento na perspectiva da menina? Ela, de fato, sentia-se acolhida ali? O que vai, realmente, acolher toda essa sua experiência vivida que insiste em não se institucionalizar? Do que, de fato, a menina queria se livrar ou se libertar? Seguindo a descrição do relatório, é mencionada a “rejeição da família” à menina por motivos muito semelhantes ao descrito por ele em seus relatórios institucionais. Será que a menina não queria mesmo é se livrar disso, desse olhar sobre ela que só a rejeita, que não consegue alcançar a complexidade da sua vivência? Talvez, por não conseguir permanecer nesse lugar institucionalizado, assume o seu papel de “insubordinada”. Ao final do inquérito, foram apresentados dois boletins de ocorrência policial

sobre a mãe da Ângela, já citadas no capítulo anterior, os quais apontam situações de negligência e abandono, fazendo com que ela e as suas irmãs, desde muito cedo, fossem institucionalizadas. Já nesse processo, a mãe apresentava dificuldades em permanecer no local com as crianças, recorrendo à rua como uma possibilidade. A relação da mãe e o seu papel enquanto cuidadora foi mencionada no capítulo anterior, mas trago essa questão para discutir a inexistência dessa informação nos relatórios dos/as profissionais que acompanharam Ângela na adolescência. A insistência em classificá-la enquanto dissimulada, inconsequente e incapaz de aceitar regras acaba por omitir essa longa história de violação. O pai, que não se sabia, pelo material analisado, se tinha convívio com a menina antes dos atendimentos, passou a ser uma opção para a equipe, na época, o que fez com ela viesse para o Rio Grande do Sul, pois ele residia numa das cidades da grande Porto Alegre. Porém, ainda nesse período, segundo o relatório feito pelo coordenador do abrigo, consta um laudo de psicóloga do CRAS, que diz:

[...] Neste processo consta o laudo do CRAS o qual o parecer dava **desfavorável** ao encaminhamento da adolescente para este município tendo em vista a impossibilidade psíquica de convivência entre pai e filha, assinado pela psicóloga. (Caso 3 do material documental).

Mesmo com o parecer da psicóloga, a menina foi encaminhada ao pai, e este, segundo o próprio depoimento da menina à polícia, abusava sexualmente dela:

Informa que foi parar no abrigo por que fugia de casa. Seu pai tentou lhe estuprar. Fugiu de casa por conta disso. Perdeu a virgindade com taxista que conheceu quando morou na rua. Que a partir daí começou a fazer programa. Não havia aliciamento. Que seu pai lhe deu maconha para fumar. Que não fazia programas nos locais informados. Que ficou anos se prostituindo [...] (Caso 3 do material documental, depoimento de Ângela na delegacia de polícia).

O pai, no período do processo, encontrava-se preso por seu envolvimento com o tráfico de drogas, e a sua mãe tinha um paradeiro desconhecido. Os parentes próximos não desejam mais a guarda da menina pelos motivos já apresentados: “furtos, indisciplina e exploração sexual”. Diante da impossibilidade institucional tanto da família como do abrigo em protegê-la, o destino da menina fica “em aberto”, em decisão da Justiça. Um dos últimos relatórios mostra tal realidade:

Sabemos do histórico da adolescente de colocar-se em situação de exploração sexual e de evasões. Tememos que em um dos seus retornos ela retorne grávida, com uma doença sexualmente transmissível ou ingresse no mundo das drogas. Segundo seu próprio relato, a adolescente não tem perspectiva de futuro, almeja para si uma vida igual da mãe, ou seja, uma vida de prostituição em liberdade. Provavelmente, em breve, retornará para o acolhimento e ficamos sem muitas alternativas de o que oferecer a essa menina, quanto a atendimento psicológico, retorne a escola já que na primeira oportunidade ela evadirá novamente. Reiteramos a necessidade com urgência de tratamento psiquiátrico e psicológico para a acolhida, pois esta demonstra um sofrimento psíquico, além de encontrar-se em situação de abandono e rejeição da família, o que caracteriza que sua permanência em situação de acolhimento será por longo tempo. No entanto, sabemos que [...] tem familiar paternos- uma irmã que estava com

sua guarda, moradores de [...] e o pai está preso. Sabemos que durante o período que a adolescente conviveu com essa família ela teve comportamentos de roubo, mentiras, fugas, o que os levou a não quererem mais sua permanência na família. Sugerimos a esse juizado que avalie a possibilidade de realizarmos uma reunião com esses familiares para responsabilizá-los pela adolescente. (Caso 3, relatório da instituição encaminhado ao Juizado da Infância e da Adolescência).

As dificuldades institucionais em lidar com a menina foram mais uma vez reiteradas, agregando, além da responsabilização dela em estar na exploração sexual, os riscos referentes à sua sexualidade, como a gravidez e as DST. Os seus planos de futuro são desconsiderados por desejar o mesmo “destino” da mãe. Dessa vez, a mãe, ausente em grande parte dos relatórios, apareceu como prostituta e referência para a menina. Como solução perante as dificuldades, são propostos os atendimentos da área psi (psiquiátricos e psicológico), além da volta da menina à família, mesmo quando esta, segundo os relatos, não demonstrava mais interesse em ficar com ela, gerando, assim, “sofrimento psíquico” diante de “rejeição e abandono”. Desse modo, os serviços da área psi aparecem como uma alternativa ante o explícito desencontro entre as demandas da menina e as expectativas institucionais.

Sobre o papel dos especialistas e o seu poder de enunciar sobre o outro, Coimbra, Silva e Ribeiro (2002, p. 186) discutem os interesses sociais de quem convoca esses serviços, tais como “atenuar os conflitos, dobrar as resistências e eliminar as diferenças”; continuam: “sua tarefa, entendida como ‘terapêutica-orientadora’, é de adaptação dos indivíduos aos padrões dominantes e de aceitação de sua condição de objetos de violência”. Por isso, as autoras vão nomear tal procedimento como uma “violência técnica”, mais uma a ser incluída na longa lista de violências sofridas pela menina. A sua autonomia e capacidade de “agência” são desconsideradas nesse seu caminho em se constituir enquanto jovem num contexto de abandono, violência sexual e proteção institucional tardia. A sua insubordinação enquanto estratégia de resistência lhe é negada e passa a ser vista como algo a ser combatido.

A figura materna retornou, nesse relato, para a menina como um modelo a ser seguido no que tange à sua autonomia em exercer a prostituição sem nenhuma interferência, ou seja, “em liberdade”. Durante o processo de proteção institucional, a mãe não foi encontrada, sendo descrita com o “paradeiro desconhecido”. Nessa situação, a mãe conseguiu burlar o aparato institucional e, talvez, tal condição signifique, para a menina, estar em liberdade. O seu desejo em estar livre, sem a proteção institucional para exercer a prática da exploração sexual, pode ser encontrado na carta localizada pela equipe técnica do abrigo para duas meninas ali abrigadas. Nessa carta, Ângela descreveu 24 passos para a sua fuga, mencionando sua relação com o suposto aliciador. Na carta, há estratégias de como as meninas deveriam lidar com isso, e quais seriam os trânsitos permitidos por essa prática, como ter acesso a *shoppings*, salão de beleza,

praia, parque aquático, hotéis, festas e bebidas. A carta foi detalhada na seção sobre as meninas e o processo de apropriação do seu corpo erotizado, mas cabe referi-la aqui tanto por ser o único material registrado no processo feito por Ângela, sem o atravessamento dos/as discursos profissionais, e por trazer o seu olhar sobre a prática da exploração sexual. Nessa carta, foi mostrado como ela se vê nesse processo, as questões do feminino e do masculino, a sua relação com o consumo e as estratégias para pertencer e acessar um determinado lugar social. Todas essas possibilidades descritas por Ângela, inclusive como forma de convencer as demais colegas a participarem com ela, passam muito longe da realidade vivida por elas nos abrigos.

O desejo de estar livre para “se prostituir” é entendido como um mundo criado por suas próprias regras, permitido pela possibilidade que o seu corpo jovem possui para realizar as trocas sexuais para que ela possa alcançar o que deseja consumir ou acessar. Essa disparidade entre a realidade em quem vive a situação de exploração sexual e dos órgãos operadores do direito e crianças e adolescentes ficou deflagrada não só na carta feita por Ângela, como em todas as suas tentativas de burlar as iniciativas institucionais em protegê-la. Tal dificuldade demarca a complexidade que esse tipo de violência exige no seu enfrentamento, já apontada pelas técnicas entrevistadas e retomada na fala a seguir:

[...] Botava num abrigo, como medida de proteção, proteção do quê? Ela vai fugir, né? [...] o que a gente não pode, depois da porta arrombada é botar tranca de ferro, como diziam antigamente, né? Então, pegar uma menina dessa, um menino desse e botar dentro de um abrigo sem ver o problema principal dele naquele momento, que é a dependência da droga, ele quebra tudo dentro do abrigo, machuca os outros e foge e desacredita nas Autoridades. Porque ele diz assim: “Bah, aquele filho da puta se aproximou de mim, veio como meu amiguinho e tudo pra me tirar da rua e me trancafiar dentro do abrigo. Ele não queria o meu bem, ele queria era me trancar dentro do Abrigo”, então ele perde a confiança no Educador de rua, por exemplo. (Participante 1).

Assim, a proteção tardia tem o seus efeitos nas vidas de meninos e meninas que buscaram recursos próprios para lidar com o seu desamparo provocado pela violência sofrida e, ao entrarem em contato com essas instituições, não têm essa história reconhecida por quem os/as representa e nelas atuam. Ainda como resultado dessa proteção tardia, a Participante 1 mostrou a descrença, por parte do público atendido, nas “autoridades” e nos/nas profissionais quando “trancafiados/as” na rede de serviços.

Os efeitos de uma proteção tardia também podem ser vistos em outro caso estudado a seguir, o caso 2 do material documental, em um dos relatórios feitos pelo CT sobre a menina em questão, descrita no relatório como adolescente e, aqui, identificada como “Bárbara”. É possível visualizar as tentativas institucionais protetivas para lidar com as fugas, o abandono escolar, o vício da droga, a permanência nas ruas e a situação de “prostituição”. Em nenhuma delas, foi

possível “tirar” Bárbara dessas situações, fazendo-a voltar sempre às mesmas circunstâncias de onde foi retirada. Vejamos:

O Conselho Tutelar [...] vem notificar o fato referente às adolescentes Ana e Bárbara. O genitor e responsável pelas crianças, sua esposa foi embora a mais de 5 anos deixando todos com ele. Em 28 de abril de 2011 o conselho tutelar recebeu denuncia que o genitor agredia as crianças. Em 4 de julho de 2011, após visita domiciliar, o genitor esteve no conselho aonde aplicamos medidas protetivas em favor das crianças e advertimos da frequência escolar e SASE de seus filhos, e encaminhamos Ana e Bárbara para o Pro jovem e trabalho educativo. A associação [...], encaminhou relatório da adolescente Bárbara, pois mentia que frequentava o SASE, tinha vocabulário impróprio para sua idade e era muito agressiva. O pai foi chamando e orientado. No dia 13/09/2011 a delegacia especializada da criança e do adolescente entrou em contato com este conselho, informando que recebeu denuncia do companheiro de Bárbara, que a adolescente estava na praça Dom Feliciano se prostituindo e fazendo uso de substâncias químicas (crack) e que se encontrava na referida delegacia. O conselho foi buscar a adolescente e notificou o genitor ao conselho, o mesmo relata que sua filha evade de casa, sai para a rua, no momento está com um senhor de 45 anos, o genitor foi orientado a levar Bárbara para casa e cuidar dela. O pai de Bárbara relata que ocorre que desde que Bárbara tinha 12 anos, pois teve relacionamento com o padrasto, que era usuário de drogas, onde a adolescente contraiu vírus HIV. No expediente da família tem várias internações em clínicas terapêuticas. O genitor não esta dando conta da situação [...] Em 19 de setembro de 2011 a Assistente social do Ação Rua ligou para o conselho comunicando que Bárbara estava na praça Dom Feliciano, usando substância química, o Conselho com ação rua foram no local para tentar resgatar Bárbara e convencê-la a ir para internação, mas não localizamos. A adolescente Bárbara está muito comprometida já relatou não conseguiu parar de usar drogas, mas não quer ficar internada. Foi encaminhado a 2ª vara da infância e da juventude a internação compulsória de Bárbara e acompanhamento do CREAS em 27 de setembro de 2011. Bárbara e família estavam sendo acompanhada pela promotoria da infância e da juventude e 2º juizado especial criminal do foro. Em 30 de setembro de 2011, o conselho tutelar e ação rua conduziram Bárbara ao IAPI para internação, ficando internada no hospital espírita, até o final do tratamento 20 de outubro de 2011. Em 16 de novembro de 2011, em contato assistente social refere que Bárbara esta na mesma situação, ficando na rua e usando substância química CRACK. (Caso 1 do material documental).

Diante dos recorrentes insucessos das instituições em protegê-la, a internação compulsória foi solicitada mesmo quando Bárbara demonstra não querer se internar. Tal procedimento não tem uma unanimidade nos/nas profissionais de saúde quanto à sua eficácia e resolutividade nos tratamentos por ferir os princípios de autonomia dos/as usuários/as e por estar pautada muito mais numa perspectiva higienista do que terapêutica. A resposta de Bárbara mostrou que o tratamento não conseguiu lhe tirar do espaço da rua nem do uso das drogas. Mais uma vez, o corpo “insubordinado” surgiu diante dessas tentativas de proteção tardia, que chegava com todo o seu aparato técnico/assistencial quando já havia instaurado em Bárbara um modo próprio de lidar com as violências sofridas.

De acordo com o relato, as figuras familiares protetivas de Bárbara estavam precárias, seja por suposto “abandono” materno, agressão do pai e violência/abuso sexual do padrasto. Todas elas estão pouco explicitadas e aprofundadas na história de Bárbara, assim como a descrição de seu companheiro, com a única informação de sua idade, 45 anos. Isso pode ser visto nos relatos seguintes, nos quais Bárbara sinalizou a sua dificuldade em entrar nas normatividades, regras e nos modelos considerados ideais para uma “adolescente”. A ocupação da rua, o uso de drogas e a prostituição passaram a ser um espaço de experimentação do seu

corpo, da sua existência, espaço esse a ser combatido pelas instituições protetivas. Assim, as tentativas institucionais em “alcançá-la” continuaram, como mostra o relato a seguir, feito por profissionais da equipe técnica de uma instituição filantrópica que também a acompanhava:

No mês de junho abordamos B no centro em mendicância da Rua Andrade Neves, em frente ao Banrisul. Mesma relatou que estava em rua moradia com o novo companheiro e que estava dormindo na pçs do Rosário. Atendemos Bárbara novamente em julho. A mesma relatou ganhar R\$ 70, 00 por dia em mendicância em frente ao Banrisul da Rua Andrades Neves. Acompanhamos a jovem até a escola Porto Alegre para inseri-la. Segundo a coordenadora, não havia vagas, mas devido à vulnerabilidade de Bárbara a mesma iria abrir uma exceção. Bárbara compareceu apenas 4 dias na escola e, segundo a coordenadora, a mesma estava residindo no [...] com a família do novo companheiro. Tentamos nova abordagem no mês de agosto para retorno da adolescente para o espaço de proteção, mas a mesma se mostrou resistente. Colocou que não gostaria de ir, pois tinha um encontro e não poderia desmarcar. Tentamos novas abordagens no local, porém não localizamos a adolescente. Em setembro abordamos a jovem no centro e a mesma relatou que está indo a escola porto alegre quando consegue acordar. Estava sem sapatos e com os pés muito sujos em mendicância em frente ao Banrisul da Andrade neves. Relatou que está morando novamente na praça do rosário com o atual companheiro. Em nova abordagem realizada com a jovem, no mesmo setembro, na Rua Andrade neves em frente ao Banrisul a mesma trouxe que estava com muito sono, pois havia passado a noite acordada no centro e que estava indo esporadicamente à escola Porto Alegre. Através do exposto até aqui solicitamos providências dos órgãos cabíveis para garantir os direitos integrais da adolescente que se encontra em situação de rua moradia e faz uso de substâncias psicoativas. (Caso 1 do material documental).

Apesar das suas tentativas em se “normalizar” diante dos apelos institucionais em colocá-la na escola, não conseguiu se manter nela dentro da frequência esperada. Estar na rua exigia dela outra disposição, como permanecer acordada durante à noite e dormindo durante o dia, buscando, nesse processo, modos de sobreviver, como a mendicância, os “encontros marcados” e o uso de drogas. Isso fazia com que o apelo fosse redobrado para que alguma ação “cabível” fosse tomada para sanar a situação de Bárbara. No decorrer dos relatos, foi ficando cada vez mais difícil para as instituições encontrá-la, como vemos nos seguintes relatos:

Foram feitas diligências nos locais onde poderia ser encontrada. Porém depois da morte do companheiro da adolescente, ela não tem mais lugar fixo. [...] A delegacia fez uma nova tentativa de localizar a Bárbara, porém sem sucesso. [...] Foi feito um outro ofício informando da localização da Bárbara. O último registro é que a adolescente esta morando na rua e ninguém sabe o seu paradeiro. (Caso 2 do material documental).

Assim, Bárbara foi se tornando cada vez mais inalcançável pelos órgãos responsáveis pela sua “proteção”, encerrando o seu processo quando saiu da sua própria condição de “adolescente” ao completar os 18 anos. O limite para a proteção de Bárbara agora escapa pela lei, determinada pelo ECA, que postula ser adolescente a pessoa que tem até 18 anos incompletos. Volta, então, para ela mesma, a responsabilidade por sua vida, que já lhe era cabida antes de ser atendida pelos órgãos protetivos. Nessa passagem por essas instituições, o resultado final, para Bárbara, foi ter um “paradeiro desconhecido”. Talvez, o menos conhecido pela instituição tenha sido mesmo esse paradeiro traçado por Bárbara, que insistia em não permanecer institucionalizada. O fato de desejar estar no espaço da rua desafia a função institucional em protegê-la, colocando em cheque os seus limites de atuação. Tais limites são

confrontados da mesma maneira quando algumas dessas meninas decidem por ficar nas instituições, como será visto nos três casos que acompanhei nas casas-lares. Para isso, muitos recursos “terapêuticos-orientadores” são necessários e cada vez mais utilizados pelas instâncias cuidadoras de crianças e adolescentes, como veremos na seção a seguir.

## 5.2 DA MEDICALIZAÇÃO AO AUMENTO DE PESO: AS ESTRATÉGIAS PARA UM CORPO “INSUBORDINADO”

Nesta seção, pretendo discutir sobre os efeitos institucionais no corpo, no gênero e na sexualidade das meninas atendidas pela rede de proteção a crianças e adolescentes em Porto Alegre-RS. Com isso, o corpo insubordinado será abordado a partir de como as instituições lidam com as adolescentes quando elas insurgem no papel de insubordinadas por praticarem sexo e estabelecerem relações agressivas no espaço institucional.

No próprio decorrer desta pesquisa, a exploração sexual foi se mostrando um tema difícil de ser acessado, seja pela invisibilidade da questão retratada nas frases das profissionais, como “A exploração sexual é uma coisa muito velada”, seja pelos impasses em encontrá-las nos espaços institucionais. Essa invisibilidade faz pensar o que a estaria encobrindo aos olhos institucionais. Quais são as nossas dificuldades em vê-la? Segundo a Participante 1: “a exploração sexual, a gente nunca soube trabalhar com isso, e continua sem saber”. Assim, diante dessa invisibilidade e do pouco conhecimento sobre as complexidades envolvendo a prática da exploração sexual, cabe analisar como ficam as meninas quando passam não só a adentrar ao processo institucional de proteção, como a permanecer nele. Para isso, farei, aqui, mais uso do material produzido com as três adolescentes interlocutoras da pesquisa as quais tive a oportunidade de acompanhar durante, aproximadamente, um ano. Antes de abordar esse material, cabe retomar um recorte feito na seção anterior sobre Ana, Caso 1 do material documental, quando é possível visualizar a percepção institucional sobre meninas em situação de exploração sexual:

Sabemos do histórico da adolescente de colocar-se em situação de exploração sexual e de evasões. Tememos que em um dos seus retornos ela retorne grávida, com uma doença sexualmente transmissível ou ingresse no mundo das drogas. (Caso 1 do material documental).

A preocupação com a gravidez e as DST é recorrente quando se fala de “adolescência” e das estratégias de proteção a sua saúde. A sexualidade, comumente vista da perspectiva biológica, como afirma Jimena Furlani (2011), acaba por restringir esse tema para a dimensão

reprodutiva do corpo, principalmente no caso das mulheres. A dimensão do prazer na descoberta e no exercício da sexualidade é pouco abordada ou até mesmo negligenciada. Felipe (2008) também discute essa questão ao sinalizar, nas práticas educativas sobre a sexualidade, um enfoque maior nos temas sobre DST, AIDS e gravidez, sendo assim, pautada pelo viés preventivo. Dessa forma, outras dimensões da sexualidade, como o prazer, por exemplo, acaba por ser desconsideradas. No entanto, tal aspecto se constitui como um dos mais significativos para a construção da nossa afetividade. Como pensar essas questões quando estamos tratando de meninas que, desde muito cedo, têm a sua sexualidade estimulada por homens adultos, estes inclusive pertencentes ao seu contexto familiar? Quais são os olhares e expectativas sobre a sua sexualidade quando passa a fazer parte do sistema de proteção institucional?

A Participante 4, ao falar de algumas meninas já atendidas por ela, disse:

Existem os casos de meninas que abusam. As crianças reproduzem nas demais crianças o que ocorreu entre elas. (Participante 4).

Sobre os meninos, ela afirmou:

Os meninos cometem esse estupro de meninos dentro do abrigo. Isso sai da rua. Aqui houve uma suruba dos meninos. Quando chegamos no quarto estavam todos transando. (Participante 4).

A Participante 1 também abordou essa questão:

Aí o que que vai acontecer dentro da própria casa? Hoje, os abrigos não são mais Abrigos, são casa de Acolhimento, tu não tens mais abrigos grandes, só femininos e só masculinos, mas antes tu tinhas, e aí o que que vai acontecer? O... A violência sexual vai continuar acontecendo dentro da casa de abordagem, porque são meninas e meninos que tão com a sua sexualidade exacerbada, e elas vão começar a transar umas com as outras, os guris a transar uns com os outros porque naquela ocasião ali, só tinha homem e só tinha mulher. Então a promiscuidade que elas viviam lá fora vão continuar vivendo dentro do abrigo, porque tu não vai conseguir dominar. (Participante 1).

As entrevistadas sinalizaram os desafios institucionais em lidar com esse aspecto, inclusive na impossibilidade de “dominar” essa sexualidade, vista como “promíscua”. Felipe (2008) discute sobre a exposição excessiva de crianças a diversos estímulos, em nossa cultura, voltados para a erotização dos corpos, produzindo, assim, efeitos significativos na construção das identidades de gênero e sexuais. Como pensar isso em relação a meninas abrigadas na modalidade casa-lar quando passam a ter a figura de pais e mães sociais e “irmãos/as”, configurando uma estrutura mais próxima do que socialmente convencionamos como familiar?

Como já descrito em seção anterior, as interlocutoras da pesquisa, Laura, e as irmãs, Pâmela e Jéssica, foram precocemente estimuladas sexualmente por membros de sua família, sendo esse um dos motivos principais para o abrigamento delas. Dessa forma, com a entrada dessas meninas nas casas-lares, um dos desafios institucionais, como já mencionados, era lidar com essa sexualidade erotizada. Se, nos casos anteriormente estudados, as fugas e a permanência na exploração sexual se configuraram como uma resposta insubordinada das meninas perante a rede de proteção, aqui, além das fugas, a agressividade passou a ser algo recorrente nessas meninas.

Ao longo de, aproximadamente, um ano, pude acompanhar esse processo tanto da perspectiva dos responsáveis pelo acompanhamento das meninas como a partir delas mesmas. Em um dos primeiros contatos que tive com Laura (14 anos) e Pâmela (11 anos), em uma das casas-lares, já conhecendo um pouco das suas histórias, contadas pelas profissionais que as acompanhavam, ambas haviam passado pela violação do abuso sexual cometido por pessoas pertencentes à família, como o padrinho e o tio, casado com a irmã da mãe de Pâmela, e um dos irmãos de Laura. Na atividade do desenho da família, elas optaram por desenhar a sua família institucional, a da casa-lar. No caso específico de Laura, segundo os relatos de Pâmela e confirmados por ela, ela havia ficado com todos os meninos da casa, exceto um deles por ser considerado criança. Pâmela relata, também, ter ficado com alguns dos meninos “atrás da árvore” no quintal da casa-lar. O que me chamou atenção, naquele dia, foi exatamente esse relato vir acompanhado na descrição de sua família, nesse caso, composta pela casa-lar, relacionando, assim, o exercício de sua sexualidade com os supostos “irmãos”, dentro de uma estrutura identificada como família para elas.

A questão abordada pela Participante 1, com relação aos abrigos e à sexualidade, como já citado, passa a ser vista aqui, na casa-lar, onde a intimidade entre as pessoas parece ser maior pelo número reduzido de crianças e adolescentes em comparação à modalidade de abrigo. Trago essa questão para mostrar que as experiências de prazer continuam sendo vivenciadas pelas meninas, mesmo quando tais práticas não são permitidas pelas normas institucionais. Segundo Laura, quando perguntei sobre os namoros na casa, respondeu:

- Não pode namorar na casa. Se namorar tem que se mudar.
- Mudar para onde? [pergunta].
- Para uma outra casa. (Laura, 14 anos).

Laura e as demais nunca namoraram na casa, mas isso não as impediu de se relacionarem com os meninos. No caso de Laura, sua insubordinação maior nesse aspecto se

dava também nas relações sexuais delas com os meninos dentro da casa, sendo esse, inclusive, um dos motivos para as suas sucessivas transferências, como já mencionado na seção *Traçando metodologias*. Laura era conhecida por ter “uma sexualidade exacerbada, aproximando dos meninos para obter sexo, muitas vezes descrita como ‘ataque’ pelos profissionais” (Relato do diário de campo, registrado em 25 de setembro de 2015). Uma das profissionais chegou a dizer: “Dá dó de vê-la assim, a gente percebe que chega a ser um sofrimento para ela essa questão do seu desejo sexual.” (Trechos do diário de campo, registrado em 17 de setembro de 2015). Essa inquietação provocada por Laura em relação ao seu desejo sexual era recorrente nas pessoas adultas que a acompanhavam. Uma das mães sociais, ao conversar comigo em muitas situações, descrevia-a como “fogosa”, “namoradeira” e contava os episódios em que ela se envolvia com os meninos na casa. Laura nunca se descreveu assim. Laura falava pouco de si, principalmente em relação a sua sexualidade. A sua história era contada a partir das impressões de quem a via e conhecia as suas ações. Partia, também, dos questionamentos e das provocações geradas por esse comportamento, que insistia em não obedecer a algumas regras institucionais. As suas atitudes sempre falavam mais do que suas palavras, e era com elas que ia demarcando a sua história por onde passava. Por isso, os relatos sobre a sua sexualidade foram poucos ao longo da pesquisa, apesar de eu ter oportunizado vários momentos para que isso ocorresse. No abrigo, ao perguntar para ela com quem ela conversava sobre os assuntos ligados a namoro, seus sentimentos e desejos, foi categórica ao afirmar que:

- Com ninguém.
- Nem com as outras meninas?
- Não. (Laura, 14 anos).

Grande parte dos assuntos sobre esse tema ocorreu no início, quando ainda estava na casa-lar junto com Pâmela. Entre elas, a conversa ficava mais solta, principalmente, por Pâmela ser mais expressiva. Pâmela, ao mencionar um dos seus passeios ao *shopping* com ela, fez referência a uma “ficada” de Laura com um “guri”, quando esta ficou com o rosto “todo vermelho”. Ao me voltar para ela, perguntei como foi essa experiência:

Eu fico toda vermelha no rosto quando beijo. [Essa frase veio acompanhada de um sorriso, uma resposta comum a ela quando fala de meninos, principalmente daqueles com quem já teve algum relacionamento.] (Laura, 14 anos).

Essas reações mais viscerais de Laura apontaram o quanto o seu corpo é expressivo aos seus desejos e sentimentos. Essas suas poucas frases ditas sobre o seu desejo não eram,

necessariamente, uma porta de abertura para o diálogo, pois, muitas vezes, ao proferi-la, encerrava a conversa com ela, evitando algum outro questionamento ou mudança de assunto quando demandada a falar mais sobre o tema ou respondia com o seu clássico: “Não sei”. Um dos assuntos surgidos em um dos jogos realizados com o grupo focal foi sobre a virgindade, ao que ela respondeu de forma muito espontânea:

Virgindade, só se for do C.U. [Ela disse essa palavra de forma soletrada, talvez um recurso dela para não expressar um “palavrão” ou até mesmo um deboche com essa discussão do jogo sobre esse tema tendo em vista o sentido dessa palavra na realidade em que se encontrava. Diante da experiência dela com o sexo desde muito cedo, a virgindade só poderia existir de um jeito não convencional, pelo C.U.] (Laura, 14 anos).

Esse foi um dos raros momentos em que foi possível vê-la falar de si, dos seus desejos. Num outra oportunidade, sobre a sua experiência com uma de suas irmãs numa outra cidade, ao perguntá-la sobre a sua volta para Porto Alegre, depois de ter se mudado para lá, respondeu:

- Não deu muito certo.
- Por quê?
- Porque tinha muito menino bonito lá. (Laura, 14 anos).

Laura, nessas poucas oportunidades, deixava expresso como o seu desejo transitava nas suas experiências, grande parte delas desconhecidas por mim durante a pesquisa, principalmente em relação às práticas de sexo comercial, envolvidas na exploração sexual. Nas suas relações com os meninos na casa-lar, o seu desejo “borbulhava” e as instituições buscavam dar um direcionamento a ele. Como lidar, então, com esse desejo “exacerbado” demonstrado por Laura, mas que, dentro dos limites institucionais, tornava-se inviável?.

No primeiro encontro com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento de Laura, uma das profissionais mencionou que ela estava sendo acompanhada por um psiquiatra. Segundo o seu relato, para o psiquiatra, Laura tinha uma “obsessão por sexo” e, por conta disso, ela toma uma medicação controlada, conhecida como Risperidona. Até o presente momento, não tinha conhecimento sobre essa medicação, o que me fez pesquisar sobre a sua indicação de tratamento<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Segundo o *site* <http://www.medicinanet.com.br/bula/8315/risperidona.htm>, Risperidona “É uma medicação indicada para pacientes esquizofrênicos com manifestações psicóticas como tais como alucinações, delírios, distúrbios do pensamento, hostilidade, desconfiança, embotamento afetivo, isolamento emocional e social, pobreza de discurso. É indicada para o tratamento de transtornos do comportamento em pacientes com demência nos quais os sintomas tais como agressividade (explosão verbal, violência física), transtornos psicomotores (agitação, vagar). Tal medicação é indicada para o tratamento de curto prazo para a mania aguda ou episódios mistos associados com transtorno bipolar I.”

O que chama atenção nessa descrição é a indicação para casos de esquizofrenia com manifestações psicóticas, diagnóstico este não correspondente com a situação de Laura. Numa tentativa de compreender tal tratamento, o mais próximo de seus “sintomas”, diante da descrição do medicamento, estaria para o tratamento “curto” em casos de mania ou agressão. A mania, talvez, por se aproximar da descrição do psiquiatra da Laura de “obsessão” por sexo. Para a questão da agressão, só tive acesso a essa reação de Laura quando passei a acompanhá-la nas casas-lares. Das vezes que estive com ela, apenas uma vez, eu a vi agredir uma colega da casa-lar, quando esta não atendeu o seu pedido de participar das nossas atividades. Ela, diante da reação da sua colega, passou a ofendê-la com palavras depreciativas. Sobre as demais agressões, tive conhecimento por meio da mãe e do pai social. Um dos episódios envolveu Laura e Jéssica com a folguista da casa:

Ao chegar a casa-lar, ao cumprimentar o pai social ele foi logo me relatando que Jéssica e Laura estavam de castigo por ter maltratado a folguista justo no dia em que estive lá realizando atividades com elas. Ele aproveitou a minha presença para colocar ali, diante de Laura e Jéssica a sua indignação com o que aconteceu. Disse que a folguista trabalhava lá há três anos e que adorava fazer esse serviço. Na sua descrição parecia estar triste e aborrecido. Falava acompanhado de seu cigarro e por mais que estivesse olhando para mim, as suas palavras eram para Laura e Jéssica. Essas ficaram ao meu lado, cabisbaixas, em silêncio. Eu também fiquei. Apenas escutei e observei as reações das meninas. Ele retomava o fato dizendo que elas bateram na folguista e isso a faz ligar para eles e interromper a folga do casal. Ela parecia estar aflita e indignada com a agressão, o que a fez desistir do trabalho. Por conta disso, ficaram de castigo pela necessidade de dar limites para elas. Lembrou de um episódio o qual Jéssica quebrou o vidro da janela, gerando custos para a casa e reduzindo o valor mensal de gastos para as comidas. Sua intenção era sinalizar os efeitos para a casa e para eles das atitudes de Jéssica e Laura [...] Já na conversa com as meninas, Laura quis falar do ocorrido e explicou que a sua irritação veio por causa da negação folguista em lhe dar uma “bolacha”. Elas acabam afirmando que são rebeldes. Pergunto o que é ser rebelde e em poucas palavras respondem que se irritam com o que não concordam. (Trechos do diário de campo, dia 22 de outubro de 2015).

Outro episódio descrito pela mãe social foi quando Laura precisou ser transferida para outra casa-lar devido às suas tentativas de agressão para com ela. Esse fato acabou por favorecer a sua decisão em sair desse trabalho como mãe social. Para ela, a vida da casa mudou com a vinda de Laura e de mais um adolescente, ambos descritos por serem desrespeitosos com as regras da casa. Esse adolescente havia passado por uma “crise” agressiva dentro da casa e estava internado num hospital psiquiátrico. Segundo a mãe, ele também tomava remédio “controlado”.

No nosso ritual do café, a mãe aproveitou para falar de sua tristeza em ter que sair desse trabalho, mas retificou as dificuldades atuais em lidar com o grupo da casa. Afirmou, algumas vezes, que seria incompatível conviver com Laura novamente: “Se ela voltar para a casa, eu saio”. Seu maior incômodo naquele momento estava no comportamento agressivo de Laura. Num dos momentos de nossa conversa, perguntou-me se essa reação dela tinha a ver com o fato de estar a 10 dias sem a medicação, pois não conseguiu ir até o “posto” repor. Parecia estar em

dúvida sobre isso. Eu respondi que, nesse período de 10 dias, o remédio já poderia ter perdido o seu efeito. Ela pareceu assustada com a minha resposta e acabou concluindo para si mesma: “Não, acho que não...”. Apesar dessa aparente dúvida, a certeza maior estava no fato de que essa reação de Laura foi marcante tanto para a vida dos pais sociais como para a dela. Se por um lado, esse fato desgastou a convivência dos pais sociais no exercício de sua função na casa-lar a ponto de fazê-los desistir de trabalhar com isso, por outro, Laura não retornou mais a essa casa-lar, necessitando conviver com outro grupo, em outra casa pertencente à instituição mantenedora. Tal fato também repercutiu na pesquisa, não só por destituir a estrutura das atividades que estavam sendo realizadas em grupo, com Laura e Pâmela, mas por exigir um novo deslocamento para outra casa-lar e, com isso, estabelecer um novo vínculo com Laura e seu novo espaço. Além disso, Laura ficou, por algum tempo, sem receber visitas, pois, segundo uma das profissionais, esse tempo era necessário para sua reflexão a respeito do ocorrido. Nessa segunda casa-lar, não foi possível um acompanhamento mais aprofundado, pois, logo, Laura foi transferida para um abrigo só para meninas, mantido por outra instituição.

Segundo uma das profissionais que a acompanhava, a instituição havia chegado a um limite com Laura, encerrando todos os recursos cabíveis para lidar com ela. A grande questão estava no fato de ela ter mantido relações sexuais com outro menino da casa, tornando-se inviável a convivência dela com o gênero masculino em casas-lares. A expectativa era de que, com a mudança para um abrigo só de meninas, essa questão pudesse ser minimizada. Segundo a profissional, o abrigo já havia recebido meninas em situação parecida com a de Laura, enfatizando, assim, a experiência deles/as no trato com casos “desse tipo”. Esse fato potencializou a vontade de conhecer como seria, nessa instituição, o trato para casos como de Laura.

Meus novos contatos com Laura fora da primeira casa-lar foram impactantes. Ainda quando estava nessa modalidade, na segunda casa que visitei, ela já estava bem diferente. Mais silenciosa, sem vontade de utilizar os materiais que produzimos em grupo com Pâmela. A sua maior expressão se deu quando nos sentamos à mesa para comemorar os aniversariantes do mês:

Laura ficou a maior parte do tempo em silêncio enquanto estava na mesa. Foi uma das últimas a sair. E enquanto esteve sentada, não parou de comer os doces e salgados, um atrás do outro. Enquanto comia, o seu olhar parecia distante, parecia estar mais atenta à comida que comia. Ficou nesse ato repetitivo até que precisei ir embora. Lembrei de uma cena dos rituais do café na primeira casa-lar quando a mãe social comentava sobre Laura estar comento muito. Num dos cafês Laura diz: “Não vou comer pão. Estou ficando gorda.” Porém, a mãe social brincou com ela dizendo que depois do café não conseguia manter o “regime” e comia pão em outros horários, fora do café. Ali, por enquanto, diante do grupo Laura queria sustentar a sua tentativa em não comer muito, o que ficaria mais difícil quando estava fora desse contexto de grupo. Ali, naquele momento ela comia, um atrás do outro, parecendo

não ter mais essa preocupação. Parecia que ficar gorda seria o seu menor problema [...]. (Trechos do diário de campo, 2 de dezembro de 2015).

Já no abrigo, nas primeiras visitas, a tentativa foi de estabelecer o vínculo e, dessa vez, a dificuldade maior estava em estabelecer contato quando as suas maiores reações eram: “‘Não sei’, ‘Tô cansada.’, ‘Deu, Monise.’, ‘Você disse que não viria hoje?’, ‘Tô com sono.’.... Fora os bocejos e as expressões de insatisfação”. (Recortes de vários trechos do diário de campo).

Acabei por perguntar por que ela sentia cansaço e sono e respondeu: “Por causa do remédio”. A sua fala estava diferente, menos articulada e com difícil compreensão. Segundo a monitora, ela estava tomando o remédio “direitinho”. De fato, isso era visível. Estavam estampados, no seu comportamento e na sua expressividade, os efeitos dessa medicação, até então, não presenciada por mim nas outras vezes. O cansaço permaneceu em todas as demais atividades, desde as que envolviam mais movimento, como jogar bola, caminhar ou mesmo conversar. Em poucos minutos, a sua resposta era: “Tô cansada.”, mesmo quando fazia atividades que escolhia realizar. Esse cansar rápido foi se estendendo para outras questões, até então, esperadas por ela com certa ansiedade. Uma delas estava tomar banho de piscina em um clube, como atividade de férias do SASE. Inicialmente, esse foi um dos primeiros assuntos a ser comentado quando me encontrava: “Amanhã tem piscina!”, acompanhado de um largo sorriso. Não demorou muito para ela dizer:

- Não quero ir mais para a piscina.
- Por quê? [perguntei].
- Enjoei. (Laura, 14 anos)

Seu próximo investimento estava em voltar a estudar: “Não vejo a hora de começarem as aulas! Começa logo as aulas!”. Essa expressão se repetia todas as vezes que ia ao abrigo, até que, de fato, essas aulas começaram. Fui contagiada por seu entusiasmo, pois a escola poderia estar representando outro momento para ela, como fazer novas amizades, conhecer outras pessoas e conviver com meninos. Estava na expectativa de como isso poderia acontecer para ela, além da possibilidade de estar acompanhando esse momento. Porém, logo no meu primeiro encontro após seu retorno à escola, esse entusiasmo havia se modificado. Sempre que a encontrava, as suas primeiras frases proferidas diziam sobre aquilo que mais estava lhe chamando atenção naquele momento. Para minha surpresa, o tema escola não apareceu até que eu perguntasse. Logo veio a sua insatisfação: “Não tô gostando da escola. Tem que acordar muito cedo”. Numa das vezes, comentou:

- Levei um bilhete da professora.

- Ah, é? Dizendo o quê?
- Que eu não tinha vontade de fazer nada na sala de aula.
- E ela tem razão?
- Sim, não tenho vontade.
- Por quê?
- Não sei [...] (Trechos do diário de campo, 24 de março de 2016).

Diante disso, busquei saber das suas novas amizades, com o intuito de analisar por onde andava o seu desejo, já que nas atividades escolares parecia não estar. Perguntei se ela estava fazendo amizade na escola, e ela respondeu:

- Sim.
- Quem?
- O Técio.
- Hum... ele é legal?
- Sim. (Pergunto no intuito de saber da sua relação com os meninos).
- E você pensa em namorar ele?
- Por enquanto não, mas se surgir... se surgir... sim.
- Você sente alguma coisa por ele?
- Sim.
- E ele? Sabe?
- Não.
- Você acha que ele está interessado em você?
- Num sei.

[Nesse diálogo, não via a intensidade antes mostrada nos outros casos de meninos. Ela costumava dar um sorriso bem aberto quando falava dos meninos, mas, dessa vez, ele não apareceu.] (Trechos de diário de campo, 21 de março de 2016).

O seu desinteresse pela escola já deflagrado me fazia ficar atenta para onde ela iria direcionar a sua atenção a partir daquela experiência não tão prazerosa na volta as aulas. Por outro lado, ia buscando, nos meus encontros com ela, encontrar algum disparador de diálogo, tendo em vista o seu desapego em conversar sobre “qualquer coisa”. Um desses disparadores era ter convivido um pouco com ela na casa-lar e ainda estar frequentando esse espaço. Às vezes, ela queria saber de lá, e eu aproveitava essa oportunidade. Perguntei para ela o motivo de ela ter saído da última casa-lar. Eu já havia ouvido da psicóloga as razões para tal, como ter tido relação sexual com um dos meninos. Para ela, o motivo para ter saído da casa-lar foi o fato de ter se envolvido em confusão na escola. Ela agrediu uma de suas colegas, e a mãe da menina foi até a escola tomar satisfações com ela. Segundo Laura, isso a fez sair da escola também. Ao perguntar sobre o episódio, respondeu:

- Eu arranhei a orelha dela. Mas é por que eu estava com a unha grande. (Laura, 14 anos).

Tal comentário foi muito espontâneo e interessante por mostrar o que ela pensava a respeito de sua agressão. O ato de bater na sua colega não foi o causador do machucado, mas o

descuido com a unha grande. Em outro momento, falou do seu comportamento provocativo com as demais meninas no abrigo. Numa das minhas visitas, mostrou-me uma unha machucada do pé por conta de uma porta batida por uma das suas colegas de abrigo. Perguntei:

- Foi um acidente?
- Não. Ela quis me machucar mesmo.
- Por quê?
- Eu gosto de irritar ela.

Disse isso sorrindo, sem se incomodar com a unha machucada. Uma das profissionais que a acompanha já havia mencionado que ela só escolhia provocar no abrigo quem poderia se render a sua força e, por isso, não implicava com qualquer uma. Ao longo de nossos encontros, a sua agressão foi perdendo força, pelo menos, no seu discurso e nos registros dos profissionais. Por outro lado, o seu desejo por comida passou a ser uma tônica nos nossos encontros, inclusive solicitados por ela que, em algum deles, eu levasse comida, até o momento em que todos eles foram mediados com alimento. A sua primeira sugestão para isso foi quando deu a ideia de fazermos piquenique, com bebidas e salgados. Essa ideia, que veio de uma atividade feita no SASE, pareceu ter despertado nela muito interesse. Nos outros encontros, tal sugestão de piquenique passou a ser recorrente, apesar de ela se alimentar no abrigo com quatro refeições diárias. Antes da sua solicitação do piquenique, costumava comentar, acompanhado de um largo sorriso, os tipos de comida servidos no abrigo. No decorrer do tempo, não precisou mais usar o termo piquenique e passou a pedir comidas específicas. Além das comidas, aproveitávamos as frutas diversas disponibilizadas no quintal do abrigo, como jabuticaba, laranja e goiaba. Assim, tanto as minhas visitas como as da sua família tinha como foco a comida:

[...] Sobre a visita da mãe e familiares foi resumida por ela assim: “Ela me trouxe uma caixa de chocolate e um Nescau”. “E comi tudo na escola” Falava isso comendo todas as jabuticabas que havíamos colhido. A sua voracidade em comer as jabuticabas chamava a minha atenção, assim como sua ansiedade em comer tudo o que foi trazido. Antes mesmo de colher as jabuticabas, ao vê-las, a sua boca salivava intensamente a ponto de não conseguir segurar e derramá-la nas frutas. Daí falou que gostaria de comer uma coxinha, “aquelas... aquelas...” não dizia sobre qual era. De frango? Perguntei. Ela disse que sim. Acabaram as jabuticabas e rapidamente foi buscar laranja, do pé do quintal. Daí resolveu buscar uma faca e veio com uma das meninas abrigadas. Aproveitei que a menina estava esperando que eu cortasse a laranja para perguntar:

- Você é amiga dela, da Laura?
- Sim, sou, mas sabe que ela comeu todo o chocolate e não me deu nenhum?
- Foi mesmo Laura?
- Sim, comi tudo sozinha.

A menina pegou a sua laranja e saiu, pois não poderia ficar ali. Antes comentou das poucas jabuticabas. Vocês não vêm aqui pegar? Perguntei e ela respondeu que não e saiu com a sua laranja. E Laura continuava a comer uma laranja atrás da outra. Começava cortando, mas não conseguia terminar e me pedia. Ao comer as laranjas, foi me perguntando por que eu não comia a laranja toda, com bagaço e tudo. (Trechos do diário de campo, dia 14 de março de 2016.)

Laura foi ficando mais ativa e menos letárgica nos nossos encontros. A comida tinha um forte efeito nela, como deixá-la mais disposta e, aparentemente, mais feliz. No seu corpo, as marcas eram maiores, como o visível o aumento de peso. O seu abdômen tinha se alargado a um ponto que fez chamar a atenção de uma das monitoras sobre a possibilidade de ela estar grávida, já que, para ela, a barriga de Laura estava em crescimento. De fato, estava. A gravidez era um motivo improvável, já que Laura tomava injeção anticoncepcional regularmente, sendo esta outra forma institucional de lidar com a sua sexualidade. Segundo uma das mães sociais, um dos critérios para o uso do anticoncepcional em meninas deve-se pelo comportamento “namoradeiro”. Por outro lado, em meninos, não foi mencionada nenhuma estratégia para lidar com a sexualidade deles. Aqui, podemos perceber que a instituição reforça e reproduz uma concepção machista, tratando de regular somente as meninas, ao passo que o mesmo não se dá em relação aos meninos. Quando eles transam com Laura, é ela a única responsabilizada pelo ato devido à sua insistência, restando, aos meninos, ceder a essa demanda dela, cumprindo o *script* masculino “aceitável”.

Dessa forma, ao longo do acompanhamento a Laura, não foi descrita nenhuma atividade no campo pedagógico, social e psicológico específica para trabalhar o tema da sexualidade, assim como as questões envolvendo o seu histórico de violência sexual. O foco do seu tratamento estava voltado para o medicamentoso e, por isso, conduzido mais pela psiquiatria. Segundo Jane Russo (2004), no percurso histórico da construção do *Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* (DSM), a visão psicossocial sobre os transtornos mentais, influenciada pela Psicanálise, perde a sua força e passa a dar lugar à visão biomédica, focada na biologia e neurociência. Essa mudança fez com que o DSM se volte para as descrições mais objetivas, com menor ênfase nos processos psicológicos envolvidos nos transtornos. A separação entre aspectos orgânicos e não orgânicos nos transtornos mentais desaparece, fortalecendo, assim, a compreensão dos fenômenos considerados psicológicos como doença, portanto, passíveis de serem tratados com medicamentos. Para Russo (2004), tal questão fortalece a relação entre o DSM com a psicofarmacologia, abrindo espaço para o apoio das indústrias farmacêuticas aos experimentos clínicos randomizados com vários pacientes para a produção de medicamentos. Desse modo, assistimos, cada vez mais, a inserção dos medicamentos no cotidiano das pessoas, provocando o fenômeno já apontado pelos/as críticos desse processo como medicalização da vida, inclusive de forma precoce na vida das crianças.

No campo da sexualidade, os estudos de Fabíola Rohden (2011) mostram a forte influência da perspectiva biomédica a partir da década de 90 para o tratamento das doenças

consideradas no campo da “disfunção sexual” com base em uso de fármacos. Com isso, os aspectos políticos e sociais vão perdendo espaço na compreensão sobre os fenômenos da sexualidade, aumentando o enfoque para tratamentos individualizantes e medicamentosos. Sobre o campo da sexualidade no DSM, Russo (2004) mostra as mudanças ocorridas na última versão desse manual pela inclusão da categoria Transtornos Psicosexuais, dentre eles, o das disfunções sexuais. Nela, há uma descrição sobre o ciclo de resposta sexual, tendo ele passado pelo desejo, excitação, orgasmo e resolução. Em tal processo, cada etapa conterá um transtorno específico como o Transtorno do Desejo Sexual, Transtorno da Excitação Sexual, Transtorno Orgásmico e Transtorno de Dor Sexual. A autora discute, no primeiro transtorno, a descrição do Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo e o de Aversão Sexual. Nessa versão, o foco está na carência de desejo sexual como evidência para identificação de uma sexualidade “problemática” ou fora do padrão “normal”. Os excessos e o alto desejo no campo das sexualidades passa ser visto como aceito, dentro da normalidade.

Partindo dessas discussões, volto para a história de Laura e os parâmetros para o seu tratamento medicamentoso. Se o seu comportamento excessivo no que tange ao seu desejo sexual não cabe mais na concepção de um Transtorno Sexual, o que leva, então, à escolha de um tratamento psiquiátrico para o seu “problema”? Se o excesso está no seu comportamento agressivo, cabe aí tratá-la como esquizofrênica, com sintomas psicóticos, conforme aponta a descrição do remédio usado em seu tratamento? Dessa forma, vemos a forte ênfase orgânica, apontada por Russo (2004), para os transtornos mentais, desconsiderando-se, assim, os aspectos psicológicos e sociais nesse processo. A suposta calma proposta pela medicação acaba por punir Laura pela sua insubordinação, por não permitir ser externalizada nem expressa nos seus espaços de convivência. Se a cada manifestação sua, cabe uma modificação estrutural de onde deve ficar, como nas diversas transferências institucionais descritas no seu histórico, qual será o espaço para o acolhimento da sua história e toda a singularidade que lhe cabe? A violência sofrida no seu corpo volta para ele mesmo como uma das poucas estratégias restantes para sobreviver nos espaços institucionais. A sua raiva e o seu desejo sexual deve ficar com ela mesma, com mais ninguém. Assim, o ato de comer, o desejo exagerado pela comida passa a ter mais sentido e ser mais funcional para a sua existência.

O fato de estar no abrigo, localizado mais na região central da cidade, acabou por aproximá-la de sua família, recebendo mais visitas, principalmente, de sua mãe e de seus irmãos. Essa aproximação trouxe-lhe muita felicidade, como mencionado pela psicóloga do abrigo e por ela mesma em alguns dos nossos encontros, quando mencionou as visitas de sua

família como o seu primeiro assunto, acompanhado de um largo sorriso. Contudo, a presença da família também passou a ser relacionada à comida trazida por ela, assim como a minha presença e o abrigo. Todas essas instâncias passaram a ser vistas como espaços capazes de lhe oferecer comida e, conseqüentemente, prazer. Em um dos trechos do diário de campo, sinalizei isto:

O sexo parece que vem perdendo esse poder para ela. Venho percebendo isso. Ela agora parece aceitar que ficará ali por muito tempo. Depois, disse que vai para a família. Fiquei pensando naquela linha que já venho trabalhando na minha análise de que o corpo retoma esse lugar de investimento de prazer, agora pela comida. Eu já vinha percebendo isso nas casas-lares, mas o seu investimento sexual ainda permanecia lá. No abrigo, sem a presença dos meninos, parece que lhe restou a comida. Ao comer as jabuticabas colhidas por nós, uma atrás da outra, dizia com um largo sorriso e olhar fixo: “Que coisa bem boa!”. Isso poderia ser ainda mais fortalecido pela ideia de que ali as opções para ela estavam se reduzindo, depois de tanto transitar pelas casas-lares. Para as meninas insubordinadas do Abrigo o resultado foi: uma internada, outra para a delegacia... outra para o abrigo de onde já esteve... para onde ela não poderia mais ir. Investir no sexo significava uma possível transferência dali... e quais eram as suas opções? Para onde iria? Investir na comida não a tiraria de lugar nenhum... lhe acomodaria... lhe saciaria sem tantos riscos a curto prazo, a não ser o fato de estar engordando casa vez mais. (Trechos do diário de campo, dia 14 de março de 2016).

O desejo de comer em excesso passava menos despercebido aos olhos institucionais do que o seu desejo de sexo e de agredir e, assim, consegui, inclusive, projetar-se mais anos ali na instituição até a sua maioridade. Numa das nossas conversas, entre uma “abocanhada e outra” das laranjas colhidas por nós, falei da minha sensação de ela estava gostando dali. Ela respondeu que sim. Perguntei até quanto ela pretendia ficar, e ela respondeu:

- Até quanto tiver com 19 anos. (Laura, 14 anos).

Em outro encontro, resolvi mencionar para ela outra impressão minha sobre ela e a sua relação com os meninos:

- Estou sentindo você diferente. Não fala mais em namorado, nem em meninos. [Sigo falando em meninos por que até então ela não menciona desejo por menina, apesar de a psicóloga ter dito que ela tentou beijar uma menina logo que chegou no abrigo.]

- É tenho que pensar nos estudos. Depois penso em namorar.

[Parece ser uma fala vinda de outro lugar. Uma fala institucionalizada, já que várias vezes tem demonstrado desinteresse pela escola, inclusive pelo bilhete da professora que menciona essa sua indisposição nas tarefas escolares.] (Trechos do diário de campo, dia 24 de março de 2016).

Como tais histórias eram consideradas em seu tratamento psiquiátrico? Segundo um dos relatos das mães sociais, em umas de nossas conversas, disse-me que, quando levava Laura nas consultas psiquiátricas, percebia que ela ficava fechada, colocava o capuz do casaco em seu rosto, permanecendo de cabeça baixa e em silêncio. Já no abrigo, nas minhas saídas para ir embora, passava pelo espaço onde as meninas ficam e, assim, acabava por ter contato com uma

das monitoras responsável por aquele turno. Numa dessas saídas, fui surpreendida pela queixa da monitora:

Você sabia que ela está indo ao psiquiatra e não está falando nada? Da última vez que foi ficou calada o tempo todo”. Eu olhava para Laura e ela estava sorrindo. Sorri junto com Laura. Sorri porque sabia do que se tratava. Lembrava de quantas e quantas vezes havia passado por esse longos tempos de silêncio com ela e em muitas ocasiões fui ao seu encontro para ouvir dela apenas poucas frases. Tive que aprender a lidar com o seu ritmo, o seu tempo. A monitora descontente, talvez com as nossas reações, aumenta o tom da voz e aponta a seriedade daquela situação. “Tô falando sério. Se você quer ir para a casa de sua mãe, tem que se ajudar!”. Dessa vez Laura fica séria e eu também. Para não parecer que estava desinteressada em sua preocupação, pergunto a monitora se o médico havia mudado e ela respondeu que não. Segui perguntando se ele havia mudando a medicação, ela disse que não. Para descontrar, digo que não conheço pessoalmente a mãe de Laura e pergunto se elas se parecem. A monitora, mais sorridente, responde que sim. “Uma a cara da outra”. (Trechos do diário de campo, dia 4 de março de 2016).

Diante desses silêncios apresentados nas suas idas ao psiquiatra, cabe pensar quais eram os indicadores diagnósticos utilizados por ele para o seu tratamento. Em conversa com Laura, perguntei há quanto tempo ia ao psiquiatra. Ela abriu as duas mãos, como num gesto que dizia: “Não sei”. Sua resposta clássica.

- O que você fala para ele?
- Nadinha. Fico muda.
- Você sabe por que toma remédio?
- Não sei.
- Você vai à psicóloga e fala com ela?
- Não. Eu num sei o que é isso!
- Você não sabe o que a [nome da profissional] faz?
- Não sei. Vamos comer laranja? – E se levanta para colher laranjas. (Trechos do diário de campo, 11 de abril de 2016).

O que me chamou a atenção foi o fato de ela ter mais familiaridade com o/a profissional da Psiquiatria do que da Psicologia, assim como o discurso da monitora, ao atribui ao tratamento psiquiátrico o caminho para a melhora de Laura. Em outra conversa com ela sobre isso, busquei, novamente, retomar esse assunto no intuito de saber um pouco mais da sua percepção com as medicações e o tratamento psiquiátrico:

- Você percebe que está comendo mais?
- Sim.
- Por quê?
- Por causa do remédio.
- Você sabe por que toma remédio?
- Não.
- Não te falaram nada.
- Disseram que é por que sou agitada.
- Quem te falou isso?
- O psiquiatra. [Diz isso se engasgando, pois não consegue parar de comer para falar].
- E os remédios te acalmam? [Balança a cabeça respondendo que não]
- Como é que ele sabe que tu é agitada?
- As monitoras que falam para ele. [E segue comendo as laranjas.] (Laura, 14 anos).

Na sua narrativa, Laura sinalizava o seu conhecimento sobre o seu tratamento e os efeitos dele no seu corpo, como o aumento do apetite, e, por isso, o remédio, para ela, assumia outro lugar, não ao que ele se destinava, como acalmá-la, mas como responsável por engordá-la. Ela, nesse diálogo, nem sequer se reconheceu agitada quando menciona tal classificação ter sido dada por outra pessoa, vinda de fora, não dela mesma: “Disseram que sou agitada”. Nesse caso, o discurso institucional falou por ela, não só nesse momento, mas em vários, discutidos nesta pesquisa.

Segundo uma conversa tida com uma das monitoras, Laura estava tendo dificuldades de relacionamento com as meninas, pois falava pouco e não gostava de ser contrariada. Para ela, Laura respondia às suas solicitações de forma mecânica: “Parece um robô”. Segundo a psicóloga, a professora de Laura disse que ela estava isolada na escola. Um dos motivos era a sua agressão para com as colegas, e parece ser essa a forma mais usual dela de se comunicar ali. Mesmo com todo o aparato medicamentoso, não foi suficiente para contê-la na sua sexualidade nem na sua agressividade. Numa das minhas devoluções institucionais nas casas-lares, fiquei sabendo, por uma das psicólogas, sobre um episódio envolvendo Laura e uma das monitoras, no qual esta foi hospitalizada por uma mordida de Laura em uma das suas “crises” agressivas. Laura, ainda nas casas-lares, protagonizou uma cena semelhante e, ao ser contida pelas profissionais, mordeu uma delas. Laura não comentou esses episódios, mas, ao descrever um episódio com uma das mães sociais, demonstrou o seu comportamento insubordinado:

- Tô com saudades da X [fazendo referência à coordenadora das casas-lares]. Ela aparecia quando eu aprontava. Eu aprontava muito.
- O que tu fazia?
- Eu fui pra cima da X [mãe social]. Ela partiu para cima de mim. (Laura, 14 anos).

Ainda sobre essa discussão, cabe mencionar uma das sessões dos grupos focais, ainda na primeira casa-lar, com as meninas atendidas ali, muitas delas, vítimas de abuso sexual, em que uma, chamada aqui de Ana, 16 anos, mencionou a sua tristeza pelo abuso sofrido dentro da sua família, cometido por seu irmão. Nesse momento, quando perguntei o porquê de não conversar sobre isso com as profissionais responsáveis em acompanhá-la, de uma forma indignada diz: “Para que? Para elas me internarem? Olha o que fizeram com o... [menciona o nome do menino internado depois de uma crise agressiva]. Elas querem nos enlouquecer, provocam para a gente enlouquecer e daí nos internarem!” O que me chamou mais atenção nessa fala foi de quem ela veio.

A adolescente em questão era descrita pelos pais sociais como um exemplo na casa-lar e na escola pela obediência às regras, cooperação nas atividades da casa e bom desempenho

escolar. Mesmo com todos esses atributos, isso parecia não ser suficiente para deixá-la segura frente aos riscos de ser internada e ser tratada como louca. Isso pode sinalizar o quanto, de fato, o tratamento medicamentoso, para além da cura e do auxílio ao problema, é visto como uma prática punitiva. Nessa perspectiva, Fabíola Luengo (2010, p. 61) discute o aumento da medicalização e da patologização dos considerados “diferentes”, considerados fora da norma no contexto escolar, apontando a forte ênfase da ciência médica, especificamente a Psiquiatria, no trato dos comportamentos classificados como desviantes. A autora afirma, inclusive, o quanto a prática pedagógica está “submissa” a esse procedimento médico no contexto escolar, tendo como efeito a medicalização precoce em crianças pequenas e a desconsideração dos aspectos sociais, culturais e políticos nos “problemas” educacionais.

A medicação como forma de corrigir o que foge ao pré-estabelecido pelas normas sociais, sem questioná-las, acaba por ser uma maneira de controle institucional dos corpos. Juslaine Nogueira (2015), ao problematizar os usos do discurso psiquiátrico “[n]o que fazer” das escolas perante os/as insurgentes, indisciplinados/as, aponta o quanto tais condutas, com o intuito de normalizar, acabar por legitimar a medicalização como forma de inclusão, uma inclusão perversa por necessitar, pela via do diagnóstico, patologizar para, então, normatizar. No caso de Laura e Jéssica, normatiza-se a sua insubordinação diante das violências sofridas em sua vida, enquadrando-as em diagnósticos psiquiátricos e patologizantes, pretendendo, com isso, apaziguar as suas estratégias próprias de enfrentamento entendidas pela instituição como indisciplinadas.

Diante desse questionamento sobre a função do medicamento no caso de Laura, decidi conversar com a equipe de psicólogas e assistentes sociais responsáveis por ela. Nessa conversa, sobre alguns dos resultados produzidos na pesquisa, discuti sobre a indicação da medicação para Laura e os seus efeitos nela. Nessa conversa, as profissionais relataram as dificuldades de Laura em se manter acordada na escola, inclusive sendo essa uma das queixas das professoras. Além disso, ela se mantinha isolada e agressiva com os/as demais colegas. Sobre a sua relação com os meninos tanto na escola como no SASE, Laura não buscava algum tipo de contato. Nesse diálogo, retomamos os motivos de sua saída das demais casas-lares, sendo tanto a sua agressão como o seu desejo intenso de ter contato sexual com os meninos. Este último era acompanhado de muito sofrimento, como se a falta do sexo lhe causasse muita angústia. Já no abrigo, não havia nenhum relato de envolvimento de Laura tanto com as meninas, como com os meninos da escola e do SASE. Diante disso, questionei: Para onde foi o seu desejo? Apresentei as minhas análises sobre os remédios e sobre o seu comportamento em relação à comida. Sobre

o primeiro, tive a informação de que, além da Risperidona, ela tomava, também, Ácido Volproico<sup>36</sup>.

Dessa forma, tanto um como outro, de acordo com o observado em Laura, não tinham, de fato, dado conta do que fora proposto enquanto medicação, colocando em questionamento o seu uso regular. De acordo com as profissionais, Laura estava sendo atendida por um dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o que produziria, segundo elas, uma mudança no seu tratamento diante da própria proposta desse serviço, por abranger atendimento psicossocial e não se limitar ao medicamento. Sobre a alimentação, as profissionais reconheceram o forte desejo de Laura por comida, o que tinha gerado o seu aumento de peso. Isso fez com que a pediatra que a acompanhava, segundo a psicóloga do local, sugerisse um acompanhamento nutricional.

Segundo a assistente social e a psicóloga mencionaram, havia certa probabilidade de Laura estar sofrendo uma alteração hormonal e, por isso, a sua libido está diminuída. Além disso, de acordo com elas, a pediatra solicitou essas informações à ginecologista que também acompanha o caso de Laura. Numa outra devolução com a equipe, foram constatados, pelas profissionais, vários episódios de Laura com comida, como brigar com as demais colegas e chorar para se alimentar mais, assim como criar estratégias para se alimentar mais de uma vez na instituição. Nessas situações, Laura passou a agir com agressão (ofensas verbais e físicas) e choro quando não correspondida no seu desejo em comer, assim como era descrito nos episódios envolvendo o sexo.

Diante desse quadro, como mencionado, a ênfase do seu tratamento, naquela ocasião, estava calcada nos aspectos biológicos tanto pela forte presença da medicação pela via da Psiquiatria, como da Ginecologia, Pediatria e a possibilidade de uma nova inclusão, a Nutrição. Todas elas tinham uma intervenção no desejo de Laura em comer e transar, aspectos carregados de significados subjetivos para Laura. Quando essa dimensão ganharia mais força no trato institucional com o seu caso? Se o ato de comer, por um lado, gerava alívio para as suas necessidades, por outro, ao engordar o corpo, propiciava rejeição a ele. Numa de nossas conversas sobre esse assunto, no abrigo feminino, falou:

---

<sup>36</sup> Segundo o site [www.medicinanet.com.br](http://www.medicinanet.com.br), o remédio é indicado: “Como monoterápico e adjuvante no tratamento de pacientes com crises parciais complexas que ocorrem isoladamente ou com outros tipos de crises. DEPAKENE está indicado como monoterapia ou tratamento adjuvante no tratamento de ausência simples e complexa, e como adjuvante em pacientes com tipos de convulsões múltiplas que incluem crises de ausência. Ausência simples é definida como breve obscurecimento sensorial ou perda de consciência acompanhada por determinadas descargas epiléticas generalizadas, sem outros sinais clínicos detectáveis. Ausência complexa é a expressão utilizada quando outros sinais também estão presentes.”

- O que você acha do seu corpo?
- Feio.
- Por quê?
- Porque sou gorda.
- Por que você acha que isso aconteceu?
- Porque eu como demais. (Laura, 14 anos).

O seu corpo, que, na infância, vivenciou o paradoxo de ter, pelo viés das violações, experiências tanto de sofrimento como prazer, na adolescência, retomou esse lugar quando buscava sexo e comida de modo que, quando não correspondida, sofria, agredia. Se na época, com a comida, a sua estratégia para obter prazer, garantia a permanência institucional no abrigo, por outro lado, afetava sua aparência. Dessa forma, era penalizada pela sua obesidade, que, além de lhe prejudicar no quesito saúde, afetava a sua autoimagem.

Na convivência com Jéssica, a terceira interlocutora, também tive, nos meus primeiros encontros, a presença desse corpo medicado, amortecido pelas dosagens de remédios, que, no caso dela, além dos dois já citados com Laura, havia o Biperideno e Clorpromazina<sup>37</sup>. Apesar de não estar familiarizada com esses medicamentos e sobre o intuito terapêutico dos/as psiquiatras que os usam, aproximei-me dos seus efeitos no corpo de Jéssica quando passei a conviver mais com ela. A indicação para essa medicação vinha pelas tentativas de suicídio e fugas da casa-lar. Numa dessas fugas, precisou ser internada em uma das alas do hospital psiquiátrico de Porto Alegre. Em todos os meus encontros a sós com ela, tive, diante de mim, um corpo sonolento, amortecido. Em vários momentos, intercalava, ora com bocejos, ora com adormecimentos. Ela fechava os olhos, abaixava a cabeça e parecia que se desligava dali. Pouco falava e, quando isso ocorria, era de difícil compreensão. Segundo os pais sociais, era necessário dar atividades para ela ficar ativa durante o dia, pois o desejo de Jéssica era passar o dia dormindo.

Numa das minhas visitas à casa-lar, em conversa com o pai social, falávamos do comportamento de Jéssica. Ele me disse que, naquela semana, ela estava agressiva com um dos meninos da casa. Nesses momentos, ela surpreendia pela sua força e agilidade em reagir ao menino quando insatisfeita com alguma atitude dele. As reações intensificadas de Jéssica fez

---

<sup>37</sup> De acordo com o *site* [www.medicalnet.com](http://www.medicalnet.com): “Neuropsiquiatria: Pode ser prescrito em quadros psiquiátricos agudos, ou então no controle de psicoses de longa evolução. Clínica geral, manifestação de ansiedade e agitação, soluços incoercíveis, náuseas e vômitos e neurotoxicoses infantis; também pode ser associado à barbitúricos no tratamento do tétano. Cirurgia: Como agente pré-anestésico. Obstetrícia: em analgesia obstétrica e no tratamento da eclampsia.” “O cloridrato de Clorpromazina é indicado nos casos em que haja necessidade de uma ação neuroléptica, vagolítica, simpatolítica, sedativa ou antiemética. AKINETON (cloridrato de **Biperideno**) é indicado para: síndrome parkinsoniana, especialmente para controlar sintomas de rigidez e tremor; sintomas extrapiramidais como distonias agudas, acatisia e síndromes parkinsonianas induzidas por neurolépticos e outros fármacos similares.”

com que o médico solicitasse a duplicação da medicação, tomada três vezes ao dia. O pai social estava preocupado com esse aumento da medicação, temendo que ela ficasse ainda mais sonolenta. Essa preocupação também passou a ser minha. Estava na busca para estabelecer contato e vínculo apenas nos possíveis escapes entre um sono, um bocejo e um adormecimento. Em muitos momentos, eles tomaram de conta de toda a expressividade de Jéssica, vencendo-me, várias vezes, pelo cansaço e pela minha impossibilidade de diálogo. Voltava para casa apenas com duas ou três vezes frases dela, repensando como voltar e estabelecer algum contato. O corpo adormecido pela medicação deixava-me com poucas possibilidades. Se deixava para mim, como seria isso para Jéssica? Quais eram as suas possibilidades? Quais são os caminhos subjetivos traçados quando se tem, no corpo, o controle medicamentoso? Quais seriam as estratégias de resistência?

Mesmo com os silêncios e sonolência, Jéssica era surpreendida sempre quando eu avisava que já ia embora: “Você já vai? Quando você volta?” Isso me fazia pensar que a minha presença ali, de alguma forma, estava produzindo algum efeito nela e que, talvez, a aparente dormência já era, em si, aquilo que ela gostaria de comunicar naquele momento. Com isso, passei a pensar naquele gesto para além daquele momento e reportei a própria descrição da história dela, na qual foi marcada por uma série de violações. Suportar as marcas deixadas por essas violações e lidar com elas não era uma tarefa fácil, e a dormência poderia estar sendo um dos seus recursos para isso, fortemente amparada pela medicação. Ao longo da minha convivência com Jéssica, fui percebendo outros caminhos dados por ela para a sua sonolência, sendo, um deles, acioná-la quando não tinha interesse no assunto a ser tratado em questão ou na atividade a ser realizada. Dessa forma, suas reações foram mostrando, para mim, como ela ia se apropriando das manifestações do seu corpo e fazendo uso delas de acordo com a sua vontade. Em outros momentos, mostrava a sua vitalidade, como nas situações descritas pela mãe social, envolvendo música nas festas realizadas na casa-lar quando Jéssica dançava bastante, surpreendendo todas/todos. Outros episódios referiam-se à sua capacidade de correr nas atividades recreativas ou de responder de forma mais abrupta quando estava em questão um dos meninos da casa-lar de quem não gostava. Esses seus feitos, quando mencionados pelos pais sociais em sua presença, eram motivos de muita alegria para ela, demonstrada em suas longas risadas, enquanto ouvia os pais sociais contarem para mim. Esse seu processo, ora lhe oportunizava subverter as regras institucionais representadas nas suas fugas, dando-lhe, assim, alguma emancipação na sua “dormência”, ora lhe trazia com mais força para esse lugar pela

internação e medicação. Numa de nossas conversas entre mim, ela e os pais sociais foi possível perceber isso:

[...] O pai social lembrou-se de como ela era comunicativa, recebia as pessoas na casa, se comunicava com todo mundo, o que mudou depois de suas crises e do uso de medicação que altera a sua fala. Esse relato é feito de forma descontraída, acompanhada de muitos risos da menina, quando se fala desse jeito dela ser falante. A mãe social falou de uma outra menina que está diminuindo a medicação. A menina ouvindo isso perguntou: “Quando eu vou diminuir a minha?”. A mãe social olhou para ela e disse que ela sabe por que ainda não diminui. Isso a fez lembrar de suas fugas. Ela falou que ficou 20 dias em uma ala do hospital psiquiátrico. Reclamou da comida e de ter ficado a maior parte do tempo deitada e assistindo TV. A sua fuga, segundo ela, ocorreu para a casa de seu pai que mora num determinado bairro da cidade que logo foi comentado por um dos adolescentes que ali estava como um bairro muito perigoso, o mais de todos da cidade [...] (Trechos do diário de campo, 19 de fevereiro de 2016).

Em outra conversa com os pais sociais e Jéssica na sala, a mãe social disse que ela, quando ficava angustiada, pedia para ser internada, o que, na opinião deles, é ruim, porque ela voltava mais regredida. Para eles, essa regressão significava perda da autonomia no que tange aos cuidados higiênicos com o seu corpo, como tomar banho e escovar os dentes. Lá, segundo eles, ela passava “o dia dopada”. Jéssica confirmou: “Eu passava o dia deitada, assistindo TV”.

Outro escape para sua dormência foi a expressividade da sua agressividade sobre as violações ocorridas a ela. A manifestação de raiva era algo sempre pensado por mim quando ouvia a sua história, já que a sua autonomia e o seu desejo foram fortemente desrespeitados por figuras tão significativas como a mãe, a tia, avó e o tio. O seu relato mais expresso sobre isso veio a ocorrer na nossa última conversa gravada:

- Eu sou braba.
- Você é braba?
- Sim. Eu vou me vingar de cada um. Pensa que eu vou esquecer? Isso não me sai da cabeça.
- O que você gostaria de fazer ou de dizer para eles?
- Matar um por um.
- São quantos?
- Cinco. Agora são quatro. Um morreu. Bem feito. Por que tudo num morreu também?
- O que você gostaria de dizer para eles, se você tivesse a oportunidade de dizer?
- Ah, você queria me abusar quando eu era pequena, você pensa que eu esqueci? Fala a verdade.
- O que você diria para a sua família, para a sua avó, para as pessoas que sabiam?
- Ai, eu bem assim, eles vão morrer no carro, num acidente, deu acidente. Aí eles se machucaram. Aí eles caíram, se machucaram. Eles num quiseram me levar junto, ah é? Ah tá, deixa que vai ter volta. (Jéssica, 17 anos).

A sua raiva estava ali, viva, pulsante e presente nos seus pensamentos. A morte como saída para essa sua situação surgia não como aniquilamento à sua própria vida, como feito nas suas tentativas de suicídio, mas tinha outro direcionamento: as pessoas responsáveis pela agressão sofrida. Agora, mas velha, reivindicava o respeito ao seu corpo, impossibilitado de fazê-lo enquanto criança. Essa agressão, enquanto a algo esperado e, portanto, legítimo ao seu processo, encontrou espaços seguros para a sua expressão? Quando expressa, quais eram os efeitos disso na sua vida? Como já citado, diante de uma possível manifestação de agressão de

Jéssica, o efeito foi o aumento da medicação e, com isso, a potencialização da sua dormência e sonolência.

A medicação a deixava menos autônoma, menos responsiva aos estímulos. Parecia que tal efeito era o buscado por Jéssica nas suas internações: se ausentar, ficando fora, com uma das possíveis alternativas para lidar com a sua angústia, e ela tinha motivos legítimos para desejar isso. As suas experiências de violação deixava a sua realidade muito mais difícil de ser vivenciada e, sair dela, mesmo que conduzida pela forte medicação, possibilitava-lhe algum alívio e até mesmo alguma felicidade, mesmo quando isso lhe tirava algo, como a sua autonomia. Ao retomar essa questão com Jéssica e os pais sociais, em uma das minhas visitas, ela reivindicava esse autonomia ao perguntar quando iria diminuir a sua medicação quando os pais sociais sinalizaram as suas perdas com a medicação, como a sua capacidade de socialização. Porém, tal questão foi logo questionada pela mãe social, quando lhe lembrou dos motivos para o uso do seu medicamento: as suas fugas. Mais uma vez, deparei-me com as fugas e os seus sentidos para meninas violadas sexualmente e as estratégias de controle a partir do uso da medicação. No caso de Jéssica, as fugas passaram a ocorrer quando um dos seus maiores agressores, o seu padrinho, foi preso pelos abusos e pelas explorações sexuais cometidos contra ela e sua irmã, Pâmela. Segundo a mãe social, Jéssica voltava para o seu bairro onde morava e, de lá, vinha mais desorganizada. Vinha com fome e agredida pelas pessoas, e isso não a desestimulava a voltar para lá. Essa questão incomodava e inquietava a mãe social por não fazer sentido para ela essa atitude de Jéssica.

Quando fiquei sozinha com Jéssica na sala, aproveitei para perguntar sobre as questões colocadas pelos pais sociais. Sobre as fugas, perguntei o que a levava a voltar para sua casa. Ela respondeu: “Porque lá tenho meus familiares e meus amigos”. O simples e óbvio na sua resposta era o mais complexo e confuso de entender. Essa confusão não se restringia apenas à mãe social, mas para muitas pessoas quando lidam com crianças e adolescentes abusadas/os sexualmente. Em casos de crianças negligenciadas, como discute Miller (1994), a atenção e o poder podem ser experienciados pela vítima ao ser tratada como “especial” por parte do adulto abusador, sendo essa figura, muitas vezes, uma das mais presentes na vida das vítimas do que qualquer outra pessoa. No caso de Jéssica, o abusador era uma figura presente e importante na sua família. Nesse caso, a violência sofrida por Jéssica não era apenas cometida pelo seu abusador, mas ampliada aos seus familiares, que atualizavam essa violência quando a deixavam com fome ou quando a agrediam fisicamente nos seus retornos a esse lugar. O seu padrinho assumia um lugar de poder em sua família, principalmente, por meio da sua mãe. Tê-lo preso

“por sua causa” ameaçava o lugar de Jéssica, já fragilizado, quando “retirada” para estar em abrigo.

Segundo Miller (2009), a revelação do segredo sobre o abuso sexual pode gerar sentimentos intensos nas vítimas, como medo e raiva, ambos produtores de desintegração na estrutura de segurança da pessoa. No caso de Jéssica, não era só a violência do seu agressor que se anunciava com a denúncia, mas a da sua mãe também. Voltar a sua casa e para a sua família era revisitar a sua base afetiva, a sua referência, mesmo com todas as limitações que possuía. O mais desestabilizador para ela que é essa volta também representava reviver esse lugar de negligência, de violência, retomando, assim, aquilo que a deixava triste, angustiada. Assim, a desorganização se instaurava nessa sua volta, quando, já na casa-lar, buscava lidar com isso, tendo como possibilidade sair para a internação e, assim, ficar num outro lugar, num outro estado que não a fizesse ter que lembrar ou lidar com sua dor.

A psicóloga que lhe acompanhava na casa-lar disse-me, uma vez, desse seu desejo em morar no hospital psiquiátrico, de ficar lá “para sempre”. Diante da impossibilidade de manter esse desejo, as profissionais combinaram de ela ficar “internada” na casa-lar por um tempo, para que se evitassem as suas fugas. Essa internação significava a saída da escola, pois as suas fugas se davam por lá. Segundo os pais sociais, Jéssica era hábil em enganar a escola para fugir, como alegar estar doente. A sua insubordinação lhe rendeu a saída da escola temporariamente, tendo em vista “os riscos” que corria quando fugia. Porém, nem sempre as suas fugas se dirigiram à sua família, como já discutido em seção anterior, quando Jéssica fugiu para a casa de sua madrinha e, lá, foi abusada sexualmente pelo marido dela. Nessa situação, Jéssica desacomoda a mãe social por deixar brechas na sua compreensão de que, de algum modo, “consentiu”, facilitou essa aproximação. Viver a sua sexualidade, mesmo dessa maneira tão combatida pela rede de proteção, passou a ocorrer novamente mesmo estando sob as vistas protetivas da instituição, que não consegue impedir a violência vivida por Jéssica. Tais questões sinalizavam, para os/as cuidadores/as, as dificuldades e complexidades em lidar com casos assim, como apresentado na fala da mãe social:

- Eu não entendo, Jéssica, por que você volta para essas pessoas que te fizeram mal.

Numa das minhas últimas idas à instituição para fazer o processo devolutivo, tomei conhecimento de mais uma fuga para a sua antiga moradia. Porém, diferente das outras vezes, Jéssica buscava esse espaço agora de outro lugar. Segundo a assistente social que a acompanhava, Jéssica passou a receber o Benefício de Assistência Continuada (BCC), que,

conforme o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) do Governo Federal, é “destinado à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família”<sup>38</sup>. Se essa “conquista”, por um lado, demarcou, em Jéssica, todos os efeitos permanentes em sua vida por conta das violações sofridas ao ser diagnosticada como “deficiente” pelo Estado, por outro, possibilitou outras brechas para se colocar perante a sua família. Jéssica fez questão de retornar ao seu antigo local de moradia e anunciar à sua família esse feito, arriscando, mais uma vez, a sua condição na casa-lar. Se, antes, quando ressurgia para a sua família, em suas fugas, o seu lugar era destinado à negligência, a violências físicas e sexuais, agora, pleiteava outro lugar, amparado pelo seu “benefício” financeiro. Segundo a assistente social, uma das suas tias chegou a convidá-la para estar com a sua família como, até então, não tinha feito, tendo a sua fuga um resultado significativo para Jéssica. Não foi possível, nessa ocasião, conversar com ela sobre esse episódio, pois a sua aparição foi muito rápida enquanto estava com as profissionais para a devolução da pesquisa. Ela estava com a presença de uma cuidadora, dando a entender que não poderia se deslocar sozinha da casa-lar, mesmo com a pequena distância entre o local onde estávamos e o abrigo.

Ao revê-la, depois de quatro meses, ainda me surpreendia com a sua aparência, fortemente marcada pela medicação e pelo corpo ainda mais engordado. Seus cabelos estavam mais curtos, o que também modificava a sua imagem anterior. A sua fuga tinha seus resultados: maior vigilância e, provavelmente, o aumento de sua medicação. Nessa ocasião, Jéssica já havia retornado à escola, sendo este um acontecimento muito esperado por ela enquanto eu a acompanhava na casa-lar. Porém, para isso, foi necessário conseguir, pela instituição, um transporte específico para deixá-la e pegá-la, com o intuito de evitar as suas fugas, o que não foi possível. Ao fugir para sua casa de origem, Jéssica subverteu a regra e foi reivindicar outro lugar na sua família. Se essa insubordinação poderia ser vista como um “retrocesso” no seu processo, por outro lado, possibilitou experimentar a sua vida quando sair da casa-lar.

Mais uma vez, vemos os dilemas institucionais diante de um corpo “insubordinado”, que busca caminhos não oficiais, não permitidos para lidar com as suas questões. Se, para a expressão da sua agressividade, quando intensificada, cabia-lhe o aumento da medicação, para a rebeldia contra as regras e as expectativas institucionais, restava-lhe a restrição ou suspensão temporária da sua autonomia. Com a restrição dos seus espaços, a casa-lar passou a ser o seu *locus* privilegiado de convivência. Nele, Jéssica passava a maior parte do seu tempo dormindo.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acesso em: 4 set. 2016.

O tratamento medicamentoso surge como um recurso potente nos espaços de proteção a crianças e adolescentes para lidar com alguns incômodos advindos das dificuldades em lidar com as complexidades trazidas por meninas violadas sexualmente. Se tal dificuldade poderia gerar problematizações capazes de lançar outros olhares sobre uma sexualidade estimulada precocemente, o uso do remédio acaba por “amortecer” essa discussão e conformar as meninas e as próprias profissionais às regras institucionais.

Em situações de exploração sexual, como já discutido, cabe um olhar que possa considerar as lógicas de hipersexualização e valorização do corpo jovem feminino nas histórias dessas meninas atendidas nos espaços institucionais. Esses corpos precisam ser ouvidos, sentidos e entendidos também em sua singularidade para que não sejam reduzidos a normas, regras e modelos estabelecidos como ideais. Talvez, seja esse um dos maiores desafios. Como pensar espaços de existência para essas meninas quando os limites para o exercício de sua sexualidade, desde muito cedo, foram transgredidos? Como lidar com os efeitos perversos dessa erotização precoce sem revitimizar as meninas envolvidas?

## 6 PARA ONDE PODEM IR AS MENINAS/JOVENS?

Depois de passar grande parte desta pesquisa buscando a resposta sobre onde estariam as “meninas”, ao encontrá-las e conhecê-las, passo a me questionar para onde elas vão. Mais do que pensar a palavra “onde” como um advérbio de lugar, referenciado a um espaço físico, amplio esse termo para pensar esse “onde” também como um lugar de existência. Desde quando decidi me aproximar dessa realidade, o desafio de pensar as possibilidades para a existência de feminilidades que transitam pela erotização e sexo pago/tarifado se ampliou quando pude pensá-la a partir das discussões dos estudos culturais e de gênero. Se, antes, essa questão permanecia entre os discursos de proteção/violação e estigma, agora, ampliam-se para a de agência/resistência. Ao realizar essa ampliação, não se pretendo, aqui, esvaziar a discussão sobre importância de se olhar o fenômeno da exploração sexual pelo viés da violação, das desigualdades de gênero, étnico-raciais e sociais. Essas questões estão presentes e são marcantes nas histórias das meninas/jovens interlocutoras desta pesquisa. Como discutido, elas acessam o território da sexualidade e erotização de forma muito precoce, e tais experiências passam a constituir a sua vida, a sua afetividade, os seus corpos. Esse é o desafio para as instituições de proteção que pretendem aproximar-se delas e exercerem esse papel: protegê-las. Contudo, diante das complexidades trazidas por essas meninas/jovens, quais os limites para essa proteção? O quê, de fato, pode protegê-las?

Como mostrado nesta pesquisa, o caminho para encontrá-las foi longo, denso e de muita persistência, levando-me a percorrer várias instâncias do sistema de proteção a esse público, desde quando se instaura a denúncia até o desfecho, quando há a confirmação dos casos de exploração sexual. Até então, o meu percurso de pesquisa e atuação com meninas em situação de exploração sexual se situava nos serviços de média complexidade, nos quais as jovens ainda mantinham vínculos familiares e eram atendidas no turno inverso da escola. Conhecer esse processo de institucionalização mais intensificado diante do enfraquecimento dos vínculos familiares, como os considerados de “alta complexidade”, fez-me questionar, em vários momentos, para aonde elas iriam quando o sistema de proteção esgotasse os seus limites de atuação, já que a vida delas passava a depender dele. Como delineado nesta pesquisa, esses limites são colocados à prova a todo o momento, desde quando as instituições não as alcançam quando também conseguem tê-las em seu espaço. As tentativas delas em burlar e escapar das “mãos institucionais” nos faz questionar sobre qual proteção elas anseiam em ter. Para, de fato, alcançá-las, é preciso mais do que encontrá-las e inseri-las nas instituições. Faz-se necessário

fazer uma leitura sobre esse corpo feminino, erotizado, violado, que está diante de nós, mas que também carregam as suas histórias de sobrevivência e de resistência.

Nos processos de erotização precoce, a/o violência/abuso sexual se fez presente na vida das meninas/jovens interlocutoras, assim como nos casos dos inquéritos policiais analisados e nas narrativas das participantes e do participante sobre essa realidade em suas experiências. O forte investimento erótico no corpo jovem feminino retratado nesta pesquisa perpassou desde as pedagogias de gênero e de sexualidade propagadas em grandes mídias, músicas, filmes, novelas, como também nas relações afetivas familiares, desde as figuras masculinas mais próximas, como padrasto, padrinho, tio, avô e irmão, como das próprias mães, ao reconhecerem esse poder em suas filhas, enquanto jovens. Esses processos, desde muito cedo, inscritos em seus corpos a partir do desejo desse outro, desconsidera a sua subjetividade e a sua condição de dependência afetiva perante a figura adulta. E como tal acaba por ser uma via de inserção no campo dos afetos, da feminilidade e sexualidade pelo lugar de poder e reconhecimento alcançado com o seu corpo jovem. Essa condição é reiterada nos outros espaços de convivência, como na escola, nos espaços públicos, assim como nas demais instâncias já citadas, as quais transmitem pedagogias de gênero e sexualidade. Por parte dos homens, esse corpo jovem exerce um fascínio, despertado a partir de uma erotização das desigualdades, seja pela questão geracional, como de classe social. Com essa assimetria de poder, os homens buscam reafirmar a sua masculinidade heteronormativa, discutida, aqui, no conceito de pedofilização, perpetrando uma sexualidade vista como “desenfreada” e facilmente cedida aos “apelos” femininos juvenis.

Diante desses corpos, cabe acessá-los mesmo que, com isso, rompa-se com as normativas dos direitos humanos que classificam tal prática como crime e, nos casos de exploração sexual, um crime hediondo. Dessa forma, em casos de exploração sexual, cabe questionar esse modelo de masculinidade hegemônica, que acaba por legitimar essas práticas sexuais com o público infanto-juvenil como algo constitutivo dessa sexualidade masculina. Por outro lado, essas meninas reconhecem esse poder exercido por seu corpo, reiterado pelos olhares, elogios e convites sexuais por parte desses homens adultos. Com isso, passam a ser apropriar desse poder exercido pelo seu corpo jovem, manifestando sensualidade como um dos atributos mais almejados da sexualidade feminina.

Tal perspectiva é legitimada pela figura materna, que, nas negociações de suas filhas com esses homens, colocam os corpos jovens de suas filhas em destaque para também ter acesso ao poder por ele exercido. Ao fazerem isso, tensionam o seu papel materno por não atenderem a uma das premissas básicas, preconizadas no ECA, que é da proteção a violência.

Até que ponto as suas mães podem ser vistas como algozes desse processo de violação quando negociaram as suas filhas? Elas estariam cientes desse processo como algo violento? Por não ter tido acesso às mães, meus questionamentos se basearam nos relatos das profissionais e do profissional pertencentes à instituição e das meninas/jovens, o que me limitou a construir um aprofundamento maior sobre essa questão a partir da perspectiva dessas próprias mães. Nas narrativas das irmãs Pâmela e Jéssica, a imagem negativa de sua mãe é algo marcante, seja por se sentirem preteridas, negligenciadas, e no caso de Jéssica, por ter sido uma das responsáveis pelo estupro coletivo sofrido. O que pretendia essa mãe e qual a sua compreensão sobre o seu papel diante de suas filhas é algo necessário a ser questionado em casos como esse. Conforme discutido nesta tese, muitas dessas mulheres, em suas histórias, têm marcas de violências semelhantes às vividas por suas filhas, o que pode dificultar, em alguns dos casos, essa mãe agir nessa função esperada de proteção. Ao dizer isso, não pretendo reduzir essa discussão a uma questão apenas de transmissão geracional, já que nem todas as mães vítimas de violência perpetuam ou concebem essa violência aos seus filhos e filhas. Todavia, faz-se importante problematizar essa concepção de maternidade como algo dado, natural, instintivo às mulheres, quando, diante dessas histórias estudadas, encontramos muitas dificuldades dessas mães em ocupar esse *script* da “boa mãe”, conforme analisado nas discussões.

Diante de toda estimulação sexual impressa nessas meninas/jovens, a exploração sexual acaba por ser uma das formas de expressão da sua sexualidade e, como tal, valorizada perante as figuras masculinas, sendo, portanto, uma estratégia alcançada para serem reconhecidas e apreciadas enquanto mulheres. Nesse preâmbulo, a exploração sexual ganha força por ofertar a elas, por meio do consumo, um pertencimento a outro universo, distinto, muitas vezes, da classe social da qual faz parte. Além do acesso ao consumo, a exploração sexual possibilita trocas afetivas e espaços de socialização, sendo assim visto como algo vantajoso tanto pelo ganho financeiro como pelo valor simbólico a ele atribuído.

Por conta de todas as possibilidades alcançadas com a exploração sexual, torna-se complexo e dificultoso o trabalho das instituições de proteção, principalmente quando têm como premissa a abolição dessa prática na vida dessas meninas/jovens como condição para se manterem nos espaços institucionais. Além disso, as instituições ainda tateiam em como tratar essa realidade, seja pela baixa presença e adesão desse público na rede de serviços, seja pela invisibilidade e subnotificação que essa questão ainda possui. Se essas instituições tardam em se aproximar desse público, ao alcançá-lo, acabam por desconsiderar toda essa bagagem vivencial trazida em sua subjetividade. A erotização pulsa em seus corpos, como potência da sua

existência, sendo muito difícil de negá-la e até mesmo escondê-la, como no caso de Laura e das meninas estudadas nos inquéritos policiais. Essas meninas se dão conta dessa dificuldade em serem acolhidas e, diante disso, fogem e burlam as regras cotidianas, emergindo como insubordinadas tanto no que tange à sexualidade como à agressividade. Se essa insubordinação pode ser vista como algo ruim, por colocá-la em cheque com a instituição, em outra perspectiva, pode apontar a sua resistência e busca por autonomia. Se algumas escapam dessa lógica institucional, as que permanecem se esforçam para manter a sua capacidade de agência perante as intervenções oferecidas pelos espaços de atendimento. Esse esforço acaba por levá-las a serem mais alvo de controle e normatização, sendo a letargia uma das possibilidades cabíveis, inclusive impostas pela medicação.

Não foi possível acompanhar de perto suas realidades envolvendo a exploração sexual, como pensado no início desta pesquisa, pois ocorreram vários imprevistos impedindo a constituição do vínculo necessário para a expressão de uma prática tão complexa e difícil de ser relatada pelas meninas. Laura, o caso mais próximo das situações de exploração sexual na modalidade de prostituição, esteve muito longe de relatar a sua experiência apesar de todo o meu investimento para criar um vínculo de confiança necessário para isso, o que se tornou difícil perante as suas constantes mudanças de locais por seu comportamento “insubordinado”. Por outro lado, essa sua insubordinação passou a ser o meu “fio de Ariadne” para entender os efeitos dos processos institucionais em sua subjetividade no que tange aos trâmites dos desligamentos e das transferências de abrigos. A medicação, longe de lhe oferecer um amparo para seus conflitos e anseios afetivos, tinha como objetivo amortecer o seu desejo, o que acabou por exigir dela outra forma de vivenciá-lo, permitida no espaço institucional, como a sua vontade de comer intensivamente. Já com o anticoncepcional, mais um medicamento, evitava a gravidez, assegurando-a de mais um risco “para a sua adolescência”, conformando o seu corpo às regras institucionais. Contudo, as suas questões socioafetivas, tão marcantes nas relações estabelecidas por ela no espaço institucional, acabaram sendo suplantadas pela forte ênfase medicamentosa em seu tratamento.

Com Jéssica, o procedimento medicamentoso teve o intuito de aliviar os seus conflitos, deixando-a letárgica perante os demais e si mesma. Se a dor de vivenciar tantas formas de violência, desde a sua infância, tornou-se difícil para ela no seu processo, isso não foi um dificultador na sua relação com as pessoas na casa-lar. Jéssica estabelecia um relacionamento mais amistoso com os pais sociais, fortalecendo, assim, os seus vínculos com eles, o que favorecia as práticas de cuidados deles para com ela. Jéssica demonstrava o seu afeto pelas

pessoas, seja pela aproximação física, como o abraço, seja pelas cartas escritas durante a pesquisa tanto para os pais sociais como para mim. No processo final do estudo, Jéssica estava próxima de completar 18 anos, a sua maioridade, exigindo dela e da instituição um encaminhamento para a sua situação. O seu “futuro” institucional ainda era incerto e as dúvidas de como ela conseguiria seguir o seu caminho sozinha era motivo de preocupação por parte das profissionais e dela. Pâmela, sua irmã, diferente das demais, não tomava medicação, não tinha histórico de fugas nem de casos de relacionamento sexual na casa-lar. Todavia, era a mais atuante nas narrativas sobre a sua sexualidade e das demais colegas, trazendo sempre, para a “roda”, esse assunto, assim como dos constantes convites sexuais recebidos na rua. Nas conversas, nas danças, nos comentários no grupo, a sua erotização tinha uma presença marcante, somada com a sua necessidade de atenção e afeto.

Por conta da mudança de casa-lar, também ocorrida ao longo da pesquisa, não foi possível acompanhá-la ao mesmo tempo com as demais devido ao fato de a casa-lar e o abrigo serem distantes uma do outro. Muitas narrativas de Pâmela ainda poderiam ser ditas ao longo do estudo, principalmente com relação às suas experiências com a exploração sexual. Como mostrado nesta pesquisa, Pâmela e Laura conseguiam expressar, desde o primeiro encontro, o seu lugar de vítima de abuso sexual. Para essa questão, parecia haver espaço e acolhimento para essas meninas, mas para a exploração sexual restou um silenciamento, principalmente por Laura. Pâmela, apenas no último encontro mencionou uma experiência, quase como um ensaio, mas sem espaço, naquele momento, para maiores interlocuções devido ao fechamento temporário daquela casa-lar. Falar da experiência da exploração sexual ainda é um desafio e, dependendo de como ela ocorre, como no caso de Jéssica, pode ser ainda mais. Aproximar-se da prática da prostituição é colocar em cheque a “moralidade” e a “dignidade” feminina, como discutida na parte inicial desta pesquisa.

Aproximar-se dessas meninas/jovens antes de instaurada a exploração sexual parece ser o caminho mais almejado para as instituições pertencentes à rede de proteção, já que o estudo apontou os efeitos desse processo quando ocorrido tardiamente. Porém, o processo temporal não é o único elemento a ser considerado nessa questão, pois, mesmo garantindo mais “cedo” o acesso dessas meninas à rede de proteção, diante de toda a complexidade apontada aqui, é necessário avaliar como se dará esse caminho. Os limites institucionais no que se refere à capacidade de cumprir a sua função de proteção são tensionados, seja pelas dificuldades em manter as meninas em seus espaços, seja pela recorrente busca ao tratamento medicamentoso como forma de controle e disciplinamento. Diante de tantas complexidades e demandas trazidas

por essas meninas, questiona-se qual política pública poderia dar conta de todos esses desdobramentos ocorridos em suas vidas.

Tendo em vista essas discussões, retomo a questão inicial aqui proposta sobre para “onde” essas meninas/jovens podem ir com todas essas suas experiências traçadas a partir de uma lógica de gênero, corpo e sexualidade, a qual as situam numa dimensão fortemente marcada pela erotização e valorização do seu corpo jovem, seja nas suas relações proximais, seja nas estabelecidas na família e espaços públicos, como tal, todas atravessadas por concepções hegemônicas sobre como ser mulher e como se relacionar com as figuras masculinas pautadas nas concepções já discutidas no processo de pedofilização. Nas histórias dessas meninas/jovens, a condição ambígua e, muitas vezes, perversa insurge quando, ao longo de sua vida, é proposta uma amplitude de possibilidade para esse corpo jovem, seja de valorização e pertencimento pela via da erotização na exploração sexual, mas ao mesmo tempo limitante por deslocá-lo para uma situação de vulnerabilidade e crime.

Transitar pelas zonas limítrofes para a sexualidade feminina, como a prostituição, em que se agrega sexo, afeto, poder e dinheiro, já é um desafio para as mulheres adultas; podemos imaginar o quanto isso pode ser para uma menina/jovem quando tal prática é vista como crime. Parece que, de uma forma ou de outra, cabe a essa menina arcar todos os custos dessas questões, pois terá que dar um caminho, um direcionamento, muitas vezes, sem os amparos necessários nesse contexto institucional de proteção para lidar com a sua sexualidade e os efeitos desse processo. Por outro lado, as demandas desse público para os espaços institucionais tornam o seu cotidiano desgastante por nem sempre conseguirem dar conta dessa complexidade vivenciada por todas as crianças e todos as/todas os adolescentes presentes naquele contexto.

Ao trazer essas questões, muito longe de recair em um discurso insensível aos dilemas dessas instituições, busco ampliar os olhares sobre o fenômeno da exploração sexual, já demarcado como desconhecido, subnotificado, invisibilizado perante a sociedade e as políticas tanto de proteção como de enfrentamento a essa questão. Muito mais do que combater ou erradicar a exploração sexual – entendendo, aqui, que essa dimensão não pode ser abandonada – , cabe problematizar as questões envolvidas nesses processos de erotização precoce. Os processos de desigualdade gerados nessas relações que tanto partem de condições envolvendo lógicas de gênero, sexualidade, classe social e geracional, mostram que não estamos lidando com uma questão a ser tratada em curto prazo nem com respostas simples e acabadas. Para onde podem ir as meninas/jovens? É uma pergunta que não se encerra nesta pesquisa, mas com o

caminho até aqui alcançado, então, quem sabe possamos arriscar com uma outra questão: Para onde desejam ir essas meninas/jovens?

## REFERÊNCIAS

ABRANET. **Inocência em perigo**: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

ABREU, Luciane. **Bruxas, bruxos, fadas, princesas, príncipes e outros bichos esquisitos...: as apropriações infantis do belo e do feio nas mediações culturais**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AGUIAR, Marcelo. **Bolsa-escola**: educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002

AMARAL, Caroline Bohrer do. **Desafio da ciberinfância**: modos de composição de práticas pedagógicas utilizando artefatos tecnológicos. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Mãe que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. IN: PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida. **Mosaico da violência**: a perversão na vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004. P. 103-169.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação dos corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.  
ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 91-116.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 5, p.1-19, 2006.

BANDINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

BRANDOLT, Catheline Rubim; SERPA, Monise Gomes. “A gente dança, a gente faz sexo, a gente conversa, a gente dá conselho”: um estudo sobre envelhecimento em prostitutas de meia-

idade. **Revista Disciplinarium**, no prelo.

BRASIL. Polícia Federal. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras**. Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República/Organização Internacional do Trabalho/Childhood. Brasília, 2014.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar mista de Inquérito**. Congresso Nacional, Brasília, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente-CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social-CNA. **Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2008.

BRASIL. Portaria MDS no. 460 de 18/12/2007. Dispõe sobre os Pisos Básicos Fixo e de Transição, altera a Portaria MDS/GM nº 442, de 26 de agosto de 2005, e estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros referentes aos Pisos de Alta Complexidade I e Fixo de Média Complexidade, no âmbito do SUAS. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 2007.

BULCÃO, Irene. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Livia do (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002. P. 61-73.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre La sujecion**. Madrid: Ediciones Cátedra Universitat de València e Instituto de La Mujer, 1997.

BURMAN, Erica. **La desconstrucción de La Psicología evolutiva**. Madri; Vison, 1999.

CEDECA. Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. FNDCA/CONANDA: Rio de Janeiro, 2015.

CHILDHOOD BRASIL. **Prevenção e enfrentamento à Exploração Sexual de crianças e adolescentes no contexto mundial**: Projeto Copa do Mundo de 2014. Relatório realizado entre maio e agosto de 2012: um mapa das ações e discussões empreendidas pelos governos federal, estaduais e municipais e a articulação de organizações da sociedade civil para enfrentar a violência sexual contra meninos e meninas nos preparativos da Copa e durante a competição, 2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Violência do estado e a violência “doméstica”: o que têm em comum? In: RAUTER, Cristina Mair; PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides (Orgs.). **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Equipe Clínico-grupal, Grupo Tortura Nunca Mais-RJ. Instituto Franco Basaglia/ TeCorá. Rio de Janeiro, 2002. P. 77-88.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; SILVA, Mayalu Matos; RIBEIRO, Ruth Silva Torralba. Especialistas do juizado e a doutrina da segurança nacional. In: NASCIMENTO, Maria Lívia do (Org.). **Pivetes**: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002. P. 166-197.

COLE, Michael; COLE, Sheila R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COMITÊ de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **O processo de revisão do Plano Nacional**: relatório de acompanhamento 2007-2008. Brasília, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 016/2000**, 20 de dezembro de 2000. Brasília, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias**: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO NACIONAL de SAÚDE. **Resolução nº196/1996**, 16 de outubro de 1996. Brasília, 1996.

COUTO, Edvaldo Sousa. Corpos modificado: o saudável e o doente na cibercultura. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 108-123.

LOURO, Guacira. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 41-52.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

COUTO, Edvaldo. Uma estética para os corpos mutantes. In: GOELLNER, Silvana Vilodre; COUTO, Edvaldo Souza (Orgs.). **Corpos mutantes: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. P. 43-56.

DA SILVA, Natiene Ramos Ferreira. Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial. In: PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO: REDAÇÕES, ARTIGOS CIENTÍFICOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS, 9., 2013. **Anais**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. P. 133-147.

DAVIDSON, Julia O'Connell; TAYLOR, Jacqueline Sanchez. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. P.119-136.

DAVIDSON, Julia O'Connell. **Prostitution, Power and freedom**. Michigan: University of Michigan, 1998.

DESLANDES, Sueli Ferreira. **Sumário de pesquisa: avaliação das estratégias governamentais municipais no enfrentamento da violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras: Porto Alegre**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/IFF/CLAVES, 2013.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). **Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás, 2004. P. 99-147.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues; IPOOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

ENNEW, Judith. Exploitation of children in prostitution. In: CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2008.

FALEIROS, Eva. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). **Exploração sexual de crianças e**

**adolescentes no Brasil:** reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás, 2004. P. 51-72.

FABIANO, Eulália. **A atuação de agentes públicos junto a meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Ribeirão Preto.** 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2013.

FARINHA, Marciana Gonçalves; BRUNS, Maria Alves Toledo. **Adolescentes profissionais do sexo.** São Paulo: Átomo, 2006.

FELIPE, Jane. Construindo identidades sexuais na Educação Infantil. **Revista Pátio.** Porto Alegre, n. 7, nov. 1999.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu,** v. 26, jan./jun., p. 201-223, 2006.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 53-65.

FELIPE, Jane. Violências contra as mulheres. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias.** Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2012. P.47-58

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pró-posições.** Campinas, v.14, n. 3(42), 2013, p.119-132, 2003.

FLICK, Urie. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORES, Cristiane Luiza Abbud Flores. **Relações de gênero nos sites de jogos infantis:** entre a beleza e a força. 2013. 49 f. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Pedagogia) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FONTES, Malu. Os percursos do corpo na cultura contemporânea. In: COUTO, E. S; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpos mutantes:** ensaios sobre novas (d)eficiências

corporais. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. P. 75- 88.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FRIEDERICHS, Marta. **Quanto mais quente melhor**: corpos femininos nas telas do cinema. 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médica, 1993.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 28-40.

GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Revista Contemporânea**, v. 9, n. 18, p. 77-85, 2011.

GOLDENBERG, Mírian. O corpo como capital: gênero, casamento e envelhecimento na cultura brasileira. **Redige**, v. 1, n. 1, out 2010.

GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua**: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

GOMES, Carla, SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. Mercado erótico: notas conceituais e etnográficas. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP/PAGU, 2011. P. 461-490.

GUERRA, Judite. **Dos “segredos sagrados”**: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar. **Aquele negrão me chamou de leitão**: representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUIZZO, Bianca Salazar.

**Identidades de gênero e propagandas televisivas**: um estudo no contexto da educação infantil. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Revista Pro-Posições**, v. 14, n. 3, p. 119-132, set./dez. 2003.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (Org.). **Novos rumos do acolhimento institucional. Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente**. São Paulo: NECA, 2010.

HAMANN, Fernanda Passarelli. **A erotização da infância e os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2002.

LANDINE, Tatiana Savoia. Análise Qualitativa das entrevistas realizadas na pesquisa sobre Exploração Sexual e desaparecimento de crianças e adolescentes da baixada santista. In: GATTÁS, Gilka J. Figaro; FIGARO-GARCIA, Claudia; LANDINI, Tatiana Savoia. **Caminho de volta**: desaparecimento e exploração sexual de crianças e adolescentes: relatos de pesquisa. São Paulo: Ed. do Autor, 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia. A pornografia infantil na internet: uma perspectiva sociológica. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). **Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás, 2004. P. 165-182.

LEAL, Maria Lucia Pinto; PINHEIRO, Patrícia. A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. P. 17-33.

LEAL, Maria Lucia Pinto. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe**: relatório final, Brasil. Brasília: CECRIA, 1999.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). **Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás, 2004. P.19-50.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Liciene Santos, SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos; SANTOS, Regiane Borges. Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual: Contribuições para políticas educacionais In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. P. 147-166.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 2, p. 129-136, 2010.

LOPES, Janicleide; STOLTZ, Tânia. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes Brasil**: Foz do Iguaçu. Lima: OIT, IPEC e SIRT, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa, Portugal: Porto, 2000.

LUENGO, Fabíola Colombani. **A vigilância punitiva**: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5., 2008, Belo Horizonte/MG. **Anais**. Belo Horizonte/MG, junho de 2008.

MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, agência e sujeito libertário: Algumas reflexões sobre o revivalismo Islâmico no Egito. **Etnográfica**, v. X, n. 1, p.121-158, 2006.

MAIA, Suzana. Cosmopolitismo, desejo e afetos: sobre mulheres brasileiras e seus amigos transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP/PAGU, 2011. P. 363-384.

MEDEIROS, Raquel. “Meu corpo, minhas regras”: corpo, linguagem e gênero no movimento “marcha das vadias”. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2014.

MEYER, Dagmar Estermam. A politização contemporânea da maternidade: construindo argumento. **Gênero**, v. 6, n. 1, p.81-104, 2005.

MEYER, Dagmar Estermam. Corpo, gênero e maternidade: algumas relações e implicações no cuidado em saúde. **Enfermagem em Foco**, v. 2, n. 1, p.18-22, 2011.

MEYER, Dagmar Estermam; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. P. 15-22.

MEYER, Dagmar Estermam. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. P. 47-61.

MEYER, Dagmar Estermam; SOARES, Rosângela. Corpo, Gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. P. 5-16.

MILLER, Dusty. Incesto: O centro da escuridão. In: IMBER-BLACK, Evan (Org.) **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. P. 185-199.

MONTGOMERY, Heather. Children, Prostitution, and Identity: a case study from a tourist resort in Thailand. In: KEMPADDU, Kamala; DOEZEMA, Jo (Orgs.). **Global sex workers: rights, resistance and redefinition**. New York, USA e London, Inglaterra: Routledge, 1998. P. 139-150.

MORAES, Aparecida Fonseca. Corpos normalizados, corpos degradados: os direitos humanos e as classificações sobre prostituição de adultas e jovens. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador/BA. **Anais**. Salvador/BA, 2011. P. 1-22.

MORAES, Aparecida Fonseca. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLANDA, Heloísa Buarque de (Orgs.). **Horizontes**

**plurais:** novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora 34, 1998. P.17-47.

MORAES, Keila de. **Uma Experiência Etnográfica de Fronteira: exploração sexual comercial de crianças e jovens na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.** 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOREIRA, Lisandra Espíndola; NARDI, Henrique Caetano. Mãe É Tudo Igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569-594, ago. 2009.

MOSEDALE, Sara. Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, v. 17, p. 243-257, 2005.

NABOZY, Almir. **Meninas prostituídas e suas geo-grafias.** Jundiaí: Paco, 2013.

NOGUEIRA, Juslaine de Fátima Abreu. **Discursos de psiquiatrização na educação e o governo dos infames da escola:** entre cifras de resiliência e acordos de resistência. 2015, 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

NOGUEIRA, Susana Engelhard; DE SÁ, Maria Luiza Bustamante. Atendimento Psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. In: PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida (Org.). **O mosaico da violência:** a perversão da vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004. P. 47-102.

NUNES, Maria do Rosário. **Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos.** 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVA, Ângela Maria Nascimento. **(Des)Cuidado institucional e exploração sexual de crianças e adolescentes na Metrópole da Amazônia.** 2010. 392 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre. **Teoria e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 108-137, 2007.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista latinoamericana**, v. 11, p. 88-121, 2012.

OLIVEIRA, Marina. Iniciativa global contra o tráfico de pessoas: o desafio de mobilizar a sociedade para o tema, sem simplificar o debate In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. P. 107-118.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. P. 23-45.

PEDERSEN, Jana Raqueli. **O corpo como mercadoria**: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias. 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2014.

PELÚCIO, Larissa. “Amores perros”: sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP/PAGU, 2011. P. 185-224.

PENSO, Maria Aparecida et al. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia**, Canoas, n. 30, p.142-157, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, Daniele Andrade da et al. **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2013. P.147-164.

PISCITELLI, Adriana, ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto. Introdução: transitando através de fronteiras. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP/PAGU, 2011. P. 5-30.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 7-23, jul./dez, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Entre a praia de Iracema e a União Européia: Turismo sexual internacional e migração feminina. In: CARRARA, Sérgio; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Orgs.). **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. P. 283-318.

POCAHY, Fernando A. **Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Mapa da exploração sexual no Brasil**. Brasília: OIT, 2007.

PRESTES, Liliane Madruga. **Enredadas na rede: jogos para crianças (re)produzindo relações desiguais de gênero**. 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

QUAYLE, Etel; LOOF, Lars; PALMER, Tink. Child pornography and sexual exploitation of children online. In: CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, nov. 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplina: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia. **Revista Atlas**. Dossiê Identidades Nacionais, v. 2, p. 59-74, 2006.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998.

ROUYER, Michèle. As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo. In: GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. P. 62-71.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença do sexo In: CARRARA, Sérgio; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Orgs.). **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. P. 183-196.

ROHDEN, Fabíola. Diferenças de gênero e Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das na criação do diagnóstico das disfunções sexuais disfunções sexuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 89-109, 2009.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 101-125, 2002.

ROHDEN, Fabíola. Produção e consumo de novas referências e tecnologias de intervenção na sexualidade. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi; RIBEIRO, Paula Regina (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011. P. 67-76.

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam Steffen. Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 261-276, 2015.

RUSSO, Jane Araújo. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: CARRARA, Sérgio; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Orgs.). **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. P. 95-109.

SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. P. 95-108.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Iglu, 1989. P. 13-21.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. **Repositório UFBA**. NEIM/UFBA, p. 1-12, 2009.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. Cuidados de Si e Embelezamento Feminino: Fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Políticas do Corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. P. 121-139.

SATTLER, Marli Kath. O abusador: o que sabemos. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de et al (Orgs.). **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunicação, saúde e educação**, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.

SERPA, Monise Gomes. **Exploração sexual e prostituição**: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SERPA, Monise Gomes. “Eles ficam loucos com nós”: as lógicas de corpo e gênero em adolescentes exploradas sexualmente. **Psicologia em Revista**, no prelo.

SCHEINVAR, Estela. A idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família pobres In: NASCIMENTO, Maria Livia do (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002. P. 83-109.

SILVA, Natine Ramos Ferreira da. Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. P. 153-147.

SILVA, Tatiana Amaral. **A exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo: uma análise da situação da rede de enfrentamento em Porto Seguro**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

STEVENS, Cristina. Ressignificando a maternidade: psicanálise e literatura. **Gênero**, v. 5, n. 2, p.67-79, 2005.

THOUVENIN, C. (1997). A palavra da criança: Do íntimo ao social. Problema do testemunho e da retratação. In: GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. P. 91-102.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliâne Dutra. A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. **Redes.com**, n. 11.p. 27-54, 2015.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Direitos Sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da Psicologia e a sua produção teórica sobre a adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n.1, p. 151-160, Número Especial, 2004 .

TRINDADE, Eliane. **As meninas da esquina**. São Paulo: Record, 2005.

VEIGA, Luciana Barbosa da Silva. **Exploração sexual de crianças e adolescentes e as redes de proteção: um estudo socioambiental na cidade do Rio Grande**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

VERARDO, Maria Tereza; REIS, Marcia S. Farah; VIEIRA, Rosângela Mendes. **Meninas do porto: mitos e realidade da prostituição infanto-juvenil**. São Paulo: Nome da Rosa, 1999.

VIDAL, Fernanda Fornari. **Príncipes, princesas, sapos, bruxas e fadas: os “novos contos de fada” ensinando sobre relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade**. 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. Sexting: comportamento e imagem do corpo. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 7, n. 2, p. 22-29, 2014.

WEID, Olivia von der. Troca de casais: gênero e sexualidade nos novos arranjos conjugais. In: GOLDENBER, Mirian (Org.). **O corpo como capital: estudo sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010. P. 94-120.

## APÊNDICE A – Termo de Concordância para a Instituição

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo geral problematizar o tema que envolve a exploração sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino na cidade de Porto Alegre/RS. Para tanto, pretendemos:

- Analisar como as meninas em situação de exploração sexual, na faixa etária de 10 a 18 anos, vivenciam tal realidade, abordando como elas se percebem nesse processo, a partir das suas concepções sobre corpo, gênero e sexualidade;

- Discutir a relevância dos espaços institucionais voltados para a proteção e/ou prevenção de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, a partir de entrevistas com profissionais responsáveis por tais atendimentos nessas instituições;

O material de pesquisa deverá ser obtido por meio da participação da pesquisadora na instituição, por meio de observações e entrevistas, de acordo com a disponibilidade dos/as participantes e da instituição.

Os/as participantes e responsáveis legais pelas crianças e adolescentes serão claramente informadas de que sua contribuição é voluntária e que poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo, sempre que desejarem. A participação poderá ser interrompida em qualquer etapa, caso queiram desistir, sem nenhum prejuízo para eles/as.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos/as participantes, bem como da instituição envolvida. Todo o material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade da pesquisadora na Faculdade de Educação da UFRGS e após cinco anos será destruído.

A pesquisadora se colocará à disposição para relatar as informações obtidas tanto em reuniões de equipe e sempre quando for solicitada pelas/os profissionais. Ao final da pesquisa, será entregue uma cópia da Tese para o/a responsável da instituição, assim como a pesquisadora apresentará de forma oral os resultados do estudo para que possam ser discutidos amplamente com a equipe. Para as crianças e adolescentes participantes da pesquisa, os resultados serão apresentados em formato de oficina.

Através desta pesquisa, esperamos contribuir com o trabalho de profissionais que lidam diretamente no atendimento as crianças envolvidas com a prática da exploração sexual. Agradecemos a colaboração dos/as participantes e da instituição envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A

pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof<sup>a</sup> Monise Gomes Serpa sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Jane Felipe de Souza do Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, UFRGS. Caso queiram contatar as pesquisadoras o fone da UFRGS é (51) 3308-3099.

---

Monise Gomes Serpa  
Pesquisadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe de Souza  
Orientadora

Concordamos que as crianças, adolescentes e profissionais desta instituição participem do presente estudo.

---

Responsável pela Instituição

---

/ /  
Data

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o/a responsável legal das crianças e adolescentes**

Pesquisadora responsável: Monise Gomes Serpa

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe de Souza

1- O que é esta pesquisa: Você está sendo convidada/o a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de violência vivenciam tal realidade, abordando como elas se percebem nesse processo a partir das suas concepções sobre corpo, gênero e sexualidade. A importância desse estudo está em abordar as lógicas enfrentadas pelas jovens a partir delas mesmas, assim como das instituições nas quais prestam atendimento a esse público. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS.

2- Quem participa da pesquisa: crianças e adolescentes em situação de violência atendidas em instituições voltadas para a proteção de crianças na cidade de Porto Alegre-RS e profissionais que participam das políticas municipais e estaduais no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.

3- Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo a criança e adolescente sob sua responsabilidade fará parte de aproximadamente três encontros com a pesquisadora na qual será utilizado um roteiro semiestruturado com perguntas com questões sobre as relações das jovens com o gênero feminino e masculino, as lógicas sobre o corpo e a erotização, as suas relações e trânsitos com o mercado do sexo e as percepções de como se vê no processo de atendimento institucional. Para que possam ser realizadas as entrevistas, a pesquisadora inicialmente fará uma inserção no local institucional, participando das atividades rotineiras com as meninas no intuito de estabelecer um vínculo de confiança. A pesquisadora respeitará os horários e disponibilidade da instituição, assim como das participantes. Você tem a liberdade de se recusar a autorizar a criança e a adolescente a participar, da mesma forma que elas têm a liberdade de desistir em qualquer momento da pesquisa sem nenhum prejuízo. Para que se possa assegurar a literalidade do que foi mencionado, solicito o seu consentimento, assim como a da participante para o uso do gravador. A pesquisadora estará à disposição durante todo o processo da pesquisa para maiores esclarecimentos sobre o estudo sempre que a/o Senhor/ra e as crianças e

adolescentes desejarem.

4- **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. A sua identificação será preservada em todas as etapas desse estudo. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados por um código numérico, escolhido de forma aleatória, para que as suas informações permaneçam em sigilo. Os dados coletados serão arquivados na Faculdade de Educação da UFRGS.

5- **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo com informações importantes sobre a realidade de crianças e adolescentes, do gênero feminino, em situação de exploração sexual, atendidas em instituições de Porto Alegre, RS. Espera-se que essas informações sejam utilizadas em benefício do público estudado e com isso possam ser trabalhados os possíveis fatores geradores de vulnerabilidade e de violência.

6- **Pagamento:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como você não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

7- **Riscos e desconfortos:** A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução a Resolução n.466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados nessa pesquisa causará riscos à sua dignidade, não excedendo assim aos riscos diários. Porém, há a possibilidade das meninas entrevistadas reviverem memórias desagradáveis referentes aos abusos/exploração a que foram vítimas. Neste caso, a pesquisadora, que é psicóloga, poderá, a partir da escuta das meninas, suspender a entrevista e encaminhar as participantes para atendimento psicoterapêutico, sem nenhum custo para as mesmas, a ser realizado pela Psicóloga Helena Beatriz de Oliveira, CRP 07/09864, em sua sala comercial, localizada na Av. Taquara, 353/401, Bairro Petrópolis, Porto Alegre- RS, fone (51) 84328009.

8- **Contato:** Caso queira entrar em contato conosco, o telefone do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS é (51) 3308-3428. Caso queira informações sobre a pesquisa, o telefone do Comitê de Ética é (51) 3308-3738.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

#### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

---

(Nome legível do/a responsável legal)

---

Assinatura do/a responsável pela participante

---

Assinatura da pesquisadora responsável

---

Assinatura da pesquisadora orientadora

### APÊNDICE C – Termo de Assentimento

Fui informada dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável \_\_\_\_\_ (nome do responsável e grau de parentesco) poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e do TCLE me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_  
(nome legível do/a responsável) (nome legível da participante)

Concordamos em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a responsável pela participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Orientadora

**APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as profissionais da instituição**

Pesquisadora responsável: Monise Gomes Serpa

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe de Souza

1. O que é esta pesquisa: Você está sendo convidada/o a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de exploração sexual vivenciam tal realidade, a partir das suas concepções sobre corpo, gênero e sexualidade. Devido à complexidade que esse tema envolve tais como a ampla diversidade de situações apresentadas pelas crianças e adolescentes que vivenciam tal situação, faz-se necessário um estudo que aborde as lógicas enfrentadas pelas meninas a partir delas mesmas, assim como das instituições nas quais prestam atendimento a esse público. Esse projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS.

2. Quem participa da pesquisa: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual atendidas na instituição em questão, assim como profissionais que participam das políticas municipais e estaduais de enfrentamento da Exploração Sexual no Rio Grande do sul.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar dessa pesquisa você fará parte de três encontros com a pesquisadora. Nessas participações, a pesquisadora explicitará os objetivos da pesquisa e a metodologia. Caso você aceite o convite, a pesquisadora agendará um encontro, em local estabelecido em comum acordo e que atenda aos critérios de segurança, conforto e sigilo. Será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, em duas cópias, sendo uma para você. A entrevista terá um tempo médio de uma hora e meia e seguirá um roteiro semiestruturado com perguntas sobre a sua trajetória profissional com a temática da Exploração Sexual, como percebe o procedimento de identificação e atendimento às meninas envolvidas com a Exploração Sexual, como analisa tal realidade no contexto de Porto Alegre, como percebe a situação da menina envolvida. Para que se possa assegurar a literalidade do que foi mencionado, solicito o seu consentimento para o uso do gravador.

4. Confidencialidade: Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. A sua identificação será preservada em todas as etapas desse estudo. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados por um código numérico, escolhido de forma aleatória, para que as suas informações permaneçam em sigilo. Os dados coletados serão

arquivados na Faculdade de Educação da UFRGS.

5. Benefícios: Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo com informações importantes sobre a realidade de crianças e adolescentes do gênero feminino, em situação de exploração sexual, atendidas em instituições de Porto Alegre, RS. Espera-se que essas informações sejam utilizadas em benefício do público estudado e com isso possam ser trabalhados os possíveis fatores geradores de vulnerabilidade e de violência.

6. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como você não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

7. Riscos e desconfortos: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução a Resolução n.466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados nessa pesquisa riscos à sua dignidade, porém caso as participantes sintam algum desconforto durante a pesquisa, a pesquisadora, que é psicóloga, poderá suspender a entrevista e encaminhar as participantes para atendimento psicoterapêutico, sem nenhum custo para as mesmas, a ser realizado pela Psicóloga Helena Beatriz de Oliveira, CRP 07/09864, em sua sala comercial, localizada na Av. Taquara, 353/401, Bairro Petrópolis, Porto Alegre- RS, fone (51) 84328009.

8. Contato: Caso queria entrar em contato conosco, o telefone do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS é (51) 3308-3428. Caso queria informações sobre a pesquisa, o telefone do Comitê de Ética é (51) 3308-3738.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

---

Assinatura do/a participante

---

Assinatura da pesquisadora responsável

---

Assinatura da pesquisadora orientadora

## **APÊNDICE E – Roteiro para a entrevista semiestruturada com as/os profissionais**

### 1 - Dados de Identificação:

- Sexo:
- Idade:
- Formação:
- Profissão:
- Tempo de atuação no trabalho:

### 2 - Envolvimento com a temática da exploração sexual:

- Como você iniciou o seu trabalho como tema da Exploração Sexual?
- Ação que desenvolve na temática da exploração sexual:
- Como você analisa essas ações, das quais vem participando?

### 3 - O conceito da exploração sexual e a sua identificação:

- Para você, o que é a exploração sexual?
- Como são identificados os casos de situações de exploração sexual?
- Quando identificados, quais são os procedimentos tomados?
- Como são desenvolvidas as práticas voltadas para as crianças e adolescentes em situação de exploração sexual?
- Como se avaliam os resultados alcançados pelo programa/serviço?

### 4 - A exploração sexual e a sua realidade em Porto Alegre:

- Quais são os trabalhos que você conhece que são voltados para o enfrentamento da Exploração Sexual em Porto Alegre?
- Quais são as ações desenvolvidas por esses locais?
- Como você avalia essas ações?

## 5 - A exploração sexual e as meninas envolvidas

- Como você analisa o contexto do mercado do sexo e o envolvimento das meninas nessa situação?

## APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturada com as meninas

### 1- Dados de Identificação:

-Idade:

-Sexo:

-Escolaridade:

-Composição familiar:

-Tempo de ingresso na instituição:

### 2 - A menina e o seu gênero

- Como foi a sua infância, enquanto menina?

- Como você imaginava que seria essa passagem de menina pra mulher?

- Você se sente uma mulher?

- O que é ser mulher para você?

- Como você costuma ser tratada, por ser do sexo feminino?

- O que você pensa a respeito dos homens?

- Como você costuma ser tratada por eles?

- Como você acha que eles te veem?

### 3 - A menina e o seu corpo:

- Como você vê o seu corpo e quais são os cuidados que você costuma ter com ele?

- Como você acha que as outras pessoas – homens, mulheres – veem o seu corpo?

### 4- A menina, a sua sexualidade e a prática da exploração sexual:

- Como você lida com a sua sexualidade?

- Como foi a sua iniciação na prática sexual?

- Como e com quem você aprendeu coisas sobre sexo?

- Você já fez sexo em troca de dinheiro ou em troca de alguma outra vantagem?
- Como foi ou como tem sido essa experiência para você?
- O que mudou na sua vida depois que iniciou essa prática?
- Quais são as maiores dificuldades em realizar essa prática?